GOVERNO DO ESTADO
Mato Grosso do Sul

Diário Oficial Eletrônico

ANO XLIV n. 11.019 Campo Grande, quarta-feira, 21 de dezembro de 2022. 142 páginas

PODER EXECUTIVO

Governador ..... Reinaldo Azambuja Silva
Vice-Governador ..... Murilo Zauith
Secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica..... João Eduardo Barbosa Rocha
Secretário de Estado da Casa Civil .....Sérgio de Paula
Controlador-Geral do Estado ..... Carlos Eduardo Girão de Arruda
Secretário de Estado de Fazenda ..... Luiz Renato Adler Ralho
Secretária de Estado de Administração e Desburocratização ..... Ana Carolina Araujo Nardes
Procuradora-Geral do Estado.....Ana Carolina Ali Garcia
Secretária de Estado de Educação..... Maria Cecília Amendola da Motta
Secretário de Estado de Saúde ..... Flavio da Costa Britto Neto
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública .....Antonio Carlos Videira
Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho ..... Elisa Cleia Pinheiro Rodrigues Nobre
Secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar ..... Jaime Elias Verruck
Secretário de Estado de Infraestrutura..... Renato Marcilio da Silva
Secretário de Estado de Cidadania e Cultura .....Eduardo Pereira Romero

SUMÁRIO

LEI COMPLEMENTAR..... 2
DECRETO ORÇAMENTÁRIO.....11
ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA 13
ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA..... 27
CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO..... 83
ATOS DE LICITAÇÃO 84
ATOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO 88
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO..... 127
MUNICIPALIDADES 129
PUBLICAÇÕES A PEDIDO 142

Publicação destinada à divulgação dos atos do Poder Executivo
Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização
Av. Desembargador José Nunes da Cunha, s/n
Parque dos Poderes - Bloco I - Telefones: (67) 3318-1480 3318-1420
79031-310 - Campo Grande-MS - CNPJ 02.940.523.0001/43

www.imprensaoficial.ms.gov.br – materia@sad.ms.gov.br

LEI COMPLEMENTAR

Republica-se por incorreção.
Publicada no Diário Oficial nº 11.018, de 20 de dezembro de 2022, páginas 2 a 10.

LEI COMPLEMENTAR Nº 304, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-EMPREENDEDOR), e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.
Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 2º .....:

I - a instalação de novas empresas e a ampliação, a modernização, a reativação e a relocação das existentes, especialmente no sentido da interiorização dos empreendimentos econômicos e do aproveitamento das potencialidades econômicas regionais, obedecidos os interesses prioritários e adicionais então estabelecidos;

.....

IX - a equalização e a isonomia na competitividade dos segmentos econômicos, levando-se em consideração o porte das empresas.

Parágrafo único. Observado o disposto no inciso I do caput deste artigo, fica estabelecido como um dos interesses governamentais o estímulo aos empreendimentos econômicos tecnologicamente avançados, que possam dar efetiva competitividade às empresas situadas no Estado de Mato Grosso do Sul." (NR)

"Art. 3º .....:

I - empreendimento econômico de interesse prioritário: aquele que, direcionado à atividade econômica relevante para o desenvolvimento econômico e social do Estado, preencha requisito estabelecido no § 1º do art. 4º desta Lei Complementar;

II - empreendimento econômico de interesse adicional: aquele que esteja voltado à realização de investimentos de relevante interesse do Estado;

.....

X - termo de acordo: documento formal no qual constam os direitos e as obrigações recíprocos entre o Estado e o empreendimento incentivado.

§ 1º Os interesses, prioritário e adicional, de que trata esta Lei:

I - podem abranger os casos de:

a) comercialização de bens em grande escala (atacado), desde que o empreendimento econômico propicie, efetivamente, o desenvolvimento mercantil ou de prestação de serviços;

b) aquisições de mercadorias de fora do Estado e importações em geral de bens destinados à comercialização no País;

II - ficam limitados, quanto aos empreendimentos econômicos produtivos nas áreas de energia elétrica sob qualquer modalidade de geração e de telecomunicações, a possibilidade de dispensa da cobrança do ICMS incidente nas aquisições interestaduais ou do exterior do País, de bens destinados ao ativo imobilizado da empresa (art. 14, inciso I, alíneas "a" e "b", desta Lei Complementar), não podendo qualquer incentivo ou benefício disciplinado nesta Lei Complementar incidir, por consequência, sobre as operações relativas à circulação de energia elétrica e sobre as prestações de serviços de telecomunicações.

§ 2º Considera-se, também, empreendimento econômico de interesse prioritário ou adicional, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, aquele direcionado à manutenção ou ao melhoramento de empreendimento já incentivado nos termos desta Lei Complementar, mediante arrendamento ou locação dos respectivos locais e instalações, desde que mantidas as condições do projeto original, principalmente quanto ao número de empregados e aos níveis de produção, sem prejuízo da exigência de outras condições.

§ 3º Para efeito do § 2º deste artigo, considera-se projeto de arrendamento ou locação de unidade aquele destinado a viabilizar a transferência do incentivo ou do benefício fiscal já concedido à referida unidade, da empresa arrendante ou locadora à empresa arrendatária ou locatária.

.....

§ 5º Nas definições de projetos de implantação, ampliação, modernização, reativação e relocação dos empreendimentos econômicos de que trata este artigo incluem-se os casos em que o investimento seja realizado por terceiros, na modalidade de contrato de locação sob medida, de longo prazo, com locatário pré-determinado ("built to suit"), hipótese em que a empresa incentivada responde, solidariamente com o investidor, pelas obrigações relativas ao investimento, observado o disposto no § 6º deste artigo.

§ 6º Na hipótese prevista no § 5º deste artigo, havendo a extinção do contrato de arrendamento ou de locação, o benefício ou o incentivo também será extinto, independentemente do prazo previsto no instrumento pelo qual o incentivo ou o benefício fiscal tenha sido concedido, sem prejuízo das hipóteses de suspensão e de cancelamento e seus efeitos previstos nesta Lei Complementar." (NR)

"Art. 4º Observadas as regras do art. 3º desta Lei Complementar, pode usufruir dos benefícios ou dos incentivos estabelecidos nesta norma o empreendimento econômico, qualificado como de interesse prioritário ou adicional para o desenvolvimento integrado e sustentável de Mato Grosso do Sul, em conformidade com as diretrizes governamentais, e que, preenchendo os requisitos legais e regulamentares, possa concretizar, de qualquer modo, o atingimento dos objetivos referenciados no art. 2º desta Lei Complementar.

§ 1º Independentemente da exigência de outros requisitos e da natureza de outros empreendimentos, fica qualificado como de interesse prioritário o empreendimento econômico:

.....

III - .....:

.....

d) energia renovável como principal fonte de energia;

....." (NR)

"Art. 5º Sem prejuízo da observância da limitação de interesse governamental estabelecida no art. 3º, § 1º, inciso II, os benefícios ou os incentivos disciplinados nesta Lei Complementar não são aplicáveis aos empreendimentos econômicos:

.....

II - .....:

.....

e) animais vivos;

f) produtos in natura;

g) produtos de baixo valor agregado;

.....

IV - .....:

a) beneficiamento elementar ou primário de produtos;

.....

Parágrafo único. .....

I - não inviabilizam a aplicação do disposto no art. 14, caput, incisos I a VIII, desta Lei Complementar:

.....” (NR)

“Art. 7º-A. O valor da contribuição, apurado e devido ao Fundo Estadual Pró-Desenvolvimento Econômico (PRÓ-DESENVOLVE), deve ser recolhido ao Tesouro Estadual, na forma e no prazo estabelecidos em legislação específica.” (NR)

“Art. 14. Aos empreendimentos econômicos de relevantes interesses econômico, social ou fiscal do Estado pode ser:

.....

V - concedido o diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS:

a) incidente na importação de máquinas e de equipamentos destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer a saída destes, a qualquer título, do estabelecimento beneficiado, inclusive por transferência, comodato ou locação;

b) na modalidade de diferencial de alíquotas na aquisição interestadual de máquinas e de equipamentos destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer a saída destes a qualquer título do estabelecimento beneficiado, inclusive por transferência, comodato ou locação;

c) incidente na importação de matérias-primas e de insumos, para o momento em que ocorrer a saída interna destes, interestadual ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;

d) incidente na importação de mercadorias para revenda, para o momento em que ocorrer a saída destas mercadorias do estabelecimento importador;

e) incidente nas operações decorrentes de aquisição interna de matérias-primas e de insumos vinculados à produção, para o momento em que ocorrer a saída interna destes do estabelecimento beneficiado ou a saída dos produtos resultantes de sua industrialização;

VI - dispensado o recolhimento do ICMS substituição tributária nas operações decorrentes de aquisições de mercadorias de que trata o art. 3º, § 1º, inciso I, alínea “b”, desta Lei Complementar, e das aquisições de matéria-prima e de insumos;

VII - concedido regime especial para apuração e pagamento do ICMS, inclusive na modalidade diferencial de alíquotas e do ICMS substituição tributária;

VIII - concedido crédito outorgado sobre o montante de investimentos fixos comprovadamente realizados no prazo e nas condições firmados em termo de acordo.

§ 1º Os benefícios ou os incentivos previstos neste artigo:

.....

II - nos termos do inciso I e das alíneas “a” e “b” do inciso V do caput deste artigo, poderá ser exigido do empreendedor informação, em relação aos bens, inclusive de transporte, do ativo permanente que forem destinados à modernização ou à agilização da gestão e à organização dos seus negócios industriais ou agropecuários, os reflexos qualitativos ou quantitativos no respectivo processo de produção ou de ganho de competitividade, para a apreciação da SEFAZ, levando em conta os aspectos socioeconômicos do empreendimento.

§ 2º Nas hipóteses das alíneas “a” e “b” do inciso V do caput deste artigo, o pagamento do imposto antes diferido fica dispensado, exceto se ocorrer a saída dos bens adquiridos ou recebidos com o benefício do diferimento do ICMS antes de decorrido o prazo de 5 (cinco) anos, caso em que o imposto deve ser recolhido na forma prevista na legislação tributária e em termo de acordo firmado entre o Estado e a empresa beneficiária.

§ 3º Nas hipóteses das alíneas “c”, “d” e “e” do inciso V do caput deste artigo, o empreendimento econômico incentivado fica dispensado do pagamento do ICMS antes diferido, nos casos em que a saída subsequente seja incentivada com base nesta Lei e em outras situações previstas no regulamento.

§ 4º A aplicação do diferimento do lançamento e pagamento do imposto nas operações de que decorra a entrada de matérias-primas, insumos ou mercadorias, não prejudica e nem interfere na apuração do benefício ou do incentivo fiscal aplicável às operações relativas à saída dos respectivos produtos ou dos produtos resultantes de sua industrialização." (NR)

"Art. 15. As empresas interessadas na obtenção de benefícios ou de incentivos abrangidos por esta Lei Complementar, devem:

I - quando se tratar de benefícios ou de incentivos relacionados a operações industriais, formalizar requerimento, carta-consulta ou proposta ao Fórum Deliberativo do MS-Indústria;

II - nos demais casos, formalizar requerimento à Secretaria de Estado de Fazenda.

§ 1º É permitido cumular os pedidos relativos a benefícios ou a incentivos indicados nos incisos I e II do caput deste artigo em carta-consulta, caso em que esta deverá ser apresentada ao Fórum Deliberativo do MS-Indústria.

§ 2º Os procedimentos relacionados à concessão ou ao indeferimento dos pedidos, bem como à formalização dos termos de acordo e aos demais aspectos instrumentais, serão definidos em regulamento." (NR)

"Art. 16. Os requerimentos ou as cartas-consultas, as propostas e os projetos técnicos de viabilidade econômico-financeira de empreendimentos econômicos devem ser analisados por técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar e da Secretaria de Estado de Fazenda, dentro de suas respectivas competências e na forma do regulamento.

§ 1º No caso dos benefícios ou dos incentivos fiscais destinados a estimular o processo industrial, o trabalho de análise do projeto técnico de viabilidade econômico-financeira deve ser custeado pela empresa interessada, segundo os valores definidos mediante deliberação do Fórum Deliberativo do MS-Indústria.

§ 2º Tratando-se de empreendimento econômico de natureza não industrial, as propostas e os requerimentos apresentados devem ser analisados por técnicos da Secretaria de Estado de Fazenda, com a colaboração de técnicos dos demais órgãos governamentais, se necessário.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o titular da Secretaria de Estado de Fazenda pode deferir ou indeferir a proposta ou o pedido, exceto no caso em que a matéria seja de submissão obrigatória à decisão do Governador do Estado.

§ 4º Juntamente com o requerimento, a carta-consulta ou a proposta, a pessoa jurídica interessada na obtenção de benefícios ou de incentivos deve encaminhar declaração, subscrita por representante com poderes para tanto, assinada digitalmente ou com firma reconhecida, pela qual se comprometa a realizar, anualmente, a destinação dos recursos de que trata o § 2º do art. 4º desta Lei Complementar, a partir da obtenção dos benefícios ou dos incentivos pleiteados, sob pena de indeferimento da proposta ou do pedido." (NR)

"Art. 17. As disposições deste capítulo são aplicáveis, no que couber, aos projetos de ampliação, modernização, reativação, relocação e de novidade na matriz industrial de unidade produtiva (art. 3º, V a IX, desta Lei Complementar).

.....

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, caso a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar ou a Secretaria de Estado de Fazenda entendam oportuno e conveniente, poderão, a fim de subsidiar a concessão de benefícios fiscais, realizar vistoria técnica no estabelecimento, emitir laudo técnico, vistoriar máquinas e equipamentos, ou exigir a prestação de quaisquer informações relativas ao empreendimento, que serão consideradas autodeclaração da empresa, reputando-se como verdadeiras, sob as penas da Lei.

....." (NR)

"Art. 17-A. A concessão dos benefícios ou dos incentivos nos termos desta Lei Complementar, ressalvado os previstos no inciso I do caput do art. 14, deve ser efetivada mediante a celebração de Termo de Acordo entre a empresa beneficiada ou incentivada e o Estado de Mato Grosso do Sul, assinado pelo representante legal da empresa, pelo titular da Secretaria de Estado de Fazenda, pelo Governador do Estado, e, quando exigir deliberação do Fórum Deliberativo do MS-Indústria, pelo titular da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar." (NR)

"Art. 18. .....

§ 1º Dentre as obrigações está a das empresas beneficiárias comprovarem, anualmente, perante a Secretaria de Estado de Fazenda, a destinação dos recursos de que trata o § 2º do art. 4º desta Lei Complementar, sob pena de suspensão ou de cancelamento dos benefícios ou dos incentivos concedidos.

§ 2º Na hipótese de as empresas beneficiárias não terem realizado a destinação de que trata o § 2º do art. 4º desta Lei Complementar, a empresa poderá suprir o descumprimento da obrigação mediante doação de valor compatível com o montante que teria sido destinado, devidamente atualizado nos termos da legislação tributária estadual, em momento posterior, ao Fundo mencionado no referido dispositivo." (NR)

"Art. 20. Periodicamente, deve ser realizado o acompanhamento, preferencialmente sob a forma eletrônica, nos empreendimentos econômicos, beneficiados ou incentivados pelo Estado, a ser realizado, por técnicos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar e da Secretaria de Estado de Fazenda, no limite de suas respectivas competências definidas em lei.

....." (NR)

"Art. 21. .....:

.....

VIII - não cumprimento do disposto no § 2º do art. 4º e no § 1º do art. 18 desta Lei Complementar;

....." (NR)

"Art. 22. .....:

.....

IV - no caso da ocorrência das demais hipóteses previstas no caput do art. 21 desta Lei Complementar, não será obrigada à restituição de valores pecuniários fruídos.

....." (NR)

"Art. 23-A. Na atividade de acompanhamento e de controle dos benefícios ou dos incentivos fiscais, havendo indícios de que a empresa esteja inadimplente quanto às condições e às obrigações socioeconômicas e específicas pactuadas em compromisso de obrigações recíprocas, a autoridade competente deve intimar a empresa para, no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, comprovar o cumprimento dessas condições e obrigações, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º O descumprimento da intimação ou a não comprovação de que trata o caput deste artigo, no prazo da intimação, implica a suspensão automática do incentivo ou do benefício fiscal, por 12 (doze) meses consecutivos, com efeitos a contar do primeiro dia do mês no qual se encerra o prazo da notificação, observado o disposto no § 2º deste artigo.

.....

§ 3º Na hipótese do inciso I do § 2º deste artigo, o adicional referente ao período compreendido entre janeiro do ano em que ocorrer a opção e o mês da opção deve ser atualizado e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês e de multa moratória (arts. 285 e 120 da Lei nº 1.810, de 1997), devendo ser pago até o dia 10 (dez) do mês subsequente à opção ou parcelado nos termos previstos no art. 32-A desta Lei Complementar.

§ 4º.....

I - o Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Fazenda, deve apresentar uma proposta de repactuação do incentivo ou do benefício fiscal à empresa, que deve se manifestar sobre a sua aceitação ou não, no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, contado do recebimento da proposta;

.....

§ 8º A empresa deve, durante o período de vigência da suspensão, realizar a apuração e o pagamento do ICMS sem a utilização de incentivo ou de benefício fiscal." (NR)

"Art. 23-B. Os prazos estabelecidos em compromisso de obrigações recíprocas para a realização de investimentos fixos ou para o cumprimento de obrigações específicas a serem realizadas até uma data fixa, podem ser prorrogados, por até 24 (vinte e quatro) meses, uma única vez, mediante pedido justificado da empresa beneficiária." (NR)

"Art. 23-C. .....:

I - caracterizada a inadimplência, a empresa será notificada para, no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, realizar o pagamento ou o parcelamento do débito, nos termos da legislação;

....." (NR)

"Art. 23-D. .....:

I - caracterizada a inadimplência, a empresa será notificada para, no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, realizar o pagamento ou o parcelamento da contribuição, nos termos da legislação;

....." (NR)

"Art. 24-D. .....

.....

§ 10. Na hipótese do § 9º deste artigo, a Secretaria de Estado de Fazenda, após a data de vencimento da última contribuição a ser paga no período a que se refere o caput deste artigo, deverá intimar o contribuinte para, no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, realizar o pagamento da contribuição ou comprovar o cumprimento das contrapartidas e das condições e obrigações socioeconômicas pactuadas para o período de janeiro de 2018 a dezembro de 2022.

.....

§ 12. As empresas enquadradas nas disposições do caput deste artigo, que não optarem pelo pagamento da referida contribuição adicional, pelo período e para a finalidade previstos, serão intimadas para, no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, comprovarem o cumprimento das condições e das obrigações socioeconômicas pactuadas, relativamente a todo o período de vigência do incentivo ou do benefício fiscal.

.....

§ 14. As empresas que tenham sido intimadas na forma do § 12 deste artigo e tenham apresentado documentação comprobatória até 31 de dezembro de 2022, em caso de constatação de descumprimento das obrigações socioeconômicas pactuadas, após a análise da referida documentação, terá o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável por igual período, para realizar a manifestação de que trata o § 3º deste artigo, ainda que tenha sido ultrapassado o prazo previsto no referido § 3º, sob pena de cancelamento do benefício ou do incentivo." (NR)

"Art. 27-F. Os contribuintes que utilizam incentivos ou benefícios fiscais concedidos na modalidade de crédito presumido ou outorgado ou de dedução de valores do saldo devedor do imposto devem prestar, nos prazos e nos meios definidos pela legislação tributária estadual, as informações relativas a operações ou a prestações alcançadas por benefícios ou por incentivos fiscais, informando, inclusive, relativamente às contribuições a que se referem os arts. 23-A, § 2º, inciso I; 24-C, 24-D e 27-A desta Lei Complementar.

....." (NR)

"Art. 27-G. As empresas optantes do Simples Nacional que vierem a ser desenquadradas do referido regime tributário diferenciado, ou que ultrapassarem o sublimite aplicável no Estado, poderão utilizar os incentivos ou os benefícios fiscais a que se refere o art. 20-D desta Lei Complementar, independentemente de adesão e de contribuição ao FADEFE/MS, desde que realizem a apuração do ICMS pelo regime normal e atendam, se exigidos, outros requisitos legais previstos para a sua fruição." (NR)

"Art. 28. .....:

I - o saldo financeiro e os créditos vencidos e vincendos, existentes em seu favor na data da extinção, devem ser revertidos ao Fundo Estadual Pró-Desenvolvimento Econômico (PRÓ-DESENVOLVE) de que trata o art. 24-A desta Lei Complementar;

.....” (NR)

“Art. 31. .....

Parágrafo único. .....:

.....

V - não prejudica a aplicação das regras do art. 14, incisos I ao VIII desta Lei Complementar;

.....” (NR)

“Art. 31-G. No caso de empresas interdependentes, em que uma ou mais sejam beneficiárias de incentivos ou de benefícios fiscais concedidos com base nesta Lei Complementar, a apuração do imposto, mediante a utilização desses incentivos ou benefícios fiscais, pode ser realizada de forma diferenciada, nos termos estabelecidos no regulamento ou em termo de acordo.

Parágrafo único. Para efeito deste artigo, consideram-se interdependentes as empresas enquadradas nas disposições do inciso II do § 1º do art. 57-A da Lei nº 1.810, de 22 de dezembro de 1997.” (NR)

“Art. 32. As matérias disciplinadas nos arts. 5º, parágrafo único; 14; 15, II; 16, § 2º e 31, desta Lei Complementar, assim como a concessão de qualquer benefício ou incentivo não destinado a estimular o processo industrial, independem de análise ou de proposição pelo Fórum Deliberativo do MS-Indústria.” (NR)

“Art. 32-A. Os débitos decorrentes da falta de pagamento das contribuições previstas nos arts. 23-A, § 2º, inciso I; 24-C, 24-D e 27-A a 27-C desta Lei Complementar podem ser parcelados em até 12 (doze) parcelas, mensais e sucessivas, com os devidos acréscimos legais, aplicando-se, complementarmente e no que couber, as disposições do Anexo IX - Do Parcelamento do ICMS, ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998.

.....” (NR)

“Art. 34. Havendo relevante interesse econômico, social ou fiscal, o Governador do Estado pode firmar com o interessado, excepcionalmente e sob determinadas condições expressas, compromisso de obrigações recíprocas, para a concessão de benefício ou de incentivo de forma diferenciada, independentemente do que dispõem os arts. 3º, 4º e 5º desta Lei Complementar, e a Lei Estadual nº 4.049, de 30 de junho de 2011, para:

I - a implantação, a ampliação, a modernização ou a reativação de determinado empreendimento econômico;

.....

Parágrafo único. .....:

.....

VI - o compromisso de obrigações recíprocas de que trata o caput deste artigo, no que se refere aos seus incisos I e II, pode abranger quaisquer aspectos de natureza tributária que possam fomentar os empreendimentos econômicos de que trata esta Lei Complementar.” (NR)

Art. 2º Ficam convalidados os atos administrativos praticados anteriormente à vigência desta Lei Complementar, em conformidade com o disposto no caput e no inciso I do § 4º do art. 23-A, no inciso I do caput do art. 23-C, no inciso I do caput do art. 23-D e nos §§ 10, 12 e 14 do art. 24-D da Lei Complementar nº 93, de 2001, na redação dada por esta Lei.

Art. 3º As empresas ou os estabelecimentos detentores de incentivos ou de benefícios fiscais que não aderiram às contribuições previstas nos arts. 27-A e 24-D da Lei Complementar nº 93, de 2001, para fins de prorrogação dos benefícios ou dos incentivos fiscais para até o novo prazo previsto no § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 7 de agosto de 2017, na redação dada pela Lei Complementar Federal nº 186, de 27 de outubro de 2021, ou para fins de dispensa da exigência das contrapartidas e das obrigações socioeconômicas estabelecidas como condição para a fruição dos benefícios ou dos incentivos fiscais, até 31 de dezembro de 2022, podem aderir, em favor do PRÓ-DESENVOLVE à contribuição adicional prevista no inciso I do § 2º do art. 23-A da referida Lei Complementar nº 93, de 2001, exclusivamente para essas finalidades.

§ 1º A contribuição adicional a que se refere o caput deste artigo deve:

I - ser paga pelo período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2025, observando-se, no que couber, as disposições dos arts. 23-A e 23-D da Lei Complementar nº 93, de 2001, ressalvado o disposto no § 6º deste artigo;

II - ser realizada sem prejuízo da contribuição prevista nos arts. 24-C e 24-D da Lei Complementar nº 93, de 2001.

§ 2º A prorrogação ou a dispensa do cumprimento das obrigações socioeconômicas a que se refere o caput deste artigo, mediante a contribuição adicional nele referida, é condicionada a que as empresas ou os estabelecimentos interessados manifestem, expressamente, até 30 de junho de 2023, na forma do regulamento, a sua concordância com a referida contribuição adicional, no percentual e no período estabelecidos.

§ 3º A contribuição adicional de que trata caput deste artigo, relativamente ao período compreendido entre o mês de janeiro de 2023 e o mês anterior ao da manifestação expressa de que trata o § 2º deste artigo, pode ser paga na forma prevista no § 3º do art. 23-A ou no art. 32-A da Lei Complementar nº 93, de 2001, sem prejuízo da atualização monetária, dos juros de mora e da multa de mora neles previstos.

§ 4º A partir do mês em que ocorrer a manifestação de que trata o § 2º deste artigo, a contribuição adicional de que trata o seu caput deve ser paga, mensalmente, no prazo a que se refere o § 1º deste artigo, mediante a utilização de documento de arrecadação e sob código de receita específicos.

§ 5º Enquanto não editado o regulamento, a manifestação de que trata o § 2º deste artigo deve ser realizada, preferencialmente, por meio de Sistema Administrativo de Processo Eletrônico (e-SAP), no ambiente restrito do ICMS Transparente, utilizando formulário padrão disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda, o qual deve:

I - conter a especificação de todos os termos de acordo, ou no caso do § 14 deste artigo, dos atos normativos relativos aos benefícios fiscais, referentes à manifestação;

II - ser assinado pelo representante legal da empresa ou pelo procurador devidamente habilitado;

III - ser acompanhado do instrumento de mandato e de documento oficial com foto do mandatário, quando assinado por procurador;

§ 6º A falta de pagamento da parcela única ou, no caso de parcelamento, da primeira parcela, da contribuição adicional relativa ao período a que se refere o § 3º deste artigo, enseja a perda dos efeitos da adesão a que se refere o caput deste artigo, impedindo a prorrogação do incentivo ou do benefício fiscal e, se já prorrogado, a sua perda.

§ 7º A contribuição adicional de que trata este artigo paga fora do prazo estabelecido deve ser atualizada monetariamente e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês e de multa moratória, nos termos previstos nos arts. 285 e 120 da Lei nº 1.810, de 1997.

§ 8º A efetivação da prorrogação de que trata o caput deste artigo dar-se-á mediante a celebração de Aditivo ao Termo de Acordo da empresa.

§ 9º À dispensa da exigência das contrapartidas e das obrigações socioeconômicas de que trata o caput deste artigo aplicam-se, no que couber, as regras do art. 23-A da Lei Complementar nº 93, de 2001, inclusive quanto à repactuação dos benefícios ou dos incentivos fiscais, independentemente do pagamento da contribuição adicional prevista neste artigo.

§ 10. O descumprimento de obrigações socioeconômicas a partir de 1º de janeiro de 2023 submete as empresas ou os estabelecimentos a que se refere o caput deste artigo às disposições do art. 23-A da Lei Complementar nº 93, de 2001, inclusive quanto à contribuição prevista no inciso I do § 2º do referido art. 23-A, sem prejuízo do pagamento da contribuição adicional de que trata este artigo.

§ 11. As empresas que realizarem a adesão e efetuarem o pagamento da contribuição adicional de que trata o caput deste artigo, na forma prevista nos §§ 1º a 4º deste artigo, caso tenham realizado o pagamento do imposto sem a fruição do respectivo incentivo ou benefício fiscal, em relação às operações ou às prestações ocorridas a partir do mês de janeiro de 2023, poderão apropriar, desde que autorizadas, como crédito, para ser compensado com débito do imposto de sua responsabilidade, o valor correspondente à diferença entre o valor pago e o valor do respectivo débito, considerada a aplicação do incentivo ou do benefício fiscal, observado o disposto no § 12 deste artigo.

§ 12. A apropriação do crédito a que se refere o § 11 deste artigo é condicionada à autorização

prévia da Secretaria de Estado de Fazenda, a ser expedida mediante a demonstração da existência da respectiva diferença.

§ 13. A adesão à contribuição adicional de que trata este artigo é irretratável.

§ 14. O disposto no caput e nos §§ 1º ao 7º e 11 a 13 deste artigo, aplica-se, também, no que couber, às empresas ou aos estabelecimentos detentores dos incentivos ou dos benefícios fiscais previstos nos atos normativos relacionados no parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 14.882, de 17 de novembro de 2017, que não aderiram à contribuição prevista no art. 20-D da Lei Complementar nº 93, de 2001, para fins de prorrogação desses incentivos ou benefícios para até o novo prazo previsto no § 2º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 160, de 2017, na redação dada pela Lei Complementar Federal nº 186, de 2021, observado o seguinte:

I - a prorrogação dos benefícios ou dos incentivos fiscais para até o novo prazo a que ele se refere aplica-se, exclusivamente, em relação às prestações ou às operações ocorridas a partir da data de publicação desta Lei Complementar;

II - a adesão à contribuição adicional a que se refere o caput deste artigo e o seu pagamento não convalidam a eventual utilização de benefícios ou de incentivos fiscais em relação a prestações ou a operações ocorridas no período compreendido entre o termo final de vigência desses benefícios ou incentivos fiscais, a partir do qual a sua prorrogação estava condicionada à adesão à contribuição prevista no inciso II do art. 27-A da Lei Complementar nº 93, de 2001, e ao seu pagamento e à data de 31 de dezembro de 2022.

§ 15. Na hipótese deste artigo, aplicam-se, complementarmente, no que couber, as disposições da Lei Complementar nº 93, de 2001, e do Decreto nº 14.882, de 2017.

Art. 4º O pedido de prorrogação de benefícios fiscais de que trata o art. 3º desta Lei Complementar, quando se tratar de atividade econômica de revenda de mercadorias, poderá ser indeferido mediante decisão fundamentada do Secretário de Estado de Fazenda, objetivando a manutenção da competitividade das indústrias locais.

Parágrafo único. Dentre os fundamentos a serem utilizados para o indeferimento do pedido de que trata o caput deste artigo está o de impedir que empresas com atividade exclusiva de revenda de determinadas mercadorias ou em volume significativo frente ao total de operações da empresa, sobretudo em operações de saídas internas, possam prejudicar as operações industriais de empresas sul-mato-grossenses que fabriquem o mesmo produto.

Art. 5º Renumeram-se para § 1º os parágrafos únicos dos dispositivos abaixo especificados da Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001:

I - art. 14;

II - art. 15;

III - art. 18.

Art. 6º Revogam-se os dispositivos abaixo especificados:

I - da Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001:

a) o inciso I, as alíneas "a", "b", "c" e "d" do inciso II, o inciso III do caput e o inciso II do parágrafo único do art. 5º;

b) o art. 10;

c) os incisos I e II do caput e os incisos I e II do parágrafo único do art. 17;

d) o inciso II do parágrafo único do art. 34;

II - o parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 280, de 17 de dezembro de 2020.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 19 de dezembro de 2022.

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado

DECRETO ORÇAMENTÁRIO

DECRETO "O" Nº 146/2022, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar à(s) Unidade(s) Orçamentária(s) que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício da competência que lhe confere o art. 89, inciso VII, da Constituição Estadual, e tendo em vista a autorização contida no art. 8°, da Lei nº 5.784, de 16 de dezembro de 2021, combinado com o art. 31, da lei nº 5.916, de 6 de julho de 2022,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar à(s) Unidade(s) Orçamentária(s) mencionada(s), compensado(s) de acordo com os incisos do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme detalhado no Anexo deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 20 de dezembro de 2022

REINALDO AZAMBUJA SILVA
Governador do Estado

LUIZ RENATO ADLER RALHO
Secretário de Estado de Fazenda

ANEXO AO DECRETO Nº 146/2022, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022						R$
ESPECIFICAÇÃO	INC	ESF	GND	FON	SUPLEMENTAÇÃO	CANCELAMENTO
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS						
FUNDO ESPECIAL DE SAÚDE DE MS						
27901.10.302.2043.4073		S				
Gestão e Manutenção do HRMS.						
	2		1	100	12.300.000,00	0,00
SUBTOTAL				100	12.300.000,00	0,00
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO						
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO						
29101.12.361.2046.4088		F				
Prover estrutura para o fortalecimento e o desenvolvimento do ensino fundamental.						
	3		1	100	47.406.627,00	0,00
	3		3	100	0,00	28.372.747,00
	3		4	100	0,00	19.033.880,00
29101.12.362.2046.4089		F				
Prover estrutura para o fortalecimento e o desenvolvimento de ensino médio.						
	3		1	100	37.210.646,34	0,00
	3		3	100	0,00	31.019.258,54
	3		4	100	0,00	6.191.387,80
SUBTOTAL				100	84.617.273,34	84.617.273,34

AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO						
AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO						
31202.06.421.2047.4219		F				
Manutenção da Gestão do Sistema Penitenciário						
	3		1	100	0,00	489,00
	3		3	100	489,00	0,00
SUBTOTAL				100	489,00	489,00
ENCARGOS GERAIS FINANCEIROS DO ESTADO						
ENCARGOS GERAIS FINANCEIROS DO ESTADO						
35101.28.841.0907.9017		F				
Refinanciamento da Dívida Pública Contratual Estadual Interna						
	3		3	100	0,00	7.701.100,00
35101.28.846.0905.9007		F				
Encargos com o PASEP.						
	3		3	100	7.701.100,00	0,00
SUBTOTAL				100	7.701.100,00	7.701.100,00
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA						
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA						
51101.04.122.0014.4166		F				
Manutenção e Operacionalização da SEGOV						
	2		1	100	500.000,00	0,00
	3		1	100	940.000,00	0,00
51101.04.122.2049.4188		F				
Coordenação dos Projetos de Parcerias						
	3		1	100	0,00	70.000,00
51101.04.122.2075.4163		F				
Participar efetivamente nos fóruns de desenvolvimento (CODESUL, ZICOSUL, Brasil Central)						
	3		1	100	0,00	370.000,00
51101.04.122.2087.4187		F				
Implantar as Ações de Comunicação do Governo						
	3		1	100	0,00	500.000,00
SUBTOTAL				100	1.440.000,00	940.000,00
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL						
INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL						
71204.18.122.0020.4411		F				
Manutenção e Operacionalização do IMASUL						
	2		1	100	1.000.000,00	0,00
SUBTOTAL				100	1.000.000,00	0,00
TOTAL				100	107.058.862,34	93.258.862,34
TOTAL GERAL					107.058.862,34	93.258.862,34

OBS:

A) INCISOS DO ART. 43 DA LEI FEDERAL Nº 4.320 DE 17/03/64

1 - SUPERÁVIT FINANCEIRO
2 - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
3 - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO
4 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO

B) GND - GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
4 - INVESTIMENTOS
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS
6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria de Estado de Fazenda

ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 166, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre o cancelamento de inscrições estaduais, nos casos que específica, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o art. 36 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal ao Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 9.203, de 18 de setembro de 1998, dada nova redação através do Decreto 14.644, de 29 de dezembro de 2016,

D E C L A R A:

Art. 1º Ficam CANCELADAS, com base no disposto na:

I - alínea "a", do Inciso III, do art. 42 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal, ao RICMS, as inscrições estaduais dos contribuintes relacionados no anexo I a este Ato Declaratório;

II - alínea "c", do inciso IX, do art. 42 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal, ao RICMS, a inscrição estadual do contribuinte relacionado no anexo II a este Ato Declaratório;

III - inciso XII, do art. 42 do Anexo IV – Do Cadastro Fiscal, ao RICMS, a inscrição estadual do contribuinte relacionado no anexo III a este Ato Declaratório;

Parágrafo único. O cancelamento das inscrições estaduais de que trata este artigo implica a observância do disposto nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 42 do Anexo IV ao RICMS,

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande - MS, 20 de Dezembro de 2022.

WILSON TAIRA
Superintendente de Administração Tributária

ANEXO I AO ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 166/2022 20 DE DEZEMBRO/2022

CAMPO GRANDE		
1	ANNELYSE M SOUZA DE JESUS LUBAS 01144427118	28.432.147-8
2	ATITUDE STUDIO HAIR FASHION LTDA	28.366.828-8
3	BIANCA N. O. ACORSE EIRELI EPP	28.445.122-3
4	CANAL MAIS SAUDE TV, TECNOL E COMUNICACAO LTDA	28.430.954-0
5	CLAUDIA MENDES MOURA CARDOSO 96494077153	28.460.315-5
6	LUCIA DA SILVA CASA DE CARNE LTDA	28.457.475-9
7	MARIA SOLANGIA DA COSTA SILVA 56256914104 - ME	28.427.665-0
8	RUBENS EDUARDO CHAPARIM 18154201895	28.424.834-7
9	SUPERMERCADO NUTRIBEM LTDA	28.455.600-9
PONTA PORA		
10	EMARIANO ME	28.410.969-0
RIO BRILHANTE		
11	SILVIO DE SOUZA VALERIO 02543910107	28.433.969-5

ANEXO II AO ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 166/2022 20 DE DEZEMBRO/2022

IVINHEMA		
1	ROSANA SCHUELTER	28.811.906-1

ANEXO III AO ATO DECLARATÓRIO/SAT Nº 166/2022 20 DE DEZEMBRO/2022

PORTO MURTINHO		
1	HELIO DE LIMA	28.793.377-6

PORTARIA/SAT 3079, de 20 de dezembro de 2022

Dispõe sobre a inclusão, exclusão de produtos e alteração de descrições e valores, na lista dos preços médios ponderados a consumidor final (PMPF), dos produtos que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso de suas atribuições e da competência que lhe confere o inciso I_A do art 3° do ANEXO III - Da Substituição Tributária, ao Regulamento do ICMS, na redação dada pelo Decreto nº 15.020, de 12 de junho de 2018,

CONSIDERANDO pedidos de contribuintes para inclusão, exclusão e alteração de seus produtos na tabela denominada PMPF, com informação dos respectivos valores;

CONSIDERANDO o resultado das pesquisas realizadas em conformidade com as disposições do art. 9°-C, 9º-D e 9º-E do Anexo III - da Substituição Tributária, ao Regulamento do ICMS,

R E S O L V E:
Art. 1° A lista dos preços médios ponderados a consumidor final (PMPF), dos produtos relacionados abaixo, passa a vigorar com as inclusões, exclusões e alterações das descrições e valores, constantes do Anexo Único desta Portaria:

I - Bebidas I: Bebidas Alcoólicas, exceto Cerveja e Chope

II - Bebidas II: Cerveja, Refrigerante, Chope, Bebida Energética;

III- Suco;

IV - Fraldas.

Parágrafo único. Os produtos incluídos na lista de preços médios ponderados a consumidor final (PMPF) a que se refere o caput deste artigo, sujeitam-se, a partir da data de sua inclusão, às disposições do art. 9º-E do Anexo III ao Regulamento do ICMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de dezembro de 2022

Campo Grande, 20 de dezembro de 2022

WILSON TAIRA
Superintendente da Administração Tributária

ANEXO À PORTARIA/SAT 3079, de 20 de dezembro de 2022

00 -
00. -

CÓDIGO	**DESCRIÇÃO**	**VALOR (R$)**	***AÇÃO**
169927	SUCO DE UVA BRANCO COLHEITA DO SUL - ML -	9,96	E
87049	COQUETEL BRANCA DE NEVE - ML -	15,36	E
87030	COQUETEL FESTINI - ML -	14,40	E
86257	JURUBEBA DUNORTE - ML -	15,48	E
86523	VERMUTE CONTINI ROSE - ML -	30,97	E
86524	VERMUTE CONTINI BIANCO - ML -	28,33	E

87031	COQUETEL CALDEZANO TINTO - ML -	13,40	E
89002	REFRIGERANTE FUNADA COLA - ML -	1,94	E

17 - Produtos alimentícios

10.00 - Sucos de frutas ou de produtos hortícolas; mistura de sucos

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7898927209339	SUCO DE UVA BRANCO INTEGRAL COLHEITA DO SUL - 1000ML	9,96	A

02 - Bebidas alcoólicas, exceto cerveja e chope

08.00 - Gim (gin) e genebra

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7896008112202	GIN QUEEN ROYALE - 1000ML	18,80	I
7898295302557	GIN TONICA ICE DUROYALE - 269ML	3,59	I

09.00 - Jurubeba e similares

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7896008113100	JURUBEBA DUNORTE - 900ML	18,42	I

23.00 - Sangrias e coquetéis

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7896008112257	COQUETEL CONTINI ROSE - 900ML	24,90	I
7896008113292	COQUETEL CARGA RAPIDA - 950ML	13,50	I
7896008113308	COQUETEL BRANCA DE NEVE - 950ML	13,50	I
7896008113353	COQUETEL CALDEZANO - 950ML	11,50	I
7896008113360	COQUETEL FESTINI - 950ML	11,50	I
7898099397636	COQUETEL WIENBIER 58 WINE - 1500ML	16,90	I

24.00 - Vinhos de uvas frescas, incluindo os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7898927209728	VINHO BRASILEIRO COLHEITA DO SUL TINTO SUAVE - 1000ML	9,90	I

03 - Cervejas, chopes, refrigerantes, águas e outras bebidas

10.01 - REFRIGERANTE EM EMBALAGEM PET

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7896718701697	REFRIGERANTE FUNADA REFRICOLA - 250ML	2,18	I

10.02 - REFRIGERANTE EM LATA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7894900029017	REFRIGERANTE COCA-COLA SEM ACÚCAR TRANSFORMACÃO - 310ML	2,75	I

13.00 - BEBIDAS ENERGÉTICAS EM LATA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7898295304254	BEBIDA ENERGETICA BIG POWER - 473ML	6,29	I

21.01 - CERVEJA EM GARRAFA DE VIDRO DESCARTÁVEL

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7898377661015	CERVEJA BLACK PRINCESS BACK TO THE RED - 600ML	13,99	I
7898377660995	CERVEJA BLACK PRINCESS LETS HOP IPA - 600ML	13,99	I

23.00 - Chope

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7898099397735	CHOPE PABST - 1500ML	13,50	I
7898099397612	CHOPE WIENBIER HEXAMALTE - 1500ML	14,90	I
7898099397537	CHOPE WIENBIER 55 PILSEN - 1500ML	12,50	I
7898099397575	CHOPE WIENBIER 59 IPA - 1500ML	15,90	I

20 - Produtos de perfumaria e de higiene pessoal e cosméticos

48.00 - Fraldas

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)	*AÇÃO
7896007552863	FRALDA HUGGIES PANTS SUPREME CARE - M - 80 UNIDADES - 1PCT	136,35	I

7896007552870	FRALDA HUGGIES PANTS SUPREME CARE - G - 70 UNIDADES - 1PCT	136,35	I
7896007552887	FRALDA HUGGIES PANTS SUPREME CARE - XG - 64 UNIDADES - 1PCT	136,35	I
7896007552894	FRALDA HUGGIES PANTS SUPREME CARE - XXG - 58 UNIDADES - 1PCT	136,35	I

Legenda Ações*
A - Alteração de Produto
E - Exclusão de Produto
I - Inclusão de Produto

Extrato: Termos de Acordo e aditivos. Base legal e finalidade: previstas na Lei Complementar n. 93, de 05/11/2001 e na Lei Estadual n. 4.049/2011, 30/06/2011. Signatários: Estado de Mato Grosso do Sul e a empresa relacionada no processo abaixo:

Aditivos:
Aditivo ao Termo de Acordo n. 1.289/2021, de 08/08/2022 (processo n. 11/001.770/2021);
Aditivo ao Termo de Acordo n. 1.344/2022, de 08/08/2022 (processo n. 11/000.558/2022);
Segundo Aditivo ao Termo de Acordo n. 717/2012, de 08/08/2022 (processo n. 11/009.034/2012);
Nono Aditivo ao Termo de Acordo n. 398/2009, de 15/09/2022 (processo n. 11/012.844/2009).

Secretaria de Estado de Educação

Extrato do III Termo Aditivo ao Contrato 0001/2021/SED **N° Cadastral: 14534**

Processo: 29/042.001/2020

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Educação e RENTAL LOCADORA DE BENS E VEICULOS LTDA - EPP

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a Cláusula Décima Primeira do Contrato n. 001/2021, a qual passa a vigorar com nova redação, previsto no item 4.3 da Cláusula Quarta, e no item 17.1 da Cláusula Décima Sétima do referido contrato, com base no artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/1993.

Ordenador de Despesas: Edio Antonio Resende de Castro

Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e posteriores alterações.

Do Prazo: Fica prorrogada a vigência contratual por mais 12 (Doze) meses, pelo período de 04 de janeiro de 2023 a 03 de janeiro de 2024.

Data da Assinatura: 15/12/2021

Assinam: Maria Cecilia Amendola da Motta e Fábio Luis Biancão Lopes

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato N° 0017/2022/GL/COINF/SED **N° Cadastral 18203**

Processo: 29/023.668/2022

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Educação e Macro Engenharia e Construções Ltda - EPP

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a alteração do valor do Contrato n. 017/2022. DA SUPRESSÃO: O valor inicialmente contratado é de R$ 6.570.872,00 (seis milhões, quinhentos e setenta mil, oitocentos e setenta e dois reais), após a primeira reprogramação o contrato passa a ser R$ 7.461.557,93 (sete milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e três centavos), com a reprogramação fica suprimido ao valor contratado, a importância de R$ 2.957,70 (dois mil, novecentos e cinquenta e sete reais e setenta centavos), totalizando assim, o valor de R$ 7.458.600,23 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos reais e vinte e três centavos).

Amparo Legal: art. 65, inciso I, seu §1º, da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

Data da Assinatura: 16/12/2022

Assinam: Edio Antonio Resende de Castro e Paulo Cesar Castro dos Anjos

Extrato do VII Termo Aditivo ao Contrato 0022/2016/SED **N° Cadastral: 6802**

Processo: 29/023.671/2016

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Secretaria de Estado de Educação e VIP TRANSPORTES LTDA

Objeto: O Termo Aditivo tem por finalidade alterar a Cláusula Décima Primeira – Da vigência do Contrato n. 022/2016, a qual passa a vigorar com nova redação, conforme o

previsto no item 4.3 da Cláusula Quarta, e no item 17.1 da Cláusula Décima Sétima do referido contrato, com base no artigo 57, inciso II e §4º da Lei 8.666/1993.
Ordenador de Despesas: Anderson Soares Jbara
Amparo Legal: Lei federal n. 8.666/93 e posteriores alterações.
Do Prazo: A vigência contratual terá sua vigência prorrogada por mais 6 (seis) meses pelo período de 10 de janeiro de 2023 a 09 de julho de 2023.
Data da Assinatura: 16/12/2022
Assinam: Maria Cecilia Amendola da Motta e Tatiane Bortolin

RESOLUÇÃO/SED N. 4.119, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

Aprova o Calendário Escolar do ano de 2023, a ser operacionalizado no Centro de Educação Infantil José Eduardo Martins Jallad - ZEDU da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, na Lei n. 2.787, de 24 de dezembro de 2003, e na Lei n. 4.621, de 22 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Calendário Escolar do ano de 2023 a ser operacionalizado no Centro de Educação Infantil José Eduardo Martins Jallad - ZEDU da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, conforme Anexo Único desta Resolução e dispor sobre o ano escolar/letivo do ano de 2023.

CAPÍTULO I
DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 2º O ano escolar de 2023, no Centro de Educação Infantil José Eduardo Martins Jallad - ZEDU, terá a duração de 203 (duzentos e três) dias.

Art. 3º O ano escolar e o ano letivo de 2023 iniciar-se-ão no dia 6 (seis) de fevereiro de 2023.

Art. 4º A data de início das atividades escolares e do ano escolar/ano letivo, estabelecida no Anexo Único desta Resolução, não poderá ser alterada.

Art. 5º Para cumprimento do quantitativo de 202 (duzentos e dois) dias letivos, encontram-se previstos 6 (seis) sábados letivos, nas seguintes datas:

I - 15/4 Formação Continuada;
II - 17/6 Formação Continuada;
III - 8/7 Festa Julina;
IV - 5/8 Formação Continuada;
V - 11/11 Formação Continuada;
VI - 9/12 Família e Escola.

Art. 6º Os sábados letivos, previstos no art. 5º desta Resolução, somente poderão ser alterados em situações excepcionais de caso fortuito ou força maior, como calamidade pública, comoção interna ou, ainda, por motivo de superior interesse público.

§ 1º No ato da constatação de alguma das situações previstas no *caput* deste artigo, a Direção deverá efetuar o registro em Ata de Ocorrência, que deverá ser assinada pela direção e por, no mínimo, 2 (duas) testemunhas.

§ 2º As atividades previstas nos sábados letivos, que necessitarem de alterações de datas, deverão ser realizadas, preferencialmente, no sábado antecedente ou subsequente.

§ 3º As alterações dos sábados letivos, previstas neste artigo, e as situações excepcionais, explicitadas no *caput* deste artigo, ficarão sujeitas à validação da Coordenadoria de Normatização das Políticas

Educacionais (CONPED/SUPED/SED).

Art. 7º A Jornada Formativa e a Família e Escola deverão ocorrer com observância das orientações e propostas das Coordenadoria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (CFOR/SED) e Coordenadoria de Políticas para a Educação Infantil (COPEI/SUPED/SED/MS).

Art. 8º O Centro de Educação Infantil José Eduardo Martins Jallad - ZEDU poderá realizar atividades extraclasse, desde que planejadas antecipadamente, com registro em projeto específico e com fins, exclusivamente, pedagógicos.

§ 1º A atividade extraclasse somente será considerada dia letivo se envolver o corpo docente e o corpo discente do Centro de Educação Infantil José Eduardo Martins Jallad - ZEDU.

§ 2º O total anual de atividades extraclasse não poderá exceder o limite de 2,5% (dois e meio por cento) do quantitativo de dias letivos.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º Para o disposto na legislação, que estabelece normas para a avaliação das instituições de ensino e de cursos do Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, o Centro de Educação Infantil José Eduardo Martins Jallad - ZEDU deverá realizar a Avaliação Institucional Interna (AII) até a data prevista no Anexo Único desta Resolução.

Parágrafo único. A Avaliação Institucional Interna (AII) deverá ser realizada concomitantemente com as demais atividades, sem prejuízos à carga horária do estudante.

Art. 10. A Direção Escolar deverá efetuar apresentação e ampla divulgação do conteúdo desta Resolução ao corpo docente e demais segmentos da comunidade escolar, com leitura criteriosa no primeiro dia do ano escolar, bem como zelar pelo seu cumprimento.

Art. 11. O dia 20 (vinte) de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, destacado no Calendário Escolar por força do contido no art. 79-B da Lei Federal n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, não se trata de feriado estadual, devendo ser mantidas as atividades normais do Centro de Educação Infantil José Eduardo Martins Jallad - ZEDU.

Art. 12. A presente Resolução passa a fazer parte das normas regimentais da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Art. 13. O Centro deverá observar, naquilo que lhe couber, os demais dispositivos da Resolução SED que aprova o Calendário Escolar do ano de 2023, a ser operacionalizado nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul.

Art. 14. Compete à Direção Escolar inserir e assinar o Calendário Escolar no Sistema Papel Zero, assim como solicitar a assinatura do servidor responsável pela inspeção escolar que realizará os procedimentos necessários para a validação do documento.

Art. 15. O descumprimento do disposto nesta Resolução implicará em responsabilidade administrativa do agente responsável pela infração.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo titular da Secretaria de Estado de Educação.
Art. 17. Esta Resolução revoga a Resolução SED n. 3.956, de 15 de dezembro de 2021.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2023.

CAMPO GRANDE/MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA
Secretária de Estado de Educação

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SED N. 4.119, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

CALENDÁRIO ESCOLAR – 2023 - CEI ZEDU

Janeiro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

FÉRIAS ESCOLARES

Fevereiro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1 LE	2 DNT	3 DNT	4
5	6 IAE IAL JF/ IB/ APC	7 JF APC	8 JF APC	9 JF APC	10 JF APC	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20 NL	21 NL	22 NL	23	24	25
26	27	28				

14 dias letivos - 1: Lotação Efetivo / 2 e 3: Dias não trabalhados-docentes / 6 a 10: Jornada Formativa / 20 a 22: Carnaval-Cinzas

Março

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	

23 dias letivos

Abril

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6 NL	7 F	8
9	10	11	12	13	14	15 FC
16	17	18	19	20	21 F	22
23/30	24	25	26	27	28 TB	29

18 dias letivos - 15: Formação Continuada / 7: Paixão de Cristo / 21: Tiradentes

Maio

D	S	T	Q	Q	S	S
	1 F	2 IB	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

22 dias letivos - 1: Dia Mundial do Trabalho

Junho

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8 F	9 NL	10
11	12 NL	13	14	15	16	17 FC
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

19 dias letivos - 8: Corpus Christi / 13: FM - Feriado Municipal - Campo Grande / 17: Formação Continuada

Julho

D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8 FJ
9	10	11	12	13	14 TB	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

11 dias letivos - 8: Festa Julina / 17 a 31: Recesso escolar

Agosto

D	S	T	Q	Q	S	S
		1 IB	2	3	4	5 FC
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		

24 dias letivos - 5: Formação Continuada
26: FM - Feriado Municipal - Campo Grande

Setembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7 F	8 NL	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

19 dias letivos - 7: Independência do Brasil

Outubro

D	S	T	Q	Q	S	S
1	2 IB	3	4	5	6 TB	7
8	9 NL	10 NL	11 F	12 F	13 NL	14
15	16 IB	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

17 dias letivos - 21: Formação Continuada

Novembro

D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2 F	3 NL	4
5	6	7	8	9	10	11 FC
12	13	14	15 F	16	17	18
19	20 CN	21	22	23	24 AII	25
26	27	28	29	30		

20 dias letivos - 2: Finados / 15: Proclamação da

Dezembro

D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9 FE
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21 TAL TB	22 TAE	23
24/31	25 F	26 DNT	27 DNT	28 DNT	29 DNT	30

16 dias letivos - 9: Família e Escola / 21: Término do ano

/ 11: Criação do Estado de MS / 12: Nossa Sr.ª Aparecida / 15: Dia dos Professores / 21: Formação continuada / 28: Servidor Público

República / 11 - Sábado letivo / 20: CN - Consciência Negra / 24: Avaliação Institucional Interna

letivo / 22: término do ano escolar / 25: Natal

Férias/Recesso Escolar | Feriado/Ponto Facultativo | Dias Letivos | Término do Ano Escolar | Feriado Municipal

LEGENDA:

AII - Avaliação Institucional Interna
APC- Avaliação Pedagógica Complementar
CC - Conselho de Classe
CCF - Conselho de Classe Final
CN - Dia da Consciência Negra
DNT - Dia não trabalhado
EF - Exame Final
F/PF - Feriado/Ponto Facultativo
FC - Formação Continuada
FE - Família e Escola
FEA - Festa de encerramento anual
FJ- Festa Julina
FM - Feriado Municipal
FR - Finalização dos Resultados
IAE - Início do Ano Escolar
IAL - Início do Ano Letivo
IB - Início de Bimestre
IDR - Início de Digitação dos Resultados Bimestrais - SGDE
JF - Jornada Formativa
LE - Lotação Professor Efetivo
NL - Não Letivo
RE - Recesso Escolar
SL - Sábado Letivo
TAE - Término do Ano Escolar
TAL - Término do Ano Letivo
TB - Término de Bimestre
TDR - Término de Digitação dos Resultados - SGDE
RPP - Avaliação do Regime de Progressão Parcial

Total de dias Letivos 202
Total de dias Ano Escolar 203

Início do Ano Letivo: 6/2/2023
Término do Ano Letivo: 21/12/2023
Término do Ano Escolar: 22/12/2023

1º Semestre: 6/2/2023 a 14/7/2023 - 107 dias
2º Semestre: 1º/8/2023 a 21/12/2023 - 95 dias

1º Bimestre: 6/2/2023 a 28/4/2023 - 55 dias
2º Bimestre: 2/5/2023 a 14/7/2023 - 52 dias
3º Bimestre: 1º/8/2023 a 6/10/2023 - 48 dias
4º Bimestre: 16/10/2023 a 21/12/2023 - 47 dias

Sábados Letivos:

Data	Atividade	Referência de horário para aplicação de Atividade Pedagógica Complementar
15/4	Formação Continuada	Quinta-feira
17/6	Formação Continuada	Quinta-feira
8/7	Festa Julina	_
5/8	Formação Continuada	Sexta-feira
11/11	Formação Continuada	Sexta-feira
9/12	Família e Escola	_

Secretaria de Estado de Saúde

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SAD/SES/VS-NS-III/2021

I – DAS PARTES: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ/MF sob o n.15.412.257/0001-28 doravante denominada como CONTRATANTE, representada pelo Secretário Estadual de Saúde Flavio da Costa Britto Neto, brasileiro, casado, servidor público estadual, portador da Cédula de Identidade R.G. n. 946048, expedida pela SSP/MS, inscrito no CPF n. 596.253.687-87, residente e domiciliado na Rua Bodoquena, n. 30, Amambaí, em Campo Grande; e por CAROLINA NIMER LEITE, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade R.G n. 000709797 SSP/MS, inscrita no CPF sob o n. 837.730.371-04 residente e domiciliada na Rua Rio Grande do Sul, n. 1254, Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, CEP 79020-011, doravante denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo de rescisão de contrato de trabalho, mediante as Cláusulas e condições aqui estipuladas.

II – DO FUNDAMENTO LEGAL: A presente rescisão contratual tem por objetivo rescindir o Contrato Pessoal por Tempo Determinado n. 05/2021/VS-NS-III/SES, conforme disposições expressas no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, no art. 27, inciso IX da Constituição Estadual, no art. 15, II da Lei Estadual 4.135/2011.

III – DO OBJETO: Fica rescindido, a partir de 2 de janeiro de 2023, o Contrato Pessoal por Tempo Determinado n. 05/2021/VS-NS-III/SES, – de prestação de serviços por prazo determinado, no qual executou temporariamente as atividades relativas à função de Farmacêutico-Bioquímico, na Secretaria de Estado de Saúde, a pedido da contratada.
Distrato este, solicitado pela contratada em comum acordo entre as partes, tem por finalidade encerrar as obrigações contidas no contrato original, firmado entre as partes, que entenderam por bem, doravante encerrá-lo, declarando aqui que não houve ônus para ambas as partes.

Campo Grande – MS, 1° de dezembro de 2022.

FLAVIO DA COSTA BRITTO NETO
Secretário de Estado de Saúde
CONTRATANTE

CAROLINA NIMER LEITE
Contratada

DESPACHO CEVISA Nº 008/2022

A Coordenadoria Estadual de Vigilância Sanitária torna pública a relação dos processos administrativos sanitários que se encontram com trânsito em julgado neste órgão fiscalizador:

Processo nº: 27/000007/2019.
Auto de Infração nº: 6.207/2018.
CNPJ: 03.889.011/0001-62.
Razão Social: Prefeitura Municipal de Sete Quedas (MS).
Nome Fantasia: Hospital Municipal de Sete Quedas.
Município: Sete Quedas / MS.
Embasamento Legal: item 3.25, alínea "n", item 3.55, alínea "c", e item 4.44, da Portaria SVS n° 453, de 01 de junho de 1998 (ocorrência 01); do item 3.13, alínea "c", item 5.11, alínea "a", da Portaria SVS n° 453, de 01 de junho de 1998 (ocorrência 02); do item 3.55, alíneas "a", "b", "c", "d", item 4.44, item 4.45, da Portaria SVS n° 453, de 01 de junho de 1998 (ocorrência 03); e, finalmente, do art. 297, parágrafo único, e do art. 300, ambos da Lei Estadual nº 1.293, de 21 de setembro 1992 – Código Sanitário Estadual (ocorrência 04).
Tipificação: art. 326, inciso III, e do art. 335, inciso I, combinados com o art. 336, inciso I, e o art. 341, inciso XXXII (por três vezes) e inciso XXXIII (por duas vezes), todos da Lei Estadual nº 1.293, de 21 de setembro de 1992.
Trânsito em Julgado Administrativo: 17/12/2020.
Decisão: Multa de 70 (setenta) UFERMS.

Processo nº: 27/004731/2018.
Auto de Infração nº: 4.830/2018.
CNPJ: 15.126.437/0018-91.
Razão Social: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.
Nome Fantasia: Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian.
Município: Campo Grande / MS.
Embasamento Legal: art. 271, da Lei Estadual nº 1.293/1992 (ocorrência 01), e ao art. 8º, inciso V, da Resolução RDC/ANVISA nº 63, de 25 de novembro de 2011, e ao art. 8º, inciso VII, da Resolução RDC/ANVISA nº 36, de 25 de julho de 2013 (ocorrência 02), combinados com o art. 341, inciso XXII, da Lei Estadual nº 1.293/1992.
Tipificação: art. 341, inciso XXXII (por três vezes) e inciso XXXIII (por duas vezes), todos da Lei Estadual nº 1.293, de 21 de setembro de 1992.
Trânsito em Julgado Administrativo: 04/03/2020.
Decisão: Advertência.

Processo nº: 27/004656/2018.
Auto de Infração nº: 5.784/2018.
CNPJ: 15.126.437/0018-91.
Razão Social: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH.
Nome Fantasia: Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian.
Município: Campo Grande / MS.
Embasamento Legal: Resolução RDC/ANVISA nº 34, de 11 de junho de 2014, da Portaria nº 158, de 04 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde, e do art. 234, art. 281, art. 300 e do art. 302, inciso IV, todos da Lei Estadual nº 1.293, de 21 de setembro de 1992.
Tipificação: 341, inciso XXXII (por duas vezes), da Lei Estadual nº 1.293, de 21 de setembro de 1992.
Trânsito em Julgado Administrativo: 06/10/2020.
Decisão: Penalidade Educativa e/ou multa de 28 (vinte e oito) UFERMS.

Processo nº: 27/004404/2018.
Auto de Infração nº: 5.783/2018.
CNPJ: 03.272.689/0001-00.
Razão Social: Associação de Amparo à Maternidade e à Infância.
Nome Fantasia: Maternidade Cândido Mariano.
Município: Campo Grande / MS.

Embasamento Legal: Resolução RDC/ANVISA nº 34, de 11 de junho de 2014, da Portaria nº 158, de 04 de fevereiro de 2016, do Ministério da Saúde, e do art. 281, art. 300 e art. 302, inciso IV, todos da Lei Estadual nº 1.293, de 21 de setembro de 1992 - Código Sanitário Estadual.
Tipificação: art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal, e no art. 347, incisos I e II, combinado com o art. 352, § 2º, ambos da Lei Estadual nº 1.293/1992.
Trânsito em Julgado Administrativo: 03/09/2020.
Decisão: Arquivamento.

Processo nº: 27/002354/2018.
Auto de Infração nº: 7.472/2018.
CNPJ: 10.296.619/0001-49.
Razão Social: CENED CENTRO DE NEFROLOGIA DE DOURADOS LTDA.
Nome Fantasia: CENED.
Município: Dourados / MS.
Embasamento Legal: artigos 45, 47, 49, 51 e 53 e anexo II, todos da Resolução RDC/ANVISA nº 11, de 13 de março de 2014.
Tipificação: art. 341, incisos XXXII e XXXIII, da Lei Estadual nº 1.293, de 21 de setembro de 1992.
Trânsito em Julgado Administrativo: 27/12/2021.
Decisão: Arquivamento.

Campo Grande, 20 de dezembro de 2022.

FABRÍCIO BUTHEVICIUS BARBOSA
GERENTE DE PROCESSOS SANITÁRIOS
CEVISA/DGVS/SES/MS

CARLOS ALBERTO NUNES CARNEIRO
COORDENADOR ESTADUAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
CEVISA/DGVS/SES/MS

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

EXTRATO DE APOSTILAMENTO
Primeiro Apostilamento ao Termo de Fomento n. 32168/2022
PROCESSO: 65/008929/2022
PARTES: Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, CNPJ n. 04.150.335/0001-47, com sede em Coxim e a Associação Nova Criatura, inscrito no CNPJ 05.079.073/0001-34.
OBJETO: Autorizar o apostilamento do Termo de Fomento n. 32168/2022, para o fim da utilização do saldo remanescente no valor de R$ 683,30 (seiscentos e oitenta e três reais e trinta centavos), com gêneros alimentícios, em razão do deferimento do pedido, alterando o Plano de Trabalho original, constante as fls. 258 a 267, dos autos n. 65/008929/2022.
AMPARO LEGAL: Art. 28, da Lei Estadual 4.640, de 24 de dezembro de 2014, combinado com o Art. 42, II, "a", do Decreto Estadual n. 14.494, de 2 de junho de 2016.
DATA DA ASSINATURA: 20/12/2022.
ASSINA: Elisa Cléia Pinheiro Rodrigues Nobre – CPF 404.297.171-72 - Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar

EXTRATO - TERCEIRO ADITIVO
CONVÊNIO N. 31.380/2022
PROCESSO: 71/027.406/2021
PARTES: O Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (SEMAGRO), inscrita no CNPJ sob o n. 27.351.589/0001-29, com recursos do Fundo para Investimentos Sociais (FIS) e o Município de Tacuru/MS, inscrito no CNPJ sob o n. 03.888.989/0001-00.
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio n. 31.180/2022, de 31 de dezembro de 2022 para 30 de junho de 2023.
AMPARO LEGAL: Decreto Estadual n. 11.261, de 16 de junho de 2003.
DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2022.
ASSINAM:
Pela CONCEDENTE: Jaime Elias Verruck, CPF n. 322.517.771-72
Pelo CONVENENTE: Rogerio de Souza Torquetti, CPF n. 976.142.971-72

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

RESOLUÇÃO SEJUSP/MS/Nº 950 – DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

Altera o Art. 12, da Resolução SEJUSP/MS/Nº 923, de 14 de setembro de 2021, que designou membros para compor o Conselho Técnico de Trabalho e Gerenciamento do Sistema Integrado de Gestão Operacional – CTTG/SIGO*, e dá outras providências.*

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso II, da Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014,

R E S O L V E:

Art. 1º Altera o artigo 12, Resolução SEJUSP/MS/Nº 923, de 14 de setembro de 2021, que passará a constar com a seguinte redação:

"Art. 12. Pela Superintendência de Assistência Socioeducativa:
Titular: Tatiana Rezende Nassar Cintra
Suplente: Halison da Silva Araujo".

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Grande, 20 de dezembro de 2022.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

Extrato do IV Termo Aditivo ao Contrato N° 0073/2018/SEJUSP **N° Cadastral 11115**

Processo: 31/001.349/2018
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e VIATUR TRANSPORTE E TURISMO EIRELI EPP
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 073/2018/SEJUSP, Processo nº 31/001.349/2018, passando a vigorar com a seguinte redação: CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA 11.1 - O prazo de vigência do presente instrumento contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 03 de dezembro de 2022, sendo o término em 02 de dezembro de 2023, podendo ser prorrogado conforme dispõe a Lei 8.666/93 e suas alterações.
Ordenador de Despesas: ANTONIO CARLOS VIDEIRA
Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações
Data da Assinatura: 02/12/2022
Assinam: ANTONIO CARLOS VIDEIRA e CARLOS PAULO SANTOS LUZARDO

Extrato do Contrato N° 0172/2022/SEJUSP **N° Cadastral 19723**

Processo: 31/056.025/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e ANA CARLA CARVALHO RAUBER MARCIO LUIZ CASSANEGO
Objeto: Locação de imóvel destinado à instalação da Coordenadoria de Inteligência do DOF/MS, imóvel assim descrito: O referido imóvel está situado à Rua Pedro Leite de Farias, nº 3975, Bairro Parque dos Jequitibás, Dourados/MS, Matrícula nº 133.528, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dourados/MS. O imóvel tem terreno com área total de 499,10 m² e 288,80 m² de área construída, o imóvel trata-se de uma residência em estrutura de concreto e alvenaria em 02 (dois) pavimentos e se constitui das seguintes dependências: a) térreo (área gourmet, lavabo, área de serviço, cozinha, sala de jantar, banheiro, escritório/quarto, sala de TV/estar garagem e bistrô; b) 1º piso (01 apartamento com banheiro, suíte com closet e banheiro e

circulação); e c) edícula (02 salas, 01 depósito e varanda). Tudo conforme parecer Técnico nº 258/2022-JAE/SEINFRA

Ordenador de Despesas: ANTONIO CARLOS VIDEIRA

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da **Funcional Programática nº 10.31901.06.181.2047.4215.0001 - SEDEFUNRESP, Natureza de Despesa nº 339036, Item nº 3615, Fonte de Recursos nº 0240000000.**

Valor: O valor mensal da locação será de R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), perfazendo o valor global anual de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), conforme análise da Junta de Avaliação do Estado de Mato Grosso do Sul e o Parecer Técnico nº 258/2022– JAE/SEINFRA. O Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU terá seu valor anual **estimado** em R$ 2.315,04 (dois mil, trezentos e quinze reais e quatro centavos), e seu reajustamento fica condicionado às alterações feitas anualmente na base de cálculo do imposto (a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, sendo que: o valor venal do imóvel é o valor médio de Mercado ao longo do ano), com base no que dispõe a Lei nº 1.466 de 26 de outubro de 1973, e deverá ser formalizado mediante simples apostilamento, conforme art. 65, §8°, da Lei n° 8.666/93.

Amparo Legal: Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993), e da Lei de Locações de Imóveis Urbanos (Lei nº 8.245 de 18 de outubro de 1991) e do Código Civil Brasileiro.

Do Prazo: A referida contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada por igual e sucessivos períodos, limitada a 60 (sessenta) meses conforme Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

Data da Assinatura: 01/12/2022

Assinam: ANTONIO CARLOS VIDEIRA e ANA CARLA CARVALHO RAUBER; MARCIO LUIZ CASSANEGO

TERMO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E GESTOR DE CONTRATO

1. Trata-se de designação de servidor para acompanhamento e fiscalização da execução de contratação, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c Decreto Estadual nº 15.530/2020.

2. Fica designado o servidor abaixo indicado para exercer a função de fiscal e gestor de contrato celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP/MS e o proprietário IVO DONIZETE FERRI, conforme segue:

GESTOR DO CONTRATO:

NOME: DALMAR CARLOS DE OLIVEIRA FILHO - MATRÍCULA: 495540022

FUNÇÃO: DELEGADO DE POLÍCIA

GESTOR SUBSTITUTO:

NOME: NEWLIN SOUZA DOS SANTOS JUNIOR - MATRÍCULA: 485426022

FUNÇÃO: ESCRIVÃO DE POLÍCIA

FISCAL DO CONTRATO:

NOME: WALKIRIA ORTEGA PINTO BARBOSA - MATRÍCULA: 124279024

FUNÇÃO: INVESTIGADORA DE POLÍCIA

FISCAL SUBSTITUTO:

NOME: EDGAR BARBOSA LIMA - MATRÍCULA: 125583023

FUNÇÃO: INVESTIGADOR DE POLÍCIA

REFERENTE:

PROCESSO Nº 31/200.198/2018 CONTRATO Nº 029/2018/SEJUSP/MS

OBJETO: Locação de imóvel onde funciona a Delegacia de Polícia Civil no município de Dois Irmãos do Buriti/MS. Data da Assinatura: 16 de dezembro de 2022.

3. Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência pertinente àquela.

Campo Grande/MS, 16 de dezembro de 2022.

ANTONIO CARLOS VIDEIRA

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS

Delegacia-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

PORTARIA DIP/DGPC/MS N. 001, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Dr. ODORICO RIBEIRO DE MENDONÇA E MESQUITA, Delegado de Polícia, Diretor do Departamento de Inteligência Policial, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Complementar nº 114/2005, Decreto nº 12.218/2006 e Instrução Normativa nº 01/2017/CSPC,

Cria e disciplina, no âmbito do Departamento de Inteligência Policial – DIP/DGPC, a **Plataforma de Gerenciamento e Integração em Investigação e Inteligência Policial**, denominada **CEOS**.

Considerando o preconizado na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP), que estabelece a atividade de Inteligência Policial Judiciária como sendo o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública;
Considerando que o DIP/DGPC é o órgão central do Sistema de Inteligência da Polícia Civil (SINTEL/PCMS), cujo objetivo é fornecer subsídios informacionais ao Delegado-Geral de Polícia para a tomada de decisões em nível estratégico, bem como às demais Autoridades Policiais nas atividades fins, no campo tático/operacional, mediante a obtenção, análise e disseminação da informação útil, e salvaguarda da informação contra acessos não autorizados;
Considerando a necessidade de realizar as atividades de inteligência e contrainteligência no âmbito da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul (PCMS), fomentando o intercâmbio de informações com os demais órgãos de segurança pública;
Considerando a necessidade de desenvolver estudos ligados à implantação de novas técnicas, sistemas e métodos de trabalho que visem a racionalização, a eficiência e a eficácia administrativa e investigativa da Instituição Policial;
Considerando que é função do DIP/DGPC elaborar propostas relativas à formação de banco de dados da Polícia Civil e integração com outros bancos de dados de interesse da PCMS, unificando os dados cindidos entre os demais departamentos e unidades;
Considerando a necessidade de realizar coleta, busca e análise de dados visando a produção de conhecimento e aproveitamento de dados oriundos de investigações policiais, sempre voltados para subsidiar a função investigativa e disponibilizar meios e dados às respectivas unidades da PCMS;
Art. 1º - Fica criada, no âmbito do Departamento de Inteligência Policial, a PLATAFORMA DE GERENCIAMENTO E INTEGRAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO E INTELIGÊNCIA POLICIAL – CEOS.
Parágrafo primeiro - É objetivo da PLATAFORMA CEOS promover a implementação e gestão de dados policiais e de inteligência, assim como gerenciar acordos visando a integração com sistemas de informações de interesse da PCMS, disponibilizando o acesso a todas as Unidades Policiais;
Parágrafo segundo - A PLATAFORMA CEOS será regida pelos seguintes princípios:
I - Simplicidade: controles de segurança simples e objetivos;
II - Menor Privilégio: usuários devem ter acesso apenas aos recursos de tecnologia da informação necessários para realizar as tarefas que lhe foram designadas;
III - Segregação de Função: funções de planejamento, execução e controle devem ser segregadas de forma a reduzir oportunidades de modificação, uso indevido, não autorizado ou não intencional dos ativos, bem como permitir maior eficácia dos controles de segurança;
IV - Auditoria: todos os eventos significantes de usuários e processos devem ser rastreáveis até o evento inicial por meio de registro consistente e detalhado;
V - Resiliência: os controles de segurança devem ser projetados para que possam resistir ou se recuperar dos efeitos de um desastre;
Art. 2º - O DIP/DGPC fará, exclusivamente, a governança da PLATAFORMA CEOS e promoverá, junto à Delegacia Geral da Polícia Civil – DGPC/PCMS, o respectivo alinhamento estratégico.
Parágrafo único - Considerando a exclusividade na governança dos serviços ofertados, caberá ao DIP/DGPC gerar valores nos processos que envolvam a PCMS, fazer gestão de risco da disponibilização de acessos e, ainda, assegurar a continuidade do serviço. Da mesma forma, deverá gerir os recursos disponíveis e aprimorar o projeto,

buscando a manutenção, renovação e melhoria contínua.

Art. 3º - Os dados constantes dos bancos de dados da PLATAFORMA CEOS é exclusivo da PCMS, cabendo ao DIP/DGPC a gerência dos mesmos.

Art. 4º - Compete ao DIP/DGPC, através dos setores internos:

I – Promover a cultura de segurança da informação nos acessos à PLATAFORMA;

II **–** Assessorar o Delegado Geral nos temas afetos à privacidade e proteção de dados pessoais da PLATAFORMA, relacionados aos procedimentos sobre coleta, análise, sistematização, integração, atualização, interpretação de dados e informações de segurança pública;

III – Implementar, acompanhar, avaliar e propor alterações da Política de Segurança da Informação e da Política de Privacidade e Proteção de Dados inerentes à PLATAFORMA;

IV – Hierarquizar o acesso, estabelecendo níveis de acesso ao sistema de informação e emitir credenciais;

V – Promover a integridade do sistema e controle de acesso à PLATAFORMA;

VI – Propor a adoção de medidas corretivas, adequações normativas e procedimentais, necessárias para prevenção de ameaças e situações de vulnerabilidade à proteção e privacidade no tratamento dos dados pessoais no âmbito da PLATAFORMA;

VII – Analisar, revisar e aprovar política de utilização da PLATAFORMA CEOS;

Art. 5º - O DIP/DGPC fará a gestão técnica de convênios ou instrumentos similares, como acordos, cooperações ou planos de ação celebrados por órgão ou entidade da administração pública estadual com entidade pública ou privada, para o desenvolvimento de projetos, atividades, eventos ou ações de interesse da PCMS, nas propostas relativas à formação de banco de dados da PCMS e integração com outros bancos de dados de interesse policial.

Parágrafo primeiro - Os convênios serão integrados na PLATAFORMA CEOS, prioritariamente, por meio de *WEB SERVICE*, solução utilizada na integração de sistemas e na comunicação entre aplicações.

Parágrafo segundo - Os acordos terão por objeto o intercâmbio entre a DGPC/MS e os convenentes, de conhecimentos, informações, dados, tecnologias, capacitações e apoio logístico e operacional para o desenvolvimento de procedimentos de cooperação técnica e operacional, assim como de ações integradas ou individuais de natureza fiscalizatória e/ou relacionadas com a segurança pública, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Parágrafo terceiro - Os Departamentos e Unidades Policiais poderão sugerir ao DIP/DGPC a celebração de convênios, buscando disponibilizar o acesso a banco de dados ou a sistemas de interesse da Polícia Civil. O DIP/DGPC sempre fará a proposição por intermédio da Delegacia Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul;

Art. 6º - Todas as Unidades Policiais poderão solicitar implementações de funções e ou modelagem de mecanismos que visem organizar sua forma de atuação e gerenciamento de dados, para identificar criminosos, modus operandi e ações de investigação e inteligência.

Parágrafo único - As solicitações serão tratadas e avaliadas conforme a política de formulação de banco de dados do DIP/DGPC;

Art. 7º - Toda Unidade Policial que dispuser de arquivos de bancos de dados ou coletâneas de dados inerentes a cadastros de indivíduos, fotos e modus operandi, poderão encaminhar ao DIP/DGPC, para unificação na PLATAFORMA CEOS;

Art. 8º - A criação, manutenção ou desenvolvimento de novos sistemas ou aplicações web com visos a cadastrar, organizar, estruturar e sistematizar dados criminais no âmbito da PCMS, deverá ser precedida de autorização expressa do Delegado-Geral da Polícia Civil;

Art. 9º - O DIP/DGPC fará aplicação de políticas de *compliance* referente a segurança dos dados e política de acesso, buscando a confiabilidade e proteção dos dados elencados na PLATAFORMA CEOS.

Art. 10º - No que tange à Proteção de Dados Pessoais (LGPD), aplicar-se-á o art. 4º, inciso III, "a", da Lei n. 13.709, de 14/08/2018.

Art. 11º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande/MS, 16 de dezembro de 2022.

ODORICO RIBEIRO DE MENDONÇA E MESQUITA
DELEGADO DE POLÍCIA
DIRETOR DO DEPARTAENTO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL/MS

ATOS NORMATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul

Extrato do Termo de Apostilamento N° 01 ao Contrato N° 0039/2022/AGEHAB

N° Cadastral 17703

Processo: 57/008.909/2021
Interessados: Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul - AGEHAB e Rafael Tognini Pereira Eireli-ME
Assunto: Apostilamento. Reajuste do valor do contratado.
Apostila: Com fundamento no art. 2º, §1º e art. 3º, §1º, da Lei n. 10.192/2001 e nos artigos 40, XI e 55, III, da Lei n. 8.666/93 e conforme previsão no item 3.3 da cláusula terceira do contrato, AUTORIZA-SE o registro do Termo de Apostilamento ao Contrato n. 39/2022, para "execução, pela CONTRATADA, das obras de construção de 28 (vinte e oito) bases do Projeto Lote Urbanizado, com área unitária de 42,56 m², no Loteamento José Ferreira Martins - Quadra 4 (Lotes 01 ao 06 e do 09 ao 14), Quadra 5 (Lotes 01 ao 04 e do 07 ao 10), Loteamento Recanto dos Pintados II – Quadra 20 (Lotes 5A, 5B, 6A, 6B, 7A, 7B, 8A e 8B), no município de Corguinho/MS, firmado entre a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul – AGEHAB/MS e a empresa RAFAEL TOGNINI PEREIRA LTDA., a fim de que o saldo contratual seja reajustado pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC/SINAPI, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento inicial, outubro/2021, no valor de R$ 22.779,43 (vinte e dois mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e três centavos), na ordem de 12,35% (doze inteiro e trinta e cinco centésimos por cento), passando o valor do contrato de R$ 633.182,55 (seiscentos e trinta e três mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos) para R$ 655.961,98 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e sessenta um reais e noventa e oito centavos).
Data da Assinatura: 20/12/2022
Assina: Maria do Carmo Avesani Lopez

Extrato do Contrato N° 0069/2022/AGEHAB **N° Cadastral 20099**

Processo: 57/008.129/2021
Partes: Agência de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul - AGEHAB e OLN CONTRUCOES EIRELI - ME
Objeto: Execução das obras de 364,84 metros de muro de arrimo nos fundos dos lotes das Quadras N e O, do Loteamento Residencial São Pedro Etapa II, no município de Bataguassu/MS
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática n. 10.57902.16.482.2062.4316.0002, Natureza da Despesa n. 44905144, Fonte n. 0240000000, conforme Nota de Empenho 2022NE000647, emitida em 18/10/2022.
Valor: R$ 215.166,20 (duzentos e quinze mil e cento e sessenta e seis reais e vinte centavos)
Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93
Do Prazo: 195 (cento e noventa e cinco) dias, contados da data de assinatura do contrato
Data da Assinatura: 01/11/2022
Assinam: Maria Do Carmo Avesani Lopez e Orly Colombo Lopes

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 01 AO CONVÊNIO N. 31.227/2021
Processo n. 57/006.965/2021
Amparo Legal: Artigo 65, I e II, § 1º, c/c o art. 116, da Lei n. 8.666/93 e art. 8º, § 2º, do Decreto Estadual n. 11.261/2003.
Data: 16/12/2022.
Partes: Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul – AGEHAB, CNPJ n. 05.472.304/0001-75 (Concedente) e o Município de Dois Irmãos do Buriti - MS, CNPJ n. 24.616.187/0001-10 (Convenente).

Do Objeto: O presente instrumento tem por objeto a supressão, o acréscimo e a atualização do valor do Convênio n. 31.227/2021, em decorrência da atualização da tabela de preços dos insumos, conforme solicitação, justificativa, manifestação jurídica e autorização da Diretora-Presidente constantes do processo supracitado, nos termos do artigo 65, I e II, § 1º, c/c o art. 116, da Lei n. 8.666/93 e Decreto Estadual n. 11.261/2003.

Da supressão e do acréscimo de valor: Em razão da supressão de R$ 67.251,00 (sessenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um reais), o valor total do Convênio passará de R$ 1.110.703,88 (um milhão, cento e dez mil, setecentos e três reais e oitenta e oito centavos), para R$ 1.043.452,88 (um milhão, quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Em razão do acréscimo de R$ 51.599,19 (cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezenove centavos), o valor total do Convênio passará de R$ 1.043.452,88 (um milhão, quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos) para R$ 1.095.052,07 (um milhão, noventa e cinco mil, cinquenta e dois reais e sete centavos).

Em razão do acréscimo de R$ 168.180,77 (cento e sessenta e oito mil, cento e oitenta reais e setenta e sete centavos) decorrente da atualização da planilha orçamentária (data base SINAPI AGO/22), o valor total do convênio passará de R$ 1.095.052,07 (um milhão, noventa e cinco mil, cinquenta e dois reais e sete centavos) para R$ 1.263.232,84 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), alterando a CLÁUSULA QUARTA, a viger com a seguinte redação:

Em razão da supressão, do acréscimo e da atualização, o valor total do convênio é de R$ 1.263.232,84 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), sendo R$ 1.095.052,07 (um milhão, noventa e cinco mil, cinquenta e dois reais e sete centavos) referente ao aporte financeiro da CONCEDENTE e R$ 168.180,77 (cento e sessenta e oito mil, cento e oitenta reais e setenta e sete centavos) de contrapartida do CONVENENTE, conforme plano de trabalho.

Dos recursos financeiros: Considerando que a primeira parcela dos recursos financeiros já foi liberada pela AGEHAB ao Município, de acordo com a Nota de Empenho 2022NE000693, emitida em 07/12/2021, no valor de R$ 555.351,94 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos), a liberação da segunda parcela dos recursos financeiros pela CONCEDENTE ao CONVENENTE será liberada quando comprovada a homologação do procedimento licitatório pelo CONVENENTE, no valor de R$ 539.700,13 (quinhentos e trinta e nove mil, setecentos reais e treze centavos), altera-se a CLÁUSULA QUARTA, passando a viger com a seguinte redação:

O valor total do convênio é de R$ 1.263.232,84 (um milhão, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos), sendo R$ 1.095.052,07 (um milhão, noventa e cinco mil, cinquenta e dois reais e sete centavos) referente ao aporte financeiro da CONCEDENTE e R$ 168.180,77 (cento e sessenta e oito mil, cento e oitenta reais e setenta e sete centavos) de contrapartida do CONVENENTE, conforme plano de trabalho.

Da prorrogação do prazo: O convênio em questão terá seu prazo de vigência prorrogado por mais 20 (vinte) meses, tendo início em 21 de agosto de 2023 e término em 21 de abril de 2025.

Assinam: Maria do Carmo Avesani Lopez, CPF: 249.757.451-00, Diretora-Presidente - AGEHAB e Wlademir de Souza Volk, CPF: 836.177.101-82, Prefeito Municipal.

NOTIFICAÇÃO SOBRE INÍCIO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB

Notificamos o Sr. Sidnei Luiz da Silva e a Sra. Sandra Aparecida Cardoso da Silva, brasileiros, casados CPB, motorista ela do lar, residentes Rua Acariúba 243 Moreninha I, RG: 135.538-ms e CIC: 406.376.461-34, Terceiros Interessados do imóvel constante na matrícula nº 188.040, nos termos do art. 31, §1º, da Lei 13.465/2017, de que a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul, a requerimento dos interessados, iniciou o procedimento de regularização fundiária dos imóveis do Loteamento Núcleo Habitacional Moreninha II. Vimos por meio desta, informar, nos termos do art. 31, §1º, §5º e §6º, da Lei 13.465/2017, que Vossa Senhoria tem o prazo de 30 dias para, querendo apresentar impugnação a Reurb, a contar da data da publicação. Advertimos que a ausência de manifestação, será interpretada como concordância com o processo de Reurb.

Campo Grande, 28 de novembro de 2022.

UBIRATAN REBOUÇAS CHAVES
Diretor Presidente em Substituição

Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul

Extrato do V Termo Aditivo ao Contrato de Adesão n.0002/2018/AGEMS que integra o contrato corporativo 0005/2018/SAD **N° Cadastral: 10047**

Processo: 51/200.284/2018
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul e S.H. INFORMÁTICA LTDA
Objeto: 1.1. Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência, constante na Cláusula Nona - Da vigência do Contrato de Adesão n.002/2018. O prazo de vigência do Contrato de Adesão n. 002/2018 será prorrogado por mais 06 (seis) meses, a contar de 13 de novembro de 2022 a 13 de maio de 2023.
Ordenador de Despesas: Carlos Alberto de Assis

Dotação: ND 33903919 PT 04.122.0014.4189.0001 FONTE 0240000000
Amparo Legal: Art. 57, II da Lei Federal n. 8.666/1993 e suas alterações
Do Prazo: O prazo de vigência do contrato de adesão n. 002/2018 será prorrogado por mais 06 (seis) meses a contar de 13 de novembro de 2022 a 13 de maio de 2023
Data da Assinatura: 11/11/2022
Assinam: Carlos Alberto de Assis , Édio de Souza Viegas e Luciano Christian Gonçalves Sgaravatti

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

Extrato do IV Termo Aditivo ao Contrato 0022/2021/AGEPEN **N° Cadastral: 15471**
Processo: 31/950.012/2020
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do(a) Agência Estadual de Adm. do Sistema Penitenciário e ROUFE ENGENHARIA LTDA
Objeto: Constitui objeto do presente termo aditivo, prorrogar o prazo por 90 (noventa) dias do serviço de elaboração de projetos executivos de arquitetura e complementares para ampliação e reforma do estabelecimento da Penitenciária de Segurança Máxima, no município de Naviraí - MS, de acordo com as especificações do Edital de Tomada de Preços nº 004/2021-DLO, alterando a cláusula quinta do contrato originário.
Ordenador de Despesas: AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Dotação Orçamentária: Funcional Programática 06122001341410002 - FUNPEN, Fonte de Recurso 0242000000 - Transferências Fundo a Fundo do DEPEN, Natureza da Despesa 44905112 - Estudos e Projetos; Funcional Programática 06181204742130002 - FUNPEN, Fonte de Recurso 0242000000 - Transferências Fundo a Fundo do DEPEN, Natureza da Despesa 44905112 - Estudos e Projetos
Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
Do Prazo: O prazo de execução do serviço objeto do contrato nº 022/2021 será prorrogado por mais 90 (noventa) dias, compreendendo o período de 04 de dezembro de 2022 até 03 de março de 2023.
Data da Assinatura: 04/12/2022
Assinam: AUD DE OLIVEIRA CHAVES e ERICK HENRIQUE ROCHA FELIX; RODOLFO AURELIO VIEIRA CANDIDO

Extrato de Termo de Cooperação Mútua nº 04/DAE/DAP/AGEPEN-MS
Processo – nº 31/090047/2022
Partes – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul e Igreja Evangélica Missões Brasa Viva
Objeto – Constitui objeto do presente termo o apoio para o fornecimento de atividades educacionais, em especial, oficinas educativas e acompanhamento de leitura dirigida aos presos (as) custodiados (as), nas unidades prisionais sob a égide da AGEPEN/MS, que serão especificadas para inclusão de atendimento, conforme interesse das partes por meio de inserção de Planos de Trabalho.
Vigência – 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura.
Foro – Eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.
Assinam – Aud de Oliveira Chaves, Diretor-Presidente da AGEPEN e Paulo Cesar Lopes Matos, Pastor e Professor de Teologia – Igreja Evangélica Missões Brasa Viva.

Extrato do Termo de Cooperação Mútua nº 079/2022/DTP/DAP/AGEPEN-MS
Processo – nº 31/092980/2022.
Partes – Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul e a Empresa Dispet Comércio e Distribuidora de Alimentos LTDA EPP.
Objeto – Utilização de mão de obra de sentenciados que cumprem pena em regime semiaberto, aberto e livramento condicional na Comarca de Campo Grande, em atividades de serviços gerais em carga e descarga de mercadorias na sede dessa Empresa nesta Capital.
Remuneração – A remuneração devida pela Cooperada a cada interno será de 01 (um) salário mínimo nacional, alimentação, transporte e uniforme.
Vigência – Prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.
Amparo Legal – Lei Federal nº 7.210/84 e nº 8.666/93 e D. Estadual nº 12.131/16 e nº 12.140/06.
Foro – Eleito o foro da Comarca de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.
Data da Assinatura – 16 de dezembro de 2022.
Assinam – Aud de Oliveira Chaves, Diretor-Presidente da AGEPEN e Adriano Marcos Biacio, Sócio/Administrador da Empresa Dispet.

Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N. 035/2022 – SGI/COVEN N. 31.839, QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS – AGESUL, CNPJ/MF n. 15.457.856/0001-68, E O MUNICÍPIO DE CORONEL SAPUCAIA/MS, CNPJ/MF n. 01.988.914/0001-75.

PROCESSO: 57/003.978/2022

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação do prazo de vigência do Convênio n. 035/2022 – SGI/COVEN n. 31.189, relativo à efetivação de repasse de recursos visando à execução da obra de infraestrutura urbana – pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais nas Ruas Prudenciano R. Lopes, Pascácio S. Dutra e Quintino Viana, Vila Jardim das Palmeiras, no município de Coronel Sapucaia/MS.

DA PRORROGAÇÃO: Fica prorrogado o período de vigência do Convênio supracitado, por mais 06 (três) meses, contados de 26/11/2022 a 26/05/2023.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Estadual n. 11.261/2003, Resolução SEFAZ n. 2.093/2007, Lei Federal n. 8.666/93 (no que couber) e na Justificativa Técnica anexa ao Processo Administrativo n. 57/003.978/2022.

DATA DA ASSINATURA: 25 de novembro de 2022.

ASSINAM:

RENATO MARCÍLIO DA SILVA – CPF n. 030.246.308-99
Diretor-Presidente da AGESUL

RUDI PAETZOLD – CPF n. 175.320.001-68
Prefeito do Município de Coronel Sapucaia – MS

Extrato do Termo Indenizatório referente ao Contrato N° 0061/2021/AGESUL N° Cadastral 15072

Processo: 57/101.824/2020

Partes: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e LCM CONSTRUCAO E COMERCIO S.A

Objeto: Constitui objeto do presente Termo, o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato n. 061/2021, decorrente do acréscimo dos custos de aquisição de insumos, equipamentos e materiais de construção em geral, utilizados na execução da obra de restauração de pavimento, melhoramento e adequação de capacidade de tráfego, segurança e drenagem da rodovia MS-382, trecho: entr. BR-060 (B)/BR-267 (B)/ BR-419 (B) – entr. MS-178 (A), subtrecho: estaca 1347+0,00 – estaca 2598+18,658 (lote 02), com extensão de 25,039 km, no Município de Bonito/MS.

Ordenador de Despesas: André Simões

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente termo, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:Programa de Trabalho: 10.57201.26.782.2061.4286.0001 – Construrodo; Natureza da Despesa: 44905104 – estradas; Fonte de Recursos: 0100000000; Nota de Empenho: 2022NE004528, de 15/12/2022

Valor: A DEVEDORA reconhece o dever de indenizar a CREDORA, no montante de R$ 2.458.916,30 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e trinta centavos), concernente à diferença de valores devidos à título de reequilíbrio econômico-financeiro dos custos de aquisição de insumos gerais, utilizados na execução do objeto do contrato em epígrafe.

Amparo Legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n. 8.666/93, na Portaria Normativa AGESUL n. 17, de 22 de setembro de 2021

Data da Assinatura: 15/12/2022

Assinam: Renato Marcilio Da Silva e LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA (p/p Marcelo Vieira Oliveira)

Extrato do Termo Indenizatório Referente ao Contrato 0062/2021/AGESUL N° Cadastral: 15073

Processo: **57/101823/2020**

Partes: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e LCM CONSTRUCAO E COMERCIO S.A

Objeto: Constitui objeto do presente Termo, o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato n. 062/2021, decorrente do acréscimo dos custos de aquisição de insumos, equipamentos e materiais de construção em geral, utilizados na execução da obra de restauração de pavimento, melhoramento e adequação de capacidade de tráfego, segurança e drenagem da rodovia estadual MS-382, trecho: BR-060 (B)/BR-267 (B)/ BR-419 (B) – entr. MS-178 (A), subtrecho: estaca 0+0,00 – estaca 1347+0,00 (lote 01), com extensão de 29,940 km, nos Municípios de Guia Lopes da Laguna e Bonito/ MS.

Ordenador de Despesas: André Simões

Dos Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente termo, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: Programa de Trabalho: 10.57201.26.782.2061.4286.0001 – Construrodo; Natureza da Despesa: 44905104 – estradas; Fonte de Recursos:

0100000000; Nota de Empenho: 2022NE004527, de 15/12/2022
Valor: A DEVEDORA reconhece o dever de indenizar a CREDORA, no montante de R$ 2.750.807,50 (dois milhões, setecentos e cinquenta mil, oitocentos e sete reais e cinquenta centavos), concernente à diferença de valores devidos à título de reequilíbrio econômico-financeiro dos custos de aquisição de insumos gerais, utilizados na execução do objeto do contrato em epígrafe.
Amparo Legal: artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n. 8.666/93, na Portaria Normativa AGESUL n. 17, de 22 de setembro de 2021
Data da Assinatura: 15/12/2022
Assinam: Renato Marcilio Da Silva e LUIZ OTÁVIO FONTES JUNQUEIRA (p/p Marcelo Vieira Oliveira)

Extrato do Termo de Rerratificação do Termo Aditivo Contrato 0134/2021/AGESUL
N° Cadastral: 15683

Processo: 57/000.785/2021
Partes: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e CONCRELAJE INDÚSTRIA DE PRÉ-MOLDADOS DE CONCRETO LTDA
Objeto: Constitui objeto do presente Termo a Retificação do Termo Aditivo ao Contrato n. 134/2021, referente à obra de construção de ponte de concreto armado sobre o Rio Saiju, com extensão de 25,00 m e largura de 6,26 m, Rodovia Vicinal, Coordenadas: 22º52'53.5"S – 54º43'58.7"O, na divisa dos municípios de Caarapó – MS e Juti - MS
Da Retificação: Fica retificada a data de assinatura do Quinto Termo Aditivo do Contrato n. 134/2021, de modo que, **onde constou**: " Campo Grande (MS), 01 de novembro de 2022", **passe a constar**: "Campo Grande (MS), 01 de dezembro de 2022".
Amparo Legal: Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores, na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal
Data da Assinatura: 13/12/2022
Assinam: Renato Marcílio da Silva e MARCELO CALEFFI DE SOUZA

Extrato de Ordem de Execução de Serviços N° 0019/2022/AGESUL **N° Cadastral 20541**

Processo: 57/007239/2022
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e ECOGEO ENGENHARIA LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS AMBIENTAIS: PROPOSTA TÉCNICA AMBIENTAL (PTA) E PLANO BÁSICO AMBIENTAL (PBA) PARA O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA PENITENCIÁRIA DE DOIS IRMÃOS DO BURITI - MS.
Ordenador de Despesas: André Simões
Dotação Orçamentária: Funcional Programática 14421001341260001 - Custeio, Fonte de Recurso 0100000000 - RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO, Natureza da Despesa 44905112 - Estudos e Projetos
Valor: R$ 43.991,90 (quarenta e três mil e novecentos e noventa e um reais e noventa centavos)
Amparo Legal: Lei Nº 8666/93 e suas alterações
Do Prazo: 30 dias consecutivos de execução, contados da data do recebimento da presente OES e 120 dias consecutivos de vigência após o término do prazo de execução.
Data da Assinatura: 14/12/2022
Assinam: RENE YOCITATSU HIGA e PEDRO HENRIQUE LEAL COSTA DONATO

Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO, PUBLICADO EM 20/12/2022 DOE 11.018 PÁGINA 143
EXTRATO REFERENTE DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 245/2022
PROCESSO 71/048.110/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o **município de Deodápolis**, CNPJ 03.903.176/0001-41.
Objeto: Constitui objeto do presente Termo Administrativo de Cessão de Uso de Bens Móveis, 01 (um) trator agrícola MF 7316, 160 cv, patrimônio nº 71.659 e 01 (um) terraceador de arrasto, patrimônio n. 75.974, adquiridos através do Convênio n. 842.318/2016.
Amparo Legal: Decreto Estadual nº. 15.808 de 18 de novembro de 2021.
Vigência: 11/11/2022 a 11/11/2024.
Data da Assinatura: 11/11/2022
Assinam: **André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Valdir Luiz Sartor**, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA DE ATER Nº. 010/2022
PROCESSO 71/049.365/2022

Partes:	O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS, e Município de Coxim, CNPJ nº 03.510.211/0001-62.
Objeto:	Termo de Cooperação de ATER.
Amparo Legal:	Lei nº 12.188 de 2010, Decreto 12.207/2006
Vigência:	19/12/2022 a 19/12/2026
Data da Assinatura:	19/12/2022
Assinam:	**André Nogueira Borges**, pela AGRAER, **Edilson Magro**, pelo Município de Nova Andradina.

EXTRATO REFERENTE AO I ADITIVO AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº. 010/2022
PROCESSO 71/024.331/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o **Município de Iguatemi – MS** – CNPJ nº. 03.568.318/0001-61.

Objeto: Constitui objeto do presente I Aditivo ao Termo Administrativo de Cessão de Uso de Bens Móveis n. 010/2022, acrescentar 01 (uma) Pá Carregadeira Traseira, patrimônio n. 73.512; 02 (duas) Plantadeiras Adubadoras, patrimônios n. 75.496 e 75.497 e 02 (duas) Ensiladeiras, patrimônios n. 75.779 e 75.780, de propriedade da Agraer, adquiridos através do Convênio n. 884.278/2019.

Amparo Legal: Decreto Estadual 15.808/2021.

Data da Assinatura: 20/12/2022.

Assinam: **André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Lidio Ledesma**, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº. 207/2022
PROCESSO 71/048.856/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o Município de Bonito – CNPJ nº 03.073.673/0001-60.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso 01 (uma) Carreta Basculante, patrimônio nº 74.100; 02 (duas) Ensiladeiras, patrimônios n.º 75.504 e 75.505; 01 (uma) Plantadeira Adubadeira, patrimônio n° 75.474, de propriedade da Agraer, adquiridos através do Convênio n. 884.278/2019.

Amparo Legal: Decreto Estadual 15.808/2021.

Vigência: 20/12/2022 a 20/12/2024

Data da Assinatura: 20/12/2022

Assinam: **André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Josmail Rodrigues**, pelo município.

EXTRATO REFERENTE AO TERMO CESSÃO DE USO Nº. 263/2022
PROCESSO 71/054.072/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e Município de Chapadão do Sul – CNPJ nº. 24.651.200/0001-72

Objeto: Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso 02 (duas) Plantadeiras Adubadeiras, patrimônio n. 75.488 e 75.489, 01 (um) Pulverizador 600L, patrimônio nº. 74.318, de propriedade da Agraer.

Amparo Legal: Decreto Estadual 15.808/2021.

Vigência: 20/12/2022 a 20/12/2024.

Data da Assinatura: 20/12/2022.

Assinam: **André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Joao Carlos Krug**, pelo Município.

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 031179 PROCESSO 71/045.728/2022

Partes: O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o **Município de Miranda – MS** – CNPJ nº. 03.452.315/0001-68.

Objeto: Constitui objeto do presente I Aditivo ao convênio 031179 alterar a vigência prevista na Cláusula Sexta – da vigência – passando a vigorar:
O presente termo terá sua vigência até o dia 28/02/2022

Amparo Legal: Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Estadual 11.261/2003 e Resolução SEFAZ nº 2.093/2007.

Data da Assinatura: 20/12/2022.

Assinam: **André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Fabio Santos Florença**, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO I ADITIVO AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº. 080/2022
PROCESSO 71/021.025/2022

Partes:	O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o **Município de Angélica – MS** – CNPJ nº. 03.747.649/0001-69.
Objeto:	Constitui objeto do presente I Aditivo ao Termo Administrativo de Cessão de Uso de Bens Móveis n. 080/2022, acrescentar 01 (uma) Carreta Agrícola 4 ton., patrimônio n. 74.120, de propriedade da Agraer.
Amparo Legal:	Decreto Estadual 15.808/2021.
Data da Assinatura:	20/12/2022.
Assinam:	**André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Edison Cassuci Ferreira**, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO I ADITIVO AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº. 081/2022
PROCESSO 71/020.978/2022

Partes:	O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e o **Município de Angélica** – CNPJ nº 03.747.649/0001-69.
Objeto:	Constitui objeto do presente Aditivo ao Termo de Cessão de Uso acrescentar 01 (um) Distribuidor de Fertilizantes e Sementes, patrimônio n. 72.493, 01 (uma) Plantadeira Adubadora, patrimônio n. 75.486 e 02 (duas) Ensiladeiras Colhedoras de Forragens, patrimônios n. 75.507 e 75.508, de propriedade da Agraer.
Amparo Legal:	Decreto Estadual 15.808/2021.
Data da Assinatura:	20/12/2022
Assinam:	**André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Edison Cassuci Ferreira**, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO I ADITIVO AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO Nº. 119/2022
PROCESSO 71/026.617/2022

Partes:	O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e Município de Sidrolândia – CNPJ nº. 03.501.574/0001-31
Objeto:	Constitui objeto do presente Aditivo ao Termo Administrativo de Cessão de Uso acrescentar 04 (quatro) Plantadeiras Adubadeiras, patrimônios nºs. 75.477, 75.478, 75.479 e 75.480, 02 (duas) Carretas Basculantes, patrimônios nºs 74.090 e 74.092, 01 (uma) Plantadeira de Rama de Mandioca, patrimônio nº 72.180, 01 (uma) Pá Carregadeira (concha traseira) patrimônio nº. 73.504, e 01 (um) Guincho, patrimônio n. 74.676, de propriedade da Agraer.
Amparo Legal:	Decreto Estadual 15.808/2021.
Data da Assinatura:	20/12/2022.
Assinam:	**André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Vanda Cristina Camilo**, pelo Município.

EXTRATO REFERENTE AO II ADITIVO AO TERMO ADMINISTRATIVO DE CESSÃO DE USO Nº. 042/2022
PROCESSO 71/010.127/2022

Partes:	O Estado de MS por meio da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER - CNPJ nº. 03.981.081/0001-46, sediada em Campo Grande - MS e Município de Jaraguari – CNPJ nº. 03.501.533/0001-31
Objeto:	Constitui objeto do presente Aditivo ao Termo Administrativo de Cessão de Uso suprimir 01 (um) Pulverizador 600L, patrimônio n. 74.309, acrescentar 02 (duas) Plantadeiras de Rama de Mandioca, patrimônios nºs. 72.184 e 72.185 e 01 (um) Distribuidor de Insumos, patrimônio nº 121.323, de propriedade da Agraer.
Amparo Legal:	Decreto Estadual 15.808/2021.
Data da Assinatura:	20/12/2022.
Assinam:	**André Nogueira Borges**, pela AGRAER e **Edson Rodrigues Nogueira**, pelo Município.

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato N° 16556/2021/IAGRO **N° Cadastral 16556**

Processo:	71/007.991/2021
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal - IAGRO e W.A. Equipamentos e Serviços Ltda.
Objeto:	O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação do prazo de validade, por mais 12 (doze) meses, consoante as justificativas anexadas ao processo.
Ordenador de Despesas:	Lissandra Daudt Baron.

Dotação Orçamentária:	As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta do orçamento da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal-IAGRO, conforme: Funcional Programática 10.71205.20.609.2071.4431.0001 - Custeio e Pessoal, Natureza de Despesa 339040.83 - Despesas de Locação de impressoras, multifuncionais, scanners e fragmentadoras; Fonte 0240000000 - Recursos arrecadados.
Amparo Legal:	Este Termo Aditivo é celebrado com amparo no inciso II, do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada mediante as justificativas constantes no processo.
Do Prazo:	O presente Contrato fica prorrogado a contar de 22 de dezembro de 2022 e com término em 21 de dezembro de 2023.
Data da Assinatura:	20/12/2022
Assinam:	Daniel de Barbosa Ingold e Christiano Alvares Netto.

Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DE TERCEIRO ADITAMENTO
Processo Administrativo Nº 167/2019 - CONTRATO Nº CT-075/2019
CONTRATADO: SEDEP – SERVIÇO DE ENTREGA DE DESPACHOS E PUBLICAÇÕES LTDA EPP.
OBJETO: Alteração da Cláusula Segunda – Do Valor e dos Recursos Orçamentários (item 2.1), visando à alteração do valor do contrato, passando o mesmo para R$ 2.135,00 (dois mil, cento e trinta e cinco reais); Alteração da Cláusula Décima – Dos prazos (item 10.1.1), visando à renovação do prazo de vigência contratual por adicionais 12 (doze) meses, pelo período de 10/01/2023 a 10/01/2024, podendo ser prorrogado mediante aditamento contratual em conformidade com a Lei 13.303/2016.
DATA DA ASSINATURA: documento emitido em 16/12/2022.
ASSINAM: Bernadete Martins G. Rangel e Fabrício Marti – MSGÁS;
Valter Luiz Soares Ferreira – SEDEP – SERVIÇO DE ENTREGA DE DESPACHOS E PUBLICAÇÕES LTDA EPP.

Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul

Extrato do Termo de Credenciamento nº 579/2022/DETRAN-MS

Processo nº	31/089375/2022
Partes:	Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul e a empresa FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO 89740696104
Objeto:	Credenciamento de empresa prestadora de serviços de desmontagem.
Local do serviço:	Campo Grande/MS
Prazo:	O prazo de vigência do credenciamento será 1 (um) ano, na primeira vez; e 5 (cinco) anos, a partir da primeira renovação.
Recursos orçamentários:	Não há dotação orçamentária pela inexistência de despesa para a Administração Pública.
Amparo Legal:	Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal 12.977 /2014 e legislação pertinente.
Data da assinatura:	19/12/2022
Assinam:	Rudel Espíndola Trindade Júnior e Francisco Rodrigues de Souza Filho

Extrato do IV Termo Aditivo ao Contrato N. 12832/2019/DETRAN N° Cadastral: 12832

Processo:	31/702.878/2019
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito e Z4 INCORPORADORA DE IMÓVEIS LTDA.
Objeto:	O objeto do presente Termo Aditivo é a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 12.832/2019 em 12 (doze) meses, com início em 02/12/2022 e término em 01/12/2023, obrigando-se o LOCADOR a cumprir as cláusulas constantes do contrato nas mesmas condições anteriormente contratadas.
Ordenador de Despesas:	RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JÚNIOR
Amparo Legal:	O presente Termo Aditivo é regido pelas disposições contidas nas Leis n° 8.245/1991 e nº 8.666/1993, bem como demais normas legais pertinentes.
Data da Assinatura:	29/11/2022
Assinam:	RUDEL ESPÍNDOLA TRINDADE JUNIOR e ALMIR ZORNITTA

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato N° 19465/2022/DETRAN N° Cadastral 19465

Processo:	31/018.432/2022
Partes:	O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito e SMC ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA EPP
Objeto:	Adita-se a Cláusula Quinta do Contrato nº 19.465/2022/DETRAN, prorrogando-se o prazo de execução da obra por mais 60 (sessenta) dias consecutivos, com início em 09/11/2022 e término em 08/01/2023.

Ordenador de Despesas: Rudel Espíndola Trindade Júnior
Amparo Legal: O presente Termo Aditivo é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 que o regulamenta, bem como demais normas legais pertinentes.
Data da Assinatura: 06/12/2022
Assinam: Rudel Espíndola Trindade Júnior e Mirian Jimenez Cance.

Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul Sociedade Anônima

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 002/2022 – CONTRATO Nº 049/2021 – CELEBRADO ENTRE A SANESUL E A REPLAN SANEAMENTO E OBRAS LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por mais 05 meses e de execução por mais 03 meses. PROCESSO: Nº 1020/2020/GEOB/SANESUL. DATA DA ASSINATURA: 15.12.2022. ASSINAM: CONTRATANTE: Sr. Walter B. Carneiro Jr., Sr. Helianey Paulo da Silva. CONTRATADA: Sr. Eduardo Pavarini.

Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul

FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS
FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS – FIC/MS
EDITAL N. º 002/2022 – FIC/MS

O Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura – SECIC, e a Fundação de Cultura de MS, tornam público que no período de 12.12.2022 a 10.02.2023 estarão abertas inscrições para apresentação de projetos culturais que visem receber benefícios do **FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS DE MATO GROSSO DO SUL – FIC/MS**, conforme regras e prazos a seguir estabelecidos, pautados na Lei Nacional n.º 8.666/1993, Lei Nacional n.º 13.019/2014, Lei Estadual n.º 5.060/2017, Decreto Estadual n.º 14.494/2016, Decreto Estadual n.º 15.305/19, subsidiariamente pelo Decreto Estadual n.º 11.261/2003 e pela Resolução Conjunta Serges/Serc n.º 003/2003, além deste Edital, que corresponde ao REGULAMENTO DE SELEÇÃO.

1 – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital n.º 002/2022-FIC/MS contemplar a produção cultural sul-mato-grossense, fomentando a criação e a difusão da produção artística em sua diversidade de manifestações, com prioridade para a formação e a circulação de bens culturais por todas as regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, como forma de ampliar o acesso à formação de novos públicos e garantir o pleno exercício dos direitos culturais, como preceitua o art. 215 da Constituição Federal e tendo como referência a Lei Estadual n.º 5.060, de 20 de setembro de 2017 e suas alterações, que dispõem sobre as diretrizes da Política Cultural para o Estado de Mato Grosso do Sul.

2 – DO MONTANTE DE RECURSOS DISPONÍVEIS

2.1 O valor dos recursos para o EDITAL N. º 002/2022 será de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).
2.2 Podem concorrer ao EDITAL N. º 002/2022 FIC/MS PESSOAS FÍSICAS, com efetiva atuação na área cultural (artistas, produtores culturais, técnicos da área cultural, etc.) e, PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO OU PRIVADO, de natureza cultural, sem fins lucrativos, sendo, agora, identificados como "PROPONENTES".
2.3 O valor total dos recursos será dividido em duas linhas de apoio:
a) R$ 6.400.000,00 (Seis milhões e quatrocentos mil reais) – PESSOAS FÍSICAS e PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO de natureza cultural sem fins lucrativos;
b) R$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais) – PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO, ou seja, Prefeituras ou órgãos municipais de cultura do Estado de Mato Grosso do Sul.
2.4 O valor máximo por projeto será de R$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), caso o projeto seja de valor superior, o proponente deverá comprovar, no ato da inscrição, a fonte que financiará a complementação do valor.
2.5 Os recursos para o pagamento dos projetos aprovados no presente Edital estão previstos no "PROGRAMA MS CULTURA – Fomento a Cultura Local Incentivando o Desenvolvimento de Projetos pela Comunidade – Projetos Cultura Local – FIC", sob a Funcional Programática 13.392.2054.4160.
2.6 Caso não seja utilizado a totalidade de recursos destinados a uma das linhas de apoio os mesmos poderão ser transferidos para aprovar projetos classificados, conforme ordem de pontuação, da outra linha de apoio.

3 – DO CRONOGRAMA DAS DATAS DOS PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO

ATIVIDADE	DATA
Publicação do Edital no DOEMS e INTERNET	21.12.2022
Recebimento das Inscrições	26.12.2022 a 17.02.2023
Publicação da relação de inscritos	28.02.2023
Publicação da Relação de HABILITADOS	06.04.2023
Prazo para Recurso	10 a 14.04.2023
Publicação de Recursos Interpostos	20.04.2023
Prazo para impugnação de recurso	24 a 28.04.2023
Divulgação no Diário Oficial do Estado do resultado do recurso	05.05.2023
Prazo para análise de Mérito por parecerista	08.05 a 08.06.2023
Prazo para análise e validação pelo CEPC/MS	13.06 a 31.07.2023
Publicação da Relação de PRÉ-APROVADOS pelo CEPC/MS	04.08.2023

Prazo para Recurso	07 a 11.08.2023
Publicação de Recursos Interpostos	18.08.2023
Prazo para impugnação de recurso	21 a 25.08.2023
Divulgação no Diário Oficial do Estado do resultado do recurso	30.08.2023
Publicação da Relação de APROVADOS e CONVOCAÇÃO para entrega de documentação	01.09.2023
Prazo aos APROVADOS para a entrega dos documentos listados no item 13 do Edital, para formalização de convênio, de termos de parceria ou de outorga e para abertura de conta corrente.	04 a 13.09.2023
Envio por e-mail dos ofícios para abertura de conta corrente	04 a 13.09.2023
Envio por e-mail pelo proponente das Certidões de Regularidade Fiscal e do Termo de Abertura de Conta Corrente	04 a 13.09.2023
Período para análise da documentação apresentada pelos aprovados	04 a 15.09.2023
Convocação dos aprovados por meio de publicação no Diário Oficial do MS para assinar os respectivos instrumentos jurídicos e esclarecimentos sobre a prestação de contas dos projetos	29.09.2023
Período para execução dos projetos	16.10.2023 a 15.10.2024

3.1 Após a postagem do Projeto Cultural não será permitido – sob nenhuma hipótese – ANEXAR qualquer tipo de documento ou material, exceto os necessários à formalização do termo de convênio, termo de outorga ou termo de parceria, conforme o caso, exigidos dos APROVADOS.
3.2 O ato de inscrição do Proponente implica na prévia e integral concordância com todas as normas deste Edital e das normas de regência indicadas na ementa deste Regulamento.
3.3 O projeto inscrito deverá ter caráter estritamente cultural e, cada proponente, poderá inscrever somente 01 (um) projeto neste Edital;
3.4 O proponente e o executor que não comprovarem sua atuação prioritariamente na área artística cultural pretendida, assim como, a natureza estritamente cultural do projeto, serão considerados INABILITADOS.
3.5 Os projetos propostos deverão ter prazo de vigência limitado a 12 (doze) meses, a partir do recebimento dos recursos, podendo ser prorrogado apenas 01 (uma) vez e, por período não superior a 01 (um) ano, desde que justificado e com vistas à continuidade e/ou conclusão do projeto. A prorrogação do prazo de execução, caso seja necessária, deverá ser solicitada por escrito, protocolada na Fundação de Cultura de MS com antecedência mínima de 20 (vinte) dias ao vencimento do prazo de execução.
3.6 É vedada a prorrogação do prazo de prestação de contas.

4 – DA FORMA DE ENVIO DOS PROJETOS E LOCAL DE RECEBIMENTO

4.1 Os projetos deverão ser encaminhados ao FIC/MS por via postal, por carta com aviso de recebimento (AR) ou por SEDEX, com aviso de recebimento (AR).
4.2 As inscrições ficarão abertas do dia 26.12.2022 a 17.02.2023. Não serão aceitas inscrições postadas fora desse prazo.
4.3 As inscrições devem ser apresentadas em FORMULÁRIO PADRÃO, conforme modelo estabelecido pela FCMS-FIC/MS e disponível no site www.fundacaodecultura.ms.gov.br – FIC/MS, em uma única via, formato A4, devidamente preenchido, digitado, rubricado, datado e assinado pelo Proponente nos campos indicados, inclusive os anexos devem ser numerados e rubricados.
4.3.1 Caso proponente e executor sejam a mesma pessoa, o campo executor deverá ser preenchido, repetindo-se o nome do Proponente.
4.3.2 O formulário padrão e todos os anexos impressos, sem exceção, devem ser digitalizados sequencialmente conforme forem numerados, em formato PDF e salvos em um **pen drive** e enviados juntos no envelope de inscrição do projeto, sob pena de inabilitação.
4.4 Os projetos deverão ser enviados acompanhados da documentação do Proponente e do Executor (se não forem o mesmo) e da documentação específica por área artístico-cultural em 01(uma) via montada com 02 (duas) perfurações (modelo "arquivo"), fixada com colchetes, com as folhas numeradas, em envelope lacrado, constando obrigatoriamente as seguintes informações:

REMETENTE (No verso do envelope - Informações do remetente).
TÍTULO DO PROJETO
ÁREA CULTURAL
NOME DO PROPONENTE
ENDEREÇO COMPLETO

DESTINATÁRIO (Na parte da frente do envelope, mesma do selo - Informações do destinatário).
FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MS
EDITAL N.º 002/2022 – FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS
GERÊNCIA DO FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS – FIC/MS
MEMORIAL DA CULTURA E DA CIDADANIA – AV. FERNANDO CORRÊA DA COSTA, 559 – 6º ANDAR – CENTRO.
CAMPO GRANDE/MS – CEP: 79.002-820

4.4.1 Não serão aceitos projetos que venham encadernados.
4.5 Após a inscrição do projeto, não será permitida a alteração do proponente ou do executor, salvo o falecimento ou invalidez do executor, que deverão ser formalmente comunicados à FCMS/FIC para avaliar os documentos do novo executor, a fase do projeto, além das circunstâncias pertinentes à época, e com vistas à viabilidade da sequência do projeto para emitir decisão.
4.5.1. Exceção à regra acima, após a inscrição do projeto, não será permitida a alteração do executor, salvo em

casos de seu falecimento ou invalidez, devendo o fato ser formalmente comunicado à FCMS/FIC, que avaliará o caso concreto, e decidirá conforme a viabilidade da continuidade do projeto, a fase em que se encontra, e documentação do novo executor e outras circunstâncias da situação.
4.6 É parte integrante deste EDITAL o FORMULÁRIO PADRÃO e seus anexos ou modelos que poderá ser obtido oficialmente no site www.fundacaodecultura.ms.gov.br.
4.7 Acompanharão o formulário padrão (Anexo I) da proposta cultural, conforme descrito nos itens 5, 6 e 7, deste Edital, nessa ordem:
a) Documentos do Proponente;
b) Documentos do Executor, caso não seja também proponente;
c) Documentos específicos de cada área artístico-cultural;
d) Contrato ou Acordo de Cooperação Técnica, no caso de proposta que preveja execução compartilhada;
e) Carta de Anuência do proprietário ou detentor de direitos (com firma reconhecida, no caso de propostas que prevejam a utilização de acervos, obras ou imagens de terceiros, ou cessão dos direitos autorais pela sociedade representativa do autor) quando for o caso;
f) Autorização de Uso/Cessão do Espaço do órgão público, no caso de eventos ou intervenção artístico-culturais realizados em prédios públicos.
4.8 Projetos preenchidos manualmente serão INABILITADOS;
4.9 A inscrição requerida por PROCURADOR somente será permitida mediante apresentação de procuração lavrada por instrumento público com poderes específicos para inscrição neste Edital.
4.10 Todas as publicações anexadas ao Projeto Cultural (cópia de jornal, revista, clipping, folders ou similares) devem, obrigatoriamente, mencionar a fonte e a data da publicação.
4.11 Faculta-se ao Proponente anexar ao formulário padrão de inscrição, além dos documentos exigidos, textos contendo dados adicionais sobre o projeto, bem como, outros documentos elucidativos de modo a permitir maior compreensão e clareza de seu objeto e de seus fins.
4.12 Permite-se a proposição de projetos que envolvam mais de uma área, sendo apenas exigido que, no momento da inscrição, o proponente informe qual a linguagem predominante e inclua a documentação específica de todas as áreas e segmentos envolvidos.
4.13 Os recursos do FIC-MS não poderão ser concedidos a projetos que não sejam de natureza estritamente cultural ou, cujo proponente ou executor:
I - esteja inadimplente com a Fazenda Pública Estadual;
II - esteja inadimplente com prestação de contas de projeto cultural anterior;
III - não tenha domicílio no Estado de Mato Grosso do Sul;
IV - seja servidor da SECIC ou das fundações, subsecretarias ou autarquias que lhe são vinculadas ou membro do Conselho Estadual de Políticas Culturais;
V - seja pessoa jurídica de direito privado que tenha na sua composição servidor público estadual, membro do CEPC-MS.
4.14 As vedações previstas no item anterior estendem-se aos ascendentes e descendentes em primeiro grau, bem como aos cônjuges ou companheiros, quer na qualidade de pessoa física, quer por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam associados, no que se refere a projeto que envolva ou beneficie diretamente a pessoa impedida.
4.15 Os membros do CEPC/MS, durante o período de mandato, não poderão atuar como prestadores de serviços nos projetos culturais que receberem investimentos do FIC/MS, como pessoa física ou por meio de pessoa jurídica da qual sejam sócios ou associados.
4.16 Os recursos do FIC-MS não poderão ser aplicados em construção e ou conservação de bens imóveis, exceto quando se tratar de projetos na área de patrimônio cultural material tombado.
4.17 O Projeto que contrarie qualquer disposição acima, será, sumariamente, declarado como INABILITADO pela respectiva análise técnica.

5 - DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS

5.1 As propostas contendo os projetos culturais deverão ser apresentadas com observância do formulário padrão constante do Anexo I deste Edital, formato A4, com todas as páginas integrantes do projeto devidamente numeradas e rubricadas, com 2 (duas) perfurações no modelo arquivo e afixadas por colchetes ou por grampo trilho para pastas, não encadernado, observado o item 7.1.13, A, 1 se for o caso, e anexando ainda a seguinte documentação:
5.2 **Proponente e/ou executor pessoa física**:
a) cópia da Carteira de Identidade (RG) ou similar;
b) cópia do CPF;
c) 1 (um) comprovante de residência no Estado de Mato Grosso do Sul, datado com mais de 2 (dois) anos anterior a data de publicação do Edital, ou Declaração de Residência alegando que reside há mais de 2 (dois) anos no Estado, a ser apresentada manuscrita e assinada, com data e endereço atual, contendo a ciência do declarante de que a falsidade de informação o sujeitará às penalidades previstas no art. 3º da Lei Estadual nº 4.082, de 6 de setembro de 2011, sob pena de não ser aceita, conforme modelo do anexo X.
d) 1 (um) comprovante de residência no Estado de Mato Grosso do Sul, com data de 3 (três) meses anterior ou posterior à publicação do Edital, ou Declaração de Residência a ser apresentada manuscrita e assinada, com data e endereço atual, contendo a ciência do declarante de que a falsidade de informação o sujeitará às penalidades previstas no art. 3º da Lei Estadual nº 4.082, de 6 de setembro de 2011, sob pena de não ser aceita, conforme modelo do anexo X;
e) currículo resumido:
1. do proponente detalhando suas atividades como produtor cultural acompanhado da devida comprovação;
2. do executor detalhando sua efetiva atuação cultural, acompanhado da devida comprovação.
f) da proposta cultural:

1. currículo resumido da equipe técnica detalhando sua efetiva atuação cultural, acompanhado da devida comprovação.
2. toda a documentação solicitada por área específica.

5.3 **Proponente e/ou executor pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos**:
a) cópia da Ata de Eleição da atual Diretoria, devidamente registrada em cartório, contendo as informações cartorárias: nome do cartório, livro, folha, número da averbação.
b) cópia do Termo de Posse dos dirigentes, devidamente registrado em cartório contendo as informações cartorárias: nome do cartório, livro, folha, número da averbação.
c) cópia do CNPJ;
d) relatório de Atividade Sociocultural da entidade (Anexo III), com comprovação;
e) cópia da Carteira de Identidade (RG) ou similar do dirigente da entidade;
f) cópia do CPF do dirigente da entidade;
g) declaração para pessoa jurídica sem fins lucrativos – Anexo VIII;
h) cópia do Estatuto atualizado e de acordo com o art. 33 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, devidamente registrado em Cartório, contendo as informações cartorárias: nome do cartório, livro, folha, número da averbação;
i) do proponente comprovando que é sediada no Estado de Mato Grosso do Sul há mais de dois anos;
j) do executor comprovando que tem sede no Estado de Mato Grosso do Sul e, no mínimo, um ano de existência legal, constituída com objetivo, atuação e finalidade, prioritariamente, culturais;
k) Toda a documentação solicitada por área específica.

5.4 - **Proponente e/ou executor pessoa jurídica de direito público**:
a) cópia da lei que autorizou a criação da pessoa jurídica, se for o caso, acompanhada do respectivo estatuto ou regimento interno;
b) cópia da lei orgânica do município;
c) cópia da lei de criação do Conselho Municipal de Cultura;
d) cópia do programa/fundo de incentivo à cultura municipal;
e) cópia da lei que instituiu o Sistema Municipal de Cultura;
f) cópia do CNPJ;
g) cópia do termo de posse do dirigente;
h) relatório de atividades sociocultural da entidade (Anexo III), com comprovação;
i) cópia da carteira de identidade (RG) ou similar do dirigente da entidade;
j) cópia do CPF do dirigente da entidade;
k) declaração de contrapartida financeira obrigatória, conforme art. 45, §§ 3º e 4º, da Lei Estadual nº 5.060, de 2017;
l) Toda a documentação solicitada por área específica.

5.5 Sendo diversa a pessoa do proponente da pessoa do executor, será exigida de cada qual a documentação respectiva.

5.6 A autenticidade da documentação, quando exigida, poderá ser feita pelo servidor que receber a documentação, à vista dos originais.

5.7 A ausência de qualquer documento elencado, implicará a imediata INABILITAÇÃO do projeto e a sua consequente devolução ao proponente, nos termos disposto no Decreto Estadual n.º 15.305, de 2019.

6 – DA COMPROVAÇÃO DA ATUAÇÃO CULTURAL

6.1 A comprovação da atuação cultural do Proponente e/ou Executor deverá ser feita mediante a apresentação de um destes documentos:
a) PORTFÓLIO: comprovando 02(dois) anos de atuação em atividades culturais, com no máximo 20 laudas contendo matérias de jornal (com nome do jornal e data de veiculação), mídia eletrônica (com nome do site e data da veiculação), revistas (com nome da revista e data), declaração de filiação a associação/entidade de classe ou carteira expedida pela associação de classe, diploma, certificados, contratos de prestação de serviços artísticos e/ou cultural com firma reconhecida dos signatários, cartazes, clippings, folders, reportagens ou publicações, certificados de participação em eventos (contendo expressamente o nome da pessoa física ou artístico quando da participação em grupos);
b) ATESTADO DE ATIVIDADES CULTURAIS: comprovando 02 (dois) anos de atuação em atividades culturais, em papel timbrado, emitido pela pessoa jurídica de direito público, assinado por Secretário ou Diretor de Cultura do Município, Diretor de Diretoria Regional de Educação e Cultura, e demais órgãos municipais de atuação cultural, conforme modelo do Anexo IV.

6.1.1 Para os ATESTADOS DE ATIVIDADES CULTURAIS a análise da validade da atuação cultural será de competência exclusiva do CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICAS CULTURAIS DE MS.

6.1.2 Para TODOS OS CASOS Cd's; DVD's com imagens, vídeos e áudio devem ser enviados APENAS NOS FORMATOS:
FOTOS: .bmp; .jpg; .jpeg;.png; TIFF; GIF
VÍDEO: .avi;.wmv;mpeg (1,2,3,4) e todos os formatos com suporte no programa VLC e youtube.
ÁUDIO: mp3; wma; aac; mp4 e todos os formatos com suporte no programa VLC.

6.1.3 Para TODOS OS CASOS é permitido prever verbas complementares (Municipal; Estadual; Federal; Privada) devidamente especificada, e deverá ser enviada cópia na Prestação de Contas desses recursos, a fim de se comprovar a não duplicidade de despesas pagas com recursos de fontes diversas.

7 – DA DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICA POR ÁREA E DO ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS

7.1 O projeto deverá ser enquadrado em uma área e em uma ação específica, com apresentação **obrigatória** de todos os documentos relacionados à ação proposta e, caso o projeto envolva a execução de mais de 01 (uma) ação específica, deverá ser apresentada toda a documentação relativa a cada ação secundária.

7.1.1 ÁREA DE ARTES CÊNICAS - Linguagem artística relacionada aos segmentos de **teatro, dança, circo,**

ópera e congêneres.
I - AÇÃO ESPECÍFICA
a) Apoio à criação e montagem de espetáculos;
b) Apoio à circulação de espetáculos;
c) Apoio à realização de mostras e festivais;
d) Apoio à promoção de residências artísticas, seminários, cursos, oficinas, workshops de capacitação na área;
e) Apoio à realização de oficinas, priorizando os projetos de continuidade;
f) Apoio à publicação na área de artes cênicas;
g) Apoio à pesquisa na área de artes cênicas;
h) Apoio à manutenção de grupos e ou coletivos na área de artes cênicas.
II - DOCUMENTAÇÃO
A) Espetáculos – Criação e Montagem
01) Texto ou argumento dramatúrgico do espetáculo e proposta de montagem (concepção da encenação);
02) Ficha técnica, Carta de Anuência e Currículo Comprovado no segmento artístico-cultural tanto do diretor do espetáculo quanto dos principais integrantes do projeto e do elenco;
B) Mostras, Festivais e Circulação de Espetáculos
01) Programação com a duração do evento e os locais ou cidades de realização;
02) Ficha técnica da equipe de produção do evento com a função, nome completo, RG, CPF, endereço e assinatura;
03) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência da equipe de produção.
04) No caso de Mostras e Festivais: Vídeo dos espetáculos, Currículo Comprovado e Carta de Anuência dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e regulamento;
05) No caso de circulação de espetáculo, apresentar sinopse do texto e material gravado em DVD na íntegra.
C) Manutenção de Coletivos, Grupos e Companhias: compreende-se por manutenção o conjunto de atividades relativas à apresentações, mostras, e manutenção do repertório do grupo; qualificação profissional; levantamento e organização de material referente ao grupo, registro de trabalho do grupo; pesquisa e intercâmbio entre grupos e outras atividades que contribuam para fortalecer o trabalho continuado. Não estão previstos neste edital, pagamento de gastos com reformas, melhorias ou manutenção de espaço físico utilizado pelo grupo.
01) Plano de Trabalho do Grupo no período de execução do projeto, apresentando detalhadamente o conjunto das ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados;
02) Comprovação do trabalho continuado, há, pelo menos, 05 (cinco) anos, através de portfólio.
D) Residência artística, seminários, Cursos, Oficinas, Workshops
1) No caso de residência artística: ementa, portfólio do(s) artistas ministrantes e carga horária (sendo, no mínimo, de 60 horas)
2) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
4) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);
5) No caso de seminário ou equivalente: Carta de anuência dos artistas/palestrantes/ministrantes ou grupo (nome completo, RG, CPF, assinatura e endereço do participante), com currículo comprovado;
6) Roteiro de Plano de Execução do Seminário ou equivalente contendo, no mínimo: Objetivos (que pretende alcançar com a ação), Carga Horária, Público Alvo, nº. de participantes, Local de realização, Cronograma de desenvolvimento, Conteúdo programático, etc, conforme Anexo VII.
E**) Publicação de Livro/Revista/Catálogo**
01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do autor), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.
F**) Pesquisa Cultural e Publicação**
01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também currículo comprovado do pesquisador, o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.
7.1.2 ÁREA DE ARTES VISUAIS – Linguagens artísticas compreendendo plásticas, gráficas, assemblage, fotografia, desenho, escultura, colagem, pintura, instalação, vídeo arte, gravura (litogravura, xilogravura, gravura em metal e congêneres), bem como a criação ou reprodução mediante o uso de meios eletrônicos, mecânicos, cibernéticos ou artesanais de reprodução.
I - AÇÃO ESPECÍFICA
a) Apoio à realização de mostras, feiras e salão de Artes Visuais abrangendo todas as modalidades;
b) Apoio à realização de seminários, fóruns e outros eventos afins;

c) Apoio ao desenvolvimento de obra de artista, com lançamento do trabalho final, preferencialmente em espaço público;
d) Apoio à realização de oficinas para desenvolvimento na área de Artes Visuais;
e) Apoio à publicação na área de Artes Visuais.

II - DOCUMENTAÇÃO

A) Exposições, Produção de Obra do Artista

01) Relatório Fotográfico das obras que serão expostas (no caso do material já ter sido selecionado);
02) Roteiro contendo: quantidade de trabalhos a serem produzidos; tamanho; técnica desenvolvida e proposta gráfica, layout dos trabalhos a serem produzidos;
03) Proposta curatorial da exposição ou esboço (s) do (s) trabalho (s) a ser (em) produzido (s), croquis, etc., de preferência no modelo do roteiro constante do Anexo V;
04) Ficha técnica acompanhada de currículo comprovado no segmento artístico-cultural do curador e do (s) artista (s) participante (s);
05) Carta de Anuência do curador e artista (s) participantes da proposta (nome completo, RG, CPF, assinatura e endereço do participante).

B) Festivais e Mostras

01) Programação;
02) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural, carta de Anuência dos artistas;
03) Ficha técnica completa (nome completo, RG, CPF, assinatura e endereço do participante), incluindo a duração;
04) Material dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e regulamento.

C) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

1) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
4) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

D) Publicação de Livro/Revista/Catálogo

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também currículo comprovado no segmento artístico-cultural, o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

E) Pesquisa Cultural e Publicação

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também currículo comprovado no segmento artístico-cultural, o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.

7.1.3 – ÁREA DE DESIGN E MODA - Design - Compete ao designer a articulação da competência da invenção artística com a compreensão dos materiais e processos produtivos. A esfera da criação pressupõe uma capacidade singular e individual, algo que confere singularidade e distinção a obra. O design é utilizado como ferramenta para a modernização e aumento de competitividade dos produtos no mercado, a partir do seu valor simbólico; **Moda -** A moda e a indumentária são algumas das maneiras pelas quais a ordem social é experimentada, explorada, comunicada e reproduzida. Através da moda e da indumentária, entre outras instâncias, nos constituímos como seres sociais e culturais. A moda não só dá conta de certa estruturação simbólica própria de uma determinada cultura, mas gera cultura.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à realização de mostras, feiras, desfiles e salão de Design e Moda;
b) Apoio à realização de seminários, fóruns e outros eventos afins;
c) Apoio ao desenvolvimento de obra de artista, com lançamento do trabalho final, preferencialmente em espaço público;
d) Apoio à realização de oficinas para desenvolvimento na área de Design e/ou Moda, sendo o mínimo de 20 horas cada;
e) Apoio à publicação na área de Design e/ou Moda.

II - DOCUMENTAÇÃO

A) Exposição

01) Relatório Fotográfico das obras que serão expostas (no caso do material já ter sido selecionado);
02) Proposta curatorial da exposição ou esboço (s) do (s) trabalho (s) a ser (em) produzido (s), croquis, etc., de preferência no modelo do roteiro constante do Anexo V;
03) Ficha técnica acompanhada de currículo comprovado no segmento artístico-cultural do curador e do (s) artista (s) participante (s);

04) Carta de Anuência do curador e artista (s) participantes da proposta (nome completo, RG, CPF, assinatura e endereço do participante).

B) Festivais e Mostras

01) Programação;
02) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural, carta de Anuência dos artistas;
03) Ficha técnica completa (nome completo, RG, CPF, assinatura e endereço do participante), incluindo a duração;
03) Material dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e regulamento.

C) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

1) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do (s) ministrante (s);
4) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

D) Publicação de Livro/revista/catálogo

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

E) Pesquisa Cultural e Publicação

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também currículo comprovado no segmento artístico-cultural, o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.

7.1.4 ÁREA DE AUDIOVISUAL - Linguagens artísticas que registrem sons e imagens, através da produção de filmes cinematográficos ou videográficos, obedecendo a um roteiro ou argumento determinado.

I. AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à produção de obra Audiovisual inédita dos gêneros: ficção, documentário ou animação, em suporte digital finalizados em DVD;
b) Apoio à finalização de obras audiovisuais dos gêneros: ficção, documentário ou animação, em suporte digital finalizados em DVD;
c) Apoio ao desenvolvimento de roteiros audiovisuais inéditos de longa metragem e Séries, dos gêneros ficção e animação;
d) Apoio à realização de festivais, mostras de cinema e vídeo;
e) Promoção de cursos e oficinas técnicas da área;
f) Apoio à publicação na área do Audiovisual.

II - DOCUMENTAÇÃO

A) Produção de Obras Audiovisual

01) PROJETO TÉCNICO contendo, obrigatoriamente, para todos os casos, ou seja, ficção, documentário, animação; obra experimental:
a) Justificativa (máximo de 20 linhas);
b) Roteiro;
c) Currículo comprovado no segmento do Audiovisual, com atuação na área artística-cultural, do Diretor, do Roteirista e do Produtor.
d) Comprovação que o Diretor, Produtor e Roteirista (este último, se houver) residem e atum no Estado de MS, há no mínimo 02 (dois) anos;
e) Termo de compromisso para Obras Audiovisuais, estabelecendo o licenciamento ao FIC/MS e à FCMS, em caráter definitivo, para utilização exclusiva da obra em suas finalidades institucionais, sem ônus e de forma a não prejudicar a exploração econômica da obra – (Anexo VI);
f) Documento exclusivo por categoria de obra sendo:
I) FICÇÃO: Roteiro, obrigatoriamente, com divisão por cenas/sequência e com diálogos desenvolvidos.
II) DOCUMENTÁRIO: argumento contendo abordagem ou ações investigativas, identificação das locações, dos depoentes ou personagens e, quando for o caso, material de arquivo e locações e/ou acervo
III) ANIMAÇÃO: Roteiro e *Storyboard*.

B) Roteiros Inéditos de Longa Metragem ou Série (Ficção Ou Animação)

01) PROJETO TÉCNICO contendo obrigatoriamente:
a) Justificativa do projeto, com abordagem acerca do estilo, gênero, linguagem, aspectos criativos, importância dos personagens (máximo de 40 linhas);
b) STORY LINE (máximo de 07 linhas);
c) Argumento do roteiro, contando a história resumida (máximo de 15 laudas);
d) Descrição dos perfis dos personagens principais;

e) Comprovação de que o diretor e/ou roteirista reside e atua no Estado de MS na área do audiovisual, no mínimo há 02 (dois) anos;
f) Currículo comprovado no segmento do Audiovisual, com atuação na área artística-cultural, do diretor e/ou roteirista;
g) Termo de compromisso para obras audiovisuais – (Anexo VI).

C) Finalização de Obras Audiovisuais

01) PROJETO TÉCNICO contendo obrigatoriamente:
a) Apresentação do Projeto (máximo de 30 linhas), com abordagem acerca da relevância do tema, do público a que se destina e da estratégia para atingi-lo;
b) Roteiro;
c) Levantamento Técnico resumido acerca da produção da obra, contendo ficha técnica e artística;
d) Cronograma de Finalização;
e) 01 (uma) cópia nova em DVD, do copião do material filmado ou, deverá ser enviado link com o material filmado;
f) Currículo comprovado no segmento do Audiovisual, com atuação na área artística-cultural, do Diretor, do Roteirista e do Produtor.
g) Comprovação de que o diretor reside e atua no Estado de MS na área do audiovisual, no mínimo há 02 (dois) anos;
h) Termo de Compromisso para Obras Audiovisuais – (Anexo VI).

D) Festivais e Mostras

01) PROJETO TÉCNICO, contendo:
a) Justificativa – máximo de 20 linhas
b) Programação com a duração do evento:
I) Festivais: Programação completa incluindo os filmes a serem exibidos (com a manifestação de interesse do(s) titular(es) dos direitos das mesmas) e/ou edital de seleção e regulamento, descrição da linha curatorial a ser seguida e as atividades que venham a complementar o evento em questão. Informar o (s) local (is) e período de realização, o número de sessões em cada espaço (sala de exibição/praça) e os equipamentos a serem utilizados.
II) Mostras: Descrição da Linha curatorial a ser seguida, identificação dos títulos a serem exibidos com a manifestação de interesse do (s) titular (es) dos direitos das mesmas e/ou edital de seleção e regulamento, espaços de exibição, período de exibição, número de sessões em cada espaço (sala de exibição/praça), equipamentos a serem utilizados.
c) Ficha técnica da equipe de produção do evento com a função, nome completo, RG, CPF, endereço e assinatura;
d) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência da equipe de produção.

E) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

01) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas;
02) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
03) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do (s) ministrante (s);
04) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

F) Publicação de Livro/revista/catálogo

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também currículo comprovado no segmento artístico-cultural, o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

G) Pesquisa Cultural e Publicação

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também currículo comprovado no segmento artístico-cultural, o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.

7.1.5 ÁREA DE ARTESANATO - Arte de confeccionar peças e objetos manufaturados, não seriados e em pequena escala, sem auxílio de máquinas sofisticadas de produção.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à realização de feiras, mostras e exposições de Artesanato;
b) Apoio à participação das entidades de Artesanato em feiras e exposições da área;
c) Apoio à realização de seminários, fóruns, cursos e oficinas de qualificação dos artesãos ou comunidade em geral;
d) Apoio ao desenvolvimento de obra de artista, com lançamento do trabalho final, preferencialmente em espaço público;
e) Apoio ao fortalecimento dos núcleos de produção artesanal já existente;
f) Apoio à pesquisa, publicação na área de artesanato.

II - DOCUMENTAÇÃO

A) Exposição, Produção de Obra do Artista
01) Fotografia de trabalhos recentes e/ou exposições e currículo comprovado do artesão;
02) Roteiro contendo: quantidade de trabalhos a serem produzidos; tamanho; técnica desenvolvida e proposta gráfica, layout dos trabalhos a serem produzidos;
03) Carta de Anuência dos artesãos e da equipe de produção participantes da proposta cultural completa (nome completo, RG, CPF, assinatura e endereço de cada participante);
04) Carta convite do evento, acompanhada da programação, no caso de participação em eventos fora do local de origem;
05) Material dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e regulamento.

B) Feiras, Festivais e Mostras de Artesanato
01) Fotografia de trabalhos recentes e/ou exposições e currículo comprovado do artesão;
02) Programação contendo temática de produtos e/ou núcleos de produção envolvidos no caso de feiras, mostras e exposições de artesanato;
03) Carta de Anuência dos artesãos e da equipe de produção participantes da proposta cultural completa (nome completo, RG, CPF, assinatura e endereço de cada participante), Currículo comprovado no segmento artístico-cultural;

04) Carta convite do evento, acompanhada da programação, no caso de participação em eventos fora do local de origem;
05) Ficha Técnica completa (nome completo, RG, CPF e endereço do participante);
06) Material dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e regulamento.

C) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops
1) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
4) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

D) Publicação de Livro/revista/catálogo
01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

E) Pesquisa Cultural e Publicação
01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.

7.1.6 ÁREA DO LIVRO, LEITURA, ESCRITA, LITERATURA - Área que engloba a linguagem que utiliza a arte de escrever, declamar e narrar em qualquer gênero textual, bem como a cadeia econômica do livro, o incentivo a formação de leitores e a difusão literária.
I - AÇÃO ESPECÍFICA
a) Apoio à realização de oficinas, encontros e seminários;
b) Apoio à realização de saraus, festivais, mostras e feiras literárias e contação de estórias;
c) Apoio à criação e circulação de contação de estórias;
d) Apoio à publicação de livros na categoria ficcional em seus diversos gêneros, revistas e similares;
e) Apoio à pesquisa, publicação de livros em seus diversos gêneros, revistas e similares;
f) Reedições de livros de caráter histórico, cultural, literário para Mato Grosso do Sul;
g) Apoio a Curso de Gestão e Elaboração de Projetos Culturais para o público em geral.
II – DOCUMENTAÇÃO
A) Obra Literária Ficcional
01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

B) Oralidades, Feiras, Saraus, Festivais e Mostras de Literatura
1) No caso de criação e circulação de Oralidades (Contação de estórias, Slams): texto, ficha técnica, Carta de Anuência dos integrantes e dos locais de apresentação;
02) Programação e ficha técnica completa, incluindo a duração;
03) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural, Carta de Anuência dos artistas com nome completo, RG, CPF, endereço dos participantes e assinaturas;
04) Material dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e regulamento.
C) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops
1) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
4) Apoio a Curso de Gestão e Elaboração de Projetos Culturais para o público em geral. – Carga Horária Mínima: 120, 60, 40 ou 20 horas.
5) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);
D) Obra Literária Não Ficcional (ensaio, biografia, livro reportagem, livros de temática na área do livro, leitura e bibliotecas, revistas, catálogo).
01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.
E) Pesquisa Cultural e Publicação
01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.
7.1.7 ÁREA DE MÚSICA - Linguagem artística que expressa harmonia, ritmo e melodia em diferentes modalidades e gêneros.
I. AÇÃO ESPECÍFICA
a) Apoio à realização de festivais, mostras, feiras e semanas de música;
b) Apoio à promoção de seminários, oficinas e cursos de capacitação na área;
c) Apoio à produção e gravação de fonogramas e registros audiovisuais de shows ao vivo;
d) Apoio a bandas, fanfarras, orquestras, grupos de câmara e coros;
e) Apoio à produção de programa de difusão da música sul-mato-grossense em rádio e TV web;
f) Apoio à produção e circulação de espetáculos;
g) Apoio à publicação na área da música;
h) Apoio à pesquisa cultural na área da música.
II – DOCUMENTAÇÃO
A) Produção de CD, EP, OU DVD
01) Duas músicas que farão parte da gravação em formato mp3 (pendrive ou CD)
02) Repertório a ser gravado e suas respectivas letras, , no caso de música instrumental as partituras;
03) Apresentar autorização do detentor dos direitos autorais da obra (nome completo, RG, CPF, e endereço), com firma reconhecida;
04) No caso de DVD , roteiro ou storyboard.
B) Festival, Mostra, Circulação De Shows, Concertos, Recitais
01) Pendrive, CD ou DVD com a proposta do show/concerto/recital ou de seu trabalho;
02) Repertório com os autores das respectivas músicas que irão compor o show/concerto/recital;
03) Declaração se comprometendo com o pagamento dos Direitos Autorais (ECAD), referente ao repertório a ser apresentado;
04) Currículo comprovado e Carta de Anuência dos músicos participantes com nome completo, RG, CPF , endereço e assinaturas ou edital de seleção e regulamento
05) Cidades, Locais das apresentações;
06) Ficha Técnica, incluindo a duração do evento;
07) No caso de Concerto/Recital substituir a letra das músicas por breve relato sobre cada peça a ser apresentada.
C) Formato dos Programas de Rádios e TV Web
01) Proposta de programação em forma de roteiro contendo título, duração, periodicidade e número de programas, formato e estilo de músicas (popular, sertaneja, caipira, raiz, pop rock, etc.);
02) Ficha Técnica da equipe de produção e apresentação do programa (nome completo, RG, CPF e endereço);
03) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural do responsável.
01) MUSICAL (que executa em sua maior parte músicas produzida por artistas sul-mato-grossenses);

02) INFORMATIVO-MUSICAL (que traz informações jornalísticas e culturais e executa músicas produzidas por artistas sul-mato-grossenses);
03) EDUCATIVO-MUSICAL (que traz basicamente informações culturais de cunho educativo e que executa músicas produzidas por artistas sul-mato-grossenses);

D) Festivais e Mostras de Música em Rádios e TV Web

01) Programação do evento;
02) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência da equipe de produção e dos artistas participantes (nome completo, RG, CPF , endereço e assinaturas);
03) Ficha Técnica, incluindo a duração;
04) Currículo dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e/ou regulamento de participação.
05) Declaração se comprometendo com o pagamento dos Direitos Autorais (ECAD), referente ao repertório a ser apresentado;

E) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

1) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
4) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

F) Publicação de Livro/revista/catálogo

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

G) Pesquisa Cultural e Publicação

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.

7.1.8 ÁREA DE PATRIMÔNIO CULTURAL - Preservação e divulgação de bens materiais de relevância histórica, artística, arquitetônica, paisagística, arqueológica, etnográfica, bibliográfica, etnológica; e de bens imateriais considerados como as formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, criações científicas, artísticas e tecnológicas.

I. AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à obra de preservação de patrimônio cultural edificado;
b) Apoio à obra de preservação de bens móveis integrados;
c) Apoio a projeto de intervenção no patrimônio cultural edificado;
d) Apoio à publicação na área de patrimônio cultural;
e) Apoio ao fomento do patrimônio cultural;
f) Apoio a ações de Educação Patrimonial;
g) Apoio à realização de festivais, festas, mostras e a difusão do patrimônio imaterial.
h) Apoio à realização de seminários, cursos, oficinas, workshops.
i) Apoio à realização de pesquisa cultural na área do Patrimônio.

II – DOCUMENTAÇÃO

A) Pesquisa/Levantamento de Informação/Criação de Banco de Dados

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.
06) Termo de Compromisso do responsável e envio de cópia do resultado, para inserção no banco de dados do Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul/FCMS, no caso de Inventário, Catálogo ou outras publicações;
07) Autorização de uso da obra e identificação da fonte para uso de imagem de terceiros, inclusive no caso de pesquisa em banco de imagens, com firma reconhecida;
08) Anuência do proprietário (no caso de propostas com utilização de acervos de terceiros), com firma reconhecida.

B) Fomento ao Patrimônio Imaterial

01) Declaração de Anuência e interesse de pessoas, comunidades, grupos ou instituições envolvidas com a proposta, atestando concordância com o seu objeto e registro fotográfico ou videográfico relativo ao bem cultural (nome completo, RG, CPF, endereço, assinatura e cargo indicando representatividade nos grupos/comunidades).

02) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
03) Metodologia de abordagem;
04) Sumário preliminar

C) Projeto de Restauração de Bens Imóveis Tombados

01) Projeto Executivo de Restauro, respeitando a NBR 6492/94, contendo: Projeto de Arquitetura de Restauro de Patrimônio Histórico: Estudo Preliminar (Identificação e Conhecimento do Bem), Diagnósticos e Prospecções (Arquitetônicas, Arqueológicas, Estruturais e Pictóricas), Proposta de Intervenção Arquitetônica (plantas, cortes, fachadas e maquete eletrônica), Documentação Fotográfica, Mapa de Danos, Memoriais Descritivo e Justificativo e Levantamento Planialtimétrico Cadastral, com indicação e qualificação comprovada na área dos responsáveis técnicos;
02) Projetos Executivos Complementares: Projeto Estrutural (Cobertura, fundações e superestrutura de concreto), Projeto de Paisagismo, Projeto de Instalações Elétricas, Projeto de Instalações Hidrossanitárias e Drenagem, Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico -PSCIP, Projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Elétricas - SPDA e Rede Lógica e CITV, Apresentação, Coordenação e Compatibilização, com indicação e qualificação dos responsáveis técnicos comprovada na área;

03) Apresentação de RRT ou ART de todos os projetos;

02) Registro fotográfico ou videográfico relativo ao bem a receber a intervenção;
03) Proposta de restauração aprovada pelo órgão responsável pelo tombamento e pelo proprietário do bem;
04) Cópia da publicação do ato de tombamento e autorização da autoridade competente para a realização da obra de restauração, com reconhecimento de firma.
05) Certidão de matrícula atualizada;

D) Restauração em Bens Imóveis Tombados

01) Projeto Executivo de Restauro e Complementares (se for o caso), respeitando a NBR 6492/94, contendo: Proposta de Intervenção Arquitetônica de Restauro (plantas, cortes, fachadas e maquete eletrônica) e Projetos Executivos Complementares (quando houver a necessidade);
02) Levantamento arquitetônico completo, devidamente cotado, especificando os possíveis danos existentes (Mapa de Danos);
03) Registro fotográfico, videográfico ou documental dos bens a sofrerem a intervenção;
04) Proposta de intervenção aprovada pelo órgão responsável pelo tombamento e pelo proprietário do bem;
05) Cópia publicação do ato de tombamento e autorização da autoridade competente para a realização da obra da intervenção.
06) Planilha Orçamentária contendo todas as especificações dos serviços, utilizando os códigos de referencia nacional e estadual de preços (SINAPI e AGESUL); e Quantificação (Memorias de cálculos, BDI, etc).
07) Certidão de matrícula atualizada;

E) Identificação/Documentação/Inventário de Bem Material Histórico

01) Listagem dos bens propostos.
02) Técnica a ser utilizada para sua execução, critérios técnicos de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, antropológica, dentre outras,
03) Modelo de fichas que deverá conter a descrição sucinta do bem cultural, com informações básicas quanto a sua importância, histórico, características físicas, delimitação e estado de conservação, dentre outras.
04) Declaração de Anuência e interesse de pessoas, comunidades, grupos ou instituições envolvidas com a proposta, atestando concordância com o seu objeto e registro fotográfico ou videográfico relativo ao bem cultural (nome completo, RG, CPF, endereço, assinatura e cargo indicando representatividade nos grupos/comunidades).

F) Preservação ou Restauração de Acervos Documentais, Pictóricos e Bens Móveis Tombados

01) Parecer ou laudo técnico sobre o acervo emitido por profissional da área;
02) Levantamento ou Memorial descritivo detalhado do acervo que sofrerá a intervenção/restauração;
03) Memorial descritivo das intervenções a serem realizadas, apontando onde serão efetuadas as intervenções, quais técnicas que serão utilizadas, quais materiais serão utilizados;
04) Cópia da publicação do ato de tombamento e autorização da autoridade competente para a realização da intervenção na obra especificada, com firma reconhecida;
05) comprovação de trabalhos realizados anteriormente em obras de acervo ou tombadas na área/técnica específica que propõe a intervenção
06) Plano de divulgação do acervo para acesso do público.

G) Festas, Festivais e Mostras

01) Cópia do Ato do Registro do Bem Imaterial.
02) Programação contendo temática do evento;
03) Currículo comprovado no seguimento artístico-cultural e Carta de Anuência dos artistas;
04) Ficha Técnica completa comprovada no seguimento artístico-cultural (nome completo, RG, CPF e endereço do participante), incluindo a duração;
05) Material dos artistas/grupos selecionados e/ou edital de seleção e regulamento.

H) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

1) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.

3) Currículo e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
4) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

I) Publicação de Livro/Revista/Catálogo

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF, assinatura e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para a publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do auto), com firma reconhecida.
04) Especificações técnicas das peças gráficas;
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.
06) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

J) Pesquisa Cultural e Publicação

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.

7.1.9 ÁREAS DE MUSEU, ARQUIVO E BIBLIOTECA

7.1.9.1. **BIBLIOTECA** - Instituição de acesso público nas modalidades pública, escolar, universitária, especializada e comunitária, destinada à promoção da leitura e difusão do conhecimento.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à implantação e implementação de Biblioteca Pública ou comunitária;
b) Apoio a programas de incentivo à leitura em bibliotecas.

7.1.9.2 MUSEU – Instituição de memória, preservação e divulgação de bens representativos da história, das artes e da cultura, cuidando também de seu estudo, conservação, restauração e valorização.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à criação de museus e salas de memória;
b) Apoio à implantação e implementação na área museológica.
c) Apoio à realização de pesquisa cultural de Museus

7.1.9.3 ARQUIVO - instituição de acesso público, destinada à preservação da memória documental para o estudo, a pesquisa e a consulta.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à criação de arquivo público;
b) Apoio à implantação e implementação na área de arquivologia;
c) Apoio à realização de pesquisa cultural na área documental.

II - DOCUMENTAÇÃO

A) Implantação ou Implementação de Museus, Arquivos e Bibliotecas

01) Estratégias de manutenção das entidades no corpo do projeto;
02) Deverão apresentar TERMO DE ANUÊNCIA do proprietário ou detentor dos direitos – (nome completo, RG, CPF, endereço), com firma reconhecida – todos os casos de:
a) Restauração ou Preservação de acervo;
b) Propostas que contenham previsão de arquivo ou acervos de terceiros.

B) Incentivo à Leitura em Bibliotecas

01) Roteiro das atividades que serão desenvolvidas, temas/autores que serão abordados, quais mecanismos serão utilizados, duração de cada atividade, materiais e profissionais envolvidos.

C) Pesquisa Cultural em Museus ou Arquivos

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia da pesquisa;
03) Sumário preliminar

7.1.10 CULTURA POPULAR TRADICIONAL, CONTEMPORÂNEA E DE RUA - conjunto de manifestações típicas, materiais e simbólicas, transmitidas de geração a geração, traduzindo conhecimento, usos, costumes, crenças, ritos, mitos, lendas, adivinhações, provérbios, fantasias, alegorias, cantorias, folguedos populares, movimento hip-hop e congêneres.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à realização de festivais, mostras, feiras e celebrações culturais;
b) Apoio à difusão de grupos e às manifestações da cultura popular tradicional, contemporânea e de rua (como apresentações, fóruns, encontros e outros eventos afins);
d) Apoio à preservação e manutenção das atividades de valorização da identidade étnica;
e) Fomento à organização, à pesquisa e à difusão de manifestações tradicionais, contemporâneas e de rua, por meio de publicações, produções de CDs, revistas, obra audiovisual e outros suportes;
f) Apoio à publicação na área da cultura popular tradicional, contemporânea e de rua;
g) Apoio à realização de seminários, cursos, oficinas, workshops.
h) Apoio à manutenção de grupos e ou coletivos na área da cultura popular tradicional, contemporânea e de rua;

II - DOCUMENTAÇÃO

A) Festas, Festivais e Mostras

01) Declaração de Anuência e interesse de pessoas, comunidades, grupos ou instituições envolvidas com a

proposta, atestando concordância com o seu objeto. Neste documento, o autor da declaração deve, além de assinar, fornecer o nome completo, RG, CPF, endereço e o cargo que ocupa entre os grupos/comunidades;
02) Registro fotográfico ou videográfico relativo ao bem cultural;
03) Programação completa incluindo a duração do evento;
04) Ficha técnica da equipe de produção contendo nome completo, RG, CPF, endereço e assinatura da equipe;
05) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência da equipe de produção;
06) Carta de Anuência e material dos artistas/grupos selecionados ou Edital de seleção e/ou regulamento de participação.

B) Difusão de grupos e manifestações da cultura popular tradicional, contemporânea e de rua e/ou valorização da identidade étnica (como apresentações, batalhas, fóruns, encontros e outros eventos afins)

01) PROJETO TÉCNICO, contendo:
a) Justificativa – máximo de 20 linhas
b) Programação completa contendo o cronograma das atividades e duração do evento;
c) Ficha técnica da equipe de produção do evento com a função, nome completo, RG, CPF, endereço e assinatura;
d) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência da equipe de produção.
f) Carta de Anuência e material dos artistas/grupos selecionados ou Edital de seleção e/ou regulamento de participação.

C) Pesquisa Cultural com Publicação (Fomento à organização, à pesquisa e à difusão)

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar;
04) Referências bibliográficas;
05) Produto Final (publicações, produções de CDs, revistas, obra audiovisual ou outros suportes)
06) No caso de Pesquisa já realizada a ser publicada no formato de revista, catálogo e/ou livro, site e similares, deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos, o texto do material pesquisado e o projeto gráfico.

D) Publicação de Livro/Revista/Catálogo

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do autor – documento oficial ou declaração), com firma reconhecida;
04) Especificações técnicas das peças gráficas.
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.

D) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

1) No caso de Formação e aperfeiçoamento para artistas e técnicos – Carga Horária, obrigatoriamente: 120, 60, 40 ou 20 horas;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Oficina de Transmissão de Saberes, ministradas por mestres da cultura popular e tradicional, em suas comunidades. – Carga Horária Mínima: 20 horas;
4) Realização de Oficina de Transmissão de Saberes, ministradas por mestres e mestras artesãos e artesãs nas suas comunidades. – Carga Horária Mínima: 20 horas;
5) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
6) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

E) Manutenção de Coletivos, Grupos e Companhias: compreende-se por manutenção o conjunto de atividades relativas à: apresentações, mostras, e manutenção do repertório do grupo; qualificação profissional; levantamento e organização de material referente ao grupo, registro de trabalho do grupo; pesquisa e intercâmbio entre grupos e outras atividades que contribuam para fortalecer o trabalho continuado. Não estão previstos neste edital, pagamento de gastos com reformas, melhorias ou manutenção de espaço físico utilizado pelo grupo.
01) Plano de Trabalho do Grupo no período de execução do projeto, apresentando detalhadamente o conjunto das ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados;
02) Comprovação do trabalho continuado, há, pelo menos, 05 (cinco) anos, através de portfólio.

7.1.11 ÁREA DE CAPOEIRA - Representação cultural que mistura esporte, luta, dança, cultura popular, música e brincadeira. Caracteriza-se por movimentos ágeis e complexos, onde são utilizados os pés, as mãos e elementos ginástico-acrobáticos. Diferencia-se das outras lutas por ser acompanhada de música.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à realização de mostras e festivais
b) Apoio à promoção de seminários e cursos de capacitação na área;
c) Apoio à realização de oficinas, priorizando os projetos de continuidade;
d) Apoio à publicação na área;
e) Apoio à pesquisa na área;
f) Apoio à manutenção de grupos e ou coletivos na área da Capoeira.

II - DOCUMENTAÇÃO

A) **Publicação de Livro/Revista/Catálogo**

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do autor – documento oficial ou declaração), com firma reconhecida;
04) Especificações técnicas das peças gráficas.
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.

B) Festas, Festivais e Mostras

01) Programação do evento;
02) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência da equipe de produção e dos grupos participantes (nome completo, RG, CPF , endereço e assinaturas);
03) Ficha Técnica, incluindo a duração;
04) Currículo dos participantes/grupos selecionados e/ou edital de seleção e/ou regulamento de participação

C) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

1) No caso de Formação e aperfeiçoamento– Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
2) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
3) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);
4) Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

D) Pesquisa Cultural e Publicação

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

E) Manutenção de Coletivos, Grupos e Companhias: compreende-se por manutenção o conjunto de atividades relativas à: apresentações, mostras, e manutenção do repertório do grupo; qualificação profissional; levantamento e organização de material referente ao grupo, registro de trabalho do grupo; pesquisa e intercâmbio entre grupos e outras atividades que contribuam para fortalecer o trabalho continuado. Não estão previstos neste edital, pagamento de gastos com reformas, melhorias ou manutenção de espaço físico utilizado pelo grupo.
01) Plano de Trabalho do Grupo no período de execução do projeto, apresentando detalhadamente o conjunto das ações a serem desenvolvidas e os resultados esperados;
02) Comprovação do trabalho continuado, há, pelo menos, 05 (cinco) anos, através de portfólio.

7.1.12 ÁREA DE GASTRONOMIA - Gastronomia é o universo onde tudo que está relacionado ao ato de comer, beber e servir, bem como todos os profissionais que atuam neste ramo estão inseridos.

I - AÇÃO ESPECÍFICA

a) Apoio à realização de mostras e festivais
b) Apoio à promoção de seminários e cursos de capacitação na área;
c) Apoio à realização de oficinas, priorizando os projetos de continuidade;
d) Apoio à publicação na área;
e) Apoio à pesquisa na área

II - DOCUMENTAÇÃO

A) **Publicação de Livro/Revista/Catálogo**

01) Texto original na íntegra, do modo como pleiteia a publicação;
02) Documentos comprobatórios de autoria/titularidade da obra quando se tratar de utilização de obra própria (nome completo, RG, CPF e declaração de endereço do autor);
03) Autorização do autor para publicação da obra ou cessão dos direitos autorais, quando envolver terceiros, inclusive no caso de publicação de imagens (nome completo, RG, CPF e endereço do autor – documento oficial ou declaração), com firma reconhecida;
04) Especificações técnicas das peças gráficas.
05) No caso de publicação de revista ou catálogo deverão ser apresentados também o título, sumário, nome dos autores, ilustradores ou fotógrafos.

B) Festas, Festivais e Mostras

01) Programação do evento;
02) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência da equipe de produção e dos grupos participantes (nome completo, RG, CPF , endereço e assinaturas);
03) Ficha Técnica, incluindo a duração;
04) Currículo dos participantes/grupos selecionados e/ou edital de seleção e/ou regulamento de participação

C) Seminários, Cursos, Oficinas, Workshops

01) No caso de Formação e aperfeiçoamento– Carga Horária: 120, 60, 40 ou 20 horas, sendo o mínimo de 20 horas cada;
02) No caso de Promoção de cursos, oficinas e workshops para o público em geral. Carga Horária Mínima – Cursos: 40 horas; Oficinas: 20 horas, Workshops: 4 horas, cada.
03) Currículo comprovado no segmento artístico-cultural e Carta de Anuência do(s) ministrante (s);

04)Roteiro de Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, etc. (Anexo VII);

D) Pesquisa Cultural e Publicação

01) Tema a ser explorado, em no máximo 05 (cinco) laudas;
02) Metodologia de abordagem;
03) Sumário preliminar
04) Referências bibliográficas;
05) Apresentar proposta de ilustração, caso haja.

7.1.13 PROJETOS DE QUALQUER ÁREA CULTURAL DESTE EDITAL

A) AQUISIÇÃO DE BEM PERMANENTE

01) Os recursos do FIC/MS poderão ser aplicados na aquisição de material permanente, desde que sejam imprescindíveis para a execução do projeto, devendo ser apresentados 03 (três) orçamentos obtidos no mercado, para o bem em questão, no ato da inscrição, e;
02) Será permitida quando comprovadamente representar a opção de maior economicidade ou constituir item indispensável à execução do objeto da proposta cultural, em detrimento da locação.
03) Terminada a execução, os materiais permanentes deverão ser doados à FCMS ou à Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura em bom estado de conservação e funcionamento, salvo se estes constituírem elemento essencial do próprio objeto da atividade cultural, sem os quais se torne inviável a continuação do projeto cultural, como as áreas de arquivo, museu, biblioteca, música, entre outras áreas, ouvido o CEPC/MS, e desde que sejam projetos de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que tenham em seu estatuto previsão de transferência de seus bens a outra instituição com finalidade cultural, no caso de sua extinção e as propostas de pessoas jurídicas de direito público.

B) LOCAÇÃO DE ESPAÇO

01) Propostas deverão apresentar 03(três) orçamentos do mercado, no ato da inscrição.

C) TODOS OS PROJETOS DEVEM INCLUIR:

C.1 – Ações de acessibilidade adequadas ao projeto proposto.
Exemplos: *Acessibilidade arquitetônica, referente ao espaço físico (ex. rampa, banheiro adaptado, piso tátil, elevador adaptado, etc);*
Acessibilidade comunicacional (ex. audiodescrição, Libras, legenda, texto aumentativo, braile, etc.);
Acessibilidade metodológica, referente ao material pedagógico adequado as necessidades cognitivas das Pessoas com Deficiência, entre outros;
Acessibilidade instrumental, referente aos instrumentos, utensílios e ferramentas adequadas ao estudo, trabalho ou lazer (ex. tecnologias assistivas incorporadas em lápis, teclado, máquinas, equipamentos, a exemplo do *software de leitor de tela no computador, etc).*
C.2 – Ações de democratização das ações culturais.
Exemplos: gratuidade, realizar as ações em regiões mais próximas das comunidades, fornecer transporte, local com fácil acesso ao transporte público, etc.
C.3 – Ações que minimizem impacto ambiental.
Exemplos: Aplicar os 5R's:1-Repensar os hábitos de consumo, 2-Reduzir a geração de lixo, 3- Reaproveitar os objetos, 4 -Reciclar materiais para transformar em novos produtos e 5-Recusar o uso de produtos que geram alto impacto ambiental; Jogar o lixo no lixo; Reciclar o lixo; Economizar papel com uso de mídias sociais, papel reciclado, papel de reflorestamentos; Reduzir o consumo de plástico, etc.

8 – DO PROJETO

8.1 O orçamento do projeto deverá ser o mais detalhado possível, não sendo admitidos itens genéricos que não expressem com clareza a quantificação e os custos dos serviços e bens.
8.2 As despesas de elaboração do projeto não poderão ser superiores a 5% (cinco por cento) do valor da proposta do projeto, conforme disposto no art. 14, do Decreto n.º 15.305, de 11 de novembro de 2019.
8.3 As despesas previstas para serviços de mídia e divulgação dos projetos, para fins de incentivo, não poderão ser superiores a 20% do valor da proposta básica de produção/execução do projeto, inclusas a criação de campanha, produção de peças publicitárias, assessoria de imprensa, televisão, rádio, cartazes, folhetos e outras, que deverão ser detalhadas e reunidas num mesmo grupo de despesa, e calculadas em separado, sobre o valor básico da proposta, conforme disposto no art. 15, do Decreto n.º 15.305, de 11 de novembro de 2019.
8.4 O projeto deverá prever o pagamento dos direitos autorais relativos aos artistas e obras envolvidos, devendo o proponente inserir a citação dos créditos no desenvolvimento/apresentação do projeto, conforme previsto no Art. 18, do Decreto n.º 15.305, de 11 de novembro de 2019.
8.4.1 Não serão passíveis de pagamento os direitos autorais do proponente e executor, relativos à concepção do projeto ou obras de arte que dele participem, conforme previsto no parágrafo único, do art. 15, § 2º do Decreto n.º 15.305, de 11 de novembro de 2019.
8.5 Permite-se prever, no plano de trabalho, o uso de até 5% (cinco por cento) do total dos recursos financeiros destinados à execução do projeto, para pagamento de despesas com a recepção ou com reuniões nas aberturas, lançamentos, *vernissage, avant première* ou com outro evento que encerre ou apresente o projeto, proibidas, entretanto, despesas com bebidas alcoólicas, conforme art. 59, do Decreto n.º 15.305 de 11 de novembro de 2019.
8.6 É vedada a concessão de benefícios a obras, produtos, eventos ou outros decorrentes, destinados ou circunscritos a circuito privados ou a coleções particulares.
8.7 É vedado o desempenho de mais de 03 (três) funções remuneradas no desenvolvimento do projeto.
8.8 Todos os projetos culturais devem apresentar a estimativa de público a ser contemplado pelas ações de acesso aos bens culturais propostos.
8.8.1 Os projetos que prevejam a comercialização de bens e serviços culturais deverão informar o preço unitário, bem como a previsão de arrecadação total.

8.8.2 Nos projetos culturais, ingressos e/ou taxas de inscrição não poderão ter preço superior a 1,5 UFERMS. Exceção: sob o critério do CEPC/MS em manifestação justificada e considerando a complexidade do projeto, os preços poderão chegar até 3,0 UFERMS.
8.8.3 Produtos produzidos com investimentos do FIC/MS, não poderão ser comercializados a preços superiores a 5,0 UFERMS.
8.9 Projetos culturais envolvendo edição de livros, CD, DVD, cartazes, postais ou qualquer tipo de reprodução deverão especificar sua forma de distribuição, que deverá ser comprovada na prestação de contas, se aprovado.
8.10 O projeto cultural incentivado deverá utilizar prioritariamente recursos humanos, materiais e naturais disponíveis no Estado de Mato Grosso do Sul.

9 - DAS ETAPAS DE ANÁLISE E SEUS CRITÉRIOS

9.1 Os projetos culturais propostos, serão analisados sob seus aspectos técnicos, jurídico e meritório, observado o seguinte procedimento e critérios, para cada etapa:
I. Análise Técnica: A Unidade de Apoio Técnico, subordinada à Gerência do Fundo de Investimentos Culturais de MS, realizará a análise e a emissão de parecer técnico dos projetos culturais inscritos no Edital de Seleção.
II. Os projetos culturais serão avaliados pela Unidade de Apoio Técnico, nos termos do artigo 7º do Decreto Estadual n.º 15.305/2019:
a) apresentação da documentação de acordo com as exigências legais constantes na Lei Estadual nº 5.060, de 2017, no Decreto Estadual nº 15.305/2019 e neste Edital de Seleção;
b) situação de regularidade do proponente e do executor por meio de consulta no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM/MS), ou outro sistema que venha a substituí-lo, por meio da juntada do extrato da consulta no processo;
c) detalhamento dos itens constantes na planilha do plano de trabalho;
d) pertinência dos custos em relação ao mercado;
e) adequação às finalidades do FIC/MS;
f) adequação do cálculo na planilha de previsão de custos;
g) apresentação do formulário padrão preenchido digitalmente.
9.2 Após a análise e a emissão de parecer técnico pela Unidade de Apoio Técnico, somente os projetos considerados aptos serão encaminhados à Procuradoria Jurídica da FCMS para que seja realizada análise do cumprimento pelo proponente e pelo executor das exigências da Lei Estadual nº 5.060, de 2014, no Decreto Estadual nº. 15.305/2019 e neste Edital de Seleção;
9.3 Após os pareceres da Unidade de Apoio Técnico e da Procuradoria Jurídica da FCMS, os projetos serão encaminhados à Gerência do Fundo de Investimentos Culturais de MS, para a emissão de parecer final de habilitação ou de inabilitação do projeto.
9.4 Os projetos serão considerados inabilitados se ocorrer uma das seguintes hipóteses:
I. falta de documentação na inscrição do processo;
II. erro de cálculo na planilha de previsão de custos;
III. apresentação do projeto por proponente considerado inadimplente com a prestação de contas, referente a projeto cultural executado anteriormente;
IV. inadequação dos objetivos do projeto ao FIC/MS;
V. não preenchimento das exigências da Lei Estadual nº 5.060, de 2017, no Decreto Estadual nº 15.305/2019 e neste Edital de Seleção, quanto às condições do proponente e do executor;
VI. falta de clareza do texto, quando prejudicar o entendimento do projeto ou se abrigar contradições insanáveis.
VII. Situação irregular do proponente (pendências, inadimplências ou falta de prestação de contas) junto a qualquer órgão público registrado no Sistema Integrado de Administração financeira para Estados e Municípios/ SIAFEM.
9.5 A Gerência do FIC/MS fará publicar no Diário Oficial de MS a relação dos projetos culturais HABILITADOS, abrindo prazo de 05 (cinco) dias úteis para recursos, ato contínuo, 05 (cinco) dias úteis para impugnação, conforme cronograma fixado no item 3, deste Edital.
9.6 Esgotadas as fases técnica e jurídica e, tendo sido considerado HABILITADO, o projeto cultural será encaminhado pela Gerência do FIC/MS ao parecerista ou ao Conselho Estadual de Políticas Culturais/MS, para análise e parecer de mérito.
9.7 Da decisão do CEPC, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação da decisão em Diário Oficial.
9.8 O Conselho deliberará sobre o número de projetos a serem aprovados, devendo considerar a existência de recursos financeiros.
9.9 Os recursos financeiros destinados ao Edital de Seleção poderão não ser utilizados em sua integralidade, se o CEPC/MS entender que não tenham sido apresentados projetos adequados.
9.10 O CEPC/MS poderá propor alterações em determinados itens da planilha orçamentária apresentada, caso entenda que os valores são excessivos ou os classifique como não essenciais à execução do projeto, desde que devidamente fundamentadas, ficando a critério do proponente aceitá-las ou não. Em caso negativo de aceitação, o projeto não será aprovado.

10 – DA AVALIAÇÃO DOS PROJETOS PELOS ANALISTAS TÉCNICOS

10.1 Os projetos culturais serão avaliados pela Unidade de Apoio Técnico, nos termos do artigo 7º do Decreto Estadual n. º 15.305/2019.

11 – DA ANÁLISE DE MÉRITO PELO PARECERISTA

11.1 Todos os projetos culturais habilitados serão remetidos ao Plenário do CEPC/MS, e para cada projeto cultural o Presidente do CEPC/MS escolherá dentre os conselheiros um Conselheiro Relator, preferencialmente com conhecimento dentro da área temática do projeto, que analisará e emitirá parecer meritório considerando os

critérios previstos nos incisos do parágrafo único do artigo 21 do Decreto Estadual n.º 15.305/2019.

11.2 A FCMS poderá contratar pareceristas para ajuizar sobre o mérito cultural do projeto, nos termos do art. 70, inciso IV, da Lei Estadual nº 5.060, de 2017, que substituirá o parecer meritório do Conselheiro Relator.
11.3 O parecer meritório do parecerista ou do Conselheiro Relator, será submetido aos demais conselheiros em reunião plenária, na qual decidir-se-á pela aprovação ou não aprovação do projeto.
11.4 A decisão do CEPC/MS deverá ser fundamentada abordando todos os aspectos do art. 21 do Decreto Estadual nº 15.305/2019, e publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul.
11.5 O CEPC/MS poderá se valer do parecer técnico da Unidade de Apoio Técnico para fundamentar sua decisão.
11.6 Ocorrendo o caso do § 3º do artigo 22 do Decreto Estadual nº 15.305/2019, não será afastada a competência do CEPC/MS quanto à aprovação ou não do projeto.
11.7 As propostas classificadas serão selecionadas em Ordem Decrescente de pontuação por área cultural, conforme avaliação de mérito, que abordará os seguintes critérios:

QUESITOS DE MÉRITO	100 PONTOS
A) Mérito relativo à qualidade e abrangência dos projetos, bem como sua relevância para a cultura do Estado de Mato Grosso do Sul - Relevância da trajetória artística e cultural do proponente e ou executor– análise da carreira do proponente e executor, realizada com base no currículo e portfólio enviados juntamente com a proposta, verificando se condizentes com as características do projeto.	00 a 10 pontos
B) Mérito relativo à qualidade e abrangência dos projetos, bem como sua relevância para a cultura do Estado de Mato Grosso do Sul - Relevância da trajetória artística e cultural da equipe técnica - análise da carreira dos profissionais que compõem o corpo técnico, verificando a coerência ou não em relação às atribuições que serão executadas por eles no projeto.	00 a 10 pontos
C) Diretrizes da Política Cultural do Estado ou do Plano Estadual de Cultura - Qualidade do projeto – coerência do objeto, justificativa e metas do projeto, consistência na abordagem artística. A análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se o conteúdo do projeto apresenta, como um todo, coerência, observando o objeto, a justificativa e as metas, sendo possível visualizar de forma clara os resultados que serão obtidos.	00 a 20 pontos
D) Diretrizes da Política Cultural do Estado ou do Plano Estadual de Cultura - Relevância da ação proposta para o cenário cultural de MS – a análise deverá considerar, para fins de avaliação e valoração, se a ação contribui significativamente para a descentralização, circulação e acesso da população sul-mato-grossense a bens e serviços culturais e para o enriquecimento, valorização da identidade e promoção do cenário cultural de Mato Grosso do Sul.	00 a 20 pontos
E) Finalidades do FIC/MS - propiciar a formação e o aperfeiçoamento de agentes culturais e de gestores públicos atuantes em âmbito estadual - Relevância da ação proposta para a formação cultural e artística da comunidade sul-mato-grossense – a análise deve considerar se o projeto promove o incentivo à formação, estudo, pesquisa e divulgação do conhecimento sobre cultura e linguagens artísticas; se contribui para o intercâmbio e aperfeiçoamento de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura sul-mato-grossense; se valoriza os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade no Estado de MS.	00 a 10 pontos
F) Finalidades do FIC/MS - promover: o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e aos serviços culturais - Acessibilidade.	00 a 10 pontos
G) Diretrizes da Política Cultural do Estado ou do Plano Estadual de Cultura - estimular a sustentabilidade socioambiental - Impacto Ambiental	00 a 10 pontos
H) Finalidades do FIC/MS - Forma de distribuição e de comercialização dos bens e dos serviços culturais produzidos - Democratização das Ações	00 a 10 pontos

11.8 Concluída a avaliação do Projeto Cultural, o CEPC/MS, de maneira formal e devidamente justificada, declarará como APROVADOS POR MÉRITO aqueles que julgarem merecedores do benefício do FIC/MS.

12 – DOS PROJETOS APROVADOS

12.1 O resultado da avaliação meritória dos projetos culturais pelo CEPC/MS será consignado em ata constando título do projeto, proponente e valor.
12.2 O CEPC/MS deverá justificar sua decisão que REPROVAR os projetos culturais que julgar não merecedores dos benefícios do FIC/MS, constando tudo em ATA.
12.3 A FCMS publicará a relação dos projetos culturais APROVADOS no Diário Oficial do Estado de MS (DOEMS), por área e em ORDEM DECRESCENTE de pontuação. Nesse mesmo ATO CONVOCARÁ os projetos aprovados, que obtiveram pontuação para pactuar com o FIC/MS, a entregarem a documentação listada no item "13"
12.4 A contar do dia imediato da publicação no DOEMS da RELAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS E CONVOCADOS, o proponente terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº15.305/2019, para apresentação da documentação exigida.
12.5 Ao término do prazo 10 (dez) dias corridos, nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº 15.305/2019, o proponente que não entregar a documentação será eliminado e, será convocado o projeto subsequente na ordem de pontuação.

12.6 O projeto que tenha sido APROVADO, mas não CONVOCADO a entregar a documentação, em razão da ordem decrescente de classificação e de insuficiência de recursos do FIC/MS que contemple todos os aprovados, em caso de desistência ou indeferimento de qualquer um dos convocados, poderá ser chamado a entregar sua documentação visando receber o recurso público, preferencialmente da mesma área, obedecida a ordem de classificação e de valor do projeto substituído;

13 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO E DE TERMOS DE PARCERIA OU DE OUTORGA

PROJETOS APROVADOS E CONVOCADOS

13.1 Os proponentes CONVOCADOS deverão apresentar à Gerência do FIC/MS, mediante protocolo e sob pena de decadência de direito, as certidões e documentos válidos, e abertura de conta no prazo de 10 (dez) dias corridos, nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº15.305/2019.

01) PESSOA FÍSICA

a) Certidão Negativa de Débitos Gerais do Município;

b) Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul: www.pge.ms.gov.br

c) Certidão Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 8.212/1991: www.receita.fazenda.gov.br

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: www.tst.jus.br/certidao

e) Certidão de Inscrição de Convenentes (CCAD – Secretaria de Fazenda MS).

02) PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS

a) Certidão Negativa de Débitos Gerais do Município;

b) Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul: www.pge.ms.gov.br

c) Certidão Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 8.212/1991: www.receita.fazenda.gov.br

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: www.tst.jus.br/certidao

e) Certidão de Inscrição de Convenentes (CCAD – Secretaria de Fazenda MS);

f) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF.

03) PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

a) Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul: www.pge.ms.gov.br

b) Certidão Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 8.212/1991: www.receita.fazenda.gov.br

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: www.tst.jus.br/certidao

d) Certidão de Inscrição de Convenentes (CCAD – Secretaria de Fazenda MS);

f) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF.

13.2 Sendo diverso o proponente do executor, o último deverá apresentar Certidão Negativa de Regularidade com a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso do Sul em seu nome.

14 – DA SUBSTITUIÇÃO DE PROJETOS APROVADOS

14.1 Expirado o prazo de 10 (dez) dias corridos, nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº15.305/2019, caso o proponente não tenha apresentado toda documentação ou tenha apresentado de forma irregular ou havendo desistência do proponente em obter o recurso público, o FIC/MS, através da FCMS, obedecida a ordem de classificação do CEPC/MS, poderá convocar por publicação no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul o próximo classificado, preferencialmente da mesma área, obedecida a ordem decrescente de classificação e de valor do projeto substituído.

14.1.1 O proponente do projeto cultural convocado a substituir o desistente ou indeferido, terá o mesmo prazo 10 (dez) dias corridos, nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº15.305/2019 para apresentar a documentação para a formalização de convênio, de termo de parceria ou de outorga, sob pena de decadência de direito, a contar da publicação.

15. DA ASSINATURA DE CONVÊNIO OU TERMO DE OUTORGA OU TERMO DE PARCERIA

15.1 Estando correta a documentação para formalização de convênio, termo de outorga ou termos de parceria, a Gerência do FIC/MS, por meio da FCMS convocará o proponente para firmar o instrumento jurídico, que deverá ser assinado, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da publicação da convocação, sob pena de decair do direito.

15.1.2 O Termo de Convênio, de Outorga ou de Parceria poderá ser assinado por procurador designado por Procuração Pública e com poderes específicos para a assinatura do instrumento que integrará o processo.

16 – DA RETIRADA DOS PROJETOS NÃO APROVADOS

16.1 Os projetos reprovados estarão à disposição de seus proponentes até 60 (sessenta dias) dias após a divulgação do resultado, sendo inutilizados aqueles que não forem retirados nesse prazo, conforme art. 7º § 6º do Decreto nº 15.305/2019.

17 – DAS CONTRAPARTIDAS OBRIGATÓRIAS

17.1 Contrapartida: Os Projetos Culturais EXECUTADOS por PESSOA FÍSICA ou PESSOA JURÍDICA deverão destinar como contrapartida pelo investimento recebido parte do produto final para o FIC/MS, na seguinte proporção:

I. Produção de CD/EP/DVD: 10% (dez por cento) do total para gestão e distribuição gratuita pela FCMS;

II. Livros, revistas e similares: 10% (dez por cento) do total para gestão e distribuição gratuita pela FCMS através

do Sistema Estadual de Bibliotecas de MS;
III. Fotografia – arquivo digital, com no mínimo 1/3 das fotos produzidas e no caso de concurso com premiação doação de cópia das fotografias premiadas, para compor o acervo do MIS;
IV. Pesquisa, documentação, digitalização de acervo: 03(três) cópias do total do resultado, em suporte previsto no projeto, sendo que 01(uma) cópia será destinada ao Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul;
V. Produção cinematográfica: 03(três) cópias do produto em DVD ou outra mídia especificada no edital, com estojo completo.
VI. Produção de artesanato: 03 (três) peças/obras.
VII. Espetáculos de teatro, dança, música, circo, exibições de vídeo, cinema e exposições de arte e similares: 5% dos ingressos
VIII. Realização de mostras, feiras, salão, desenvolvimento de obra de artista de qualquer área - 03 (três) peças/obras;
IX. Realização de oficinas de qualquer área – 5% das vagas.
X. Festas, Festivais e Mostras – 5% dos ingressos, pulseiras ou outros mecanismos que permitam o acesso ao evento.
17.1.1 Contrapartida Social – Os projetos Culturais que receberem investimentos do FIC/MS ficam obrigados a:
I. Produção de CD/DVD/EP – área Musical: 02 shows/concertos em data e local a serem definidos, em comum acordo com a FCMS;
II. Livros, revistas e similares: 01 palestra em data e local a ser definido, em comum acordo com a FCMS;
II. Fotografia – 01 exposição no Museu da Imagem e do Som/MS, em comum acordo com a FCMS;
IV. Pesquisa, documentação: 01 palestra em data e local a ser definido, em comum acordo com a FCMS;
V. Produção cinematográfica: 01 palestra e/ou exibição do filme em data e local a ser definido, em comum acordo com a FCMS;
VI. Produção de artesanato: 01 palestra em data e local a ser definido, em comum acordo com a FCMS;
VII. Espetáculos de teatro, dança, música, circo, exibições de vídeo, cinema e exposições de arte e similares: 02 apresentações (show/espetáculo/exibição) em data e local a serem definidos, em comum acordo com a FCMS;
VIII. Projetos de restauração: 01 palestra em data e local a ser definido, em comum acordo com a FCMS, com tema específico sobre Patrimônio Histórico e Cultural.
IX. Realização de mostras, feiras, salão, desenvolvimento de obra de artista de qualquer área: 01 palestra em data e local a ser definido, em comum acordo com a FCMS;
X. Realização de atividades de formação de qualquer área: 01 palestra em data e local a ser definido, em comum acordo com a FCMS;
XI. Projetos de criação e mostra de espetáculos deverão realizar 02 apresentações em data e local a serem definidos, em comum acordo com a FCMS;
17.1.1.1 A Contrapartida Social será levada em conta na decisão do CEPC/MS para a seleção dos projetos nos Termos da Política Estadual de Cultura;
17.1.1.2 Os projetos culturais poderão apresentar outras ações de contrapartida pelo benefício recebido, além do cumprimento daquelas determinadas neste Edital, enfatizando a contribuição e relevância social que o projeto propiciará à comunidade sul-mato-grossense, sendo que tais ações serão consideradas na decisão do CEPC/MS sobre a seleção dos projetos.
17.1.2 Contrapartida Financeira: Os Projetos Culturais apresentados por PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO deverão prever uma contrapartida financeira, fixada conforme o número de habitantes do respectivo município, conforme art. 45, parágrafos 3º e 4 º da Lei N. º 5.060, de 20 de setembro de 2017.

MUNICÍPIOS	PORCENTAGEM (%)
Até 50.000 habitantes	5%
De 50.001 até 150.000 habitantes	10%
De 150.001 até 300.000 habitantes	15%
De 300.001 até 500.000 habitantes	20%
Acima de 500.000 habitantes	25%

18 – DAS OBRIGAÇÕES DOS SELECIONADOS
18.1 Em todo material de divulgação referente ao Projeto Cultural – pago ou não com recursos do FIC/MS – será obrigatória a veiculação e inserção das logomarcas do FIC/MS, da Fundação de Cultura de MS (FCMS), da Secretaria de Estado de Cidadania e Cultura e do Estado de Mato Grosso do Sul, como Incentivador, além do crédito do seguinte texto "PROJETO INCENTIVADO PELO FUNDO DE INVESTIMENTOS CULTURAIS – FIC/MS", obedecendo ao disposto no art. 66, da Lei 5.060 de 20 de setembro de 2017 e suas alterações.
18.2 Todas as peças publicitárias dos projetos APROVADOS no Fundo de Investimentos Culturais – FIC/MS deverão constar obrigatoriamente a frase "O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL APRESENTA:"
18.3 Todo material de divulgação deverá seguir rigorosamente as normas de aplicação das marcas do FIC/MS constantes no Manual de identidade Visual das Marcas do FIC/MS que se encontram no site www.fundacaodecultura.ms.gov.br, e ser submetido obrigatoriamente à aprovação final pela Gerência do FIC/MS com antecedência de 15 (quinze) dias antes de sua impressão e veiculação.
18.4 Dentre outras infrações, o projeto que não divulgar ou divulgar incorretamente as marcas dos apoios institucionais estará sujeito à aplicação das multas previstas no art. 64, parágrafo 4º da Lei 5.060 de 20 de setembro de 2017 e suas alterações.
18.5 Durante a EXECUÇÃO do projeto selecionado, o proponente deverá, obrigatoriamente:
a) Movimentar os recursos da conta vinculada ao projeto cultural somente por meio de cartão magnético na

função débito, por transferências bancárias identificadas, tais como TED, DOC, PIX ou outro meio de transferência de valores e de pagamento identificados que venha a ser instituído pelo Banco Central do Brasil, ou, ainda, por meio de cheques nominais, sob pena de aplicação da multa prevista na Lei Estadual n.º 5.060/2017.
Parágrafo único. Nas transferências bancárias as despesas dessa operação não poderão ser computadas à conta do projeto.
b) É vedado o saque de numerários da conta vinculada ao Projeto Cultural sob qualquer alegação.
c) Efetuar aquisição de bens ou serviços em consonância com as disposições da Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, para PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO, comprovando seu cumprimento por meio de cópias dos processos licitatórios.
d) Efetuar aquisição de bens e serviços, através de 03(três) orçamentos e contratando o de MENOR VALOR, para PESSOAS FÍSICAS e PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO.
e) Informar ao CEPC/MS e a Gerência do FIC/MS, no prazo mínimo de 15 dias corridos, sobre a AGENDA DE EXECUÇÃO DO PROJETO, visando o acompanhamento e fiscalização do mesmo.
18.1.6 Todos os produtos incentivados pelo FIC/MS deverão apresentar o valor de comercialização impresso na contracapa do produto em conjunto com as marcas do FIC/MS. O preço efetivo de comercialização do produto no varejo não poderá ser maior do que aquele informado no projeto.

19 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

19.1 Conforme instrumento jurídico a ser firmado pelos selecionados, a depender se pessoa jurídica de direito público, pessoa jurídica de direito privado ou pessoa física, a prestação de contas seguirá as determinações da Lei Estadual n.º 5.060/2017, Decreto Estadual n.º 15.305/2019, Lei Nacional n.º 13.019/2014 e seu Decreto Regulamentador Estadual n.º 14.494/2016, e subsidiariamente o Decreto Estadual n.º 11.261/2003 e Resolução Conjunta Serges/Serc n.º 003/2003, conforme constar no instrumento jurídico a ser firmado.
19.2 As prestações de contas são compostas por duas partes distintas: um relatório físico e um relatório financeiro que devem ser apresentados com observância do formulário-modelo, a disposição no site https://www.fundacaodecultura.ms.gov.br.
19.3 O relatório físico consiste em um resumo estatístico e um relato detalhado das atividades, que evidenciem a realização dos objetivos, metas, cumprimento da contrapartida ao Estado e veiculação das marcas do FIC/MS, FCMS e do Governo do Estado de MS, indicadores de público, imprensa e outras informações pertinentes.
19.3.1 A divulgação será comprovada por folhetos, panfletos, vídeos, anúncios, convite, reportagens, fotos, spots de rádio ou outros documentos que mostrem a veiculação das marcas patrocinadoras.
19.3.2 A contrapartida ao Estado deve ser apresentada no relatório por comprovante de entrega ou doação;
19.3.3 As contrapartidas previstas nos projetos aprovados serão comprovadas na prestação de contas por meio da apresentação de termo de entrega de produtos, assinada pelo proponente e pelo Gerente do FIC e/ou representante do Órgão público que o recebeu, com a identificação do nome e matrícula do servidor.
19.3.4 Os números e fatos apresentados no relatório devem ser comprovados por documentos (registro de participantes, borderô, fotos, etc).
19.4 O relatório financeiro será composto pelos demonstrativos de origem e aplicação dos recursos, informações complementares, demonstrativo da conciliação da conta vinculada e o montante de documentos devendo demonstrar a execução do orçamento aprovado.
19.4.1 O relatório financeiro abrangerá a totalidade dos recursos utilizados na execução do projeto, incluindo rendimentos de aplicações financeiras e recursos provenientes de outras fontes.
19.4.2 Ocorrendo sobras dos recursos financiados estes deverão ser recolhidos ao FIC/MS, por meio de comprovante bancário, cuja cópia integrará o montante de documentos do relatório financeiro.
19.4.3 Serão aceitos somente relatórios financeiros apresentados em conformidade com o formulário-modelo.
19.4.4 Nas notas fiscais, recibos e demais comprovantes de despesa emitidos pelos fornecedores, devem constar o nome do proponente acrescido do título do projeto, o número do convênio ou instrumento similar, recibadas e atestadas por dois integrantes do projeto.
19.4.5 Os documentos comprobatórios apresentados serão aceitos somente se a data da emissão estiver compreendida entre o repasse do recurso à conta do projeto e o prazo final para a sua execução.
19.4.6 O proponente deverá solicitar a instituição bancária o extrato da conta vinculada, em papel timbrado, e deve conter toda a movimentação financeira do projeto, desde o primeiro depósito até o lançamento que zerou o saldo.
19.4.7 O proponente deverá solicitar a instituição bancária o extrato da conta vinculada, em papel timbrado, da aplicação financeira do período total.
19.4.8 O proponente deverá solicitar a instituição bancária o encerramento da conta vinculada demonstrando na prestação de contas.
19.5 As prestações de contas de projetos culturais deverão ser assinadas por contador ou técnico em contabilidade legalmente habilitado.
19.11 Quando se tratar de pessoa jurídica sem fins lucrativos, a prestação de contas deverá ser feita conforme o art. 37, § 1º e 2º do Decreto n.º 15.305, de 11 de novembro de 2019, conforme listado abaixo.
19.11.1 O relatório financeiro, no caso de termo de parceria firmado com as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, será composto pelos demonstrativos de origem e aplicação dos recursos compatíveis com os elementos de despesas previstos nos planos de trabalho, informações complementares, demonstrativo da conciliação da conta vinculada, informações dos rendimentos de aplicações financeiras, extrato mês a mês da movimentação financeira, o termo de encerramento da conta, comprovante de eventual saldo não utilizado no projeto, e outras informações que o proponente julgar pertinentes.
19.11.2 Sendo constatada qualquer irregularidade na execução do projeto, seja na fase de execução ou na fase de análise das contas, o proponente deverá encaminhar além do relatório financeiro e dos documentos do § 2º, todos os documentos referentes aos gastos na execução do projeto tais como:

a) Notas Fiscais contendo o número do termo de parceria, convenio, outorga ou instrumento similar, o nome do proponente, e o título do projeto, expedida dentro do lapso temporal do efetivo repasse do recurso e do prazo de execução do projeto;
b) Contratos assinados pelo contratante, contratado e testemunhas;
c) Pesquisa de mercado entre no mínimo 3 fornecedores, referente a cada elemento de despesa previsto no plano de trabalho;
d) Extratos bancários mês a mês, da data do efetivo depósito até o último lançamento que apresenta o saldo zerado;
e) Extratos bancários demonstrando os rendimentos de aplicação;
f) Comprovante bancário de devolução dos recursos financeiros não utilizados, se for o caso;
g) Comprovante de encerramento da conta bancária;
h) Os extratos bancários previstos nas alíneas do parágrafo anterior deverão ser apresentados em meio material que não sejam suscetíveis de perda das informações por meio do calor, da luz e outros.

20 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Durante a fase de EXECUÇÃO do Projeto Cultural, qualquer alteração no respectivo Cronograma ou no Plano de Trabalho, mudança de diretor ou de protagonista, troca de integrantes da equipe técnica, ou alteração semelhante, sendo que o currículo do substituto deve ser compatível o do substituído e com a necessidade do projeto, só poderá ocorrer dentro dos prazos legais, devidamente justificada, e formalmente submetida à aprovação da FCMS-FIC/MS.
20.2 Todos os documentos apresentados nos projetos APROVADOS e CONVOCADOS, assim como seus produtos finais, referente a este Edital passarão a fazer parte do acervo do FIC/MS para fins de pesquisa e documentação, razão pela qual não serão devolvidos aos produtores.
20.3 Os CD's, EP's e DVD's incentivados deverão obedecer aos padrões de industrialização, garantindo a qualidade e o registro da obra, com o respectivo código de barras impresso.
20.4 Para impressão de obra literária é obrigatória apresentação à Gerência do FIC/MS, da PROVA DE PRELO, para análise e aprovação. O Proponente deverá solicitar o registro da edição no ISBN e fazer constar na publicação.
20.5 Os direitos autorais das obras produzidas com recursos provenientes do FIC/MS são de propriedade dos autores, mas à FCMS e ao Estado de Mato Grosso do Sul, os autores ao aderirem ao presente edital, concedem sem prazo limite, o direito ao uso gratuito nas ações institucionais da entidade e do Estado.
20.6 O proponente, sob pena de ser responsabilizado administrativa, civil ou penalmente, deverá apresentar autorização expressa com firma reconhecida de todos os autores, para utilização de outras obras intelectuais e de imagens de terceiros que incluam, adaptem ou utilizem, qualquer que seja o suporte, em seus produtos e/ou serviços advindos do projeto apresentado, isentando a FCMS e o Estado de Mato Grosso do Sul.
20.7 A FCMS e a SECIC terão direito de divulgar, exibir e distribuir os produtos decorrentes da realização dos projetos selecionados no presente Edital, desde que sem finalidade lucrativa e com referência aos créditos das obras, em quaisquer meios e suportes.
20.8 A responsabilidade pela escolha, seleção e classificação é exclusiva do CEPC/MS, e o acompanhamento e fiscalização das execuções dos projetos culturais aprovados, concorrente entre o CEPC/MS e a FCMS.
20.9 A responsabilidade pela análise técnico-jurídica e habilitação dos projetos, contratação de pareceristas, se for o caso, e o instrumento jurídico (pactuação) com os proponentes, a elaboração dos convênios ou instrumentos similares é da FCMS-FIC/MS.
20.10 Os casos omissos serão submetidos à análise e julgamento do CEPC/MS e homologado pelo Diretor-Presidente da FCMS.
20.11 O foro legal é o da Comarca de Campo Grande/MS como competente para dirimir eventuais dúvidas deste Edital.
Campo Grande, 21 de dezembro de 2022.
Gustavo de Arruda Castelo
Diretor-Presidente da FCMS

ANEXO II
D E C L A R A Ç Ã O
(PROPONENTE PESSOA FÍSICA)

_____ *(Nome do proponente)*, portador da carteira de identidade RG nº. _____ expedida pela SSP/__, em___/___/___; CPF nº _____; residente e domiciliado na Rua/Trav./Av._____, nº_____ complemento _____ *(Apto, edifício, quadra, lote, etc.)*, na cidade de _____ , MS, CEP _____-_____, telefone (DDD-) _____, e-mail _____; declara, para os devidos fins, que caso a proposta cultural seja selecionada no Edital do FIC/MS 002/2022, **encaminharei os documentos e certidões abaixo relacionados**, no prazo máximo e **improrrogável** de 10 (dez) dias corridos, a partir da publicação do resultado final da seleção pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - FCMS, para fins de celebração de termo de outorga e que a falta na entrega dos documentos, certidões e assinatura do Convênio, nos prazos estabelecidos, implicará na **renúncia** ao apoio.

_____

(ASSINATURA)

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA CONVENIAMENTO:
PESSOA FÍSICA:
Do Proponente:
a) Certidão Negativa de Débitos Gerais do Município;
b) Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul: www.pge.ms.gov.br
c) Certidão Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 8.212/1991: www.receita.fazenda.gov.br
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: www.tst.jus.br/certidao
e) Certidão de Inscrição de Convenentes (CCAD – Secretaria de Fazenda MS).

D E C L A R A Ç Ã O
(PROPONENTE PESSOA JURÍDICA)

_____ *(Nome do proponente)*, portador da carteira de identidade RG nº _____ expedida pela SSP/__, em___/___/___; CPF nº _____; residente e domiciliado na Rua/Trav./Av._____, nº_____ complemento _____ *(Apto, edifício, quadra, lote, etc.)*, na cidade de _____ , MS, CEP _____-_____, telefone (DDD-) _____, e-mail _____; declara, para os devidos fins, que é o dirigente da entidade _____ *(Nome da organização)*, CNPJ _____; com sede social na Rua _____ _____, nº_____ complemento _____ , na cidade de _____ , estado ___ ,CEP _____ - ___ , telefone (DDD-) _____; Fax (DDD-) _____; e-mail: _____; exercendo o cargo de _____ , com mandato de _____ anos conforme disposto no artigo ___ parágrafo / alínea _____ do Estatuto Social, vencendo em ___/___/___; podendo representá-la _____ conforme disposto no artigo ___ parágrafo / alínea ___ do Estatuto Social; que caso a proposta cultural seja selecionada no Edital do FIC/MS 002/2022, **encaminharei os documentos e certidões, abaixo relacionados**, no prazo máximo e **improrrogável** de 10 (dez) dias corridos, a partir da publicação do resultado final da seleção pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul - FCMS, para fins de celebração de convênio ou termo de parceria e que a falta na entrega dos documentos, certidões e assinatura do convênio/termo de parceria, nos prazos estabelecidos, implicará na **renúncia** ao apoio.

_____
(ASSINATURA)

DOCUMENTAÇAÕ COMPLEMENTAR PARA CONVENIAMENTO:	
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO: **Do Proponente**: a) Certidão Negativa de Débitos Gerais do Município; b) Certidão Negativa de Débitos emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul: www.pge.ms.gov.br c) Certidão Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 8.212/1991: www.receita.fazenda.gov.br d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: www.tst.jus.br/certidao e) Certidão de Inscrição de Convenentes (CCAD – Secretaria de Fazenda MS); f) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF.	PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO: **Do Proponente**: a) Certidão Negativa de Débitos, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso do Sul: www.pge.ms.gov.br b) Certidão Negativa de Débitos Relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do Parágrafo Único do artigo 11 da Lei 8.212/1991: www.receita.fazenda.gov.br c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas: www.tst.jus.br/certidao d) Certidão de Inscrição de Convenentes (CCAD – Secretaria de Fazenda MS); f) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF.

ANEXO III

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO [modelo]

Neste relatório a organização deverá apresentar as principais atividades socioculturais que desenvolveu ao longo dos dois últimos anos. Além das informações que serão descritas, a organização poderá enviar outros documentos, tais como fotografia, vídeo, CD, DVD, etc, para possibilitar melhor avaliação do projeto. Informamos, entretanto, que os mesmos não serão devolvidos e passarão a integrar o acervo da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul.

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome da Organização:

CNPJ:

Endereço: Número: Complemento:

Bairro: CEP: UF: Cidade:

DDD / Telefone: DDD / Fax:

E-mail: Endereço na Internet:

2. HISTÓRICO

a) Quando e como a organização foi criada?

b) Qual a relação dela com a comunidade onde está localizada?

3. ATIVIDADES

a) Quais são as principais atividades culturais desenvolvidas pela organização?

4. PÚBLICO ALVO

a) Para quem as principais atividades promovidas pela organização são direcionadas?

5. PARCERIAS

a) A organização participou de eventos realizados em conjunto com outras organizações?
( ) SIM ( )NÃO

Em caso afirmativo, quais foram, onde e quando ocorreram?

6. PREMIAÇÕES E SELEÇÕES

a) A organização foi selecionada em algum concurso ou edital?
( ) SIM ( )NÃO

b) Em caso afirmativo, quais foram, quando ocorreram?

c) Foi homenageada ou recebeu algum prêmio?
( ) SIM ( )NÃO

Em caso afirmativo, quais foram, quando ocorreram?

7. PUBLICAÇÕES

a) A organização publicou material, tais como livros, revistas, CD's, DVD's, cartilhas, etc.? Quais?

b) Alguma outra instituição publicou material sobre sua organização? Que tipo de publicação?

8. DIVULGAÇÃO

a) A organização foi citada em jornais, revistas, rádios, sites da internet, etc.? Em que ocasião?

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) Há mais informações, dados, referências que a organização queira destacar?

10. MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO

(Quem são os principais membros da organização? Que tipo de atividades culturais eles desenvolvem dentro e fora da organização? Caso seja necessário, adicione novas tabelas.)

NOME COMPLETO: _____

FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO: _____

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ANO DE REALIZAÇÃO

NOME COMPLETO: ____

FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO: ____

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ANO DE REALIZAÇÃO

NOME COMPLETO: ____

FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO: ____

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ANO DE REALIZAÇÃO

NOME COMPLETO: ____

FUNÇÃO NA ORGANIZAÇÃO: ____

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ANO DE REALIZAÇÃO

(com timbre do órgão público emitente)

ANEXO IV
ATESTADO DE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS
(PAPEL TIMBRADO DO ÓRGÃO) – [modelo]

Eu, ______________________________*(Nome da autoridade)*, representante da instituição/órgão ______________________ (*nome da instituição*) portador da carteira de identidade RG nº ____________ expedida pelo órgão _______ , em ___/___/____; CPF nº ______________; residente e domiciliado na Rua/Trav./Av .____, nº____ complemento ____ *(Apto, edifício, quadra, lote, etc.)*, na cidade de _________________ , MS, CEP _________-_____, telefone (DDD-) ______________, e-mail _________________________; atesta, para os devidos fins, que a entidade ____________________ ________________________ *(Nome da organização que concorre ao edital)*, CNPJ _________________, com sede na Rua ____, nº____ complemento ____ , na cidade de _________________ , estado ___ ,CEP _________ - ___ , telefone (DDD-) _______________; Fax (DDD-) ______________; e-mail: ______________________; realiza atividades culturais há no mínimo dois anos.

_______________ (*nome do município*), ____ de ________________ de ___________

____

(ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE **COM FIRMA RECONHECIDA**)

ANEXO V
Roteiro de Proposta Curatorial

1. **[modelo]**
2. Relatar como é a exposição;
3. Quantidade de trabalhos;
4. Qual a proposta principal;
5. Período de exposição;
6. Técnica desenvolvida;
7. Objetivo da exposição

ANEXO VI
TERMO DE COMPROMISSO PARA OBRAS AUDIOVISUAIS
[modelo]

_____ *(Nome do proponente)*, portador da carteira de identidade RG nº. _____ expedida pela SSP/__, em___/___/___; CPF nº. _____; residente e domiciliado na Rua/Trav./Av._____, nº._____ complemento _____ *(Apto, edifício, quadra, lote, etc.)*, na cidade de _____ , MS, CEP _____-_____, telefone (DDD-) _____, e-mail _____; declaro, para os devidos fins, que caso a proposta cultural intitulada _____, que visa a produção de obra audiovisual, seja selecionada no Edital do FIC/MS 002/2022, cumprirei as seguintes obrigações, nos casos em que se aplique o produto cultural:

a) Entregar ao FIC/MS, no prazo máximo fixado para entrega da prestação de contas, o Roteiro Finalizado, encadernado e em 2 (duas) vias, devidamente registrado na Fundação Biblioteca Nacional – FBN.

b) Garantir, quando da produção da obra audiovisual baseada no roteiro objeto deste Edital, a citação expressa de que o mesmo (roteiro) foi desenvolvido com o apoio do FIC/MS.

c) Entregar ao FIC/MS, no prazo máximo fixado para entrega da prestação de contas, 03(três) cópias do produto em DVD ou outra mídia especificada no edital, com estojo completo da versão final da obra audiovisual;

d) Licenciar ao FIC/MS e à FCMS, em caráter definitivo, a utilização da obra em quaisquer modalidades, especialmente a exibição não comercial, para utilização exclusiva em suas finalidades institucionais, sem qualquer intuito de lucro e de forma a não prejudicar a exploração econômica da obra, inclusive na promoção de mostras e ações de difusão, estudos, participações em seminários e publicações em geral, bem como na distribuição e exibição nacional e internacional nas televisões públicas e educativas brasileiras, em sinal aberto e fechado.

e) Incluir nos instrumentos de aquisição e transferência de direitos sobre obras dispositivos que contemplem as obrigações constantes neste Edital.

Declaro, ainda, estar ciente de que o descumprimento do acima exposto acarretará na não aprovação da prestação de contas e na obrigatoriedade do proponente em devolver os recursos financeiros recebidos, atualizados na forma prevista na Legislação vigente.

__(cidade)____, __(data)__de__(mês)__ de 20__.

_____
(nome completo e assinatura)

ANEXO VII
(Modelo)

Plano de Execução para cursos, oficinas, workshops, seminários, simpósios, dentre outras ações de formação.

- Nome da atividade:
- Ministrante/Professor/Instrutor/Oficineiro:
- Currículo comprovado do Ministrante:
- Objetivos (Descrever de forma objetiva e clara o que se pretende realizar):
- Carga Horária total:
- Público Alvo:
- Nº. de participantes:
- Local de realização:
- Cronograma de desenvolvimento:
- Conteúdo programático:
- Temas a serem discutidos:
- Metodologia de trabalho durante a realização da atividade:
- Recursos técnicos utilizados na atividade:
- Materiais Necessários:
- Recursos de acessibilidade (física e comunicacional):
- Avaliação (descrição dos instrumentos e critérios a serem utilizados para verificação da aprendizagem):

ANEXO VIII
(Modelo)

DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS DA LEI N.º 13.019/2014 E DECRETO ESTADUAL N.º 14.494/2016

Declaramos para fins de cumprimento da Lei n.º 13.019/2014, regulamentada no Estado de Mato Grosso do Sul pelo Decreto n.º 14.494/2016, e para todos os fins de direito, que Associação xxxxxx, CNPJ n.º xxxxxxx, neste ato representada por seu Presidente Sr.(ª) xxxxxxxxx, portador do RG n.º xxxxxx e CPF n.º xxxxxx, que:

a) **Estamos** regularmente constituída;
b) **Não estamos** omissa no nosso dever de prestar contas de parcerias anteriormente celebrada;
c) **Não temos** como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se essa vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
d) **Não temos** nossas contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos;
e) **Não estamos** submetida ao cumprimento das punições de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
f) **Não estamos** submetida ao cumprimento das punições de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
g) **Não estamos** submetida ao cumprimento das punições de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que sejamos promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada;
h) **Não temos** contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

Não temos entre nossos dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; ou julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

Temos instalações e outras condições materiais, e/ou temos previsão de contratar ou de adquirir com recursos da parceria para executá-la;

Não contrataremos, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da Administração Pública Estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

Não iremos remunerar, a qualquer título, com os recursos repassados membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou de entidade da Administração Pública Estadual; servidor ou empregado público, inclusive àquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública estadual celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a Administração Pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou de ocultação de bens, direitos e valores.

Ainda, para fins de cumprimento do artigo 26, inciso VII do Decreto Estadual n.º 14.494/2016, segue abaixo a relação dos dirigentes da xxxxxxx, contendo endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedido da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada um deles:

a) Xxxxxxxx
b) Xxxxxxxx;
c) Xxxxxxxx;
d) Xxxxxxxx;

Por ser expressão da verdade firmo o presente, tendo conhecimento das responsabilidades penais que envolvem a falsa afirmação à Administração Pública.

Campo Grande/MS, xxxx de xxxxx de xxxxxxx

_____
Nome da Entidade: xxxxxxxxxx
Nome do Presidente da Entidade: xxxxxxxxx

ANEXO IX
Carta de Anuência [modelo]

(cidade), (data) de (mês) de 20__.

Ao Fundo de Investimentos Culturais de MS – FIC/MS

Ref: (nome do projeto)

Eu, abaixo assinado, _____(nome)_____, RG n°, ____(número)____, CPF n° __(número)____, residente à _____(endereço)_____, bairro _____, na cidade de _____, tenho pleno conhecimento do projeto proposto, inscrito no **Edital N.º 02 - FIC/MS 2022** por _____(nome do proponente)_____, e confirmo a minha participação no mesmo na função de ___(função no projeto)_____.

_____
(nome completo e assinatura)

MODELO – ANEXO X - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(Atual)
(A DECLARAÇÃO DEVE SER MANUSCRITA E DE PRÓPRIO PUNHO DO PROPONENTE)

Eu, (nome do declarante), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito (a) no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), expedida por (informar o órgão e o Estado), declaro, para os devidos fins, que possuo residência e domicílio à (Rua/Avenida), nº (número) - (bairro), CEP (informar) na cidade de (município) - (UF).
Declaro estar ciente que a falsidade na informação me sujeitará às penas da legislação pertinente, conforme previsto no art. 2º da Lei Estadual nº 4.082, de 6 de setembro de 2011.
Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para efeitos legais.
_____, _____ de _____ de _____.

_____
<assinatura do (a) declarante>

MODELO – ANEXO X - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA
(02 anos)
(A DECLARAÇÃO DEVE SER MANUSCRITA E DE PRÓPRIO PUNHO DO PROPONENTE)

Eu, (nome do declarante), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), inscrito (a) no CPF sob o nº (informar) e no RG nº (informar), expedida por (informar o órgão e o Estado), declaro, para os devidos fins, que possuo residência no Estado de Mato Grosso do Sul há mais de 02 (dois) anos.
Declaro estar ciente que a falsidade na informação me sujeitará às penas da legislação pertinente, conforme previsto no art. 2º da Lei Estadual nº 4.082, de 6 de setembro de 2011.
Por ser a expressão da verdade, firmo a presente para efeitos legais.
_____, _____ de _____ de _____.

_____
<assinatura do (a) declarante>

O Diretor-Presidente da Fundação de Cultura de MS faz publicar projeto que teve prestação de contas aprovada, em consonância com o artigo 63 da Lei Estadual n.º 5.060/2017, relativo a recurso recebido por meio do Edital 001/2019 do Fundo de Investimentos Culturais de MS.

Proponente	Projeto	Valor
Paulo Jorge Simões Correa Filho	Sonhos Guaranis	213.703,20

Campo Grande, 20 de dezembro de 2022.
Gustavo de Arruda Castelo
Diretor-Presidente da FCMS

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

CHAMADA FUNDECT N° 15/2022 – PICTEC MS
Programa de Iniciação Científica e Tecnológica do Estado de Mato Grosso do Sul 2022

O Diretor-Presidente da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT em atendimento ao item 10.4b da respectiva chamada, torna público o cancelamento da bolsa concedida para aluna **Maria Luiza Ferreira Pessoa da Costa**, no âmbito do projeto aprovado, a partir de 01 de janeiro de 2023.

Campo Grande, 20 de dezembro de 2022.

Márcio de Araújo Pereira
Diretor-Presidente

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

Extrato do V Termo Aditivo ao Contrato 0039/2017/FUNSAU **N° Cadastral: 9204**

Processo: **27/100.150/2017**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **CDC NUCLEAR LTDA**

Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação excepcional da vigência do Contrato nº. **039/FUNSAU/2017**, firmado entre as partes em 05 de dezembro de 2017, por um período de 12 (doze) meses, de 05 de dezembro de 2022 a 03 de dezembro de 2023, nos termos previstos em sua cláusula décima primeira, em conformidade com o parecer jurídico e autorização constante do processo em epígrafe.

Ordenador de Despesas: Livio Viana de Oliveira Leite

Dotação Orçamentária: As despesas do presente instrumento correrão à conta do Programa de Trabalho nº. **20.27201.10.302.2043.4062.0001 - HRMS**, Natureza da Despesa nº. **33903950**, Fonte nº **0240000000.**

Valor: O valor total deste Termo Aditivo é de R$ **R$ 539.686,01 (quinhentos e trinta e nove mil, seiscentos e oitenta e seis reais e um centavo).**

Amparo Legal: A alteração no presente instrumento tem por base legal a Lei n. º8.666/93, artigo 57, §4º inciso II.

Do Prazo: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 039/FUNSAU/2017 até 03 de dezembro de 2023.

Data da Assinatura: 02/12/2022

Assinam: Livio Viana de Oliveira Leite e Alexandre Casali Neto; Leonardo Simões da Silva

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato N° 0198/2022/FUNSAU **N° Cadastral 18607**

Processo: **27/003.414/2022**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **CM HOSPITALAR S.A.**

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de valor no importe de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do presente contrato que equivale a **R$ 16.422,00 (dezesseis mil, quatrocentos e vinte e dois reais)** em relação ao valor pactuado de **R$ 65.688,00 (sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e oito reais)** no Contrato nº 198/2022, em conformidade com a manifestação jurídica nº. 1098/2022 e autorização do Secretário de Estado de Fazenda através do **Ofício nº. 2009/CODESP/GAB/SEFAZ/2022**, constantes no processo em epígrafe, passando o valor global, considerando o aumento, para **R$ 82.110,00 (oitenta e dois mil, cento e dez reais).**

Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática nº. **20.27201.10.302.2043.4062.0001 – HRMS**, Natureza da Despesa n.º. **33903009**, Fonte nº. **0240000000**.

Amparo Legal: As alterações no presente instrumento têm por base legal o artigo 65, §1º, da Lei Federal n. º8.666/93.

Do Prazo: A vigência do presente instrumento **se encerra em 18/12/2022.**

Data da Assinatura: 12/12/2022

Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite e Silvio Aparecido Campos

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0205/2022/FUNSAU **N° Cadastral: 18655**

Processo: **27/005.842/2022**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **HS MED COMERCIO DE ARTIGOS HOSPITALARES LTDA - EPP**

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de valor no importe de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do presente contrato que equivale a R$ 63,00 (sessenta e três reais) em relação ao valor pactuado de R$ 252,00 (duzentos e cinquenta e dois reais) no Contrato nº 205/2022, em conformidade com a manifestação jurídica nº. 1054/2022 e autorização do Secretário de Estado de Fazenda através do Ofício nº. 1854/CODESP/GAB/SEFAZ/2022, constantes no processo em epígrafe, passando o valor global, considerando o aumento, para R$ 315,00 (trezentos e quinze reais).

Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática nº. 20.27201.10.302.2043.4062.0001 – HRMS, Natureza da Despesa n.º. 33903009, Fonte nº. 0240000000.

Amparo Legal: As alterações no presente instrumento têm por base legal o artigo 65, §1º, da Lei Federal n. º8.666/93.

Do Prazo: A vigência do presente instrumento **se encerra em 06/01/2023.**

Data da Assinatura: 07/12/2022

Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite e Hediney José Prando

Extrato do II Termo Aditivo ao Contrato 0209/2021/FUNSAU **N° Cadastral: 16736**

Processo: **27/101.350/2020**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **CÉLULA DIAGNÓSTICOS CITOLÓGICOS LTDA - ME**

Objeto: O presente Termo Aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº. **209/FUNSAU/2021**, firmado entre as partes em 12 de dezembro de 2021, por um período de 12 (doze) meses, de 13 de dezembro de 2022 a 11 de dezembro de 2023, nos termos previstos em sua cláusula décima primeira, em conformidade com o parecer jurídico e autorização constante do processo em epígrafe.

Ordenador de Despesas: Livio Viana de Oliveira Leite

Dotação Orçamentária: As despesas do presente instrumento correrão à conta do Programa de Trabalho nº. **20.27201.10.302.2043.4062.0001 - HRMS**, Natureza da Despesa nº. **33903950**, Fonte nº **0240000000.**

Valor: O valor total deste Termo Aditivo é de R$ **R$ 23.488,00 (vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais)**, pelo período de 12 (doze) meses, com parcela única.

Amparo Legal: A alteração no presente instrumento tem por base legal a Lei n. º8.666/93, artigo 57, §4º inciso II.

Do Prazo: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato nº. 0209/FUNSAU/2021 até 11 de dezembro de 2023.

Data da Assinatura: 09/12/2022

Assinam: Livio Viana de Oliveira Leite e Flávia Vecchi Laghi

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0220/2022/FUNSAU **N° Cadastral: 19004**

Processo: **27/003.420/2022**

Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **MEGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI**

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de valor no importe de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do presente contrato que equivale a **R$ 18.908,50 (dezoito mil, novecentos e oito reais e cinquenta centavos)** em relação ao valor pactuado de **R$ 75.634,00 (setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais)** no Contrato nº 220/2022, em conformidade com a manifestação jurídica nº. 1064/2022 e autorização do Secretário de Estado de Fazenda através do **Ofício nº. 1885/CODESP/GAB/SEFAZ/2022**, constantes no processo em epígrafe, passando o valor global, considerando o aumento, para **R$ 94.542,50 (noventa e quatro mil, quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática nº. 20.27201.10.302.2043.4062.0001 HRMS, Natureza da Despesa n.º. 33903036, Fonte nº. 0240000000.

Amparo Legal: As alterações no presente instrumento têm por base legal o artigo 65, §1º, da Lei Federal n. º8.666/93.

Do Prazo: A vigência do presente instrumento **se encerra em 09/01/2023.**
Data da Assinatura: 05/12/2022
Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite e EMERSON LUDWIG

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0225/2022/FUNSAU **N° Cadastral: 19023**
Processo: **27/007.815/2022**
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **UNIVERSAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**
Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo éo acréscimo de valor no importe de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do presente contrato que equivale a **R$ 698,00 (seiscentos e noventa e oito reais)** em relação ao valor pactuado de **R$ 2.792,00 (dois mil, setecentos e noventa e dois reais)** no Contrato nº 225/2022, em conformidade com a manifestação jurídica nº. 1053/2022 e autorização do Secretário de Estado de Fazenda através do **Ofício nº. 1865/CODESP/GAB/SEFAZ/2022**, constantes no processo em epígrafe, passando o valor global, considerando o aumento, para **R$ 3.490,00 (três mil, quatrocentos e noventa reais).**
Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática nº. 20.27201.10.302.2043.4062.0001 HRMS, Natureza da Despesa n.º. 33903036, Fonte nº. 0240000000.
Amparo Legal: As alterações no presente instrumento têm por base legal o artigo 65, §1º, da Lei Federal n. º8.666/93.
Do Prazo: A vigência do presente instrumento **se encerra em 17/01/2023.**
Data da Assinatura: 06/12/2022
Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite; Matheus Souza Ludwig; Wagner Gonçalves Martins (P.P)

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0234/2022/FUNSAU **N° Cadastral: 19110**
Processo: **27/007.809/2022**
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **BAYER S. A.**
Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de valor no importe de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do presente contrato que equivale a **R$ 82.034,40 (oitenta e dois mil, trinta e quatro reais e quarenta centavos)** em relação ao valor pactuado de **R$ 328.137,60 (trezentos e vinte e oito mil, cento e trinta e sete reais e sessenta centavos)** no Contrato nº 234/2022, em conformidade com a Manifestação Jurídica nº. 1060/2022,e autorização do Secretário de Estado de Fazenda através do **Ofício nº. 1886/CODESP/GAB/SEFAZ/2022,** constantes no processo em epígrafe, passando o valor global, considerando o aumento, para **R$ 410.172,00 (quatrocentos e dez mil, cento e setenta e dois reais).**
Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta da Funcional Programática nº. 20.27201.10.302.2043.4062.0001 – HRMS, Natureza da Despesa n.º. 33903009, Fonte nº. 0240000000.
Amparo Legal: As alterações no presente instrumento têm por base legal o artigo 65, §1º, da Lei Federal n. º8.666/93.
Do Prazo: A vigência do presente instrumento **se encerra em 31/01/2023.**
Data da Assinatura: 06/12/2022
Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite e Gustavo Basile

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0255/2022/FUNSAU **N° Cadastral: 19235**
Processo: **27/001.759/2022**
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA**
Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de valor no importe de 10,45% (dez inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) do presente contrato que equivale a **R$ 153.360,00 (cento e cinquenta e três mil, trezentos e sessenta reais)** em relação ao valor pactuado de **R$ 1.468.140,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil e cento e quarenta reais)** no Contrato nº 255/2022, em conformidade com a manifestação jurídica nº. 1096/2022e autorização do Secretário de Estado de Fazenda através do **Ofício nº. 1794/CODESP/GAB/SEFAZ/2022**, constantes no processo em epígrafe, passando o valor global, considerando o aumento, para **R$ 1.621.500,00 (um milhão, seiscentos e vinte e um mil e quinhentos reais).**
Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão àconta da Funcional Programática nº. 20.27901.10.302.2045.3068.0020 – FUNSAU – HRMS Investimentos, Natureza da Despesa n.º. 44905235, Fonte nº. 0100000000.
Amparo Legal: As alterações no presente instrumento têm por base legal o artigo 65, §1º, da Lei Federal n. º8.666/93.
Do Prazo: A vigência do presente instrumento **se encerra em 09/08/2023.**
Data da Assinatura: 09/12/2022
Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite e IGOR NUNES SARTORI

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato 0257/2022/FUNSAU N° Cadastral: 19248
Processo: **27/007.816/2022**
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **FRESENIUS KABI BRASIL LTDA**
Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo é o acréscimo de valor no importe de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do presente contrato que equivale a **R$ 4.515,00 (quatro mil, quinhentos e quinze reais)** em relação ao valor pactuado de **R$ 18.060,00 (dezoito mil e sessenta reais)** no Contrato nº 257/2022, em conformidade com a manifestação jurídica nº. 1041/2022 e autorização do Secretário de Estado de Fazenda através do **Ofício nº. 1877/CODESP/GAB/SEFAZ/2022,** constantes no processo em epígrafe, passando o valor global, considerando o aumento, para **R$ 22.575,00 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais).**
Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão àconta da Funcional Programática nº. 20.27201.10.302.2043.4062.0001 - HRMS, Natureza da Despesa n.º. 33903009, Fonte nº. 0240000000.
Amparo Legal: As despesas decorrentes do fornecimento correrão àconta da Funcional Programática nº. 20.27201.10.302.2043.4062.0001 - HRMS, Natureza da Despesa n.º. 33903009, Fonte nº. 0240000000.
Do Prazo: A vigência do presente instrumento **se encerra em 07/02/2023.**
Data da Assinatura: 05/12/2022
Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite e Verônica Sampaio dos Santos

Extrato do Contrato N° 0374/2022/FUNSAU N° Cadastral 20625
Processo: **27/007.556/2022**
Partes: O Estado de Mato Grosso do Sul por intermédio da **Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU** e **SERVAN ANESTESIOLOGIA DE CAMPO GRANDE S/S**
Objeto: O objeto do presente Contrato é a **Contratação de Empresa especializada em Serviço de Anestesia, para atender a demanda do HRMS**, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidos no **Termo de Referência FUNSAU/0130/2022** e também na **Autorização de Compra nº. 40162** e na Proposta de Preços da contratada, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.
Ordenador de Despesas: Lívio Viana de Oliveira Leite
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do fornecimento correrão à conta do Programa de Trabalho n. **20.27201.10.302.2043.4062.0001 - HRMS**, Natureza da Despesa n. **339039**, Item da Despesa n. **33903950**, Fonte n. **0240000000.**
Valor: O valor total deste contrato é de **R$ 13.588.916,40 (treze milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e quarenta centavos),** com a concessão do desconto de 0,57% sobre a Tabela CBHPM/2018.
Amparo Legal: A legislação aplicável a este contrato será a Lei Federal n. 14.133/2021 e Lei federal n. 8.078/1990.
Do Prazo: A vigência do presente instrumento será de **12 MESES**, com início na data de 02/12/2022 e encerramento em 01/12/2023.
Data da Assinatura: 02/12/2022
Assinam: Lívio Viana de Oliveira Leite e Alex Robert Spengler

TERMO DE RECONHECIMENTO E QUITAÇÃO DE DÍVIDA

Pelo presente instrumento de reconhecimento e assunção de dívida que entre si fazem, de um lado, **FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL – FUNSAU**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.228.734/0001-83, estabelecida à Rua Eng. Luthero Lopes, n. 36 – B. Aero Rancho – Campo Grande-MS (CEP: 79084-180), aqui designada **devedora** e, de outro lado, **MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 07.752.236/0001-23, com endereço à Rua Noberto Otto Wild, n. 420, B. Imigrante, Município Vera Cruz/RS (CEP: 96880-000), neste ato representada pela Diretora Superintendente, **Adriana Wilke Marques**, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade n. 6042943032-SSp-RS, inscrita no CPF sob o n.

654.211.080-15 e pelo procurador, **Fernando Augusto Theisen**, brasileiro solteiro, portador da Carteira de Identidade n. 1107009175-SSP/RS, inscrito no CPF sob o n. 016.362..210-84 doravante denominada **credora,** pactuam a **confissão e assunção de dívida, 27/007.903/2022** nos termos dos artigos 308 e 320 do CC/2002 c/c o art. 54 da Lei n. 8.666/93, a credora mediante contratação direta, após expiração contratual, devidamente justificado, no mês de abril de 2022, ajustou com a FUNSAU/MS a compra e venda de vários medicamentos descritos na Nota Fiscal Eletrônica n. 000768297 no valor de R$ 66.792,00 (Sessenta e seis mil, setecentos e noventa e dois reais).

Assim, estando justos e acertados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para efeitos legais, outorgando ao mesmo efeitos de título executivo.

Campo Grande, 22 de novembro de 2022.

MEDILAR IMPORT. E DISTRIB. PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A
Adriana Wilke Marques **Fernando Augusto Theisen**
Diretora Superintendente **Procurador**

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL – FUNSAU
Lívio Viana de Oliveira Leite
Diretor-Presidente da FUNSAU/MS

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Pelo presente instrumento de reconhecimento e assunção de dívida que entre si fazem, de um lado, **FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL – FUNSAU**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.228.734/0001-83, estabelecida à Rua Eng. Luthero Lopes, n. 36 – B. Aero Rancho – Campo Grande-MS (CEP: 79084-180), aqui designada **devedora** e, de outro lado, **ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA – AFIP,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 47.673.793/0004-16, com endereço à Rua Marselhesa n. 600 – B. Vila Clementino- São Paulo-SP, neste ato representada por seu Presidente, Sérgio Tufik, brasileiro, médico, separado judicialmente, portador da CI/RG n. 3.221.965/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n. 664.725.478-15, residente e domiciliado à Rua Prof. Francisco de Castro, n. 37 – Vila Mariana-São Paulo-SP, doravante denominada **credora,** pactuam a **confissão e assunção de dívida, 27/009.594/2022** nos termos dos artigos 308 e 320 do CC/2002 c/c o art. 54 da Lei n. 8.666/93, a credora mediante contratação direta sem o devido processo licitatório, devidamente justificado, no período de Janeiro, Maio e Junho de 2022, ajustou com a FUNSAU/MS a prestação de serviços de diversos exames laboratoriais, conforme descrito nas Notas Fiscais Eletrônicas de Serviços n. 00052476, 00049922, 00049924, 00051998, 00051997 e 00052463 nos valores respectivos de R$ 33.544,36; R$ 45.629,91; R$ 19.354,32; R$ 27.442,59; R$ 62.433,63 e R$ 62.358,09, totalizando em R$ 250.762,90 (Duzentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e dois reais e noventa centavos).

Assim, estando justos e acertados, firmam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para efeitos legais, outorgando ao mesmo efeitos de título executivo.

Campo Grande, 17 de novembro de 2022

ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO À PESQUISA – AFIP
Sérgio Tufik
Diretor-Presidente

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL – FUNSAU
Lívio Viana de Oliveira Leite
Diretor-Presidente da FUNSAU/MS

PROCESSO: 270135852022 NE: 010530
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 8666/93 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 1.157,82
FAVORECIDO: JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM MS
OBJETO: DESPESA COM MEDICAMENTO MALEATO DE FLUVOXAMINA - DOSAGEM: 50 MG; APRESENTAÇÃO: CAPSULA, COMPRIMIDO OU DRÁGEA. CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS. EM CUMPRIMENTO DE AÇÃO JUDICIAL Nº 1404443-33.2022.8.12.0000 EM FAVOR DE SEBASTIÃO CORDEIRO FLORENTINO FILHO. CI 950/2022/CDS/SES. PPS 319/2022. PAGAMENTO VIA BOLETO.

PROCESSO: 270136282022 NE: 010531
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 8666/93 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 21.942,00
FAVORECIDO: TRIBUNAL DE JUSTICA
OBJETO: DESPESA COM PAGAMENTO DE BOLETOS PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE DIETAS DE PEQUENO VALOR CONFORME RESOLUÇÃO 041/SES/MS DE 23/05/2022. PACIENTE: SIRLEI BARBOSA DE ASSIS CAMPOS.
DIETAL ENTERAL: SURVIMED OPD.

PROCESSO: 270134552022 NE: 010532
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 8666/93 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 1.327,50
FAVORECIDO: TRIBUNAL DE JUSTICA
OBJETO: DESPESA COM PAGAMENTO DE BOLETOS PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE DIETAS DE PEQUENO VALOR CONFORME RESOLUÇÃO 041/SES/MS DE 23/05/2022. PACIENTE: JOSÉ PINTO.
SUPLEMENTO ALIMENTAR: NUTREN ACTIVE.

PROCESSO: 270133592022 NE: 010533
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 8666/93 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 1.240,32
FAVORECIDO: TRIBUNAL DE JUSTICA
OBJETO: DESPESA COM PAGAMENTO DE BOLETOS PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE DIETAS DE PEQUENO VALOR CONFORME RESOLUÇÃO 041/SES/MS DE 23/05/2022. PACIENTE: RICARDO SOBAGE FERREIRA.
LEITE DE VACA INTEGRAL. ; SUPLEMENTO ALIMENTAR: NUTREN..

PROCESSO: 270135382022 NE: 010534
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 8666/93 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 3.883,98
FAVORECIDO: TRIBUNAL DE JUSTICA
OBJETO: DESPESA COM PAGAMENTO DE BOLETOS PARA CUMPRIMENTO DE ORDENS JUDICIAIS REFERENTE A AQUISIÇÃO DE DIETAS DE PEQUENO VALOR CONFORME RESOLUÇÃO 041/SES/MS DE 23/05/2022. PACIENTE: ISADORA SANTOS VINCKER.
FÓRMULA INFANTIL: NESTOGENO 2.

PROCESSO: 270134322022 NE: 010536
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: DECRETO 10412/2001 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 3.199,14
FAVORECIDO: DAVID MARIO AMIZO FRIZZO
OBJETO: DETERMINAÇÃO JUDICIAL - PROCESSO N.º 0843957-54.2013.8.12.0001, 1ª VARA FAZENDA PÚBLICA DE REGISTROS PÚBLICOS-OFICIO ROPV N.º 3258.10/2022 DE 24/10/2022.

PROCESSO: 270007942019 NE: 010537
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 10.520/2002 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 1.980,18
FAVORECIDO: C C M REZENDE LTDA
OBJETO: 002 - Chuveiro - Formato: oval ou retangular; Uso: chuveiro de emergência com crivo desmontável medindo 250mm de diâmetro, proporcionando abertura do fluxo de água medindo 1,80 metros (ao tocar o chão); Acionamento: através de válvula tipo esfera de 1? comandada por haste; do lava olhos através de válvula tipo esfera de 1/2 polegada comandada por alavanca; Requisito: lava olhos com pia de aço inox, com 2 crivos desmontáveis e dotado de válvula para regulagem do fluxo; com altura total de 2.100 mm (2,10 metros) e com vazão de água de 120 litros/minuto; sapatas : de fixação construída em aço 1020 com proteção anticorrosiva e pintura epóxi; Conexões: de entrada, de saída e tubulação principal com 01 polegada; Tubulação: de água construída em aço galvanizado com pintura na cor verde; Vazão: lava olhos com vazão de água de 15 litros/minuto. MARCA: CIENLAB/CE-001. CONTRAPARTIDA PE ORINAL 6866 obs Regularização parcial 2022ne006873 ; 001 - Freezer - Tipo: Câmara de Conservação; Posição: vertical; Tipo de porta: sólida com fechamento automático e chave de segurança; Requisito: display digital de temperatura para fácil visualização com resolução de 0,1ºC e botão para teste dos alarmes; Faixa de temperatura: mínimo -30 C; Capacidade Mínima: 300 litros; Câmara interna: aço inoxidável; Refrigeração: Circulação forçada de ar mantém a estabilidade e permite a recuperação da temperatura rapidamente após abertura da porta, remoção automática de condensação, não requer dreno; Alarme: audíveis e visuais para temperatura alta/baixa, falha de energia, porta aberta, bateria baixa, com indicação visual para funções críticas; Uso: armazenamento de sangue; Cabine: com isolamento em uretano de alta densidade e livre de CFC; Função de degelo automático permite manter a capacidade de refrigeração otimizada; Botões: para teste dos alarmes; Ajuste:
de temperatura com chave de segurança de tripla posição; Informações adicionais: garantia de rápida recuperação de temperatura para assegurar a proteção ao produto. MARCA: INDREL/CLC 300DAF. CONTRAPARTIDA.

PROCESSO: 270000672022 NE: 010540
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: lei. 1.102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 262.800,42
FAVORECIDO: AGENCIA DE PREVIDENCIA SOCIAL DE MS
OBJETO: FESA/despesa para atender folha pagamento 13.o Salário/2022 processo 27/000067/2022 Ageprev art.23 pensionista

PROCESSO: 270000672022 NE: 010541
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: lei. 1.102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 1.280.437,15
FAVORECIDO: AGENCIA DE PREVIDENCIA SOCIAL DE MS
OBJETO: FESA/despesa para atender folha pagamento 13.o Salário/2022 processo 27/000067/2022 Ageprev art.23 aposentado

PROCESSO: 270000812022 NE: 010556
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 8213/91 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 461.538,63
FAVORECIDO: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000812022 NE: 010557
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 8036/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 1.036,02
FAVORECIDO: FGTS RECOLHIMENTO
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270011802019 NE: 010558
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: lei. 1.102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 27.938,82
FAVORECIDO: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MS-UFMS
OBJETO: FESA/despesa com pagamento ressarcimento cedência servidora/UFMS Crhistinne Cavalheiro Maymone Gonçalves referente ao mês Dezembro/2022 conforme oficio 321/2022 Gab/Progep/UFMS. processo 27/001180/2019

PROCESSO: 270000812022 NE: 010559
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 10637/2002 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 145.482,31
FAVORECIDO: PIS S/FL.PAGAMENTO
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000672022 NE: 010560
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: lei. 1.102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 4.014,06
FAVORECIDO: PREVMMAR SERV. DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
OBJETO: FESA/Despesa para atender folha pagamento 13.o Salário/2022 processo 27/000067/2022 PREVMAR/PATRONAL

PROCESSO: 270000702022 NE: 010561
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 1.235.581,42
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000702022 NE: 010562
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 696.903,95
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000702022 NE: 010563
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 9.552.995,31
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000702022 NE: 010564
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 82.142,46
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000702022 NE: 010565
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 33.338,74
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000702022 NE: 010566
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 4.226,87
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000702022 NE: 010567
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 5.065.134,09
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270000702022 NE: 010568
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 1102/90 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 79.184,16
FAVORECIDO: VENCIMENTOS
OBJETO: ATENDER A FOLHA DO DECIMO TERCEIRO SALARIO DA FUNSAU/HOSPITAL REGIONAL.

PROCESSO: 270116222022 NE: 010569
AMPARO LEGAL/FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: 10520/2002 ORDERNADOR DE DESPESA: GERALDO RESENDE PEREIRA
DATA: 19/12/2022 VALOR TOTAL: R$ 22.680,00
FAVORECIDO: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
OBJETO: 0023398 - BROMETO DE UMECLIDÍNIO 62,5 MCG + TRIFENATATO DE VILANTERO - Marca: ANORO ELLIPTA; Apresentação: 62,5 MCG/DOSE PO INAL OR + 25 MCG/DOSE PO INAL OR CT STR AL X 30 + 30; Multiplo de embalagem: 1 Frasco; Princípio ativo: brometo de umeclidínio; trifenatato de vilanterol; Fabricante: GLAXOSMITHKLINE, LLC./ GLAXO OPERATIONS UK LIMITED-WARE; Procedência: ESTADOS UNIDOS DA AMERICA/ INGLATERRA (REINO UNIDO); Registro: 1010703180021; Validade: 24 meses. MARCA ANORO ELLIPTA.

Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DO I TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA Nº 01/2021
PROCESSO Nº. 65/003360/2021
PARTES: O Estado de MS, por meio da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), CNPJ n° 05.484.426/0001-81 domiciliado em Campo Grande/MS, e a Prefeitura Municipal de Itaquirai – MS CNPJ Nº 15403041/0001-04, domiciliada em Itaquirai.
OBJETO: Constitui o objeto do presente Instrumento:
1.1 Incluir a Subcláusula única a clausula terceira do termo de cooperação 01/2021 passando a constar o que segue**:**
Subclausula única;
A Funtrab disponibilizará o veículo RENAUT/OROCH PRO 1.6, 4 PORTAS, PLACA RWD4E10, COR BRANCA, ALCOOL / GASOLINA, ANO 2022 MODELO 2023, através de termo de cessão de uso para atender exclusivamente a casa do trabalhador do Município de Itaquiraí – MS, ficando a encargos do Convenente a responsabilidade pela guarda, zelo e bom uso do veículo disponibilizado e responsabilizando-se pelo ressarcimento, quanto aos danos e/ou extravio do veículo independentemente de dolo ou culpa.
AMPARO LEGAL: Decreto Estadual 11.261/2003, Resolução SEFAZ 2.093/07 e Lei Federal n° 8.666/93, no que couber.
DATA DA ASS: 05/12/2022
ASSINAM: Marcos Henrique Derzi Wasilewski - CPF nº 501.282.301-00
Thalles Henrique Tomazelli – CPF nº 031.770.011-11

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA Nº 05/2022
PROCESSO Nº. 65/019463/2022
PARTES: O Estado de MS, por meio da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), CNPJ n° 05.484.426/0001-81 domiciliado em Campo Grande/MS, e a Prefeitura Municipal de Eldorado – MS CNPJ Nº 555.663.751-20, domiciliada em Eldorado.
OBJETO: O presente acordo tem por objetivo o estabelecimento de Cooperação Mútua entre a Funtrab e o município de Eldorado – MS, com vistas à participação comum em programas, ações, projetos, viabilização da infraestrutura, provimentos de pessoal e apoio operacional, visando a execução das ações do Sistema Nacional de Emprego- SINE de Mato Grosso do Sul, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional, através da constante e permanente geração de trabalho, emprego e renda.

AMPARO LEGAL: Decreto Estadual 11.261/2003, Resolução SEFAZ 2.093/07 e Lei Federal n° 8.666/93, no que couber.
VIGÊNCIA: 12/12/2022 a 12/12/2024
DATA DA ASS: 12/12/2022
ASSINAM: Marcos Henrique Derzi Wasilewski - CPF nº 501.282.301-00
Aguinaldo dos Santos – CPF nº 555.663.751-20

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO MUTUA Nº 06/2022
PROCESSO Nº. 65/021.508/2022
PARTES: O Estado de MS, por meio da Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), CNPJ n° 05.484.426/0001-81 domiciliado em Campo Grande/MS, e a Prefeitura Municipal de AMAMBAI – MS CNPJ Nº 03.568.433/0001-36, domiciliada em AMAMBAI.
OBJETO: O presente acordo tem por objetivo o estabelecimento de Cooperação Mútua entre a Funtrab e o município de AMAMBAI – MS, com vistas à participação comum em programas, ações, projetos, viabilização da infraestrutura, provimentos de pessoal e apoio operacional, visando a execução das ações do Sistema Nacional de Emprego- SINE de Mato Grosso do Sul, promovendo o desenvolvimento econômico local e regional, através da constante e permanente geração de trabalho, emprego e renda.
AMPARO LEGAL: Decreto Estadual 11.261/2003, Resolução SEFAZ 2.093/07 e Lei Federal n° 8.666/93, no que couber.
VIGÊNCIA: 16/12/2022 a 16/12/2024
DATA DA ASS: 16/12/2022
ASSINAM: Marcos Henrique Derzi Wasilewski - CPF nº 501.282.301-00
Edinaldo Luiz de Melo Bandeira – CPF nº 663.061.161-68

DELIBERAÇÃO CETER/MS Nº. 50, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO, EMPREGO E RENDA DE MATO GROSSO DO SUL - CETER/MS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 5.415 de 16 de outubro de 2019, e nos termos do §1º do art. 1º do Decreto Estadual nº 15.360, de 5 de fevereiro de 2020, delibera:

Art. 1º Fica **aprovada**, a abertura da Casa do Trabalhador posto de Atendimento/SINE no município de Mundo Novo - MS, solicitado por meio do Oficio 024/CONV/2022 da prefeitura Municipal, e registrado em Ata de reunião do CETER/MS nº 23, de 20 de dezembro de 2022, em conformidade com a Portaria Federal nº 6.207 de 14 de outubro de 2019 da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

Art. 2° A Casa do Trabalhador estará localizada na Rua Olavo Bilac, nº 595 - Centro / CEP – 79.980 - 000, com latitude 23°.56'13.64"S, e longitude 54°.16'44.08'O.

Art. 3º Data prevista para inauguração será em 27 de dezembro de 2022.

Campo Grande MS, 20 de dezembro de 2022.

Eduardo Pereira
Presidente do CETER – MS

Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

DESPACHO DO SR. DIRETOR PRESIDENTE

Com fulcro na Lei Estadual n. 3.709, de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto Estadual n. 12.909 de 29, de dezembro de 2009, com alterações posteriores, na Resolução SEMAC n. 10, de 16 de julho de 2010 e Resolução SEMAC n. 026, de 27 de outubro de 2010, o IMASUL, **torna pública a relação de Termos de Compromisso de Compensação Ambiental Simplificados**, oriundos de Processos de Licenciamento Ambiental fundamentados em Estudo Ambiental Preliminar - EAP; Relatório Ambiental – RAS e/ou Relatório de Controle Ambiental - RCA, formalizados no período de **julho de 2022 a outubro de 2022**.

RELATÓRIO RESUMIDO DOS TERMOS DE COMPROMISSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL SIMPLIFICADOS 2022 (julho a outubro)

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DIRCEVAL BARALDI
PROCESSO: 71/048585/2021 – **N° DO TERMO:** 158/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.750,91

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: LAUNIL JOSÉ MARQUEZAN

PROCESSO: 71/043543/2021 – **Nº DO TERMO:** 159/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.324,69

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DENILSON ECKSTEIN
PROCESSO: 71/023296/2021 – **Nº DO TERMO:** 160/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.360,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MARILDA MONT SERRAT BARBOSA
PROCESSO: 71/404401/2020 – **Nº DO TERMO:** 161/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 5.496,78

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: GILBERTO LUIZ MATZEMBACHER & OUTROS
PROCESSO: 71/011077/2021 – **Nº DO TERMO:** 162/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.374,41

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ONEVALDO BUGLIO CERVANTES E OUTROS
PROCESSO: 71/403061/2020 – **Nº DO TERMO:** 163/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 476,61

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: WALDOMIRO MENDES DE QUEIROZ JUNIOR
PROCESSO: 71/017521/2022 – **Nº DO TERMO:** 164/2022.
OBJETO: POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS – PR.
VALOR: R$ 1.506,28

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DELVAN BATISTA PARREIRA - ME
PROCESSO: 71/026914/2022 – **Nº DO TERMO:** 165/2022.
OBJETO: FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE MADEIRA E DE MÓVEIS, CHAPAS, PLACAS DE MADEIRA, AGLOMERADA, PRENSADA E COMPENSADA – ÁREA ÚTIL ACIMA DE 1.000 M² ATÉ 10.000M².
VALOR: R$ 646,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: EDUARDO CALIL OTOBONI E OUTROS
PROCESSO: 71/045316/2021 – **Nº DO TERMO:** 166/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 8.335,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: OURO FINO COMÉRCIO DE AREIAS EIRELI
PROCESSO: 71/026921/2022 – **Nº DO TERMO:** 167/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE CASCALHO.
VALOR: R$ 425,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ANTÔNIO BARBOSA DOS SANTOS.
PROCESSO: 71/405320/2018 – **Nº DO TERMO:** 168/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.872,88

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: SIMASUL SIDERURGIA LTDA
PROCESSO: 71/020708/2022 – **Nº DO TERMO:** 169/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 7.665,17

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: RUBENS ALVES DA SILVA E CIA LTDA
PROCESSO: 71/024000/2022 – **Nº DO TERMO:** 170/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – ANM Nº 868.159/2011.

VALOR: R$ 74,12

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MARCELO BERNARDES COURA
PROCESSO: 71/002561/2022 – **N° DO TERMO:** 171/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.032,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ADECOAGRO VALE DO IVINHEMA S/A
PROCESSO: 71/050612/2021– **N° DO TERMO:** 172/2022.
OBJETO: BIODIGESTOR DE VINHAÇA COM PRODUÇÃO DE BIOGÁS.
VALOR: R$ 71.864,74

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: GEDERSON JARA LOPES
PROCESSO: 71/028.944/2022 – **N° DO TERMO:** 173/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA E CASCALHO.
VALOR: R$ 95,85

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: INPASA AGROINDUSTRIAL S/A
PROCESSO: 71/011114/2021 – **N° DO TERMO:** 174/2022.
OBJETO: ATIVIDADE DE POSTO DE ABASTECIMENTO –PA, DA USINA DE ETANOL.
VALOR: R$ 76.650,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DM AMIDOS LTDA
PROCESSO: 71/019846/2021 **– N° DO TERMO:** 175/2022.
OBJETO: FECULARIA, FABRICAÇÃO DE FERMENTOS E LEVEDURAS (CÓD. 6.76.2), FABRICAÇÃO DE FUBÁ E FARINHAS "MANDIOCA, MILHO, TRIGO, AVEIA, ARARUTA, CENTEIO, CEVADA, ARROZ, ETC.
VALOR: R$ 5.388,80

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DELMAR JONER
PROCESSO: 71/037490/2021 **– N° DO TERMO:** 176/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.099,47

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: EVALDO ZORTÉA
PROCESSO: 71/031357/2022 **– N° DO TERMO:** 177/2022.
OBJETO: SUINOCULTURA EM UNIDADE DE TERMINAÇÃO - UT.
VALOR: R$ 3.660,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: WANDERLEI DE OLIVEIRA COELHO
PROCESSO: 71/022500/2022 **– N° DO TERMO:** 178/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 9.294,88

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CASTRO & CASTRO LTDA
PROCESSO: 71/022298/2022**– N° DO TERMO:** 179/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – ANM Nº 868.119/2020.
VALOR: R$ 46,59

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: VIVALDO MENDES GALVÃO E OUTRA
PROCESSO: 71/022476/2022 **– N° DO TERMO:** 180/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 7.292,70

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: IGOR SPOLADORE MOLINA
PROCESSO: 71/402773/2020 **– N° DO TERMO:** 181/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 17.395,56

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: HUGO SPOLADORE MOLINA
PROCESSO: 71/402772/2020 **– N° DO TERMO:** 182/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 19.901,88

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CASTRO & CASTRO LTDA
PROCESSO: 71/032939/2022 **– N° DO TERMO:** 183/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE BASALTO – ANM Nº 868.029/2022.
VALOR: R$ 312,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DEPÓSITO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO MUNDO NOVO LTDA
PROCESSO: 71/032706/2022 **– N° DO TERMO:** 184/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE CASCALHO.
VALOR: R$ 371

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ALFREDO MARQUES MACHADO
PROCESSO: 71/022319/2022 **– N° DO TERMO:** 185/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 6.585,28

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: AREEIRO RIBAS MS LTDA
PROCESSO: 71/034024/2022 **– N° DO TERMO:** 186/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA E CASCALHO.
VALOR: R$ 1.540,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CASSIA DA SILVA SAOVESSO LTDA
PROCESSO: 71/032490/2022 **– N° DO TERMO:** 187/2022.
OBJETO: POSTO REVENDEDOR DE COMBUSTÍVEIS – PR.
VALOR: R$ 1.820,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: AGROPECUÁRIA SUCURI LTDA EPP
PROCESSO: 71/400712/2019 **– N° DO TERMO:** 188/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 5.091,94

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: NIVALDO BARRANCO
PROCESSO: 71/400107/2019 **– N° DO TERMO:** 189/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE CASCALHO – DNPM Nº868.182/2018.
VALOR: R$ 25,96

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: SILVÉRIO E OLIVEIRA LTDA
PROCESSO: 23/107067/2011 **– N° DO TERMO:** 190/2022.
OBJETO: COMÉRCIO VAREJISTA PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES.
VALOR: R$ 205,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CLÁUDIO ROBERTO VIERO
PROCESSO: 71/034472/2021 **– N° DO TERMO:** 191/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 7.421,29

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MARLENE TEREZINHA ADAMES WAGNER
PROCESSO: 71/034434/2021 **– N° DO TERMO:** 192/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 5.077,21

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ANDREIS MINERAÇÃO LTDA
PROCESSO: 71/024750/2022 **– N° DO TERMO:** 193/2022.

OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – DNPM Nº 868.321/2009, 868.322/2009, 868.323/2009, 868.324/2009 E 868.034/2011.
VALOR: R$ 329,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MÁRIO EDUARDO FERREIRA JÚNIOR E ELIZABETH REGINA VILELA FERREIRA
PROCESSO: 71/023196/2021 **– N° DO TERMO:** 194/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 5.350,92

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JF COMERCIAL PÔR DO SOL LTDA - EPP
PROCESSO: 71/401002/2017 (RLO n. 71/400940/2017)
N° DO TERMO: 195/2022.
OBJETO: EXPLOTAÇÃO E/OU ENVASAMENTO DE ÁGUA MINERAL OU POTÁVEL DE MESA – ANM Nº 868.104/1997.
VALOR: R$ 3.430,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JF COMERCIAL PÔR DO SOL LTDA - EPP
PROCESSO: 71/401002/2017 (LI – Ampliação n. 71/403893/2019)
N° DO TERMO: 196/2022.
OBJETO: EXPLOTAÇÃO E/OU ENVASAMENTO DE ÁGUA MINERAL OU POTÁVEL DE MESA – ANM Nº 868.104/1997.
VALOR: R$ 4.802,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: RENATO BRAUNER
PROCESSO: 71/034541/2021 **– N° DO TERMO:** 197/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.122,99

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: SAME HASSAN GEBARA
PROCESSO: 71/035459/2022 **– N° DO TERMO:** 198/2022.
OBJETO: ATERRO PARA RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E DEMOLIÇÃO – CLASSE II-B "INERTES".
VALOR: R$ 117,30

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MINERADORA CORRESOLO LTDA
PROCESSO: 71/036833/2022 **– N° DO TERMO:** 199/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO E/OU BENEFICIAMENTO DE CALCÁRIO - ANM Nº 868.099/2022.
VALOR: R$ 3.960

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MINERAÇÃO NOVA ALIANÇA LTDA
PROCESSO: 71/010288/2021 **– N° DO TERMO:** 200/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE BASALTO – ANM Nº 868.102/2012 E 868.013/2013.
VALOR: R$ 13.763,52

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MINERAÇÃO NOVA ALIANÇA LTDA
PROCESSO: 71/038991/2022 **– N° DO TERMO:** 201/2022.
OBJETO: CONFINAMENTO DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE "BOVINOS, EQUINOS E MUARES" ACIMA DE 15.000 E ATÉ 50.000 CABEÇAS.
VALOR: R$ 7.531,70

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MYRTHES BASTOS
PROCESSO: 71/041757/2021 **– N° DO TERMO:** 202/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 4.527,42

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DILCAR ANTÔNIO DURIGON
PROCESSO: 71/041399/2021 **– N° DO TERMO:** 203/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.421,19

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ASK RUBBER IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

PROCESSO: 71/021633/2022 **– N° DO TERMO:** 204/2022.
OBJETO: BENEFICIAMENTO DE BORRACHARIA NATURAL.
VALOR: R$ 3.013,72

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: NATÁLIA JUNQUEIRA BUAINAIN
PROCESSO: 71/046561/2021 **– N° DO TERMO:** 205/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.025,97

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MARIA AUXILIADORA VERLANGIERI LOSCHI
PROCESSO: 71/034827/2021 **– N° DO TERMO:** 206/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.742,81

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CLÉA MÁRCIA HAENDCHEN
PROCESSO: 71/009140/2021 **– N° DO TERMO:** 207/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 812,31

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: NATERA & NATERA LTDA
PROCESSO: 71/037549/2021 **– N° DO TERMO:** 208/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.186,13

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: AGROPECUÁRIA CAMPO CYRA LTDA
PROCESSO: 71/037313/2022 **– N° DO TERMO:** 209/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 10.577,86

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MINERAÇÃO ILHA GRANDE PARANÁ LTDA
PROCESSO: 71/036486/2022 **– N° DO TERMO:** 210/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – ANM Nº 868.199/2010 E 868.200/2010.
VALOR: R$ 345,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MINERADORA CAVALLIERE & CIA LTDA
PROCESSO: 71/008977/2022 **– N° DO TERMO:** 211/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – ANM Nº 826.710/2003 E 826.711/2003.
VALOR: R$ 335,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DESSETH PARTICIPAÇÕES LTDA
PROCESSO: 71/404675/2019 **– N° DO TERMO:** 212/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 4.998,48

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: AROLDO FERNANDES SQUARIZE
PROCESSO: 71/039033/2022 **– N° DO TERMO:** 213/2022.
OBJETO: SUINOCULTURA PORTE GRANDE - UPD.
VALOR: R$ 3.060,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MARIA YAMASHITA OHIRA
PROCESSO: 71/025718/2022 **– N° DO TERMO:** 214/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.221,12

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: GREENPLAC TECNOLOGIA INDUSTRIAL LTDA
PROCESSO: 71/038589/2022 **– N° DO TERMO:** 215/2022.
OBJETO: FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE MADEIRA E DE MÓVEIS, CHAPAS, PLACAS DE MADEIRA AGLOMERADA, PRENSADA E COMPENSADA – ÁREA ACIMA DE 10.000M².

VALOR: R$ 47.070,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: BALBINOS AGROINDUSTRIAL EIRELI
PROCESSO: 23/103922/2010 **– N° DO TERMO:** 216/2022.
OBJETO: ABATE DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE
VALOR: R$ 1.600,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MARIA AUGUSTA TONIAL
PROCESSO: 71/034337/2022 **– N° DO TERMO:** 217/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 411,23

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ANDRÉ MELCHIADES DE BARROS NETO
PROCESSO: 71/031241/2022 **– N° DO TERMO:** 218/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 2.499,78

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOÃO AUGUSTO FIGUEIREDO
PROCESSO: 71/029224/2022 **– N° DO TERMO:** 219/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 3.104,46

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DEMÉTER ENGENHARIA LTDA
PROCESSO: 71/019782/2022 **– N° DO TERMO:** 220/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.681,20

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ULISSES MEDEIROS
PROCESSO: 71/003750/2022 **– N° DO TERMO:** 221/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 6.082,83

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: POSTO VARANDA LTDA
PROCESSO: 23/107.630/2013 **– N° DO TERMO:** 222/2022.
OBJETO: POSTO REVENDEDOR –PR.
VALOR: R$ 142,86

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: RUDEL SANCHES SILVA JUNIOR
PROCESSO: 71/037530/2021 **– N° DO TERMO:** 223/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.281,48

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: FRIGOLON FRIGORÍFICO LTDA
PROCESSO: 23/100166/2015 **– N° DO TERMO:** 224/2022.
OBJETO: ABATE DE ANIMAIS DE GRANDE PORTE
VALOR: R$ 646,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: PAULO MIRANDA DE BARROS
PROCESSO: 71/034804/2021**– N° DO TERMO:** 225/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 5.691,16

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: LUIZ FERNANDO VINAGRE COELHO LIMA
PROCESSO: 71/037327/2022 **– N° DO TERMO:** 226/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 9.836,88

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

COMPROMISSÁRIO: VICENTE CARRA
PROCESSO: 71/003447/2022 **– N° DO TERMO:** 227/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 1.872,32

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ANTÔNIO CARLOS BREDA
PROCESSO: 71/034347/2022 **– N° DO TERMO:** 228/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 306,73

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ICO LOCAÇÕES DE MÁQUINAS LTDA - ME PROCESSO: 71/024679/2021 **– N° DO TERMO:** 229/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE SAIBRO – ANM Nº 868.132/2021.
VALOR: R$ 163,60

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOARES APARECIDO SANCHES
PROCESSO: 71/017190/2021**– N° DO TERMO:** 230/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 4.844,13

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ANALÚ MUJICA DE BARROS
PROCESSO: 71/031231/2022 **– N° DO TERMO:** 231/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 2.431,01

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MINERAÇÃO GNB LTDA
PROCESSO: 71/002014/2021 **– N° DO TERMO:** 232/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE MÁRMORE – ANM Nº 868.063/2018.
VALOR: R$ 2.445,90

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOSÉ PONTES JÚNIOR
PROCESSO: 71/034412/2021 **– N° DO TERMO:** 233/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.599,88

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOSÉ ATANÁSIO LEMOS NETO
PROCESSO: 71/003439/2022 **– N° DO TERMO:** 234/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.233,40

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CRISTIANE APARECIDA PASCHOALETTO CORRÊA DA COSTA
PROCESSO: 71/037560/2021**– N° DO TERMO:** 235/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.377,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: EDSON LIVORATTI E OUTRO
PROCESSO: 71/046093/2021 **– N° DO TERMO:** 236/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.362,80

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: PEDREIRA AMAMBAI LTDA
PROCESSO: 71/402172/2020 **– N° DO TERMO:** 237/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA E ARGILA – ANM Nº 868.088/2018.
VALOR: R$ 214,29

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: WALTER FERREIRA DA SILVA
PROCESSO: 71/044732/2021**– N° DO TERMO:** 238/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.

VALOR: R$ 2.648,36
COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: IVANIR DE LAZARI - ME
PROCESSO: 23/101278/2014 **– N° DO TERMO:** 239/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO DE ROCHAS E MINERAIS DE USO DIRETO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, ENQUADRADOS NO REGIME DE LICENCIAMENTO – DNPM.
VALOR: R$ 47,20

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOSÉ EDUARDO ROLIM JR
PROCESSO: 71/040057/2022 **– N° DO TERMO:** 240/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.803,66

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: VERA LUISA DE QUEIROZ RODRIGUES DA CUNHA
PROCESSO: 71/034589/2021 **– N° DO TERMO:** 241/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.776,30

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: AGRÍCOLA E FLORESTAL SÃO FÉLIX LTDA
PROCESSO: 61/405204/2016 **– N° DO TERMO:** 242/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO DE AREIA – DNPM Nº 868.018/2004.
VALOR: R$ 3.200,16

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ÍCARO GARDIM RISSATO CAMILO
PROCESSO: 71/019779/2022 **– N° DO TERMO:** 243/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.679,99

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: LALO MUJICA DE BARROS
PROCESSO: 71/031248/2022 **– N° DO TERMO:** 244/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 2.203,91

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DEMÉTER ENGENHARIA LTDA
PROCESSO: 71/019776/2022 **– N° DO TERMO:** 245/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.519,03

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: DEUSNILDO IVO RODRIGUES
PROCESSO: 71/041090/2021**– N° DO TERMO:** 246/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 4.152,29

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CERTAME DISPLAY MONTAGENS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S/C LTDA
PROCESSO: 71/009312/2022 **– N° DO TERMO:** 247/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 3.209,04

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CARLOS WILSON DE OLIVEIRA
PROCESSO: 71/048624/2021 **– N° DO TERMO:** 248/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.165,54

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: RODRIGO RICARDO CENI
PROCESSO: 71/043030/2022 **– N° DO TERMO:** 249/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 1.831,26

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul

COMPROMISSÁRIO: MINERAÇÃO SANTO ANTÔNIO LTDA
PROCESSO: 23/106822/2014 **– N° DO TERMO:** 250/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO DE ROCHAS E MINERAIS DE USO DIRETO NA CONSTRUÇÃO CIVIL, ENQUADRADOS NO REGIME DE LICENCIAMENTO – ANM Nº 868.233/2014.
VALOR: R$ 431,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ZIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
PROCESSO: 71/027003/2022 **– N° DO TERMO:** 251/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 487,96

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: PAULO FERREIRA CARDINAL
PROCESSO: 71/042114/2021 **– N° DO TERMO:** 252/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 3.606,08

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOSIAS MAFFISSONI GUIMARÃES
PROCESSO: 71/024840/2022 **– N° DO TERMO:** 253/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 9.446,19

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ANTÔNIO GOMES DA SILVA FILHO
PROCESSO: 71/404400/2020 **– N° DO TERMO:** 254/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.890,78

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: KALIL IBRAHIM ZAHER
PROCESSO: 71/048597/2021**– N° DO TERMO:** 255/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.486,86

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MARCELO ZARVOS LINHARES
PROCESSO: 71/039028/2022 **– N° DO TERMO:** 256/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 2.769,06

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MIRALVA GOMES COSTA E SILVA & CIA LTDA
PROCESSO: 23/102306/2012 **– N° DO TERMO:** 257/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO NO LEITO NO CURSO D'ÁGUA DE SUBSTÂNCIAS MINERAIS DE EMPREGO IMEDIATO NA CONSTRUÇÃO CIVIL - (AREIA).
VALOR: R$ 431,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ASSAF TRAD NETO
PROCESSO: 71/025713/2022 **– N° DO TERMO:** 258/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 4.824,38

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: AGROPECUÁRIA NHUVAI LTDA
PROCESSO: 71/033066/2022 **– N° DO TERMO:** 259/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 6.725,16

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: PAULO AUGUSTO CORRÊA GOMES
PROCESSO: 71/048620/2021**– N° DO TERMO:** 260/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 4.506,13

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ORLANDO ROCHENBACK

PROCESSO: 71/017159/2022 **– N° DO TERMO:** 261/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – ANM Nº 868.229/2014.
VALOR: R$ 62,78

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ORLANDO ROCHENBACK
PROCESSO: 71/013669/2021**– N° DO TERMO:** 262/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – ANM Nº 868.025/2021.
VALOR: R$ 327,10

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: APARECIDA BELIDO E OUTROS
PROCESSO: 71/008412/2022 **– N° DO TERMO:** 263/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 488,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: SIBIPIRUNA AGROPECUÁRIA LTDA EPP
PROCESSO: 71/034389/2021**– N° DO TERMO:** 264/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 3.506,17

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: POROROCA AUTOPOSTO II LTDA
PROCESSO: 23/106216/2011 **– N° DO TERMO:** 265/2022.
OBJETO: POSTO REVENDEDOR.
VALOR: R$ 301,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: LUIZ ALBERTO PINTO DE FIGUEIREDO
PROCESSO: 71/023202/2021**– N° DO TERMO:** 266/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 11.030,92

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CELIO APARECIDO BALASSO E OUTRO
PROCESSO: 23/102204/2013 **– N° DO TERMO:** 267/2022.
OBJETO: SUINOCULTURA DE GRANDE PORTE.
VALOR: R$ 6.597,36

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MINERAÇÃO BATAYPORÃ LTDA ME
PROCESSO: 23/104692/2014 **– N° DO TERMO:** 268/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO DE ROCHAS E MINERAIS – DNPM 868.185/2008.
VALOR: R$ 898,69

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: GILBERTO CHERRI
PROCESSO: 23/106427/2012 **– N° DO TERMO:** 269/2022.
OBJETO: SUINOCULTURA DE GRANDE PORTE - UT.
VALOR: R$ 2.998,80

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PROCESSO: 23/101169/2014 **– N° DO TERMO:** 270/2022.
OBJETO: ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO.
VALOR: R$ 3.892,50

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: PRAFAEL SOUZA E SILVA
PROCESSO: 71/026989/2022 **– N° DO TERMO:** 271/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 6.811,67

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ELSON MENDES DE ARAÚJO
PROCESSO: 71/032942/2022 **– N° DO TERMO:** 272/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.255,27

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: CLÁUDIO BERGMANN
PROCESSO: 71/008392/2022 **– N° DO TERMO:** 273/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 4.268,21

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOAQUIM GUIMARÃES HONÓRIO
PROCESSO: 71/017170/2021 **– N° DO TERMO:** 274/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 500 HA ATÉ 1.000 HA.
VALOR: R$ 3.892,55

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: TATIANA SAAB PEREIRA FERNANDES
PROCESSO: 71/042126/2021**– N° DO TERMO:** 275/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.039,62

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: MILTON JOSÉ MILTONHO FILHO
PROCESSO: 71/022495/2022 **– N° DO TERMO:** 276/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 2.202,47

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
PROCESSO: 71/043731/2022 **– N° DO TERMO:** 277/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.347,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: ECOLÓGICA DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA
PROCESSO: 71/405534/2018 **– N° DO TERMO:** 278/2022.
OBJETO: COMÉRCIO ATACADISTA COM DEPÓSITO DE PRODUTOS PERIGOSOS.
VALOR: R$ 19.890,00

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: SANDRÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA – ME
PROCESSO: 71/039384/2022 **– N° DO TERMO:** 279/2022.
OBJETO: EXTRAÇÃO MINERAL DE AREIA – ANM Nº 868.038/2022.
VALOR: R$ 1.029,60

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: IRANI FRANCISCO DA SILVA NOGUEIRA
PROCESSO: 71/034351/2022 **– N° DO TERMO:** 280/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 3.307,45

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: REGINALDO VILELA RANGEL BARBOSA
PROCESSO: 71/024828/2022 **– N° DO TERMO:** 281/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 1.133,75

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: JOSÉ ASSIS CAMARGO JÚNIOR
PROCESSO: 71/043269/2021 **– N° DO TERMO:** 282/2022.
OBJETO: SUPRESSÃO VEGETAL – ÁREA ACIMA DE 100 HA ATÉ 500 HA.
VALOR: R$ 3.883,95

COMPROMITENTE: Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul
COMPROMISSÁRIO: SÉRGIO PGNATARI MALMEGRIM E OUTROS
PROCESSO: 71/048221/2022 **– N° DO TERMO:** 283/2022.
OBJETO: IRRIGAÇÃO LOCALIZADA OU POR ASPERSÃO PARA ÁREA ACIMA DE 1000 HA.
VALOR: R$ 31.718,60

André Borges Barros de Araújo
Diretor-Presidente do Imasul

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL nº 007/2022 - Processo nº 71/001.677/2021

PARTES: INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ 02.386.443/0001-98 e a AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS – AGESUL, CNPJ: 15.457.856/0001-68.
OBJETO: O presente Termo tem por objeto a execução da Medida Compensatória em decorrência da atividade: Extração Mineral de Cascalho (Cód. 4.7.1), Realizado por Órgãos Públicos, empreendida pela AGÊNCIA ESTADUAL DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS - AGESUL, no município de Corumbá/MS e Rio Verde de Mato Grosso/MS, fundamentado em Relatório de Controle Ambiental – RCA, consoante o licenciamento ambiental de que trata o Processo nº 71/001.424/2021 (LIO).
EMBASAMENTO LEGAL: Lei Estadual 3.709 de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 12.909, de 29 de dezembro de 2009, com alterações posteriores, Resolução SEMAC nº 026, de 27/10/2010.
VALOR REFERENCIA: R$ 2.054.000,00 (dois milhões e cinquenta e quatro mil reais).
GRAU DE IMPACTO: 0,206% (zero vírgula duzentos e seis por cento).
VALOR DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL: R$ 5.340,40 (cinco mil, trezentos e quarenta reais e quarenta centavos) que corresponde a 115,09 UFERMS, considerando o valor de cada UFERMS referente ao mês de maio de 2022 é de R$ 46,40.
META: Gestão Ambiental.
VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES: Terá prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses.
DATA DE ASSINATURA: 19.12.2022.
Assinam: ANDRÉ BORGES BARROS DE ARAÚJO, CPF 694.157.491-72; RENATO MARCILIO DA SILVA, CPF: 030.246.308-99.

CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO

Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

EDITAL n. 4/2022 - PMMS/DRSP/QS – PROMOÇÃO - 25 DE DEZEMBRO DE 2022

SELEÇÃO INTERNA PARA O INGRESSO DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES PARA OS QUADROS SUPLEMENTARES DE EFETIVOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Edital n. 1/2022 - PMMS/DRSP/QS – Promoção – 25 de dezembro de 2022, publicado no DOE n. 11.000, de 29 de novembro de 2022, pág. 65 a 71, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da fase Inspeção de Saúde – JISO, para a Seleção Interna – PMMS/DRSP/QS, destinado a seleção de Praças Policiais Militares para o preenchimento de 627 (seiscentas e vinte e sete) vagas, para os Quadros Suplementares de efetivos da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL:

1. No Anexo único ao presente Edital, consta a relação nominal em ordem de antiguidade com os respectivos pareceres, dos Praças Policiais Militares inscritos na Seleção Interna – PMMS/DRSP/QS, que foram submetidos à Junta de Inspeção de Saúde Ordinária (JISO) da Policlínica da PMMS, conforme EDITAL n. 3/2022 - PMMS/DRSP/QS, publicado no Diário Oficial n. 11.011 de 12 de dezembro de 2022.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

Marcos Paulo Gimenez – Coronel QOPM
Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

ANEXO ÚNICO AO EDITAL n. 4/2022 - PMMS/DRSP/QS – PROMOÇÃO - 25 DE DEZEMBRO DE 2022

SELEÇÃO INTERNA PARA O INGRESSO DE PRAÇAS POLICIAIS MILITARES PARA OS QUADROS SUPLEMENTARES DE EFETIVOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – CANDIDATOS QUE POSSUEM JISO

ORD.	GRADUAÇÃO	NOME	MAT.	JISO/SEÇÃO	PARECER
1	2º Sgt. QPPM	SEBASTIAO MENDES NUNES	36991027	169/JISO/2022	APTO
2	3º Sgt. QPPM	OSMAR GROSS	67471021	169/JISO/2022	APTO
3	3º Sgt. QPPM	ELIAS DE OLIVEIRA	76969022	169/JISO/2022	APTO
4	3º Sgt. QPPM	EDILSON GOMES	62944021	169/JISO/2022	APTO

ATOS DE LICITAÇÃO

Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

A Pregoeira, da competência atribuída por meio da Resolução FUNSAU "P" N. 205 de 27 de maio de 2022, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme a Lei n° 3.394/2007, torna público o aviso de prosseguimento da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BOLSAS COLETORAS DE SECREÇÃO COM EQUIPAMENTO EM COMODATO.
PREGÃO ELETRÔNICO: 0080/2022.
PROCESSO: 55/005.784/2022.

Convocamos as empresas licitantes para o prosseguimento do certame no **dia 03 de janeiro de 2023 às 08:30 horas** (HORÁRIO LOCAL). Endereço do prosseguimento da sessão: **www.compras.ms.gov.br**

Demais informações, acessar o link: www.compras.ms.gov.br

Campo Grande/MS, 20 de dezembro de 2022.

Ana Gonçalves Lima do Prado – Pregoeira
Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

A Pregoeira, da competência atribuída por meio da Resolução "P" SAD n. 1.640, de 20 de outubro de 2022, através da Coordenadoria de Licitação COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, torna público o aviso de prosseguimento da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO II.
PREGÃO ELETRÔNICO:0075/2022.
PROCESSO: 55/004.821/2022

Convocamos as empresas licitantes para o prosseguimento do certame no **dia 12 de janeiro de 2023 às 08:30 horas** (HORÁRIO LOCAL). Endereço do prosseguimento da sessão: **www.compras.ms.gov.br**

Demais informações, acessar o link:
https://www.compras.ms.gov.br

Campo Grande/MS, 20 de dezembro de 2022.

Ana Gonçalves Lima do Prado – Pregoeira
Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

A Pregoeira, da competência atribuída por meio da Resolução "P" SAD n. 1.640, de 20 de outubro de 2022, através da Coordenadoria de Licitação COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, torna público o aviso de prosseguimento da licitação abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CORRELATOS.
PREGÃO ELETRÔNICO:0090/2022.
PROCESSO: 55/003.061/2022

Convocamos as empresas licitantes para o prosseguimento do certame no **dia 04 de janeiro de 2023 às 08:30 horas** (HORÁRIO LOCAL). Endereço do prosseguimento da sessão: **www.compras.ms.gov.br**

Demais informações, acessar o link:
https://www.compras.ms.gov.br

Campo Grande/MS, 20 de dezembro de 2022.

Ana Gonçalves Lima do Prado – Pregoeira
Coordenadoria de Licitação - COLIC/SUCOMP/SAD

Republica-se para retificação.
Publicado no Diário Oficial Eletrônico n. 11017, EDIÇÃO EXTRA fls. 45 de 19 de dezembro de 2022.

RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Pregoeira, de acordo com a competência atribuída por meio da Resolução "P" AGEPEN nº 414 de 30 de maio de 2022, através da Coordenadoria de Licitação-COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, torna público o resultado da licitação abaixo:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHOS, EQUIPAMENTO E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, EQUIPAMENTO DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO, PARA APARELHAMENTO DE 33 UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – CONVÊNIO N° 822114/2015.

PREGÃO ELETRÔNICO: 0005/2021.
PROCESSO: 31/601.347/2020.
ITENS DESERTOS: 001, 002, 004, 007, 009, 016, 017 e 018.

RESULTADO DO ITENS ADJUDICADOS VIDE TABELA ABAIXO:

ITEM	EMPRESA VENCEDORA	VALOR UNITARIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
003	GARTEN TECNICA E COMERCIO LTDA	4.250,00	110.500,00
003.1		4.250,00	34.000,00

Demais informações, acessar o link: https://www.compras.ms.gov.br/

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2022.

Ana Gonçalves Lima do Prado – Pregoeira Ep02.
Coordenadoria de Licitação – COLIC/SUCOMP/SAD/MS.

AVISO DE PROSSEGUIMENTO

A Pregoeira, da competência atribuída por meio da Resolução "P" SEJUSP n. 567, de 23 de novembro de 2022, através da Coordenadoria de Licitação/COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, torna público o prosseguimento da licitação descrita abaixo:

OBJETO: MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DAS CÂMARAS DE CONSERVAÇÃO DE CADÁVERES E VÍSCERAS HUMANAS – CGP.
PREGÃO ELETRÔNICO: 0024/2022.
PROCESSO: 31/028.858/2022.

Convocamos as empresas licitantes para a reabertura do certame, dia **21/12/2022** às **10:00 horas** (HORÁRIO LOCAL).
ENDEREÇO DO PROSSEGUIMENTO DA SESSÃO: www.compras.ms.gov.br

Campo Grande/MS, 20 de dezembro de 2022.

MARIA JULIETA GRANCE MARTINES/Pregoeira
COLIC/SUCOMP/SAD

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Pregoeira, da competência atribuída por meio da Resolução "P" PGE n. 099, de 02 de junho de 2022, através da Coordenadoria de Licitação/COLIC/SUCOMP/SAD, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado conforme a Lei n°3.394/2007, torna público, o resultado da licitação abaixo:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MONITORES COM GARANTIA ON-SITE.
PREGÃO ELETRÔNICO: 0003/2022.
PROCESSO: 15/003.987/2022.

Lote	Item	Empresa Vencedora	Valor Unit (R$)	Valor Total Item (R$)
01	01	AMV DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	1.186,67	300.227,51
	02	AMV DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	90,00	22.770,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01 R$ 322.997,51				
01.1	01	AMV DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	1.186,67	99.680,28
	02	AMV DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	90,00	7.560,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01.1 R$ 107.240,28				

Demais informações, acessar o link: https://www.compras.ms.gov.br/

Campo Grande/MS 20 de dezembro de 2022.

Simone de Oliveira Ramires Castro-Pregoeira.
Coordenadoria de Licitação/COLIC/SUCOMP/SAD.

AVISO DE RESULTADO
REPETIÇÃO - LEILÃO N. 0004/2022-SAD

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO-SAD/MS**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, **a Homologação e Adjudicação do Resultado do Leilão n. 0004/2022-SAD - REPETIÇÃO** de bens móveis, classificados como inservíveis para Administração Pública Estadual, com valor comercial, oriundos dos Órgãos e Entidades, de propriedade do Estado de Mato Grosso do Sul, processo n. 55/012.721/2021, conforme relação constante no Anexo Único a este comunicado, observado o Aviso de Repetição de Leilão, publicado no Diário Oficial Eletrônico Estadual n. 10.989 de 17 de novembro de 2022, pág. 128, ficando encerrado o procedimento licitatório.

Campo Grande - MS, 12 de dezembro de 2022.

Ana Carolina Araujo Nardes
Secretária de Estado de Administração e Desburocratização

Anexo Único ao Aviso de Resultado Leilão n. 0004/2022 – SAD				
LOTE	**DESCRIÇÃO**	**ARREMATANTE**	**CPF/CNPJ**	**ARREMATAÇÃO**
1	Sistema de Refrigeração (Central de água gelada tipo Chiller), quadro de comando, dutos de distribuição, motores, compressores de refrigeração, tanque de armazenamento de água com capacidade de 25.000 litros e outros.	-	-	**DESERTA**
2	Caixa D`água Metálica tipo Taça, capacidade de 10.000 litros em chapa de aço, escada interna e externa.	-	-	**DESERTA**
3	Sistema de Refrigeração (Central de água gelada tipo Chiller), quadro de comando, dutos de distribuição, motores, compressores de refrigeração, tanque de armazenamento de água com capacidade de 120.000 litros e outros.	-	-	**DESERTA**

Secretaria de Estado de Saúde

RATIFICO

Ratifico a dispensa de licitação, conforme justificativa no processo relativo à **Aquisição emergencial de testes sorológicos com equipamentos em locação para atender as necessidades da Hemorrede Estadual**, em favor da (s) empresa (s) abaixo relacionada (s):

Processo: 27/012.901/2022
Amparo Legal: Nos termos do Artigo 24, inciso IV, e art.26 da Lei nº 8.666/93.
Fonte de Recurso: 0248000001

Favorecido	CNPJ	Lote	Valor Total
CENTRAL LAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	**32.325.628/0001-53**	**001**	**R$ 4.312.556,00**
EASY SOLUÇÕES DIAGNOSTICAS LTDA	**19.993.061/0001-25**	**002**	**R$ 213.348,00**

ORDENADOR/RATIFICO: **ANTONIO CESAR NAGLIS**
DATA: 20 de dezembro de 2022

Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

Republica-se por incorreção no DOE n. 11.018 de 20 de dezembro de 2022, pags.186/187

CONVOCAÇÃO DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.
PROCESSO N° 31/028.872/2022

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NA ÁREA DE INCÊNDIO, TERRESTRE E MERGULHO PARA O CORPO DE BOMBEIRO MILITAR

Ficam as empresas, abaixo relacionadas, notificadas para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar 01 (um) dia após a publicação deste, efetuarem a assinatura da Ata de Registro de Preços, **devendo, na ocasião apresentar documentações necessárias.**

JOBE LUV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA;
THAIS ARRUDA PAIVA EIRELI;
IDEAL SEG COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA EPP;
A.L. FORCE COMERCIAL LTDA;
COMERCIAL PRZ DE MAQUINAS EIRELI EPP;
FORTE SINAL EQUIPAMENTOS EIRELI;
RESGATÉCNICA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE RESGATE LTDA;
APS WORK COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Campo Grande, 19 de dezembro de 2022

Rafael Venâncio da Rocha
Coordenador da CGCMCP

Companhia de Gás do Estado de Mato Grosso do Sul

A **COMPANHIA DE GÁS DO ESTADO DE MS-MSGÁS**, por meio do Diário Oficial Eletrônico instituído como veículo oficial de publicação do Estado, conforme a Lei nº 3.394/2007, torna público para conhecimento dos interessados:
RATIFICAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO
AMPARO LEGAL: art. 131, II do RILC/MSGÁS e no art. 40, IV da Lei nº 13.303/16.
FAVORECIDO: YOUSSEF AMIM YOUSSEF.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 170/2022 D - **DATA:** 19/12/2022.
Termo de Dispensa/Inexigibilidade/MSGÁS/PRES/nº 152/2022.
OBJETO: Material de copa e cozinha.
VALOR: R$ 19.226,00 (dezenove mil, duzentos e vinte e seis reais).

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 124/SAD/2022
PROCESSO N° 55/003.305/2022
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico n° 103/2022

OBJETO: Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE FIOS CIRÚRGICOS III**
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal n.º 10.520/02, subsidiariamente pela Lei n° 8.666/93, bem como, pelos Decretos Estaduais n° 15.327/2019 e n° 15.454 e pelas condições no Edital.
DATA ASSINATURA DA ATA:19 de dezembro de 2022.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a partir da publicação do extrato da Ata.

PARTES: **FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL - FUNSAU E BRIATO COMÉRCIO MÉDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ 03.321.370/0001-19.**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ITEM 006: BRIATO COMÉRCIO MÉDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI - EPP					
1	Fio hospitalar - Tipo: sutura; Material: seda; Cor: preta; Diâmetro : 1; Comprimento: 45 cm; Requisito: não absorvível.	1 - Un.	24	BIOLINE / SD1SA45	R$ 8,60	R$ 206,40
	ITEM 011: BRIATO COMÉRCIO MÉDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI - EPP					
1	Fio - Tipo: sutura; Material: poliglactina 910; Cor: violeta; Cobertura: poliglactina 370; Diâmetro : 1; Comprimento: 90 cm; Acompanha: agulha; Formato da agulha: cilíndrica 48 a 50mm , 1/2 de curvatura; Requisito: absorvível, trançado; Dados Complementares: estearato de cálcio.	1 - Un.	3.564	BIOLINE - PGLA1MR48R	R$ 8,80	R$ 31.363,20
	ITEM 012: BRIATO COMÉRCIO MÉDICO-HOSPITALAR E SERVIÇOS EIRELI - EPP					
1	Fio - Tipo: sutura; Material: poliglactina 910; Cobertura: poliglactina 370; Diâmetro : 2-0; Comprimento: 70 cm; Acompanha: agulha; Formato da agulha: cilíndrica 36mm , 5/8 de curvatura; Requisito: absorvível, trançado; Dados Complementares: estearato de cálcio.	1 - Un.	36	BIOLINE / PGLA20UR37	R$ 11,65	R$ 419,40
	VALOR GLOBAL					R$ 31.989,00

Campo Grande, 19 de dezembro de 2022.

Drº Livio Viana de Oliveira Leite
Diretor Presidente

ATOS DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Secretaria de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 709 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no exercício de sua competência, e considerando as exigências contidas no art. 58, inciso III, e no art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e art. 7º do Decreto n. 15.530 de 8 de outubro de 2020, resolve:

DESIGNAR os servidores identificados abaixo, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n. 065/2022, registro GCONT n. 20613, vinculado ao Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso do Sul – PROFISCO II – MS, celebrado entre o Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda e a COMPWIRE Informática Ltda. - CNPJ n. 01.181.242/0001-72 (Processo n. 11/005.659/2022):

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 065/2022
427081025	Alessandro Menezes de Souza	Administração Superior e Assessoramento	Gestor do Contrato
105471023	Robson Danilo Antunes Lui	Técnico de Tecnologia da Informação	Suplente

Matrícula	Nome	Cargo	Contrato n. 065/2022
467284021	Gustavo Nantes Gualberto	Fiscal Tributário Estadual	Fiscal do Contrato
132896023	Alesandro Ramos da Silva	Analista de Tecnologia da Informação	Suplente

Compete ao fiscal do contrato as atividades relacionadas no art. 16 e ao gestor do contrato as atividades relacionadas no art. 14, do Decreto Estadual n. 15.530, de 8 de outubro de 2020, devendo-se observar a legislação pertinente, em conformidade com as disposições do decreto supramencionado.

CAMPO GRANDE-MS, 20 de dezembro de 2022.

LUIZ RENATO ADLER RALHO
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 705 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

AUTORIZAR ao servidor WILLIAM RAFAEL TANURE ALVES, matrícula n. 467290021, ocupante do cargo de Fiscal Tributário Estadual, classe D, referência 443, código 242, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, que esteve à disposição da Justiça Eleitoral – Eleições Gerais 2022 – 1º turno, a dispensa do serviço nos dias 7 e 8 de janeiro de 2023, conforme declaração expedida pela mesma, com fulcro no artigo 98, da Lei Federal n. 9.504 de 30 de setembro de 1997, e Resolução TSE n. 22.747 de 27 de março de 2008, conforme Comunicação Interna/PF Virtual/SEFAZ n. 33 de 19 de dezembro de 2022.

CAMPO GRANDE-MS, 19 de dezembro de 2022.

LUIZ RENATO ADLER RALHO
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 706 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR CLAUDIO NORIKAZU UEMURA, matrícula n. 86688022, ocupante do cargo de Analista de Tecnologia da Informação, classe Especial, referência 7, código 661, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para exercer a função de responsável pela Unidade de Gestão de Infraestrutura/COTIN/SAT, com validade a contar de 1º de dezembro de 2022.

CAMPO GRANDE-MS, 19 de dezembro de 2022.

LUIZ RENATO ADLER RALHO
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 707 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR LUIZ REINALDO NUNES CAVASSA, matrícula n. 131938023, ocupante do cargo de Auditor Fiscal da Receita Estadual, classe D, referência 544, código 243, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pela Unidade de Controle e Monitoramento do Comércio Exterior/CPLANF/SAT, no período de 2 a 11 de janeiro de 2023, em virtude do afastamento do responsável, Lissandro Augusto Azambuja Kruger, matrícula n. 467231022, para gozo de férias regulamentares.

CAMPO GRANDE-MS, 20 de dezembro de 2022.

LUIZ RENATO ADLER RALHO
Secretário de Estado de Fazenda

RESOLUÇÃO/SEFAZ "P" N. 708 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR FERNANDO MATUMOTO, matrícula n. 13142021, ocupante do cargo de Fiscal Tributário Estadual, classe G, referência 455, código 242, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para responder pelo Órgão Preparador Estadual/CAAT/SAT, no período de 24 de janeiro a 7 de fevereiro de 2023, em virtude do afastamento do responsável, Julio Cesar Rodrigues da Rosa, matrícula n. 434131021, para gozo de férias regulamentares.

CAMPO GRANDE-MS, 20 de dezembro de 2022.

LUIZ RENATO ADLER RALHO
Secretário de Estado de Fazenda

Secretaria de Estado de Administração e Desburocratização

RESOLUÇÃO CONJUNTA "P" SAD/AGEPREV N. 1, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO E O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolvem:

Instituir Grupo de Trabalho, de caráter provisório, para organizar, implementar, gerenciar a programação e fiscalizar a realização do Censo Cadastral Previdenciário, no âmbito do Estado de Maro Grosso do Sul, com fundamento no Decreto n. 16.058, de 1º de dezembro de 2022 e Resolução Conjunta/SAD/Ageprev/MS/N. 1, de 14 de dezembro de 2022, conforme especificação constante abaixo:

Matrícula	Nome	Função	Órgão
117896024	Agostinho Pereira Giacomelli	Titular/Coordenador	Ageprev
489134021	Jhonatan Pereira Dias	Suplente	Ageprev
100778022	Ariana Barreto Leite Zanetta	Titular	Ageprev
429744023	Thatyane Paes de Souza	Suplente	Ageprev
33076022	Ana Carina do Prado Ávila Verbisck	Titular	SAD
338803021	Rafaela Souza de Rezende	Suplente	SAD
437652024	Salma Helene Kalache	Titular	SAD
6894023	Karen Lúcia Krawiec	Suplente	SAD
52941027	Rosana Maria Medeiros	Titular	Segov
133170023	Elisangela Cristina Antônio Costa Eugênio	Suplente	Segov
81127025	Everaldo Soares Pessoa	Titular	Sefaz
72376021	Sandro Freire Chacha	Suplente	Sefaz
128501021	Vinícius Espindola dos Santos – Subtenente PM	Titular	Sejusp/PMMS
426857021	Odeval Claro Freitas Junior – Soldado PM	Suplente	Sejusp/PMMS
96936023	Ronaldo Severino Ferreira – Major BM	Titular	Sejusp/BMMS
495745021	Tatiane Bergamo de Oliveira – Segundo Tenente BM	Suplente	Sejusp/BMMS

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

ANA CAROLINA ARAUJO NARDES
Secretária de Estado de Administração e Desburocratização

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente Agencia de Previdência Social
de Mato Grosso do Sul

Procuradoria-Geral do Estado

RESOLUÇÃO "P" PGE/MS/Nº 275, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, resolve:

PROMOVER, por antiguidade, André Lopes Carvalho, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Estado, 3ª Categoria, matrícula n. 482700021, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para 2ª Categoria, a contar de 20/12/2022, conforme deliberação do Conselho Superior da Procuradoria-Geral do Estado, em reunião extraordinária realizada na referida data (Processo PGE n. 15/005728/2022).

Campo Grande-MS, 20 de dezembro de 2022.

ANA CAROLINA ALI GARCIA
Procuradora-Geral do Estado

RESOLUÇÃO "P" PGE/MS/Nº 276, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais, resolve:

PROMOVER, por antiguidade, Renato Woolley de Carvalho Martins, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Estado, 2ª Categoria, matrícula n. 105528021, do Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, para 1ª Categoria, a contar de 20/12/2022, conforme deliberação do Conselho Superior da Procuradoria-

Geral do Estado, em reunião extraordinária realizada na referida data (Processo PGE n. 15/005727/2022).

Campo Grande-MS, 20 de dezembro de 2022.

ANA CAROLINA ALI GARCIA
Procuradora-Geral do Estado

Secretaria de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 3.220, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

CONCEDER Progressão Funcional, por grau de habilitação, para as referências constantes da relação abaixo, aos servidores pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Educação, com fundamento no art. 27- A §1º, inciso I alínea b, inciso II alínea b e inciso III alínea b, da Lei Complementar n. 087, de 31 de janeiro de 2000, com a redação dada pela Lei Complementar n. 286 de 13 de dezembro de 2021. (Processo n. 29/87623/2022).

Cargo**:** AGENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS
Função: AGENTE DE LIMPEZA

Matrícula	Nome	Referência		Validade
		Da	Para	
500676021	Jucicleide Morais de Araujo Ferreira	1	2	7/12/2022

Cargo: ASSISTENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS
Função: ASSISTENTE DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Matrícula	Nome	Referência		Validade
		Da	Para	
90048021	Ana Luiza dos Santos Ramos	1	2	30/12/2022
501883021	Ana Maria Santos Braga Silva	1	2	11/12/2022
483133021	Agatha Cristhy Schreitski Pereira de Araujo	1	2	30/12/2022
33011021	Andreia Caetano de Andrade de Paulo	1	2	30/12/2022
89405021	Francisco Alcantara Pereira	1	2	30/12/2022

Cargo: GESTOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS
Função: GESTOR DE ATIVIDADES EDUCACIONAIS

Matrícula	Nome	Referência		Validade
		Da	Para	
95877021	Andreia Cambiaghi Saragoça	1	2	7/11/2022

CAMPO GRANDE/MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA
Secretária de Estado de Educação

RESOLUÇÃO "P" SED N. 3.221, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 3º do Decreto n. 14.903, de 27 de dezembro de 2017, resolve:

CONCEDER Progressão Funcional, por grau de habilitação, para as referências constantes da relação abaixo, aos Professores pertencentes ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotados na Secretaria de Estado de Educação, com fundamento nos artigos 25 e 26, ambos da Lei Complementar n. 87, de 31 de janeiro de 2000, com redação dada pela Lei Complementar n. 277 de 15 de outubro de 2020. (Processo: 29/087628/2022).

Matrícula	Servidor	Cargo	Cl/Ref.	Validade
17452021	Almir Leandro	Professor	D - 3	1º/12/2022
17452022	Almir Leandro	Professor	B - 3	1º/12/2022
72547021	Antônia Aparecida da Silva Lemes	Professor	D - 4	28/12/2022
423166021	Barbara Livia Nogueira da Silva Oliveira	Professor	B - 3	9/12/2022
493886022	Camilo Monteiro do Amaral Alvarez	Professor	A - 4	22/12/2022
92182035	Daiane Freitas Silva	Professor	A - 3	8/12/2022
133370021	Eder Bezerra Lopes	Professor	B - 3	7/12/2022
499846021	Francisco das Chagas de Oliveira Freire	Professor	A - 4	16/12/2022
45152021	Gilberto Nepomuceno de Almeida	Professor	E - 3	22/12/2022

5625021	Gisele da Silva Campos	Professor	B - 4	29/12/2022
5625024	Gisele da Silva Campos	Professor	A - 4	29/12/2022
118214021	Ivone Delmiro da Silva	Professor	B - 4	1º/12/2022
499894021	João Batista de Andrade Filho	Professor	A - 3	29/12/2022
423902021	Liliam Pereira de Sant Ana	Professor	B - 3	1º/12/2022
130234022	Regislaine Leite Teixeira Fernandes	Professor	B - 3	17/12/2022
85583021	Rita Elaine Alves de Arruda Honorato	Professor	E - 3	25/12/2022
425191024	Roberto Alves Medeiro	Professor	A - 3	18/12/2022
438051035	Savio Andrade Santos	Professor	A - 3	28/12/2022
48199022	Tatiane Moschiara Melo Nunes	Professor	B - 3	18/12/2022

CAMPO GRANDE/MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA
Secretária de Estado de Educação

Secretaria de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES N. 847, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais previstas no Art. 3º do Decreto n. 14.903 de 27 de dezembro de 2017, resolve:

REVOGAR a resolução na parte que foram designados os servidores abaixo:

Resolução "P"	Matrícula	Nome	Cargo	Validade
N. 421, de 6 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial, n 10.602, de 11 de agosto de 2021, pág 129	90539021	André Luiz de Freitas Villa	Gerência de Apoio Técnico	A partir da data da publicação
N. 155, de 4 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial, n10.797, de5 de abril de 2022, pág 154	87531022	Denise de Oliveira Lusena	Gerência de Acompanhamento de Auditorias - DGCSUS	A partir da data da publicação

FLAVIO DA COSTA BRITTO NETO
Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES N. 848, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso das suas atribuições legais previstas no Art. 3º do Decreto n. 14.903 de 27 de dezembro de 2017, resolve:

DESIGNAR os servidores, do Quadro de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, para acumulando suas a funções, exercer a função de Gerente com fulcro no art. 3º, no § 3º, inciso IV do Decreto 11.296, de 15 de julho de 2003 e suas alterações posteriores, conforme abaixo:

Matrícula	Nome	Cargo	Validade
87531022	Denise de Oliveira Lusena	Gerência de Apoio Técnico.	A partir da data da publicação
89602021	Jean Clei da Silva	Gerência de Acompanhamento de Auditorias - DGCSUS	A partir da data da publicação

FLAVIO DA COSTA BRITTO NETO
Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 702, DE 13 DE OUTUBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, usando de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER à servidora Guaraciaba Barbosa, matrícula n. 58937024, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde, na função de Auxiliar de Serviços de Saúde, pertencente quadro permanente de pessoal desta Secretaria de Estado de Saúde, adicional por tempo de serviço, com fulcro no art. 111, da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pelo art. 4º, da Lei n. 2.157, de 26 de outubro de 2000, em conformidade

com a Lei Complementar Federal n. 173, de 27 de maio de 2020, posteriormente alterada pela Lei Complementar Federal n. 191, de 08 de março de 2022, com validade financeira a contar de 1° de janeiro de 2022. (Processo n. 27/102114/2006).

%	Anos	Período Aquisitivo
05%	20	03/11/2015 a 31/10/2020

Flávio da Costa Britto Neto
Secretário de Estado de Saúde

RESOLUÇÃO "P" SES n. 772, DE 28 DE OUTUBRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, usando de suas atribuições legais, resolve:

CONCEDER à servidora Fabiana de Moraes Mendonça, matrícula n. 115153024, ocupante do cargo de Assistente de Serviços de Saúde, na função de Assistente de Serviços de Saúde, pertencente ao quadro permanente de pessoal desta Secretaria de Estado de Saúde, adicional por tempo de serviço, para fins de regularização funcional, com efeitos financeiros a contar de 1° de agosto de 2022, com fulcro no art. 111º, da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990, com redação dada pelo art. 4º, da Lei n. 2.157, de 26 de outubro de 2000. (Processo n. 27/012368/2022).

%	Anos	Período Aquisitivo	Data de Início
10%	05	1°/07/2004 a 29/06/2009	30/06/2009
05%	10	30/06/2009 a 28/06/2014	29/06/2014
05%	15	29/06/2014 a 27/06/2019	28/06/2019

Flavio da Costa Britto Neto
Secretário de Estado de Saúde

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

RESOLUÇÃO "P" SEDHAST Nº427, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

A Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DECLARAR a vacância do cargo efetivo de Agente de Ações Sociais, função de Zelador de Unidade de Atendimento Infantil, por motivo de falecimento de Vera Lucia Bicudo Cavalheri, matrícula n. 130390023, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, ocorrido em 15 de dezembro de 2022, com fulcro no art. 56, inciso V e art. 58, inciso II da Lei n. 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo n. 65/023201/2022).

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2022.

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE
Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 04/2022 - SEDHAST

A Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Convocar o servidor Anderson Ennes Melgarejo matrícula nº 89159021, ocupante do cargo de Agente de Ações Sociais, para comparecer no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da primeira publicação deste Edital, na Coordenadoria de Administração e Gestão de Pessoas, desta Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho/SEDHAST, situada no Parque dos Poderes, Bloco III, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, para tratar de assuntos do seu interesse.

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2022.

ELISA CLEIA PINHEIRO RODRIGUES NOBRE
Secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho.

Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" N. 054/DEIP/PMMS, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022.

O **COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10 da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014 c/c art. 167, da Diretriz de Ensino Nº 3/DEIP/2020, de 02 de março de 2020, **resolve**:

Art. 1º Tornar público e homologar, para conhecimento dos interessados, a publicação da **PORTARIA n. 064/CEFAP/PMMS, de 19 de dezembro de 2022** (Anexo I) e da **PORTARIA n. 065/CEFAP/PMMS, de 19 de dezembro de 2022** (Anexo II).

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2022.

MARCOS PAULO GIMENEZ – Coronel QOPM
Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

ANEXO I À PORTARIA "P" N. 054/DEIP/PMMS, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

PORTARIA n. 064/CEFAP/PMMS, de 19 de dezembro de 2022.

O COMANDANTE DO CENTRO DE ENSINO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 167 da Diretriz de Ensino nº 03/DEIP/20, de 02 de março de 2020, e acatando deliberação da Comissão nomeada por meio da Portaria nº 002/CEFAP/PMMS de 17 de janeiro de 2022,

RESOLVE:

I - Homologar o resultado final do CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS **(CFC/2022 - TURMA-27),** constante na **ATA Nº 02/2022 DE CONCLUSÃO DO CURSO**, de 16 de dezembro de 2022, em anexo, realizado no período de 24 de outubro a 08 de dezembro de 2022;

II - Publique-se.

ROBSON ROBERTO LOPES RAMOS - TC QOPM
Comandante do CEFAP/PMMS
Mat. 102830021

ATA Nº 02/2022 DE CONCLUSÃO DO CURSO
CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS (CFC/2022 - TURMA-27)

Às onze horas do dia dezesseis do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, na sala da Seção de Ensino do Centro de Ensino, Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CEFAP/PMMS), reuniu-se a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria n. 002/CEFAP/PMMS, de 17 de janeiro de 2022, composta pelo MAJ QOPM ANDREW MATHEUS XAVIER DO NASCIMENTO - Matrícula 41265021, como presidente; a 2º TEN QAOPM DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS - Matrícula 100467021, como membro e relatora; a ST QPPM LUANA MENDES RAMOS DUTRA - Matrícula 122610022, como escrivã; para cumprimento de decisão judicial, Autos nº 0802715-83.2021.8.12.0018, conforme orientação CDJ/PGE/MS/PP/Nº 000117/2022; retira o policial militar EDER CAMPO – matrícula: 427031021, da relação de concludentes do Curso de Formação de Cabos – CFC – Turma 27ª, o qual ocupava a 295ª (ducentésima, nonagésima quinta) posição; o qual passa a ser incluso na relação dos concludentes do Curso de Formação de Cabos de 2021 (CFC-25). Assim, o item 2 da presente Ata passa a viger com a atualização da classificação da turma CFC/27, conforme abaixo se segue, revogando-se a Ata nº 001/CFC-27/2022, pública no DOE nº 11.011, de 12 de dezembro de 2022.

[...]

2. Concluíram, com aproveitamento, o Curso de Formação de Cabos (CFC/2022 - TURMA 27ª) os policiais militares abaixo relacionados:

Ordem	Matrícula	Nome completo	MGD
1	434055021	CRISTIAN DOUGLAS RANDOLFO	10,00000
2	434000021	CINTHIA DAIANE DA SILVA	9,91500
3	434101021	RICARDO RIBEIRO FERNANDES	9,91500
4	424919021	NELSON BARBOSA MEIRA FIORAVANTE	9,83500

5	425113021	CAIO CESAR QUEIROZ CORREA DE PAIVA	9,83500
6	434171021	MARCOS JOSÉ DOS SANTOS	9,83500
7	434105021	ROBERTO OLIVEIRA BRIZOLA	9,83500
8	426793021	EDUARDO DE CARVALHO MIRANDA	9,75000
9	426743021	DIOGO HENRIQUE PEREIRA GIRO	9,75000
10	426805021	VICTOR HUGO SILVEIRA MONTEIRO	9,75000
11	434185021	NEY COSME AZAMBUJA LIMA	9,75000
12	426675021	RICARDO HENRIQUE CACERES GONTIJO	9,71500
13	434001021	FERNANDO HENRIQUE GOMES PEREIRA	9,70000
14	425000021	ADAILTON DOS SANTOS CARVALHO	9,66500
15	425010021	BRUNO SOUZA RODRIGUES	9,66500
16	434065021	EDUARDO MARTINS RODRIGUES	9,66500
17	426871021	JHONATHAN NUNES DA SILVA	9,65000
18	424800021	ALDEMIR DUARTE FERREIRA	9,65000
19	434052021	JOSE RONIVON QUIRINO CAVALCANTE	9,65000
20	434007021	FERNANDO MICHELS DOS SANTOS	9,63500
21	426836021	ANDERSON DE ARRUDA MARQUES	9,58500
22	425172021	JHONY CARLOS DA SILVA	9,58500
23	426005021	CARLOS EDUARDO FREITAS PAIVA SOUZA	9,58500
24	424815021	JEISON FLAVIO DA SILVA	9,58500
25	426704021	CLAUS JULIAN DE SANDRE	9,58500
26	424809021	WIGNO FAGNER LIMA MOURA	9,58500
27	128507022	INGLIDY APARECIDA NEVES POLI FREITAS MACHADO	9,58500
28	434196021	LUCIANE OLIVEIRA PORTELA PISSINI	9,58500
29	434083021	LUIZMAR FERREIRA NUNES	9,58500
30	434095021	GUILHERME HENRIQUE ALVES DE OLIVEIRA	9,58500
31	434179021	MATHEUS MOURA	9,58500
32	434058021	GEBERSON BONIFACIO DE CARVALHO	9,58500
33	426858021	BRUNO LEITE NUNES	9,55000
34	426842021	ELDER HEREDIA SALAS	9,50000
35	425059021	LUIZ FELLYPPE NUNES GONDIM	9,50000
36	132379022	LUCENILTOM MORAIS OLIVEIRA	9,50000
37	425097021	EVELLIN DE MELO FERREIRA	9,50000
38	426964021	LINYEKER WELLISON VALVERDE OLIVEIRA SOUSA	9,48500
39	434059021	EDUARDO BACHEGA MARTINS	9,48500
40	434181021	OSEIAS PEREIRA DE OLIVEIRA	9,48500
41	434005021	FERNANDO LIMA DA SILVA	9,48500
42	426873021	ALISSON DIEGO DE OLIVEIRA BASILIO	9,46500
43	425267021	ROMULO ROMEIRO DADONA	9,46500
44	425180021	DOUGLAS ANDRE DA SILVA	9,45000
45	328461021	JULIANA ROCHA LEITE	9,45000
46	434050021	EDSON FERNANDES CENTURIAO	9,45000
47	355211021	FABIO SANTANA	9,41500
48	425070021	RAMAO FLORES	9,41500

49	424984021	JULIANA DE ARAUJO LAZZARI LIMEIRA	9,41500
50	426669021	AILTONI DA SILVA MATOS	9,41500
51	426977021	ELTON DOS SANTOS REIS	9,41500
52	433991021	DIEGO KLAGENBERG	9,41500
53	434189021	OTAVIO ARAUJO DA SILVA	9,41500
54	434079021	LEONARDO GOMES DA SILVEIRA	9,41500
55	434082021	RAFAEL MOREIRA SOARES	9,41500
56	426897021	JOSE ILSO PEREIRA MARTINS JUNIOR	9,40000
57	377666021	BRUNO MARQUES DOS SANTOS	9,40000
58	434146021	VANESSA DA SILVA LIMA	9,40000
59	434063021	CRISTIANO APARECIDO AQUINO DE BRITO	9,38500
60	426983021	KEZIA CUSTODIO CAVALHEIRO	9,36500
61	425130021	HOFFNER CABALHEIRO RODRIGUES	9,36500
62	434140021	RODRIGO SANTANA LEITE	9,36500
63	426961021	MIGUEL GOULART DA SILVA SOUSA	9,33500
64	426975021	LUCAS GUILHERME DOMINGUES DE GODOY	9,33500
65	426898021	JOSE SOUZA OLIVEIRA JUNIOR	9,33500
66	434193021	PAULO ANDRE DEGAN FIDELIX TRENTINI	9,33500
67	310846021	TALISSON PAVARIM DA LUZ	9,33500
68	434075021	DIEGO ALVES DA COSTA	9,33500
69	434178021	RAFAEL CAPILE BRITES	9,33500
70	426070021	JUSSANI REIS BATISTA	9,31500
71	426936021	CIDIO GOULARTE DE MELO	9,31500
72	426957021	CAROLINE PAOLA SILVA DE LIMA	9,31500
73	434107021	VANCE CORDEIRO INACIO	9,31500
74	434093021	RENE RODRIGUES	9,31500
75	425035021	DANIEL VIDAL VENCESLAU	9,30000
76	434184021	OSMAR VASCONCELOS LIMA	9,30000
77	425174021	INGRID ANDRESSA DA SILVA	9,28500
78	030350024	VANDERSON FERREIRA DE OLIVEIRA	9,28500
79	425197021	THIAGO TADEU ESPINDOLA LAMEADO	9,26500
80	426733021	WESLEY DA SILVA CESPEDE	9,25000
81	426875021	ENDRIUS FERREIRA DA SILVA CHAVES	9,23500
82	426729021	JOAO DA SILVA JUNIOR	9,23500
83	426878021	ALUIZIO PEREIRA BATISTA	9,23500
84	434068021	GERALDO DE ARRUDA NORONHA	9,23500
85	425212022	DANILO TEIXEIRA SALDANHA	9,21500
86	343965021	PEDRO RICARDO MONTEIRO DA ROCHA	9,21500
87	434097021	HUDSON LUIZ GARAJO FERREIRA	9,21500
88	426755021	RICARDO AUGUSTO MARTINS	9,20000
89	053211022	MAICON DIAS NOGUEIRA DA SILVA	9,20000
90	425508021	LUCAS CESAR DE SOUZA FREITAS	9,20000
91	426940021	EBER ALVES DE QUEIROZ	9,20000
92	425410021	ELIEZER MACHADO DE LIMA	9,18500

93	425587021	MAGNO DO PRADO LEONEL DE OLIVEIRA	9,18500
94	434142021	WELLINGTON RODRIGO DE LIMA MAGALHÃES	9,18500
95	434074021	EVERALDO ALMEIDA DA SILVA	9,18500
96	386496021	LUARA GOMES ESPINDOLA	9,16500
97	426725021	PIETRO TALLES SANCHES RIBAS	9,16500
98	425013021	BRUNO RIBEIRO CESE	9,16500
99	426698021	SHESLEY PETTERSON SILVA BOEIRA	9,16500
100	426800021	RAFAEL GOMES DA SILVA FREITAS	9,16500
101	427383021	DIEGO DANIEL AUGUSTO BARBOZA	9,16500
102	434182021	NELLITON NOVAIS ESTECHE	9,16500
103	434073021	LAUDSON ARRUDA DE MOURA CHAVES	9,16500
104	426933021	RODOLFO MORALES BAMBIL	9,15000
105	424982021	RAFAEL LEITE SANTANA DE SOUZA	9,15000
106	434086021	JOÃO ANTONIO GUIMARÃES DA SILVA	9,15000
107	434069021	DANIELI DE OLIVEIRA SILVA	9,13500
108	434042021	EDGAR BACHEGA MARTINS	9,13500
109	434176021	PAULO HENRIQUE LOURENCO NUNES	9,11500
110	068113022	ELTON RAUL LOIO DA SILVA	9,10000
111	427025021	REGINALDO CELESTINO DE ARRUDA	9,08500
112	425375021	IGOR HENRIQUE DOS SANTOS CONDE E SILVA	9,08500
113	434060021	CRISTIANO ALEX ZABOENCO	9,08500
114	341304021	LEONARDO MALDONADO REINOSO	9,08500
115	316082021	JULIANO JOSE DA SILVA	9,08500
116	425537021	LUCAS ALEXANDRE ALVES DA COSTA FERREIRA	9,06500
117	377238021	RAFAEL DE OLIVEIRA REIS	9,06500
118	425112021	DAVID CHAVES PELZL	9,06500
119	434084021	RAFAEL THOMPSON VENÂNCIO	9,06500
120	424988021	ROMULO JORDAO ZEFFIRO ANTONIAZI	9,05000
121	426980021	LUCAS RAMOS DE OLIVEIRA	9,05000
122	422707022	WESLEY LOBO DE FREITAS	9,03500
123	426973021	VALCIR LEITE AMARILHO LOPES	9,00000
124	425338021	CARLOS HENRIQUE MONTAGNERI NUNES	9,00000
125	426766021	LUCAS DE OLIVEIRA LEGUIZAMON	9,00000
126	426978021	MARCELO GONÇALVES PEREIRA LIMA	9,00000
127	434067021	EDUARDO ZIGER DA LUZ	9,00000
128	426801021	ELTON THAIWAN ALVES ANTUNES	8,98500
129	436109022	GUILHERME PINHEIRO DE QUEIROZ NETO	8,98500
130	434138021	RODRIGO RIBEIRO NEVES DA SILVA	8,98500
131	434190021	PATRICIA FISCHER SILVERIO	8,96500
132	434081021	JESSE JUNIOR DE ALMEIDA	8,96500
133	434154021	WALDINER BORGES DA CONCEICAO	8,96500
134	436118021	GERALDO JACOMO DOS REIS	8,96500
135	342998021	RUAN CARLOS PESSOA DE OLIVEIRA	8,96500
136	304991021	TIAGO DA SILVA	8,95000

137	425415021	FERNANDO ANDRADE DE SOUZA	8,95000
138	426711021	DIEGO HENRIQUE GALINDO VITRO	8,95000
139	396877021	ROGERIO DE ALMEIDA MARQUES	8,95000
140	426880021	JOAO ANTONIO GOMES DE PAULA	8,95000
141	092172026	THIAGO JOSE DEZINHO DA SILVA	8,95000
142	425310021	MARTA VALERIA ARAGAO FERREIRA	8,93500
143	392034021	BRUNO NOGUEIRA DA SILVA	8,93500
144	434156021	RONI EVERTON MEIRELES GARCIA	8,93500
145	434094021	GILMAR RAPOSO SANTANA	8,93500
146	425125021	ARTHUR HENRIQUE VASCONCELOS DA SILVA	8,91500
147	426886022	MELISSA MARQUES NANTES BRUMATTI	8,91500
148	425199021	KENNIA BETHANIA DE MOURA OLIVEIRA	8,91500
149	425011021	CLEILTON DA SILVA MELO	8,91500
150	433998021	JOAO BATISTA SOUZA DO NASCIMENTO	8,91500
151	357972021	EVERTON CORREA AVILA ANDRE	8,90000
152	426900021	LUCAS DE ANDRADE ALBUQUERQUE	8,90000
153	434003021	DIEGO LEONARDO BARROS ARAUJO LINS	8,90000
154	437314021	WILIAN CORREA PEREIRA FLORIANO	8,90000
155	434048021	JOSE ROBERTO SCHNEIDER DE OLIVEIRA	8,90000
156	425450021	FABRICIO DOMINGUES CORDEIROS	8,88500
157	426010021	CLEBERSON GOMES MARIN	8,88500
158	433988021	ANDERSON YASUHIDE OKUMOTO	8,88500
159	333593021	LEIR GILMAR COENGA CARVALHO	8,86500
160	426926021	VINICIUS LUIS MONTEIRO DE ARAUJO	8,85000
161	426016021	ANA PAULA TRINDADE SILVA FALCÃO	8,85000
162	434088021	GERRE BINICIO TOBIAS CUBILHA	8,85000
163	424847021	VITOR BUSINARO DROPPA	8,83500
164	033816022	PAULO HENRIQUE RODRIGUES DE SIQUEIRA	8,83500
165	425471021	BIANCA DOMINGUES GUARINI FRANCO	8,83500
166	424965021	JHONES LUNA MENDES	8,81500
167	425235021	NEMUEL TELLES VIANA	8,81500
168	426358021	MONIQUE SANTOS BRAGA	8,81500
169	434004021	DOUGLAS MOREIRA FERNANDO	8,81500
170	434076022	MAGNO VARGAS CRISTALDO	8,81500
171	077597022	EDUARDO INACIO TEODORO LIMA	8,81500
172	425309021	MARTA DIAS DELGADO	8,80000
173	434148021	VINICIUS ARIEL MARTINS DA SILVA	8,80000
174	426709021	WERIQUE CABRAL DE AZEVEDO	8,78500
175	426852021	ITAMAR RIBEIRO DE OLIVEIRA	8,78500
176	412962021	ANYE VASCONCELOS CERQUEIRA	8,76500
177	002474022	ANDRE DIONES DE SOUZA CARDOSO	8,76500
178	425502021	NILAINE SANTOS DE OLIVEIRA	8,76500
179	425424021	JEFERSON DA SILVA DIAS	8,76500
180	434174021	MARCUS VINICIUS CRISTALDO BARBOSA	8,76500

181	434180021	MAXON DOS SANTOS ALVES	8,76500
182	113323021	JADER LEONE SANCHES DIAS	8,75000
183	426206021	JULIANO RIBEIRO HENNES	8,75000
184	426073021	RICARDO MONTEIRO DE OLIVEIRA	8,75000
185	425531021	EDERSON MARQUES DOS SANTOS	8,75000
186	368232021	TIAGO DA SILVA FERNANDES	8,75000
187	426870021	ANDERSON GUIA DOS SANTOS	8,75000
188	427022021	LUCAS REZENDE ALVES MARTINS	8,75000
189	422700022	ANA LUCIA CARVALHO DA SILVA	8,75000
190	426707021	WELLINGTON CARLOS SOARES DA SILVA	8,73500
191	426882021	JUARYBARBOSA FRANCA	8,73500
192	426831021	SAMUEL CHAPARRO JÚNIOR	8,73500
193	426938021	NORTON ALVES DA ROCHA CONCEIÇÃO	8,73500
194	425171021	JOSE CLAUDIO DE ARAUJO JUNIOR	8,73500
195	426970021	JOÃO ADEMAR SOARES DE MIRANDA	8,71500
196	355321021	HIRAN CARLOS DA SILVA ZANCO	8,70000
197	425509021	GEORGE GABRIEL BUENO DO NASCIMENTO	8,68500
198	426142021	LEONARDO BARBOSA COSTA	8,68500
199	424961021	THALLYTA HUANNY FERREIRA DEL CASTILLO FONTES	8,68500
200	434137021	RODRIGO DE ASSIS RAMOS	8,68500
201	012841024	DOUGLAS FERNANDO PALACIO	8,68500
202	426865021	SERGIO GILBERTO DAMASIO JUNIOR	8,66500
203	365600021	JULIMAR DA SILVA TEODORO	8,66500
204	426867021	WILLIAN PEREIRA DE OLIVEIRA	8,66500
205	426923021	IZAQUE LEON NEVES	8,66500
206	434170021	MARCELO RODRIGUES QUEIROZ DE MATOS	8,66500
207	424905021	RAFAEL PIRES FERREIRA	8,65000
208	425501021	SILBRAN ALVES DE FREITAS NETO	8,65000
209	426700021	THUAN MENDES BARBOSA	8,65000
210	344942021	CARLOS MISAEL DA SILVA LEITE	8,65000
211	329464021	ADOLFO SILVEIRA DA SILVA	8,63500
212	426905021	DIEGO AFONSO DE SOUZA	8,63500
213	425319021	ELIAS DOS SANTOS SOUZA	8,63500
214	426869021	GEOVANE MARQUES DA SILVA	8,61500
215	307450021	LUCAS DA SILVA PIAZER	8,61500
216	433984021	ALEX ANGELO DE OLIVEIRA	8,61500
217	343536021	EDER ROBERTO MEIRA NOGUEIRA	8,60000
218	029164022	VANESSA ALMEIDA AQUINO	8,60000
219	325802021	MARCOS AUGUSTO LEAL BRAVO	8,60000
220	348315021	LUIZ FELIPE BARROS BARBOSA	8,60000
221	426702021	WELLINGTON ALEXANDRE CAMARGO GONCALVES	8,58500
222	425312021	DIEGO DO AMARAL OLIVEIRA	8,58500
223	426860021	ERIC ARRAIS DE MORAIS	8,58500
224	426989021	ALTAIR RAFAEL VILA OVIEDO	8,58500

225	434172021	MARCOS VINICIUS RODRIGUES GODOY	8,58500
226	425255021	ROMULLO HENRIQUE VENTURIN	8,56500
227	425514021	GIOVANNA MARTINS PAEL MAIDANA	8,55000
228	434087021	RENATO RODRIGUES DE SOUZA VICENTE	8,55000
229	387313021	LUAN ESTANDER MENDONCA DOS SANTOS	8,55000
230	345484021	WILSON PRADO DA SILVA JUNIOR	8,53500
231	425065021	STEFFAN BERGER DOS SANTOS CABRAL	8,51500
232	376564021	LUIZ CORDEIRO DA SILVA JUNIOR	8,51500
233	426667021	ANAIR DINIZ DE OLIVEIRA	8,51500
234	426888021	DIEGO OLIVEIRA PETSCH	8,51500
235	426952021	ALBERTO DOS SANTOS	8,51500
236	434085021	RAFAEL VINICIUS SANTANA DA SILVA	8,51500
237	426093021	ADAILTON ARIEL TACEO GONCALVES	8,50000
238	424962021	RAFAEL LEONÇO DE OLIVEIRA	8,48500
239	425503021	JOSE MARIA DE SOUZA JUNIOR	8,46500
240	425546021	EDIPO HENRIQUE DE SOUZA	8,46500
241	426848021	ALIFER NEPUMUCENO MOREIRA	8,46500
242	434066021	JULIANO SILVA SOARES	8,46500
243	426862021	FERNANDO PAIAO DOS SANTOS	8,43500
244	434002021	JOEL NUNES JUNIOR	8,40000
245	434149021	RONALDO JERONIMO SANTOS	8,40000
246	434103021	THIAGO SILVA DE LARA	8,40000
247	426703021	IANA CRIS LEITE DA CUNHA MEDINA	8,38500
248	058400021	ADRIANO MARSSARO	8,36500
249	424920021	MAYCON RODRIGO REIS MEZACASA	8,36500
250	426995021	KELCIO GONÇALVES DOS SANTOS	8,36500
251	426992021	WILKER MAURIO DIAS TAVARES	8,33500
252	424916021	PAULO EDUARDO SANTOS MACIEL	8,31500
253	426948021	PEDRO CORNELIO GARCIA	8,31500
254	401870021	DRIELE DIAS DE LIMA	8,31500
255	426887021	ANDRE LUIZ GUEDES DAS CHAGAS	8,30000
256	425071021	PAULO LOBO SANTOS	8,30000
257	424898021	ANTHONY ROMERO FERNANDES REIS	8,28500
258	425542021	JACSIMILSON CORREA DA SILVA	8,25000
259	426920021	FABIO MARTIM BADANHAN	8,25000
260	354682021	ALEXANDRE ASSIS QUEIROZ	8,25000
261	426890021	DOUGLAS ROBERTO FRONIO CARVALHO	8,23500
262	424959021	JHIONATAS RODRIGUES DE OLIVEIRA	8,21500
263	434077021	FABIANO BARBOSA	8,20000
264	425190021	JHONE MOREIRA GOMES	8,18500
265	425209021	LEANDRO DIAZ	8,18500
266	424856021	ANDERSON GOUVEA DOS SANTOS	8,18500
267	424770021	AFONSO ACACIO MAURICIO	8,15000
268	434106021	IGOR VINICIUS ACHILES	8,15000

269	434108021	JAILSON DA SILVA SANTOS	8,13500
270	434009021	FERNANDO SILVA CARDOSO	8,11500
271	433999021	FABIO XAVIER MOREIRA	8,10000
272	425252021	MARIA CLARA AGUIAR FERREIRA ALCAZAR DA SILVA	8,08500
273	434071021	ELIONEZIO NASCIMENTO PRUDENTE	8,08500
274	433993021	FABIO SILVA DOS SANTOS	8,05000
275	426991021	ANAÍSA ASSIS DE PAULA ROSSI	8,03500
276	425558021	MAURICIO BELGARA TEIXEIRA JUNIOR	8,01500
277	426851021	LIANA DO CARMO ALVES CACERES	7,98500
278	425429021	CAIO GRACO TETILIA DIAS ASSAD	7,98500
279	434070021	JUSCIMAR DA SILVA BORGES	7,98500
280	426840021	CRISTIANO ATAGIBA CHAIM ASSEFF	7,96500
281	426896021	THARLE FERNANDES JACINTO	7,95000
282	434198021	LUIZ HENRIQUE PELIZER	7,95000
283	359255021	JOHN MARLON SOARES VERISSIMO	7,90000
284	426778021	CHENDY MARTINS OROS	7,86500
285	426976021	EDER DE OLIVEIRA LEAL	7,85000
286	426114021	ELISANGELA BUENO CINTRA	7,76500
287	426903021	LAURINEIZ DE CACIO LIMA BRITES	7,73500
288	123657023	DIEGO DA SILVA ANTUNES	7,70000
289	367756021	ARILSON QUEIROZ DE OLIVEIRA	7,70000
290	425532021	MAURINHO PIERIN	7,66500
291	425185021	JESSICA MIRANDA PEREZ	7,61500
292	434143021	RODRIGO SIMAO	7,60000
293	333026021	LEANDRO ESCOBAR DA SILVA LUZIO	7,60000
294	314577021	EVERALDO CRISTOVAO DE SOUZA	7,60000
295	426946021	ANDERSON MENDES DOS SANTOS	7,48500
296	353642021	JOCENIR AMBROZIO SILVESTRE	7,33500
297	425200021	JOSIANE APARECIDA RAMOS DE OLIVEIRA	7,25000
298	061647021	ANTONIO CARLOS DA SILVA FONTOURA	7,20000
299	425104021	JULIANE COSTA MORAIS	7,16500
300	363952021	DANUBIO MUZZI MEIRA JUNIOR	7,08500
301	425543021	RONNY EUSTAQUIO PRESTES TORRACA	7,01500

MGD – Média Geral das Disciplinas.

Campo Grande, MS, 16 de dezembro de 2022.

ANDREW MATHEUS XAVIER DO NASCIMENTO - MAJ QOPM
Presidente
Matrícula 41265021

DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS – 2º TEN QAOPM
Membro e Relatora
Matrícula 100467021

LUANA MENDES RAMOS DUTRA – ST QPPM
Escrivã
Matrícula 122610022

ANEXO II À PORTARIA "P" N. 054/DEIP/PMMS, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022

PORTARIA n. 065/CEFAP/PMMS, de 19 de dezembro de 2022.

O COMANDANTE DO CENTRO DE ENSINO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 167 da Diretriz de Ensino nº 03/DEIP/20, de 02 de março de 2020, e acatando deliberação da Comissão nomeada por meio da Portaria nº 001/CEFAP/PMMS de 05 de janeiro de 2021,

RESOLVE:

I - Homologar o resultado final do Curso de Formação de Cabos (CFC/2021 - Turma 25ª), constante na **Ata nº 03/2022**, de Conclusão de Curso - Curso de Formação de Cabos (CFC/2021 - Turma 25ª), de 16 de dezembro de 2022, em anexo, com efeitos a contar do dia 25 de novembro de 2021;

II - Publique-se.

ROBSON ROBERTO LOPES RAMOS - TC QOPM
Comandante do CEFAP/PMMS
Mat. 102830021

Ata nº 03/CFC/T25/2021

CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS (CFC TURMA 25ª)

Às onze horas do dia dezesseis do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, na sala da Seção de Ensino do Centro de Ensino, Formação e Aperfeiçoamento de Praças da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul (CEFAP/PMMS), reuniu-se a Comissão Permanente, nomeada pela Portaria n. 001/CEFAP/PMMS, de 5 de janeiro de 2021, composta pelo MAJ QOPM ANDREW MATHEUS XAVIER DO NASCIMENTO - Matrícula 41265021, como presidente; a 2º TEN QAOPM DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS - Matrícula 100467021, como membro e relatora; a ST QPPM LUANA MENDES RAMOS DUTRA - Matrícula 122610022, como escrivã; para cumprimento à decisão judicial proferida nos autos nº 0802715-83.2021.8.12.0018, conforme orientação CDJ/PGE/MS/PP/Nº 000117/2022; incluir na relação de concludentes do Curso de Formação de Cabos (CFC TURMA 25ª), regido pelo Edital n. 1/2021 - PMMS/DRSP/CFC-25/QPPM, publicado no DOE/MS nº 10.524, de 31 de maio de 2021, o policial militar, EDER CAMPO – matrícula: 427031021, haja vista a conclusão com aproveitamento do Curso de Formação de Cabos (CFC TURMA 27ª), realizado no período de 24 de outubro a 08 de dezembro de 2022, obtendo a nota final de curso: 7,50000, consoante fez público no DOE nº 11.011, de 12 de dezembro de 2022. Assim, o item 2 da Ata de Conclusão do Curso de Formação Cabos (CFC TURMA 25ª), publicado no DOE nº 10.692, de 30 de novembro de 2021, passa a vigorar conforme abaixo se segue:

Foram apurados os seguintes resultados:

[...]

2. Concluíram, com aproveitamento, o Curso de Formação de Cabos - Turma 25ª os policiais militares abaixo relacionados:

Ordem	Matrícula	Nome Completo	MGD
1	352386021	RAFAEL ZANATA AMARO	9,77500
2	425242021	ROGERIO SESTARI FRANCO	9,75000
3	425178021	IGOR ROSA MARTINS	9,63750
4	425441021	AUGUSTO MIRANDA SANTANA	9,62500
5	424980021	JOSE DANILO VANDERLEI DE SOUZA	9,56250
6	425382021	SNAYDER ROBERTO RODRIGUES ZAHA	9,56250
7	425330021	ALEXANDRE DE LIMA RODRIGUES	9,56250
8	426944021	RAUL PEDRO RIBEIRO NUNES	9,55000
9	425298021	JESSE DAVI MATOS DE SOUZA	9,50000
10	424816021	GIOVANA RUCAGLIA RIZZO	9,47500
11	382524021	EVERSON JHONYS ALVES DA SILVA	9,46250
12	425024021	EDILSON DE ASSIS PEREIRA DA SILVA	9,45000

13	425329021	RAFAEL FUZO DONAIRE CORREIA	9,43750
14	424966021	RAFAEL LIMA DE CARVALHO	9,38750
15	1525022	ALESSANDRO MARTINS DE SOUZA	9,38750
16	425552021	HENRIQUE RODRIGUES DE MOURA	9,37500
17	425416021	LEANDRO DE SOUZA	9,37500
18	424996021	ALESSANDRA CATARINA REBOUCAS SILVA	9,37500
19	384250021	ALICE LORENZON	9,35000
20	425219021	JOSÉ FERNANDO RODA GOMES	9,33750
21	424978021	UELITON DA SILVA GOULARTE	9,31250
22	425475021	EDER DOS ANJOS CALDO	9,31250
23	425090021	WILSON JUNIOR FARIAS DORNELES	9,27500
24	387868021	KEVIN DAROLT BIAZUSSI	9,27500
25	426077021	LUCILENE BARROS DOS SANTOS	9,27500
26	425322021	EVERTON GABRIEL FERREIRA LUCAS	9,26250
27	347843021	KARIL MARTINS PEREIRA	9,26250
28	425443021	DENIS CANDIDO DE OLIVEIRA	9,26250
29	426930021	WILSON DELGADO SIQUEIRA	9,25000
30	338397021	ALINE CHAVES	9,25000
31	426000021	NATAN LUIZ PRATES HAVERROTH	9,25000
32	425297021	JENNIFER FABRICIA VAREIRO BARONI	9,22500
33	425354021	ALAN JAMES GOMES	9,21250
34	328936021	HELTON GOMES DOS SANTOS	9,21250
35	425363021	MACARIO FREITAS FILHO	9,20000
36	426949021	BRUNO HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA	9,20000
37	426988021	JORGE JUNIOR NASCIMENTO FERREIRA	9,20000
38	425240021	JOÃO VITOR BRASILIO MARQUES	9,20000
39	426876021	CRISTIANO LEDUR DE ÁVILA	9,20000
40	405438021	RODRIGO DA SILVA RAMIRES	9,18750
41	67485022	DEILTON YOSHIHARA FRANCO	9,18750
42	425995021	RAQUEL FERREIRA MEDEIROS	9,18750
43	425296021	IARA DE OLIVEIRA SOUZA	9,15000
44	426853021	JOAO HENRIQUE RIOS DE CASTILHO	9,13750
45	103485022	GEOVANE SOARES BALEJO	9,13750
46	425563021	ANTONIO CARLOS PAZETO JUNIOR	9,13750
47	425128021	DANIEL ESTEVAN PILLON TABOSA	9,13750
48	426982021	JEAN CARLOS CARDOSO	9,12500
49	424812021	JONAS VIEIRA DE SOUSA	9,12500
50	426931021	JORGE AUGUSTO RIVAROLA SAITO	9,12500
51	426799021	KAIKI COSTA DE OLIVEIRA	9,12500
52	426074021	FERNANDO MARQUES REBESCHINI	9,10000
53	425003021	VITOR BARBIERI RIGOTTI	9,08750
54	425570021	ROBERTO HENRIQUE NARÇAY JUNIOR	9,07500
55	426984021	MICHELI ZANDONA DA SILVA	9,06250
56	425432021	CLAUDECIR FAUSTINO JUNIOR	9,06250

57	424862021	ANGELO MARCELO PESSOA DA SILVA	9,06250
58	425315021	HENRIQUE JOSE ARAÚJO DA SILVA	9,03750
59	425086021	PRISCILA ALVES DA SILVA	9,03750
60	426854021	JEAN DOS SANTOS	9,02500
61	425409021	JOSE ALBERTO FERNANDES JUNIOR	9,01250
62	426113021	DIVINALDO GARCIA	9,01250
63	425446021	ELIVAN UEHARA QUEIROZ	9,01250
64	425066021	FERNANDO AUGUSTO ORTIZ F.	9,00000
65	426877021	FELIPE COSTA PEREIRA	9,00000
66	424945021	CARLA DA SILVA COCHEV	9,00000
67	426026021	JHONATAN CARLOS CARNEIRO BORGES	8,98750
68	425526021	EMERSON DE OLIVEIRA NAZARETH	8,98750
69	424947021	ALESSANDRA ALVES FERREIRA	8,97500
70	426760021	WENDY FERNANDES RIBEIRO	8,96250
71	57642022	LANA CARLA FLORES VIEIRA	8,95000
72	425244021	WESLLEY DOS SANTOS GUIMARÃES	8,95000
73	425210021	WILLIAN DA SILVA MANCOELHO	8,95000
74	425534021	MAYCON MEDEIROS DA ROSA	8,93750
75	345892021	RUI DE PAULA VALIN JUNIOR	8,93750
76	425586021	JOZIEL GOMES TORRES	8,93750
77	426850021	ALISON DA SILVA SILVEIRA	8,93750
78	349716021	VITOR MANOEL NERIS PEREIRA	8,93750
79	426115021	TIAGO RAMAO PIRES	8,92500
80	49254022	RAFAELA DA SILVA HEGETO	8,92500
81	424992021	SARA HELEN BIAZUSSI	8,90000
82	425418021	KAIQUE GOMES MACHADO	8,90000
83	426925021	RAMAO BENEDITO SOARES	8,90000
84	425523021	DANIELE ROCHA CAMARGO	8,90000
85	425413021	WILLIAN MORIS BACCIN	8,88750
86	426756021	WAGNER MANOEL LIMA ROQUE	8,88750
87	425194021	JULIANO DA SILVA RODRIGUES	8,88750
88	424865021	CHRISTIAN DA SILVA	8,88750
89	424860021	ANDRE GUILHERME MUHL DE CARVALHO	8,88750
90	28856021	DANNY WILLIAM ARAUJO BRAGA	8,87500
91	426856021	MARCO ANTONIO PINHEIRO DA ROCHA LACERDA	8,87500
92	330924021	MILENA DO NASCIMENTO SANTOS	8,86250
93	425327021	ODAIR LOPES CABRAL	8,85000
94	425414021	WAGNER APARECIDO DE MATOS SALES	8,83750
95	426996021	MARCO ANTÔNIO DE SOUZA JEBAILI	8,83750
96	425522021	ABNER MOREIRA BRITO	8,83750
97	424827021	ALEXSANDRO VIEIRA FERNANDES	8,81250
98	22629022	EVERTON DE ARAUJO BUENO	8,81250
99	425406021	RICARDO FAUSTINO ROCHA	8,81250
100	33460023	FERNANDA DIRCE GRACIOSO LEONEL	8,81250

101	426092021	JOILSON DE OLIVEIRA TEIXEIRA	8,80000
102	425994021	PAULO VINÍCIUS TORRES ALCÂNTARA	8,78750
103	425551021	ELISSON BARROS RODRIGUES	8,78750
104	29416023	WESLEY DA SILVA RIBAS	8,78750
105	426942021	BRUNO FRANCA DO NASCIMENTO	8,78750
106	425008021	ANDRÉ LUIS DE BRITTO	8,77500
107	19070021	LEANDRO FERREIRA NANES DOS SANTOS	8,76250
108	425360021	GEIZIANE CRISTINA DE MORAES GABRIEL	8,76250
109	425099021	EVERSON RODINEY GONCALVES CHAPARRO	8,75000
110	426754021	EDUARDO RODRIGUES MENDES MACIEL	8,73750
111	33383021	FERNANDO PAIVA MARIANO	8,72500
112	426116021	WYLTON DE ASSIS CARDOSO	8,72500
113	425074021	ROMARIO CANDIDO MARTINS	8,72500
114	43396022	OTÁVIO JOSÉ DE OLIVEIRA CAROLA	8,72500
115	302771021	HENRIQUE DE ALMEIDA RAMOS	8,71250
116	404100021	KEVYN PATRYCK DOS SANTOS FEITOSA	8,71250
117	126078021	JONNER DA SILVA BARROS	8,70000
118	403919021	ALLAN MARTINS COGO	8,70000
119	425547021	MURILO HENRIQUE TAVONI	8,70000
120	425376021	GABRIEL DE OLIVEIRA BASTOS	8,70000
121	425350021	JOAO ALBERTO PASTORI	8,70000
122	338806021	TEOGENES JOSE ALVES DE SOUZA	8,70000
123	425176021	RAFAEL GONZAGA MENESES DE ALMEIDA	8,70000
124	425383021	THIAGO DAVID MARECO DE SOUZA	8,68750
125	427021021	ANTONIO PAIM VICENTE	8,68750
126	426102021	THIAGO HENRIQUE DE PAULA LIMA	8,67500
127	424852021	ERICA PRISCILA GARCIA DA COSTA SANTANA	8,66250
128	424840021	MAURICIO CORREA	8,65000
129	425435021	ARTHUR NATHAN BIONDO CAETANO	8,65000
130	426986021	JOAO MARCELO DE BRITO MAGALHÃES FERREIRA	8,65000
131	425576021	ALEXANDRE DE JESUS ARRUDA	8,65000
132	33082023	DARLAN LEAL DE FREITAS	8,63750
133	425254021	TIAGO BAZARIN GOTTARDI	8,62500
134	426965021	DENYS RAFAEL FRANCISCO PHELIPPE HAVEROTH	8,62500
135	425229021	JOÃO AURÉLIO MIRANDA DE CORONEL	8,62500
136	36602022	JACKELYNE ALBERTINA DOS SANTOS SILVA	8,61250
137	425355021	ELI FERNANDO GIL ESPINDOLA	8,60000
138	425207021	WILLIAM GABRIEL MAZACOTTE DELGADO	8,57500
139	426802021	GABRIEL QUINTINO DOS SANTOS	8,57500
140	425270021	FABILSON GABELONI GUARINI	8,57500
141	419455021	FABRICIO ACOSTA DIAS	8,56250
142	425386021	TIAGO DO CANTO FERREIRA	8,56250
143	425372021	RODRIGO CASTRO DA ROSA	8,56250
144	425133021	DOUGLAS MARQUES DE OLIVEIRA	8,56250

145	425038021	JULIO CEZAR ALVES	8,56250
146	425177021	ESTEVAN DA SILVA WIDER	8,56250
147	424957021	THANYS WERIK LEÃO	8,55000
148	426008021	PEDRO REZENDE DA SILVA CAPIBERIBE	8,53750
149	425100021	MARCIELE APARECIDA GAUER POMPEU	8,53750
150	424799021	JOSE MARIA DOS SANTOS	8,53750
151	425521021	RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA	8,52500
152	426002021	VINICIUS MATEUS DOS SANTOS	8,51250
153	20009022	RIKELI PEREIRA PANIAGUA	8,51250
154	425108021	ANDRE LUIZ FARIAS DE LIMA	8,51250
155	425060021	LILIAM CAROLINI DA SILVA CORSINI	8,51250
156	112080022	ALINE SILVEIRA ANTUNES	8,50000
157	425562021	ADENILSON DOS SANTOS ROMEIRO	8,48750
158	425009021	BRUNO DANIEL ALEGRE RIBEIRO	8,48750
159	424764021	THIAGO FARIA TRAINA	8,48750
160	425400021	WESLEY FABRICIO SOUZA SILVA	8,47500
161	351357021	TAIRONE CARLOS RONDON DA SILVA	8,47500
162	425269021	WILLIAN JOANSEN DE ARAUJO	8,46250
163	425412021	LUIS EDILSON SILVA FIGUEIREDO	8,46250
164	426939021	TIAGO NOBRE DA SILVA	8,43750
165	425069021	SHELTON RIBEIRO CAMPOS	8,43750
166	425387021	KARINA DALLIANE DE SOUZA FAUSTINO	8,42500
167	425196021	JONAS RIBEIRO DOS SANTOS	8,40000
168	426849021	FERNANDO RESENDE ESPINDOLA	8,40000
169	426937021	ALINE CARVALHO JERONYMO	8,38750
170	4155022	RUY CESAR LAVARDA FERREIRA	8,38750
171	426081021	ROBERTO GONCALVES FREITAS	8,38750
172	424835021	EDUARDO HENRIQUE DO CARMO	8,37500
173	426972021	EMERSON ROMARIO SENE PORTEIRO	8,35000
174	425593021	ROGERIO ÁLVARO SURUBI	8,33750
175	352723021	DIEGO CARVALHO DE MEDEIROS	8,31250
176	425088021	NAHYARA FERREIRA PALHARES VITAL	8,31250
177	426928021	EDERSON NATALICIO MARSCHNER	8,31250
178	425384021	VALDINEI GONÇALVES DO NASCIMENTO JUNIOR	8,31250
179	424855021	WESLLEY MAIKON SENA DE LIMA	8,30000
180	426078021	JULIANO DIEGO DOS SANTOS SILVA	8,30000
181	96838021	JURANDIR NESPOLES	8,28750
182	423434021	GEOVANA DOS SANTOS	8,27500
183	426019021	LUANA MARTINEZ GAMARRA	8,26250
184	425445021	BRUNO MACIEL PESSOA DA SILVA	8,26250
185	122920021	RONNEY MIRANDA HEBERLE	8,25000
186	425402021	WILLIAN CARLOS SOMARIVA DA SILVA	8,25000
187	426694021	RODRIGO BERENYI BENITEZ	8,25000
188	424828021	EVERTON LOPES DOS SANTOS	8,25000

189	426932021	YURI HENRIQUE DA SILVA LIMA	8,22500
190	425574021	VINICIUS OLIVEIRA DA SILVA	8,18750
191	426094021	ANDREA CRISTHIANE SANTANA	8,18750
192	425368021	GELSON OLIVEIRA DUARTE	8,18750
193	425392021	WEKSLEY MEDEIROS ESCOBAL	8,17500
194	425411021	WILLIAM MORENO SANTANA GONÇALVES	8,15000
195	426086021	MARCOS PAULO MARTINS FERRAZ	8,15000
196	425316021	JEFERSON HENRIQUE DA CUNHA SILVA	8,13750
197	425136021	EDIVALDO ALEXANDRE PEREIRA VELILHA	8,12500
198	424845021	LUCAS MARTINES BARBOZA	8,12500
199	424985021	PAULO ADAILTON RIBEIRO SOUSA SILVA	8,10000
200	427498021	RAPHAEL BRAGA ASSIS TEODORO	8,10000
201	42518802	JONYS LEITE DE OLIVEIRA	8,08750
202	348024021	BRUNO OLIVEIRA RODRIGUES	8,08750
203	425583021	GIOVANI DO NASCIMENTO GONCALVES	8,06250
204	426014021	GEISIANNY THAISY SOBRINHO ALVES	8,06250
205	424941021	PATRICK ALVES PEREIRA	8,06250
206	425336021	JEFERSON ALEX DE SOUZA FREITAS	8,05000
207	425379021	GUSTAVO FERNANDO ALAMAN DA SILVA	8,05000
208	425122021	AMIDES GARCIA ELIAS	8,05000
209	426448021	CAMILA MEDINA RIOS	8,03750
210	14431022	DAYANE MADEIRA FONTES	8,01250
211	336432021	MARCIA VIEIRA DO NASCIMENTO MENESES	8,01250
212	425314021	ALBER JUNIOR DA SILVA	8,01250
213	426950021	WELLINGTON DE SOUZA FERREIRA SANTOS	8,01250
214	33425021	KELITA CLAUDIA DA SILVA CARVALHO	8,00000
215	425389021	VICTOR BRENDO RIBEIRO FRAZÃO	8,00000
216	425126021	CLAUDIA RIBEIRO FERRAZ	8,00000
217	425079021	SERGIO HENRIQUE SANTOS DE OLIVEIRA	7,97500
218	33617021	GILSON DIAS DE ALMEIDA JUNIOR	7,96250
219	424904021	ALEX LEMOS SILVA	7,95000
220	424858021	DJULIANO HENRIQUE FERRARI DURIGHETTO	7,95000
221	425516021	PAULO RAFAEL SILVA	7,93750
222	424891021	ALINE VIEIRA GUIMARÃES ARCE	7,91250
223	425077021	DEISE AFONSO FRANCO	7,90000
224	425399021	CAIO GUSTAVO LOPES MEURER	7,90000
225	425371021	RODRIGO BAETZ CORDOBA QUINTEIRO	7,88750
226	55092022	GREYCE KELY SOUZA SOARES	7,86250
227	426866021	UILSON JUNIOR TORRES CARVALHO	7,83750
228	419225021	JEAN SANTOS	7,82500
229	99762021	ROGERIO FERREIRA DA SILVA	7,80000
230	50858022	DIEGO ROBERTO WILHANS	7,80000
231	426548021	ELEVINO MOREIRA VALDIVINO	7,80000
232	424790021	DANILO CESZNEK NICOLAU LIRA	7,77500

233	425213021	DAYANE ALVES BOCHENEK	7,77500
234	426015021	FELIPE AZEVEDO E SILVA	7,76250
235	352915021	JHONATAN OLMEDO DOS SANTOS	7,76250
236	426874021	AVELINO HORACIO	7,75000
237	132949022	CLAUDIO DE SOUZA LOPES	7,75000
238	425356021	CLAITON NUNES SALES	7,73750
239	426796021	JOSE FELIPE DA SILVA PEINADO	7,70000
240	425366021	OLINDO GABRIEL MARQUES CARBONARO	7,68750
241	425352021	ANA PAULA PAZETO DA SILVA	7,66250
242	425504021	PABLO CÉSAR FERNANDES SILVA	7,65000
243	426105021	JONIVAL DIAS MARCELINO VALADARES	7,65000
244	425423021	ANTONIO VITOR LEAL PAIVA	7,65000
245	425407021	WELLINGTON JÚNIOR DE AGUIAR	7,61250
246	335172021	DAYANA MIRANDA SOARES	7,57500
247	7796021	THIEGO RODRIGUES VIANNA	7,56250
248	425997021	THIAGO GONZAGA RAMOS	7,55000
249	427031021	EDER CAMPO	7,50000
250	424946021	CAMILA WISENFAD BEZERRA FLORES	7,47500
251	346241021	BRUNO MORAES DA SILVA	7,45000
252	112206021	JOEL ALVES OSTEMBERG	7,42500
253	425367021	RENATO ZOCCANTE MARQUES	7,42500
254	425535021	JEFFERSON GONÇALVES DOS SANTOS	7,40000
255	425538021	NEDSON ALVES CORRÊA	7,40000
256	426090021	JOÁS DE CARVALHO ADÃO	7,25000
257	426985021	JEFFERSON NOVAES DA SILVA	7,20000
258	425541021	TIAGO FRANCO CHAPARRA	7,17500
259	424774021	THIAGO PIMENTA DE QUEIROZ	7,11250
260	424849021	JEFFERSON AMORIM DOS SANTOS	7,11250
261	429434021	MAYCON BASTOS RODRIGUES	7,05000
262	425529021	MAGDIEL ALTINI	7,02500
263	426956021	BRUNO MAKSOUD PEREIRA	7,01250
264	425344021	THIAGO HERACLITO FIALHO COUTO	6,88750
265	426112021	RAPHAEL AUGUSTO PINHO DOS SANTOS	6,68750
266	424836021	THIAGO ROMEIRO ESPINOSA	6,65000
267	127061021	MARCELO LOUVEIRA FAGUNDES	6,42500

MGD – Média Geral das Disciplinas.

Campo Grande, MS, 16 de dezembro de 2022.

ANDREW MATHEUS XAVIER DO NASCIMENTO - MAJ QOPM
Presidente
Matrícula 41265021

DANIELA FERNANDEZ DOS SANTOS – 2º TEN QAOPM
Membro e Relatora
Matrícula 100467021

LUANA MENDES RAMOS DUTRA – ST QPPM
Escrivã
Matrícula 122610022

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL Nº 042/DGP/ DGP-4/PMMS/2022.

DESPACHO DO DIRETOR DA DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAL DA PMMS:

Assunto: Pagamento de Férias.
Situação: Licenciado
Interessado: Jorge Luiz De Souza Moraes.

Matricula n.	Nome	Cargos	Lotação	I. n.
15773021	Jorge Luiz De Souza Moraes	3° SGT-PM	DGP-4	170/DGP-4/PMMS/2022

DECISÃO: Indeferido a solicitação do requerimento administrativo, conforme Informação n. 170/DGP-4/PMMS/2022.

Campo Grande/MS,19 de dezembro de 2022.

LUIZ CESAR DE SOUZA HERCULANO– TC QOPM
Diretor Adjunto da DGP/PMMS
Mat. 93780021

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL Nº 043/DGP/DGP-4/PMMS/2022.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 1.148, de 13 de julho de 1981 c/c artigo 6º inciso IX, do Decreto nº 1.091 de 12 de junho de 1981, por delegação ao Diretor de Gestão de Pessoal da PMMS, nos termos do D.O. E n° 8381, página 74, de 27/02/2013,

R E S O L V E:

Notificar, o SD PM REF. JOSIMAR DE OLIVEIRA GUANDALINO - Mat. 426879021, para comparecer na data de 25/01/2023 às 07 horas à Policlínica da PMMS, sito à Rua Rodolfo José Pinho n° 1506 – Campo Grande/MS, o qual será inspecionado pela Junta Médica da PMMS. Em caso de dúvidas ou informações entrar em contato com Diretoria de Gestão de Pessoal/PMMS/Inativos pelo telefone (67) 3318-4433.

Campo Grande/MS, 19 de dezembro de 2022.

LUIZ **CESAR** DE SOUZA HERCULANO – TC QOPM
Diretor Adjunto da DGP/PMMS
Matrícula 93780021

PORTARIA "P" N. 131/DRSP/PMMS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso XV do Art. 10 da Lei Complementar nº 190, de 04 de abril de 2014 e, nos termos da Orientação para Cumprimento de Decisão Judicial PGE/MS/PP/N.º 000117/2022 de 31 de março de 2022, encaminhada pelo Ofício n. 97/PP/PGE/2022 de 31 de março de 2022, Orientação para Cumprimento de Decisão Judicial PGE/MS/PP/N.º 000254/2022 de 07 de junho de 2022, encaminhada pelo Ofício Circular n. 215/PP/PGE/2022, de 07 de junho de 2022, referente a Decisão Judicial de autos n. 0802715-83.2021.8.12.0018, resolve:

PROMOVER, à graduação de Cabo QPPM o Militar Estadual **EDER CAMPO – Mat. 427031021, a contar de 25 de novembro de 2021**, nos termos da **Ata nº 03/CFC/T25/2021** - **CURSO DE FORMAÇÃO DE CABOS (CFC TURMA 25ª)** de 16 de dezembro de 2022, conforme PORTARIA n. 065/CEFAP/PMMS, de 19 de dezembro de 2022, tornada pública através do ANEXO II da PORTARIA "P" N. 054/DEIP/PMMS, de 19 de dezembro de 2022, no Diário Oficial Eletrônico n. 11.019 de 21 de dezembro de 2022, e por consequência, **REVOGAR,** os efeitos do número de ordem 295, da PORTARIA "P" N. 126/DRSP/PMMS, de 09 de dezembro de 2022, publicada no Diário Oficial n. 11.011, de 12 de dezembro de 2022, que promoveu o referido Militar Estadual à Graduação de Cabo QPPM a contar de 08 de dezembro de 2022.

CAMPO GRANDE - MS, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

MARCOS PAULO GIMENEZ – Coronel QOPM
Comandante-Geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1063, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art 1º, do Decreto n. 1.148, de 13 de julho de 1981, c/c Art 2°, Art. 5º, § 1º alínea "d" e § 2º, alínea "d" item 2, do Decreto n. 1.093, de 12 de Junho de 1981, Art 10, c/c inciso XIX da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, resolve:

DESIGNAR, o Ten Cel QOPM **TONY DE OLIVEIRA**, Mat. 70721021, para responder pela função de confiança de **Diretor da Diretoria de Finanças (DF)**, cumulativamente com as funções que já exerce, durante afastamento do titular, no período de **18 a 24 de dezembro de 2022**, conforme artigo 24 da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008.

(Solução a CI n. 2755/GAB/PMMS, de 19 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE, MS, 20 DE DEZEMBRO 2022.

MARCOS PAULO GIMENEZ - Cel QOPM
Comandante-Geral da PMMS
Mat. 108353021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1064, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Deceto n. 1.148 de 13 de julho de 1981, c/c Art 6, inciso X, do Decreto n. 1.091, de 12 de junho de 1981, c/c Art 2º, Art 12, inciso II, Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, c/c Art 10, inciso XVI e XIX da Lei Complementar n. 190, de 4 de Abril de 2014, resolve:

DESIGNAR, o Maj QOPM **RYO SATO,** Mat. 36144021, para responder pela função de Confiança de **Comandante da 3ªCIPM / CPA-1/ Amambai-MS**, cumulativamente com as funções que já exerce, durante afastamento do titular, no período de **03 de janeiro a 1° de fevereiro de 2023**, conforme artigo 24 da Lei Complementar n. 127, de 15 de maio de 2008.

(Solução a CI n. 2754/GAB/PMMS/2022, de 19 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

MARCOS PAULO GIMENEZ - Cel QOPM
Comandante-Geral da PMMS
Mat. 108353021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1065, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 27, inciso II, § 2º da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Portaria n. 009/Gab Cmt G/PMMS, de 3 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial n. 8998, de 4 de setembro de 2015, resolve:

Conceder, o afastamento da 2º Ten QOPM **THAIS LECHUGA GUIMARAES MUNHOZ**, Mat. 468056023, do **BPMTran,** em virtude da **Prorrogação de Licença Maternidade, de 60 (sessenta) dias, a contar de 27 de dezembro de 2022;** com fulcro no artigo 68, § 4º da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990 (Estatuto da PMMS).

(Solução ao Processo n. 31/092902/2022, de 12 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIAO – Cel QOPM
Resp. pela Diretoria de Gestão de Pessoal da PMMS
Mat. 97470021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1066, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 27, inciso II, § 2º da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Portaria n. 009/Gab Cmt G/PMMS, de 3 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial n. 8998, de 4 de setembro de 2015, resolve:

Conceder, o afastamento da CB QPPM **ALINE CHAVES**, Mat. 338397021, do **3° BPM,** em virtude da **Prorrogação de Licença Maternidade, de 60 (sessenta) dias, a contar de 24 de dezembro de 2022;** com

fulcro no artigo 68, § 4º da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990 (Estatuto da PMMS).

(Solução ao Processo n. 31/088148/2022, de 17 de novembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIAO – Cel QOPM
Resp. pela Diretoria de Gestão de Pessoal da PMMS
Mat. 97470021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1067, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 27, § 2º, inciso I e II da Lei Complementar nº 190, de 4 de abril de 2014, c/c Portaria n. 009/Gab Cmt G/PMMS, de 3 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial n. 8.998, de 4 de setembro de 2015, resolve:

Reverter, ao respectivo quadro, o CB QPPM **ROBSON PINHEIRO,** Mat 115005021, do **4° BPM,** agregado conforme Diario Oficial n. 10.522, de 28 de maio de 2021, por ter cessado o motivo da permanência à disposição da **Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP – Ministério da Justiça)**, prestando serviços de natureza Policial Militar junto a **DFNSP**; com fulcro nos artigos 79 e 80, da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990 (Estatuto da PMMS), a contar de 08 de dezembro de 2022.

(Solução a CI n. 507/PM-3/PMMS, de 19 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIAO – Cel QOPM
Resp. pela Diretoria de Gestão de Pessoal da PMMS
Mat. 97470021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1068, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 27, § 2º, inciso I e II da Lei Complementar nº 190, de 4 de abril de 2014, c/c Portaria n. 009/Gab Cmt G/PMMS, de 3 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial n. 8.998, de 4 de setembro de 2015, resolve:

Reverter, ao respectivo quadro, a SD QPPM **KAROLINE GIMENEZ RODRIGUES,** Mat 483849021, da **5ª CIPM,** agregada conforme Diario Oficial n. 10.941, de 15 de setembro de 2022, por ter término do Curso de Formação Policial em Cargo da Categoria Funcional de Perito Oficial Forense, na função de Perito Criminal, do Quadro de Policia Civil / Sejusp-MS; com fulcro nos artigos 79 e 80, da Lei Complementar nº 053, de 30 de agosto de 1990 (Estatuto da PMMS), com efeitos a contar de 17 de dezembro de 2022.

(Solução a CI n. 803/5CIPM/PMMS, de 20 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

NEIDY NUNES BARBOSA CENTURIAO – Cel QOPM
Resp. pela Diretoria de Gestão de Pessoal da PMMS
Mat. 97470021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1069, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O COMANDANTE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA – 1 (CPA-1) DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições delegada pela Portaria n. 005-Gab Cmt G/2016, de 23 Mar 16, publicada no Diário Oficial n. 9.141, de 8 Mar 16, c/c o Art. 37, inciso II da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art 16, inciso IX, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir por interesse próprio, os policiais militares, da **área do Comando de Policiamento de Area – 1 (CPA-1)**, conforme segue abaixo:

GRADUAÇÃO	NOME	MATRÍCULA	OPM ORIGEM	OPM DESTINO
SD QPPM	**RODRIGO DE LIMA ZANDONA**	490482021	4ºBPM/CPA-1/PONTA PORÃ-MS	2º PEL/ 2ª CIA/ 14ºBPM/ CPA-1/DEODÁPOLIS-MS
2º SGT QPPM	**MARCOS LEAL DA SILVA**	85031021	2º PEL/ 2ª CIA/ 14ºBPM/ CPA-1/DEODÁPOLIS-MS	4ºBPM/CPA-1/PONTA PORÃ-MS

(Solução a CI N. 2451/CPA01/PMMS, de 19 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

EVERSON ANTONIO ROZENI – Cel QOPM
Comandante do CPA-1
Mat. 95022021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1070, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art 12, inciso III, Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, os policiais abaixo relacionados, conforme segue abaixo:

Graduação	Matrícula	Nome	OPM Origem	OPM Destino
ST QPPM	93923021	FLAVIO ROGERIO COELHO LOBO	COMANDO GERAL / DIRETORIA DE GESTÃO, DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA (DGPL) / CAMPO GRANDE - MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
3º SGT QPPM	17968021	JOAQUIM SOARES JUNIOR	3º BPM / CPA-1 / Dourados – MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
3º SGT QPPM	86263021	JOISON LEITE VITORINO DOS SANTOS	3º BPM / CPA-1 / Dourados – MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
3º SGT QPPM	97703021	IVAN GIMENES DA SILVA	3º BPM / CPA-1 / Dourados – MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
3º SGT QPPM	95032021	MARCOS ADRIANO BERNEGOSSI	12º BPM / CPA-1 / NAVIRAÍ – MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
3º SGT QPPM	19638021	TADEU MISTIERE VALENTIM	13º BPM / CPA-2 / PARANAÍBA – MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
CB QPPM	124436021	LUIZ ANTÔNIO DINIZ VIANA	13º BPM / CPA-2 / PARANAÍBA – MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
CB QPPM	114482021	ELOIR DE OLIVEIRA DREYER	COMANDO GERAL / COORDENADORIA MILITAR / CAMPO GRANDE – MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS
CB QPPM	426717021	AMARILDO JOSE DOS SANTOS	10º BPM / CPM / CAMPO GRANDE - MS	COMANDO GERAL / AJUDÂNCIA GERAL / CAMPO GRANDE – MS

(Solução a CI n. 702/SUBCMDG/PMMS, de 20 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS
Mat. 67023021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1071, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art 12, inciso III, Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, o 3º Sgt QPPM **VALDECI ALEXANDRE DA SILVA RICARDO**, matrícula 20481021, do **2º Pel / 2ª Cia / 7º BPM / CPA-3 / Miranda - MS** para o **Comando-Geral / Ajudância-Geral / Campo Grande - MS**.

(Solução a CI n. 703/SUBCMDG/PMMS, de 20 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS
Mat. 67023021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1072, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014 c/c Art 12, inciso III, Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

DESIGNAR, **na condição de adido**, o CB QPPM **WIGLISON ZANDONA BARBOSA MOREIRA,** Mat. 425426021, lotado no **14º BPM / CPA-1 / Fatima do Sul – MS**, permanecendo no estado efetivo de sua OPM de origem, para prestar serviços em caráter temporário, na **Coordenadoria Militar (CoordMil) / Sejusp / Departamento de Operações de Fronteira - DOF**, de acordo com o artigo 5º, § 1º alínea "d"; § 2º alínea "d"; § 3º alínea "d"; § 4º alínea "d"; c/c artigo 6º, § 1º alínea "c" e "d"; e artigo 24 § 2º, todos do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981.

DESIGNAR, **na condição de adido**, o CB QPPM **ALEX GAYÃO,** Mat. 112134021, lotado no **14º BPM / CPA-1 / Fatima do Sul – MS**, permanecendo no estado efetivo de sua OPM de origem, para prestar serviços em caráter temporário, na **Coordenadoria Militar (CoordMil) / Sejusp / Departamento de Operações de Fronteira - DOF**, de acordo com o artigo 5º, § 1º alínea "d"; § 2º alínea "d"; § 3º alínea "d"; § 4º alínea "d"; c/c artigo 6º, § 1º alínea "c" e "d"; e artigo 24 § 2º, todos do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981.

DESIGNAR, **na condição de adido**, o CB QPPM **JOÃO PAULO DA SILVA LIMA,** Mat. 426712021, lotado no **7º BPM / CPA-3 / Aquidauana – MS**, permanecendo no estado efetivo de sua OPM de origem, para prestar serviços em caráter temporário, na **Coordenadoria Militar (CoordMil) / Sejusp / Departamento de Operações de Fronteira - DOF**, de acordo com o artigo 5º, § 1º alínea "d"; § 2º alínea "d"; § 3º alínea "d"; § 4º alínea "d"; c/c artigo 6º, § 1º alínea "c" e "d"; e artigo 24 § 2º, todos do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981.

DESIGNAR, **na condição de adido**, o CB QPPM **KEVIN DAROLT BIAZUSSI,** Mat. 387868021, lotado no **2º GPM / 3º PEL/9ª CIPM / CPA-1 / Distrito de Itahum- MS**, permanecendo no estado efetivo de sua OPM de origem, para prestar serviços em caráter temporário, na **Coordenadoria Militar (CoordMil) / Sejusp / Departamento de Operações de Fronteira - DOF**, de acordo com o artigo 5º, § 1º alínea "d"; § 2º alínea "d"; § 3º alínea "d"; § 4º alínea "d"; c/c artigo 6º, § 1º alínea "c" e "d"; e artigo 24 § 2º, todos do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981.

(Solução a CI n. 704/SUBCMDG/PMMS, de 20 de dezembro de 2022

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS
Mat. 67023021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1073, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por inconveniência da permanência na OPM, os policiais militares relacionados para o **Comando Geral / Diretoria de Gestão do Presídio Militar (DGPME) / Campo Grande – MS**.

Graduação	Matrícula	Nome	OPM Origem
1º SGT QPPM DESIG	41772021	IDENILSON SOUZA SILVA	BPMA / CPE / Campo Grande - MS
3º SGT QPPM	122435021	CARLOS ROBERTO DIAS PEREIRA	3º Pel /1ª CIPM/ CPA-3/Bodoquena- MS
CB QPPM	425137021	ERIC RAFAEL AMARO VIEIRA	4º BPM/ CPA-1/ Ponta Porã
CB QPPM	17850021	JEAN CARLOS VAZ ELIAS	BPMGdaE / CPE / Campo Grande - MS
CB QPPM	127730021	DAVY JOSÉ MARTINES	BPMGdaE / CPE / Campo Grande - MS
CB QPPM	93406021	MARIOSVAL DE SOUZA	11º BPM/CPA-3/Jardim -MS

(Solução a CI n. 705/SUBCMDG/PMMS, de 20 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Subcomandante-Geral Da PMMS
Mat. 67023021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1074, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art 12, inciso III, Art 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, os policiais militares relacionados, para o **Comando Geral / Coordenadoria Militar / SEJUSP - Coordenadoria Geral de Policiamento Aéreo (CGPA) / Campo Grande – MS,** conforme segue abaixo:

Graduação	Matrícula	Nome	OPM Origem
1º SGT QPPM	43727021	RENÊ RICARDO FURTADO DA SILVA	5º BPM / CPA-2 / Coxim - MS
3º SGT QPPM	13187021	VINICIUS DIAS DINIZ	1º BPM / CPM / Campo Grande - MS
CB QPPM	55213021	AILTON APARECIDO ARAQUAN	BPMRv / CPE / Campo Grande – MS
SD QPPM	486797021	NEYLTON GALVÃO BRAGA	10º BPM / CPM / Campo Grande - MS

(Solução a CI n. 706/SUBCMDG/PMMS, de 20 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS
Mat. 67023021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1075, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art. 16, inciso IX, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por interesse próprio, o CB QPPM **ARTHUR HENRIQUE VASCONCELOS DA SILVA**, matrícula 425125021, do **BPMTRAN / CPM / Campo Grande - MS**, para o **4º Pel PM / 1ª Cia PM / 11º BPM / CPA-3 / Nioaque – MS**.

(Solução ao Processo 31/093661/2022 de 15 de dezembro de 2022).

Transferir, por interesse próprio, o SD QPPM **MARCOS ROCHA DOS SANTOS TORQUATO**, matrícula 490568021, do **4º Pel PM / 1ª Cia PM / 11º BPM / CPA-3 / Nioaque – MS**, para o **BPMTRAN / CPM / Campo Grande - MS.**

(Solução ao Processo 31/094634/2022 de 20 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Subcomandante-Geral Da PMMS
Mat. 67023021

PORTARIA "P" DGP-1/DGP/PMMS N. 1076, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O SUBCOMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o Art 12, inciso VI da Lei Complementar n. 190, de 4 de abril de 2014, c/c Art. 12, inciso III, Art. 17, do Decreto n. 1.093, de 12 de junho de 1981, resolve:

Transferir, por necessidade do serviço, a 3º Sgt QPPM Desig. **LUCIENE DE FÁTIMA OLIVEIRA CASTRO**, matrícula 92936021, do **Comando-Geral / Diretoria de Polícia Comunitária e Direitos Humanos (DPCOM) / Campo Grande - MS,** para o **BPMRv / CPE / Campo Grande - MS**.

(Solução a CI n. 711/SUBCMDG/PMMS, de 20 de dezembro de 2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

RENATO DOS ANJOS GARNES – CEL QOPM
Subcomandante-Geral da PMMS
Matrícula 67023021

PORTARIA "P" CMDG / GABINETE/CMDG/PMMS N. 302, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso XIX do Art. 10 da Lei Complementar n° 190, de 04 de abril de 2014 c/c § 4° do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008.

Dispensar, o 3º SGT QPPM **JEFERSON FERNANDES DE OLIVEIRA** - Mat. 112204021, da função de confiança de **Comandante do 3º GPM / 2º PEL PM / 2ª CIA PM / 11º BPM / CPA - 3 / ALTO CARACOL - MS,** conforme fez público no DOE n° 10.879 de 1° de julho de 2022, a contar de 16 de dezembro de 2022.

Designar, o 2º SGT QPPM **AUGUSTO CESAR FLORENCIANO DA SILVA** - MAT. 72297021, para exercer a função de confiança de Comandante do **3º GPM / 2º PEL PM / 2ª CIA PM / 11º BPM / CPA - 3 / ALTO CARACOL - MS,** com base no **inciso V** do artigo 23 da Lei Complementar n° 127 de 15/05/2008, alterada pela Lei Complementar n° 291 de 16 de dezembro de 2021, a contar de 16 de dezembro de 2022.
(Solução CI 11B/PMMS/1171/2022).

CAMPO GRANDE - MS, 20 de dezembro de 2022.

MARCOS PAULO GIMENEZ – CEL QOPM
Comandante - Geral da PMMS
Mat.: 108353021

Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 328, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, incisos II e VI e artigo 70 da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014, combinado com o artigo 23 da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, o Cel QOBM Denny Augusto Ferreira Cavalcanti, matrícula n. 98.217-021, para responder provisoriamente pela função de Comandante Metropolitano de Bombeiros do CBMMS, cumulativamente com as funções que exerce, no período de 27.12.2022 a 03.01.2023, em substituição ao titular da função por motivo de afastamento previsto no artigo 141 c/c artigo 142, Inciso I, da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

HUGO DJAN LEITE – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

PORTARIA "P" CBMMS/DP-2 N. 329, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 8º, incisos II e VI e artigo 70 da Lei Complementar n. 188, de 3 de abril de 2014, combinado com o artigo 23 da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990, resolve:

Designar, por necessidade do serviço, o Cel QOBM Humberto José Sepa de Matos Filho, matrícula n. 120.130-021, para responder provisoriamente pela função de Comandante de Bombeiros do Interior do CBMMS, cumulativamente com as funções que exerce, no período de 19.12.2022 a 26.12.2022, em substituição ao titular da função por motivo de afastamento previsto no artigo 141 c/c artigo 142, Inciso I, da Lei Complementar n. 053, de 30 de agosto de 1990.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

HUGO DJAN LEITE – CORONEL QOBM
Comandante-Geral do CBMMS

Delegacia-Geral da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul

Retifica-se a **DELIBERAÇÃO/CSPC/SEJUSP/MS/Nº 153/2022**, por constar erro no texto original publicado no Diário Oficial Eletrônico do Estado n. º 11.018, de 20 de dezembro de 2022, pág. 213, nos seguintes termos:

Onde consta:

DO VOTO: *"(...) VOTO pelo DEFERIMENTO PARCIAL do recurso impetrado pela Perita Criminal ANDREZA INGLISE ILÁRIO FERREIRA, devendo ser retificado o requisito punição, a fim de conste NÃO em tal item constante do Edital/CSPC/SEJUSP/MS/n. 15/2022, porém mantendo-se o desconto de tempo de serviço de 918 (novecentos e dezoito), anteriores à reabilitação".*

Passe a constar:

DO VOTO: *"(...) VOTO pelo DEFERIMENTO PARCIAL do recurso impetrado pela Perita Criminal REGINA CÉLIA LIMA DIAS, devendo ser retificado o requisito punição, a fim de conste NÃO em tal item constante do Edital/CSPC/SEJUSP/MS/n. 15/2022, porém mantendo-se o desconto de tempo de serviço de 918 (novecentos e dezoito), anteriores à reabilitação".*

Campo Grande, 21 de dezembro de 2022.

ROBERTO GURGEL DE OLIVEIRA FILHO
Delegado de Polícia
Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1013, 20 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Designar a servidora **MARIA NOÊMIA ARAÚJO RODRIGUES**, matrícula nº. 93721022, Policial Penal, para desempenhar o cargo em comissão de Direção Gerencial e Assessoramento, símbolo DCA-7, na função de Diretora de Assistência Penitenciária/DAP, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 19/12/2022 a 20/12/2022, em substituição a titular **ELAINE ARIMA XAVIER CASTRO**, matrícula nº. 32123023, Policial Penal, durante sua licença médica, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1014, de 20 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

Designar a servidora **JULIANA BENFATTI DE ALENCAR**, matrícula nº 467932022, Policial Penal, para desempenhar a Função Privativa da Carreira, "Assistente I", de Supervisora de Assistência de Observação Criminológica da Diretoria de Assistência Penitenciária/DAP, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 19/12/2022 a 20/12/2022, em substituição a titular **MARIA NOÊMIA ARAÚJO RODRIGUES**, matrícula nº 93721022, Policial Penal, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1009, de 19 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **PATRICIA GIMENEZ FERREIRA**, matrícula nº. 467899022, Policial Penal, para desempenhar a Função de Confiança Privativa da Carreira, "Chefe de Núcleo", de Chefe do Núcleo de Educação em Serviços Penais da Escola Penitenciária Estadual da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **02/01/2023 a 16/01/2023,** em substituição a titular **FABRÍCIA OLIVEIRA SILVA FANAIA**, matrícula nº. 20193021, Policial Penal, durante suas férias regulamentares, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, de 19 de dezembro de 2022**.**

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1010, de 19 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **FABRICIA OLIVEIRA SILVA FANAIA**, prontuário nº. 20193021, Policial Penal, para desempenhar a Função de Confiança Privativa da Carreira, "Diretor da Escola Penitenciária", de Diretor da Escola Penitenciária de Campo Grande/MS, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **05/12/2022 a 19/12/2022,** em substituição ao titular **VILSON GUEDES DA SILVA**, prontuário nº. 82275024, Policial Penal, durante suas férias regulamentares, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2021.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1011, de 19 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **SORAYA PLACENCIA**, prontuário nº. 95191022, Policial Penal, para desempenhar a Função de Confiança Privativa da Carreira, "Diretor da Escola Penitenciária", de Diretor da Escola Penitenciária de Campo Grande/MS, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **20/12/2022 a 03/01/2023,** em substituição ao titular **VILSON GUEDES DA SILVA**, prontuário nº. 82275024, Policial Penal, durante suas férias regulamentares, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2021.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1012, de 19 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **PATRICIA GIMENEZ FERREIRA**, prontuário nº. 467899022, Policial Penal, para

desempenhar a Função de Confiança Privativa da Carreira, "Chefe de Núcleo" de Chefe do Núcleo de Educação em Serviços Penais da Escola Penitenciária Estadual da Agência Estadual, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **05/12/2022 a 19/12/2022,** durante o impedimento da titular **FABRICIA OLIVEIRA SILVA FANAIA**, prontuário nº. 20193021, Policial Penal, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1015, de 19 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **PATRICIA GIMENEZ FERREIRA**, prontuário nº. 467899022, Policial Penal, para desempenhar a Função de Confiança Privativa da Carreira, "Chefe de Núcleo" de Chefe do Núcleo de Planejamento e Pesquisa da Escola Penitenciária da Escola Penitenciária Estadual da Agência Estadual, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **20/12/2022 a 25/12/2022,** durante o impedimento da titular **SORAYA PLACENCIA**, matrícula nº. 95191022, Policial Penal, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1016, de 19 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **DJENANE ALVES DE PAULA SILVA DO CARMO**, matrícula nº. 113614022, Policial Penal, para desempenhar a Função de Confiança Privativa da Carreira, "Chefe de Núcleo" de Chefe do Núcleo de Planejamento e Pesquisa da Escola Penitenciária da Escola Penitenciária Estadual da Agência Estadual, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **26/12/2022 a 03/01/2023,** durante o impedimento da titular **SORAYA PLACENCIA**, matrícula nº. 95191022, Policial Penal, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 19 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1.008, de 20 de dezembro de 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Invalidar o ato de posse da interessada MARCIA ARGUELHO DA SILVA, CPF:528.272.081-72, conforme Decisão Judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança n°1409979-25.2022.8.12.0000, ORIENTAÇÃO PARA CUMPRIMENTO de Decisão Judicial PGE/MS/PP/Nº 000569/2022 pela imediata exclusão do Quadro de Pessoal, tendo em vista que foi confirmada a ilegalidade da nomeação e posse, a contar de 09 de dezembro de 2022.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº.1022, de 20 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Dispensar, a servidora **PAULA FIGUEIREDO**, matrícula nº. 109479021, Policial Penal, da Função de Confiança Privativa da Carreira, "Diretor de Unidade Penal de Mínima Complexidade", de Diretora interina do Estabelecimento Penal Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência à Albergada de Dourados/MS, da Polícia Penal do Estado de Mato Grosso do Sul, comandada pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, com **validade a contar de 20 de dezembro de 2022**.

Campo Grande MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº.1023, de 20 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **LAIZA FERNANDA MARTINI DA SILVA**, matrícula nº. 128469021, Policial Penal, para desempenhar, na Função de Confiança Privativa da Carreira, "Diretor de Unidade Penal de Mínima Complexidade", de Diretora do Estabelecimento Penal, Feminino de Regime Semiaberto, Aberto e de Assistência à Albergada de Dourados/MS, da Polícia Penal do Estado de Mato Grosso do Sul, comandada pela Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, em decorrência da dispensa da servidora **PAULA FIGUEIREDO**, matrícula nº. 109479021, Policial Penal, com **validade a contar de 20 de dezembro de 2022.**

Campo Grande MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1017, 20 de dezembro de 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar o servidor **PHILLIPPE OLIVEIRA DE GOIS**, matrícula nº 477706022, Policial Penal, para desempenhar o cargo em comissão de Direção Executiva e Assessoramento, símbolo DCA-8, na função de Assessor da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **16/01/2023 a 30/01/2023**, em substituição a titular **VIVIANE APARECIDA LINO DE ALMEIDA MORENO** matrícula nº. 122193021, Policial Penal, durante suas férias regulamentares, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1018, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Designar a servidora **ROSANI APARECIDA DE BARROS**, matrícula nº. 64281024, Policial Penal, para desempenhar a Função Privativa da Carreira, de Chefe da Divisão de Ações de Segurança e Custódia, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul**,** no período de **02/01/2023**

a 16/01/2023, em substituição do titular **PAULO SERGIO VIEIRA**, prontuário nº 50626022, Policial Penal, durante suas férias regulamentares, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1019, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **KAMILA CRISTINA SANCHES HERNANDES**, matrícula nº 130765023, Policial Penal, para desempenhar a Função Privativa da Carreira, "Assistente I", de Assessoria da Diretoria de Operações da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **02/01/2023 a 16/01/2023**, durante o impedimento da titular servidora **ROSANI APARECIDA DE BARROS**, matrícula nº. 64281024, Policial Penal, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1020, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Designar a servidora **SANDRA PEREIRA DA SILVA**, prontuário nº. 90965021, Policial Penal, para desempenhar a Função Privativa da Carreira Penitenciária, "Diretor de Unidade Penal de Média Complexidade", de Diretora do Estabelecimento Penal Feminino "Luiz Pereira da Silva" de Jatei/MS, da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **02/01/2023 a 16/01/2023**, em substituição a titular **SOLANGE PEREIRA DA SILVA**, prontuário nº. 81531021, Policial Penal, durante suas férias regulamentares, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

PORTARIA AGEPEN "P" Nº 1021, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Designar o servidor **URAMAR PEREIRA KOSLOSKI FILHO**, matrícula nº 313473022, Policial Penal, para desempenhar a Função Privativa da Carreira Penitenciária, "Chefe de Núcleo", de Chefe do Núcleo de Protocolo da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, no período de **02/01/2023 a 11/01/2023,** em substituição a titular **DARLENE ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula nº. 64633023, Policial Penal, durante suas férias regulamentares, com fulcro nos artigos 63 e 64, ambos da Lei 1.102 de 10 de outubro de 1990.

Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.

AUD DE OLIVEIRA CHAVES
Diretor-Presidente AGEPEN
Mat. 18128021

Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" AGEPREV n. 1142, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017, combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017 resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, ao servidor RONALDO LUIZ MORATO, matrícula n. 116929023, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, classe E, nível 5, código 70286, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, com fulcro no art. 6º, incisos I, II, III, IV e V, §1º, §2º e art. 7º, inciso I, e art. 8º, inciso I, todos da Lei Complementar n. 274, de 21 de maio de 2020, e no art. 4º, incisos I, II, III, IV e V, §1º, §2º, §6º, inciso I, §7º, inciso I, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 (Processo n. 71/030417/2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

PORTARIA "P" AGEPREV n. 1143, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR- PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017, combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017, resolve:

TRANSFERIR, a pedido, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, com proventos integrais e paridade, o Subtenente-PM EMILIO ACUNHA FILHO, matrícula n. 65084021, símbolo 644/STE/1/3, código 40015, com fulcro no art. 54, art. 86, inciso I, art. 89, inciso I, art. 90-B, inciso I, letras "a" e "b", todos da Lei Complementar n. 53, de 30 de agosto de 1990, com redação dada pela Lei Complementar n. 275, de 20 de julho de 2020 (Processo n. 31/077688/2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

PORTARIA "P" AGEPREV n. 1144, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 97 da Lei n. 3.150/2005, com as alterações promovidas pela Lei n. 5.101/2017, combinado com artigo 4º do Decreto n. 14.903/2017 resolve:

CONCEDER aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, ao servidor NATAL HENRIQUE MONTEIRO JUNIOR, matrícula n. 39052021, ocupante do cargo de Fiscal Estadual Agropecuário, classe H, nível 8, código 70286, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, com fulcro no art. 11, incisos I, II, III, IV, §2º, inciso I, e §3º, inciso I, da Lei Complementar n. 274, de 21 de maio de 2020, e art. 20, incisos, I, II, III, IV, §2º, inciso I, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019 (Processo n. 71/000081/2022).

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/002012/2022, INDEFERE o pedido de REVISÃO DE PROVENTOS, impetrado por ANTONIO FRANCISCO DOS SANTOS, matrícula n. 44304023, transferido para reserva remunerada no cargo de 2º Tenente-PM, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.995/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/502995/2020, INDEFERE o pedido de RESTITUIÇÃO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, impetrado por PAULO ROBERTO NUNES, matrícula n. 86795022, reformado no cargo de Tenente Coronel-PM, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.897/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 13/501056/2014, INDEFERE o pedido da manutenção de PENSÃO POR MORTE, impetrado por YASMIN KEMILY DO NASCIMENTO SANTOS, na condição de filha, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.924/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/013506/2022, INDEFERE o pedido de REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE, impetrado por LUCIANA CARVALHO BARROS, matrícula n. 425704021, na condição de Pensionista, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.970/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/014675/2021, DEFERE o pedido de PAGAMENTO RETROATIVO DE AUXÍLIO-INVALIDEZ, impetrado por JOÃO CARLOS MARTINS, matrícula n. 28043021, reformado no cargo de Soldado-PM, do mês de outubro de 2021 e 24 dias do mês de novembro de 2021, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.641/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/003572/2022, DEFERE o pedido de REVISÃO DE APOSENTADORIA, impetrado por LUCILA DE ARRUDA VICTORIO, matrícula n. 97728021, aposentada no cargo de Auxiliar de Administração, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.768/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/001759/2022, DEFERE o pedido de INCLUSÃO DE DEPENDENTE, impetrado por EROTILDES BRAULIO, matrícula n. 2999022, em que solicita a inclusão da dependente ERIKA CRISTINA BRAULIO AQUINO, na condição

de filha maior inválida, para fins de imposto de renda, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.612/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/006250/2021, DEFERE o pedido de INCLUSÃO DE DEPENDENTE, impetrado por PEDRO ANTONIO MERGIAN CAMINHA, matrícula n. 12472021, em que solicita a inclusão da dependente ARIANA ALLI DE ALMEIDA, na condição de companheira, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.547/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/012798/2022, DEFERE o pedido de INCLUSÃO DE DEPENDENTE, impetrado por SEBASTIÃO BARBOSA PINTO, matrícula n. 21010027, em que solicita a inclusão da dependente DÉBORA MORAES PINTO, na condição de filha, para fins previdenciários e de imposto de renda, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.929/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/012521/2022, DEFERE o pedido de INCLUSÃO DE DEPENDENTE, impetrado por OLDAIR MOREIRA GONZALES, matrícula n. 55853022, em que solicita a inclusão da dependente ROSEMAR BERTOLDI MOREIRA, na condição de cônjuge, para fins de imposto de renda, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.925/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/503117/2017, DEFERE a manutenção de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, em favor de ANTONIA GOES DE ALMEIDA, matrícula n. 35287023, aposentada no cargo de Professor, com reavaliação prevista até 29 de setembro de 2024, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.965/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/503131/2017, DEFERE a manutenção de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, em favor de TEREZA DALVA DE BARROS, matrículas n. 22714021 e n 22714023, aposentada nos cargos de Especialista de Serviços de Saúde/Professor, com reavaliação prevista até 23 de junho de 2024, em conformidade com os fundamentos contidos na

Manifestação n. 2.809/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/503129/2017, DEFERE a manutenção de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, em favor de NILSON DA PENHA SALOMEU MENDONÇA, matrícula n. 2355021, aposentado no cargo de Policial Penal, com reavaliação prevista até 19 de maio de 2024, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.934/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da reavaliação contida no Processo n. 55/012610/2022, DEFERE o pedido de REVISÃO DE APOSENTADORIA, impetrado por VANILTON MACHADO MORAES, matrícula n. 53210022, aposentado no cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 2.800/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

O Diretor-Presidente, no uso de suas atribuições legais e, em face da solicitação contida no Processo n. 55/012899/2022, DEFERE o pedido de ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA, impetrado por FRANCISCA CABANHAS DE OLIVEIRA, matrícula n. 319479021, na condição de pensionista, a contar de 28 de abril de 2022, em conformidade com os fundamentos contidos na Manifestação n. 3.120/2022/DIRB/AGEPREV.

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor-Presidente

APOSTILA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

Na Portaria "P" AGEPREV n. 0015, de 4 de janeiro de 2022, publicado no Diário Oficial n. 10.723, de 5 de janeiro de 2022, página n. 204, referente a aposentadoria voluntária – tempo especial, concedida a NILSON CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA, matrícula n. 59644022, foi feita a seguinte apostila (Processo n. 55/012795/2022):

ONDE CONSTA: "...CONCEDER aposentadoria voluntária - tempo especial, com proventos integrais e reajuste na mesma data, em índice não inferior ao fixado para os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, ao servidor NILSON CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA, matrícula n. 59644021, ocupante do cargo de Agente Penitenciário Estadual, função Segurança e Custódia, símbolo 496/ESP/1/7, código 40333, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, com fulcro no art. 5º, §2º e §3º da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019, combinado com art. 31-B, inciso II, §5º, art. 31-C, inciso VII, alínea "b" da Emenda Constitucional Estadual n. 82,de 13 de dezembro de 2019 e art. 1º, inciso II, alínea "a", da Lei Complementar Federal n. 51, de 20 de dezembro de 1985, com redação dada pela Lei Complementar Federal n. 144, de 15 de maio de 2014 e art. 1º da Lei Federal n. 10.887,de 18 de junho de 2004 e art. 33 e 76, §8º e §9º da Lei n. 3.150 de 22 de dezembro de 2005 ..."

PASSE A CONSTAR: "...CONCEDER aposentadoria voluntária - tempo especial, com proventos integrais e paridade, ao servidor NILSON CARLOS GARCIA DE OLIVEIRA, matrícula n. 63007021, ocupante do cargo de Agente Penitenciário Estadual, função Segurança e Custódia, símbolo 496/ESP/7, código 40333, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal do Estado de Mato Grosso do Sul, lotado na Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, com fulcro no art. 10º, §1º, da Lei Complementar n. 274, de 21 de maio de 2020, art. 5º, §1º, da Emenda Constitucional n. 103, de 12 de novembro de 2019, art. 1º, inciso II, alínea "a", da Lei

Complementar Federal n. 51, de 20 de dezembro de 1985, com redação dada pela Lei Complementar Federal n. 144, de 15 de maio de 2014 e art. 7º, da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003...”

CAMPO GRANDE-MS, 12 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor Presidente

APOSTILA DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL

Na Portaria “P” AGEPREV n. 1.364, de 3 de setembro de 2018, publicado no Diário Oficial n. 9.735, de 5 de setembro de 2018, página n. 53, referente a aposentadoria por invalidez concedida a CRISTIANO MELLO MONTEIRO, matrícula n. 98323025, foi feita a seguinte apostila, *sub judice*, conforme autos n. 0824329-69.2019.8.12.0001 (Processo n. 55/014112/2022):

ONDE CONSTA: “... APOSENTAR, por invalidez, com provento proporcional e reajuste na mesma data, em índice não inferior ao fixado para os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, o servidor CRISTIANO MELLO MONTEIRO, matrícula n. 98323024, com fulcro no art. 35, § 1°, 1ª parte, Combinado com art.76 e art. 77, todos da Lei n. 3.150 de 22 de dezembro de 2005 (Processo n. 31/200470/2018) ...”

PASSE A CONSTAR: “...APOSENTAR, por invalidez, *sub judice*, com provento integrais e reajuste na mesma data, em índice não inferior ao fixado para os benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, o servidor CRISTIANO MELLO MONTEIRO, matrícula n. 98323024, com fulcro no art. 35, § 1°, 2ª parte, Combinado com art.76 e art. 77, todos da Lei n. 3.150 de 22 de dezembro de 2005, conforme autos n. 0828201-68.2014.8.12.0001 (Processo n. 55/014112/2022) ...”

CAMPO GRANDE-MS, 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

JORGE OLIVEIRA MARTINS
Diretor Presidente

Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal

APOSTILA

DESPACHO DO DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

Apostilar a PORTARIA “P” IAGRO N. 525 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2022, publicada no Diário Oficial n. 11.016 de 20 de dezembro 2022, página 292, readaptação funcional.

Onde consta: “...(Processo 71/041271/2022).”;

Passe a constar: “...(Processo 71/041271/2021).”;

Campo Grande/MS, 20 de dezembro de 2022.

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente

PORTARIA “P” IAGRO N. 526, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar para exercer a Função de Confiança de Chefe de Divisão de Recursos Humanos/DRH, o servidor KLEITON CARDOSO DA ROCHA, Gerência Executiva e Assessoramento – DCA 10, matrícula 57511023, em substituição a titular SIMONE VERGINIA DE SOUZA CORVELONI, Direção Executiva e Assessoramento – DCA 8, matrícula 108636025, que estará em férias regulamentares, no período de 02/01/2023 a 21/01/2023, sem prejuízo de suas funções habituais.

Campo Grande/MS, 20 de dezembro de 2022.

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente

PORTARIA "P" IAGRO N. 527, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL E VEGETAL - IAGRO, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Designar para exercer a Função de Confiança de Chefe de Divisão de Defesa Sanitária Vegetal – DDSV, a servidora MARINA LANGE RUBIN, Fiscal Estadual Agropecuário, matrícula 26186021, em substituição a titular GISELE GARCIA DE SOUSA, Fiscal Estadual Agropecuário, matrícula 61822023, que está em férias regulamentares, no período de 19/12/2022 a 28/12/2022, sem prejuízo de suas funções habituais.

Campo Grande/MS, 20 de dezembro de 2022.

DANIEL DE BARBOSA INGOLD
Diretor Presidente

Fundação de Desporto e Lazer de Mato Grosso do Sul

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR o Servidor **DIEGO OLIVEIRA NOGUEIRA,** matricula n. 388307, para desempenhar a função de **Gestor/Fiscal do Termo de Cessão de Uso,** do Processo: n. 51/008.249/2021 Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis nº 048/2022; Cessionário: Município de ITAPORÃ**;** Objeto: *"O presente termo tem por objeto a cessão de uso, a título do total de 1 (um) módulo pertecente à Cedente, o qual ficarão alocados quadras de futebol society, e basquetebol em favor da Cessionária, no local indicado por esta", em conformidade com o artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993,* que será vigente 20 (vinte) anos a contar da assinatura do Contrato.
Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência ou adoção de medidas convenientes.

Campo Grande, 21 de novembro de 2022.

SILVIO LOBO FILHO
Diretor-Presidente/Fundesporte

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR o Servidor **DIEGO OLIVEIRA NOGUEIRA,** matricula n. 388307, para desempenhar a função de **Gestor/Fiscal do Termo de Cessão de Uso,** do Processo: n. 51/008.869/2021 Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis nº 039/2022; Cessionário: Município de JAPORÃ**;** Objeto: *"O presente termo tem por objeto a cessão de uso, a título do total de 1 (um) módulo pertecente à Cedente, o qual ficarão alocados quadras de futebol society em favor da Cessionária, no local indicado por esta", em conformidade com o artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993,* que será vigente 20 (vinte) anos a contar da assinatura do Contrato.
Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência ou adoção de medidas convenientes.

Campo Grande, 21 de novembro de 2022.

SILVIO LOBO FILHO
Diretor-Presidente/Fundesporte

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE DESPORTO E LAZER DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve:

DESIGNAR o Servidor **DIEGO OLIVEIRA NOGUEIRA,** matricula n. 388307, para desempenhar a função de **Gestor/Fiscal do Termo de Cessão de Uso,** do Processo: n. 51/008.091/2021 Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis nº 069/2022; Cessionário: Município de CORGUINHO**;** Objeto: *"O presente termo tem por objeto a cessão de uso, a título do total de 1 (um) módulo pertecente à Cedente, o qual ficarão alocados quadras de futebol society, e basquetebol em favor da Cessionária, no local indicado por esta"***,** *em conformidade com o artigo 67, da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993,* que será vigente 20 (vinte) anos a contar da assinatura do Contrato.
Compete ao fiscal do contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto ou da prestação do serviço, a fim de que as normas que regulam o instrumento contratual sejam devidamente observadas, anotando em registro próprio todas as ocorrências e reportando-se à autoridade competente quando necessária providência ou adoção de medidas convenientes.

Campo Grande, 21 de novembro de 2022.

SILVIO LOBO FILHO
Diretor-Presidente/Fundesporte

Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul

PORTARIA "P" FUNSAU Nº 479 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em conformidade com o estabelecido na Lei n. 5.175, de 6 de abril de 2018, com redação dada pelo Anexo XVII da Lei n. 5.305, de 21 de dezembro de 2018, e no Decreto "P" n. 1.615, de 04 de novembro de 2019, resolve:

CONCEDER Prorrogação por 60 (sessenta) dias da duração da Licença Maternidade às servidoras abaixo relacionadas, pertencentes ao Quadro Permanente do Estado de Mato Grosso do Sul, lotadas na Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul, a, com fulcro no artigo 2°, da Lei Federal nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, combinado com a Lei Estadual nº 3.855, de 30 de março de 2010.

Nome E Matrícula	Cargo	Período	
		Início	Fim
Josinice Munieri Ferreira Mat: 431825021	Assistente Social	03/04/2023	01/06/2023

CAMPO GRANDE-MS, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

JULIANA FÁTIMA FERNANDES DORIGÃO
Diretora Administrativa

LÍVIO VIANA DE OLIVEIRA LEITE
Diretor-Presidente
Fundação Serviços de Saúde de MS

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

DEFENSORA PÚBLICA-GERAL: Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira
PRIMEIRO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Homero Lupo Medeiros
SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL: Anderson Chadid Warpechowski
CORREGEDOR-GERAL: Marcos Francisco Perassolo
SUBCORREGEDORA-GERAL: Salete de Fátima do Nascimento

Atos de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 22.0.000000546-4
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022
UASG: 926.605

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de MATERIAL DE COPA E COZINHA, para atender a demanda da Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme as quantidades, característica e especificações descritas no edital e seus anexos.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela PORTARIA "S" DPGE nº 588/2022 de 20 de setembro de 2022, torna público a abertura da licitação que será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**,** regulamentos do sistema eletrônico de compras governamentais utilizado na Administração Pública Federal SIASG – compras.gov.br, Resolução DPGE nº 201, de 05 de novembro de 2019 e no que couber, das determinações constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e disciplinada no Estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Complementar n. 197/2014 e pelo Decreto n. 12.683/08, segundo as condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e seus anexos.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO: Designação efetuada pelo Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, em 20/12/2022.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: às **9h30min (horário de Brasília)** do dia **04 de janeiro de 2023** pelo endereço eletrônico: **www.comprasgovernamentais.gov.br.**

EDITAL: O Edital e seus anexos poderá ser retirado no sítio oficial da Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, **www.defensoria.ms.def.br** ou pelo site **www.comprasgovernamentais.gov.br – (www.compras.gov.br)** bem como na Coordenadoria de Licitações da DPE/MS, localizada na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Parque dos Poderes, Bloco IV, Campo Grande – MS, nos dias úteis, no horário: 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Tel. (67) 3318-2517 – www.defensoria.ms.def.br e-mail: **pregoeiro@defensoria.ms.def.br**.

Campo Grande – MS, 20 de dezembro de 2022.
Andrei Francisco Dávalo Mendonça
Pregoeiro – DPGE/MS
Coordenadoria de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO SEI Nº 22.0.000001258-4
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2022
UASG: 926.605

OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na confecção de carimbos, placas de homenagens, chaves de diversos modelos e troca ou manutenção de fechaduras e afins, para atender a demanda da Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme as quantidades, característica e especificações descritas no edital e seus anexos.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pela PORTARIA "S" DPGE nº 588/2022 de 20 de setembro de 2022, torna público a abertura da licitação que será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002**,** regulamentos do sistema eletrônico de compras governamentais utilizado na Administração Pública Federal SIASG – compras.gov.br, Resolução DPGE nº 201, de 05 de novembro de 2019 e no que couber, das determinações constantes da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e disciplinada no Estado de Mato Grosso do Sul pela Lei Complementar n. 197/2014 e pelo Decreto n. 12.683/08, segundo as condições estabelecidas no Instrumento Convocatório e seus anexos.

ATO DE DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO E DA EQUIPE DE APOIO: Designação efetuada pelo Segundo Subdefensor Público-Geral do Estado, em 20/12/2022.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: às **9h30min (horário de Brasília)** do dia **10 de janeiro de 2023** pelo endereço eletrônico: **www.comprasgovernamentais.gov.br.**

EDITAL: O Edital e seus anexos poderá ser retirado no sítio oficial da Defensoria Pública-Geral do Estado de Mato Grosso do Sul, **www.defensoria.ms.def.br** ou pelo site **www.comprasgovernamentais.gov.br – (www.compras.gov.br)** bem como na Coordenadoria de Licitações da DPE/MS, localizada na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, s/n, Parque dos Poderes, Bloco IV, Campo Grande – MS, nos dias úteis, no horário: 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: Tel. (67) 3318-2517 – www.defensoria.ms.def.br e-mail: **pregoeiro@defensoria.ms.def.br**.

Campo Grande – MS, 20 de dezembro de 2022.
Andrei Francisco Dávalo Mendonça
Pregoeiro – DPGE/MS
Coordenadoria de Licitações

MUNICIPALIDADES

Prefeitura Municipal de Agua Clara

Aviso de Licitação. Processo Administrativo n° 283/2022. Pregão Eletrônico n° 004/2023
O Município de Água Clara/MS, torna público a abertura da Licitação, que será regida nos termos da Legislação em vigor e condições constantes no edital: Tipo: Menor Preço Por item. Objeto: Registro de preços para a aquisição de Cestas Básicas (Gêneros Alimentícios) para atender as necessidades dos usuários em situação de vulnerabilidade socioeconômicas, acompanhados pelos Programas ofertados pelo CRAS-Centro de Referência de Assistência Social, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, em conformidade com as especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, Edital e seus anexos. Recebimento e Abertura das Propostas: ás 08:00 horas (horário local) – 09h00min (Brasília-DF) do dia 18 de janeiro de 2023. Local: https://comprasbr.com.br/ - "Acesso Identificado". Edital: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Portal ComprasBR no endereço eletrônico: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado" - Portal de Transparência do Município no endereço: http://189.86.4.18:8079/transparencia/ - Portal de Compras e Edital no endereço: http://189.86.4.18:8079/comprasedital/. Demais informações poderão ser solicitadas no Setor de Licitações localizado na Rod. BR 262, Km 135, s/n, Centro, CEP 79.680-000, ou pelo e-mail edital@pmaguaclara.ms.gov.br. Informações: Telefone (067) 3239-1291 das 07h00min ás 13h00min (horário local). Se ocorrer feriado ou outros fatos impeditivos, que impeça a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil que se seguir, no mesmo local e horário.

Água Clara/MS, 20 de dezembro de 2022.

Izequias Moreira Dias
Pregoeiro

Extrato do Contrato n° 286/2022. Processo Administrativo nº 278/2022. Inexigibilidade nº 020/2022. Partes: Prefeitura Municipal de Água Clara/MS,e a empresa A C dos Santos Filho ME. Objeto: contratação de empresa especializada para ministrar curso de inteligência emocional, intitulado de MNP (método novos passos), criado pelo professor Alci Filho, para os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação, da Prefeitura Municipal de Água Clara/MS, o curso será ministrado conforme calendário escolar do ano letivo de 2023. Valor Total: 70.000,00 (setenta mil reais). Vigência: O prazo de vigência do Contrato será até 15 de março de 2023, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante aditamento, nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações. Vigência Inicial: 16/12/2022. Vigência Final: 15/03/2023. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves – Secretária Municipal de Educação – Adriana Rosimeire Pastori Fini. Contratada: A C dos Santos Filho ME – Alci Cardoso dos Santos Filho

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2022 ao Contrato n° 001/2022. Processo Administrativo nº 001/2022. Dispensa de Licitação nº 001/2022. Partes: Município de Água Clara/MS, e a Fundação de Apoio à Pesquisa ao Ensino e a Cultura (Fapec). Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo nº 001/2022. Da prorrogação de prazo - A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogada pelo prazo de mais 90 (noventa) dias, tendo seu início em 12/01/2023 com término em 12/04/2023. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com no art.57, inciso II, § 2°, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 19/12/2022. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e a Secretária Municipal de Administração – Luciana de Jesus Campos da Silva. Empresa Contratada: Fundação de Apoio a Pesquisa ao Ensino e a Cultura. – Nilde Clara de Souza Benites Brun.

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2022 ao Contrato n° 114/2022. Processo Administrativo nº 050/2022. Pregão Presencial nº 003/2022. Partes: Município de Água Clara/MS, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa Panificadora Pão do Dia Ltda. Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo nº 114/2022. Da prorrogação de prazo - A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogada pelo prazo de mais 03 (três) meses, tendo seu início em 31/12/2022 com término em 31/03/2023. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com no art.57, § 2°, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 19/12/2022. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e a Secretaria Municipal de Saúde – Morgana Espinosa. Empresa Contratada: Panificadora Pão do Dia Ltda.- Raul Alves Neves

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2022 ao Contrato n° 172/2022. Processo Administrativo nº 119/2022. Pregão Presencial nº 008/2022. Partes: Município de Água Clara/MS, através e a empresa Panificadora Pão do Dia Ltda. Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo nº 172/2022. Da prorrogação de prazo - A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogada pelo prazo de mais 03 (três) meses, tendo seu início em 31/12/2022 com término em 31/03/2023. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com no art.57, § 2°, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data:

16/12/2022. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e a Secretaria Municipal de Educação – Adriana Rosimeire Pastori Fini, Secretária Municipal de Cultura – Jurema Nogueira de Matos, Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – Andreéle Marques André. Empresa Contratada: Panificadora Pão do Dia Ltda.- Raul Alves Neves

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2022 ao Contrato n° 173/2022. Processo Administrativo nº 119/2022. Pregão Presencial nº 008/2022. Partes: Município de Água Clara/MS, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa Panificadora Pão do Dia Ltda. Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo nº 173/2022. Da prorrogação de prazo - A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogada pelo prazo de mais 03 (três) meses, tendo seu início em 31/12/2022 com término em 31/03/2023. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com no art.57, § 2°, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 16/12/2022. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e a Secretaria Municipal de Saúde – Morgana Espinosa. Empresa Contratada: Panificadora Pão do Dia Ltda.- Raul Alves Neves

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2022 ao Contrato n° 174/2022. Processo Administrativo nº 119/2022. Pregão Presencial nº 008/2022. Partes: Município de Água Clara/MS, através do Fundo Municipal de Assistência Social e a empresa Panificadora Pão do Dia Ltda. Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo nº 174/2022. Da prorrogação de prazo - A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogada pelo prazo de mais 03 (três) meses, tendo seu início em 31/12/2022 com término em 31/03/2023. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com no art.57, § 2°, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 16/12/2022. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e a Secretaria Municipal de Assistência Social – Dayane Rosa Peres. Empresa Contratada: Panificadora Pão do Dia Ltda.- Raul Alves Neves

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2022 ao Contrato n° 217/2022. Processo Administrativo nº 152/2022. Pregão Eletrônico nº 048/2022. Partes: Município de Água Clara/MS, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa Elo Têxtil Ltda. Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo nº 217/2022. Da prorrogação de prazo - A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogada pelo prazo de mais 04 (quatro) meses, tendo seu início em 31/12/2022 com término em 30/04/2023. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com no art.57, § 2°, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 19/12/2022. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e a Secretaria Municipal de Saúde – Morgana Espinosa. Empresa Contratada: Elo Têxtil Ltda. – Lissu Monalise Guimarães.

Extrato de Termo Aditivo n° 001/2022 ao Contrato n° 227/2022. Processo Administrativo nº 139/2022. Pregão Eletrônico nº 046/2022. Partes: Município de Água Clara/MS, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa LLima Engenharia Comercio e Serviços Ltda. Objeto: Aditivo de prorrogação de prazo nº 227/2022. Da prorrogação de prazo - A duração do instrumento de contrato celebrado fica doravante prorrogada pelo prazo de mais 03 (três) meses, tendo seu início em 31/12/2022 com término em 31/03/2023. Fundamento legal: O presente Termo Aditivo é celebrado de acordo com no art.57, § 2°, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e demais alterações posteriores correlatas. Data: 19/12/2022. Assinantes: Contratante: Município de Água Clara/MS - Gerolina da Silva Alves - Prefeita Municipal e o Secretaria Municipal de Saúde – Morgana Espinosa. Empresa Contratada: LLima Engenharia Comercio e Serviços Ltda. – Luis Moreira de Lima.

Termo de Ratificação. A Prefeita do Munícipio de Água Clara/MS, no uso de suas atribuições e fundamentada no inciso II e IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme solicitação e justificativas exaradas no processo abaixo, tendo como contratação de empresa especializada para fornecimento de medicamentos para o paciente Cauini Silva Godois, em atendimento aos autos 0800900-21.2022.8.12.0049, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no termo de referencia, solicitado pela da Secretaria Municipal de Saúde. Ratifico a dispensa de licitação, em cumprimento às determinações contidas no art. 26, da Lei retro mencionada. Processo Administrativo n° 295/2022. Dispensa de Licitação n° 087/2022. Empresa no menor valor: Dimeva Distribuidora e Importadora Ltda CNPJ: nº. 76.386.283/0001-13. Valor: R$ 4.220,00 (quatro mil, duzentos e vinte reais). Água Clara/MS, 20 de dezembro de 2022.

Gerolina da Silva Alves
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Amambai

REPUBLICA POR INCORREÇÃO- EXTRATO DO DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATUALIZAÇÃO Nº 001/2021
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Amambai/MS.
CONVENENTE: Sociedade Amigos de Amambai.

INTERVENIENTE: Estado de Mato Grosso do Sul.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o aporte de recursos financeiros oriundos do Fundo Municipal de Saúde de Amambaí/MS, a título de apoio ao custeio hospitalar e ambulatorial, no mês de dezembro/2021, em parcela única.
VALOR: 300.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: O presente instrumento é celebrado com fundamento na Constituição Federal, em especial em seus artigos 196 e seguintes; na Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal; na Lei Federal nº 8.666/1993, nas Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90 e suas alterações posteriores (Lei Orgânica da Saúde); Decreto Federal nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 424/MP/MF/CGU2016 (Regulamentação sobre Repasses Federais); Portaria de Consolidação nº 02 de 28 de setembro de 2017; o Decreto Estadual nº 11.261/2003; na Resolução nº 782/SES-MS/2007 e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie e alterações posteriores.
FORO: Comarca de Amambaí/MS
ASSINAM: Pela concedente: Edinaldo Luiz de Melo Bandeira – Prefeito Municipal.
CPF: 663.061.161-68
Pela convenente: Alcides Charão Mariano – Presidente.
CPF: 052.951.061-87
Pela interveniente: Geraldo Resende Pereira – Secretário Estadual de Saúde.
CPF: 128.969.181-91
Pelo Fundo Municipal de Saúde: Dirlene Silveira dos Santos Zanetti Rodrigues – Secretária Municipal de Saúde.
CPF: 011.532.951-05
LOCAL E DATA: Amambai/MS, 22 de novembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Brasilândia

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO

Processo: Nº 6071 / 2022. Modalidade: Tomada de Preços N°. 13 /2022. Objeto: Contratação de empresa para Reforma de Pontes de Madeira (Ponte Almanara; Ponte Faz. São João do Café (Teru); Ponte Faz. Paraiso; Ponte Faz. Savana), do MUNICIPIO DE BRASILÂNDIA - MS, conforme condições e especificações constantes no Edital e Anexos. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: Dia 09/01/2023, às 08:00 horas, no paço municipal. Os interessados em participarem da presente licitação poderão retirar a pasta do edital, junto ao Núcleo de Licitações, situado à rua Elviro Mancini, nº 530, centro de Brasilândia – MS, no horário das 07:00 as 13:00 horas. O edital também estará disponível no site www.brasilandia.ms.gov.br. Brasilândia–MS, 20/12/2022. Carlos A. Ávila da Silva – Núcleo de Licitações

Prefeitura Municipal de Campo Grande

AVISO DE RESULTADO

O Município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Secretaria-Executiva de Compras Governamentais - SECOMP, torna público aos interessados o RESULTADO do evento a seguir informado, referente a documentação apresentada para a sessão de 22.07.2022, sendo o procedimento homologado e o objeto adjudicado pela Exma. Senhora Prefeita, em 20.12.2022:
CREDENCIAMENTO: 003/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 42.429/2021-81
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A REALIZAÇÃO DE APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS, MUSICAIS, TEATRAIS, GRUPOS E/OU ESCOLAS E/OU CIAS DE DANÇAS, ESPETÁCULOS, INTERVENÇÕES, EXPERIMENTOS, LITERATURA, ESQUETES, OFICINAS, VEICULAÇÕES VIA INTERNET, ENTRE OUTRAS ATIVIDADES
REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Campo Grande - SECTUR
As demais informações quanto ao credenciamento, poderão ser acessadas por meio do link: https://transparencia.campogrande.ms.gov.br/licitacoes/?detalha_post=licitacao&ano=2022&codgec=1&codtli=CR&numcom=003
Campo Grande - MS, 20 de dezembro de 2022.
MÁRIO JUSTINIANO DE SOUZA FILHO - Coordenador de Processamento das Licitações
KASSIANY FELICCITA DE SOUZA MEDEIROS - Presidente da Comissão

Prefeitura Municipal de Corumbá

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Processo – nº 27.405/2022 – Carta Convite nº 03/2022 Contrato Administrativo Nº 048/2021 – SMISP. Contratada: AC7 CONSTRUTORA & PROJETO LTDA. Contratante: Município de Corumbá/Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos: Contratação de Empresa especializada para prestação de serviços de Consultoria para elaboração de projeto estrutural para recuperação do Cais do Porto, no Município de Corumbá/MS
Cláusula Primeira – O objetivo do presente aditivo contratual é a prorrogação dos prazos de execução e vigência contratual em 30(trinta) dias, sem reflexo financeiro, contados a partir do encerramento dos prazos estipulados anteriormente, conforme justificativa técnica e manifestação jurídica constante nos autos do Processo Administrativo nº 27405/2022 – Carta Convite nº 03/2022. Cláusula Segunda – As partes ora contratantes

ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las.
Cláusula Terceira – O presente Termo Aditivo Contratual tem por base legal a Lei 8.666/93 e suas alterações .
Data da Assinatura: 05/12/2022
Assinam: Ricardo Campos Ametlla – Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos / AC7 CONSTRUTORA & PROJETO LTDA.

TERMO HOMOLOGAÇÃO / ADJUDICAÇÃO
A Diretora Presidente da Fundação de Turismo do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Com fundamento no inciso VI, do art. 43, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, e conforme o que consta do Processo nº 7313/2020, HOMOLOGAR/ ADJUDICAR o procedimento licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº. 27/2022, cujo objeto é: Contratação de empresa para construção de letreiro "Eu Amo Corumbá" em pontos turísticos - Porto Geral, Cristo Rei do Pantanal, Estrada Parque BR262, Entrada da Cidade e Rotatória da Fronteira na Avenida Ramão Gomes, no município de Corumbá/MS, pela proposta mais vantajosa para Administração Pública Municipal, a proposta da Empresa AC7 Construtora & Projeto Ltda, inscrita no CNPJ nº. 43.982.732/0001-37, sendo o valor total de R$ 225.872,17 (duzentos e vinte e cinco mil oitocentos e setenta e dois reais e dezessete centavos).
Data de Assinatura: 19/12/2022.
Assina: Elisângela Sienna da Costa Oliva - Diretora-Presidente da Fundação de Turismo do Pantanal

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34284/2022 , PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2022, ATA Nº 09/2022.
PARTES: MUNICÍPIO DE CORUMBÁ/MS por intermédio da FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DO PANTANAL e a empresa SELBETTI TECNOLOGIA S.A , CNPJ; 83.483.230/0001-86.
OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa especializada em locação de equipamento de informática (impressoras), com fornecimento de insumos, para atender as demandas das Secretarias, Fundações e Agências da Prefeitura Municipal de Corumbá.
VALOR: R$ 43.320,00 (Quarenta e Três Mil Trezentos e Vinte Reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
27.94 - FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DO PANTANAL
2794.04.123.0104.4150 - GERIR A FUNDAÇÃO DE MEIO AMBIENTE DO PANTANAL
3.3.90.40.00 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação
960 - FICHA ORÇAMENTÁRIA
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura
DATA DE ASSINATURA: 08/12/2022.
ASSIM: Sra. Ana Cláudia Moreira Boabaid- Diretora Presidente da Fundação de Meio Ambiente do Pantanal e - Sr. José Nauro Selbach Junior - Selbetti Tecnologia S.A.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 33/2021,
Pelo presente instrumento de 1º Aditivo Contratual, o MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, representada por sua Secretária, BEATRIZ SILVA ASSAD, e a empresa MAIS SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS, já qualificada anteriormente nos autos, anuem aditar o contrato entre eles firmado, nos seguintes termos:
Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 33/2021, pelo período de 12 (doze) meses, a contar do término do prazo anteriormente estipulado, conforme justificativa e documentação apresentada aos autos do processo nº 2831/2021, as quais se considerarão parte integrante deste instrumento.
Cláusula Segunda: As partes ora contratantes ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las.
Cláusula Terceira: O presente Termo Aditivo Contratual tem por base legal a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas.
Corumbá-MS, 10 de Novembro de 2022.
Assinam: Beatriz Silva Assad – Secretário Municipal de Saúde e EMPRESA MAIS SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 34/2021,
Pelo presente instrumento de 1º Aditivo Contratual, o MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, representada por sua Secretária, BEATRIZ SILVA ASSAD, e a empresa MOUSSA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, já qualificada anteriormente nos autos, anuem aditar o contrato entre eles firmado, nos seguintes termos:
Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do Contrato Administrativo nº 34/2021, pelo período de 12 (doze) meses, a contar do término do prazo anteriormente estipulado, conforme justificativa e documentação apresentada aos autos do processo nº 2831/2021, as quais se considerarão parte integrante deste instrumento.
Cláusula Segunda: As partes ora contratantes ratificam, em todos os seus termos, as demais cláusulas do contrato ora aditado, obrigando-se a respeitá-las.
Cláusula Terceira: O presente Termo Aditivo Contratual tem por base legal a Lei nº 8.666/93 e suas alterações

posteriores.
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em 03 (três) vias na presença de duas testemunhas.
Corumbá-MS, 10 de Novembro de 2022.
Assinam: Beatriz Silva Assad – Secretário Municipal de Saúde e EMPRESA MOUSSA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 62/2019
Pelo presente instrumento de Quarto Termo Aditivo Contratual, o Município de Corumbá, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, representada por sua titular Beatriz Silva Assad, e a empresa CERDIL – CENTRO DE RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA, já qualificados anteriormente nos autos, anuem em aditar o contrato entre eles firmado, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 62/2019, pelo período de 12 (doze) meses, a contar do término do prazo anteriormente estipulado, nos termos do artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa e documentação apresentada nos autos do processo nº 48507/2018, as quais se considerarão parte integrante deste instrumento.
CLÁUSULA SEGUNDA: As partes ratificam e mantêm inalteradas as cláusulas inicialmente contratadas.
Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03(três) vias na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também o assinam..
Corumbá-MS, 04 de Novembro de 2022.
Assinam: Beatriz Silva Assad – Secretário Municipal de Saúde e EMPRESA CERDIL – CENTRO DE RADIOLOGIA E DIAGNÓSTICO POR IMAGEL LTDA.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 63/2019
Pelo presente instrumento de Quarto Termo Aditivo Contratual, o Município de Corumbá, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, representada por sua titular Beatriz Silva Assad, e a empresa PRONTOCLIN MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA, já qualificados anteriormente nos autos, anuem em aditar o contrato entre eles firmado, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 63/2019, pelo período de 12 (doze) meses, a contar do término do prazo anteriormente estipulado, nos termos do artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa e documentação apresentada nos autos do processo nº 48507/2018, as quais se considerarão parte integrante deste instrumento.
CLÁUSULA SEGUNDA: As partes ratificam e mantêm inalteradas as cláusulas inicialmente contratadas.
Por estarem justos e acordados, assinam o presente em 03(três) vias na presença de duas testemunhas que a tudo assistiram e também o assinam.
Corumbá-MS, 04 de Novembro de 2022.
Assinam: Beatriz Silva Assad – Secretário Municipal de Saúde e EMPRESA PRONTOCLIN MEDICINA DIAGNÓSTICA LTDA.

Extrato do Contrato n° 03/2022 – SEFIN – Processo nº 6.208/2022.
Partes: Município de Corumbá – Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento e a Empresa Selbetti Tecnologia S/A.
Objeto: Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada em locação de equipamento de informática (impressoras), com fornecimento de insumos, para atender as demandas das Secretarias, Fundações e Agências da Prefeitura Municipal de Corumbá.
Valor Global: 317.100,00 (Trezentos e Dezessete Mil e Cem Reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Dotação Orçamentária:
35.00 – Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
35.10 – Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
04.122.0104.4071 – Gerenciamento das Atividades da Gestão Administrativa
3.3.90.40.99– Outros serviços de TIC
Base Legal: Lei n° 8.666/93 e suas alterações.
Data de Assinatura: 10/12/2022.
Assinam: Luiz Henrique Maia de Paula - Secretário Municipal de Finanças e Orçamento e a Empresa Selbetti Tecnologia S/A.

Aviso de Resultado/Adjudicação de Licitação
Pregão Eletrônico nº105/2022 – Processo nº 17.375/2022
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde. O Município Corumbá-MS, através do pregoeiro, comunica a Contratação de serviço especializado para locação de equipamentos de controle de acesso (catracas eletrônicas), incluindo instalação, software, treinamento, manutenção, suporte técnico e o fornecimento dos demais insumos necessários ao funcionamento adequado, para atender as novas instalações do Pronto Socorro Municipal. Empresa vencedora CEO SISTEMAS E COMERCIO DE RELÓGIO DE PONTO EIRELI (15385833000195) com o lote: 1 no valor total de R$71.640,00 (setenta e um mil e seiscentos e quarenta reais).
Corumbá, 20 de dezembro de 2022.
Roberto Thadeu Almirão Nantes Komiyama / Pregoeiro.

Extrato do CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34296/2022.
Partes: O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.330.461/0001-10, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA e a empresa SELBETTI TECNOLOGIA S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.483.230/0001-86.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de equipamento de informática (impressoras), com fornecimento de insumos, para atender as demandas das unidades administrativas vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.
VIGÊNCIA: O presente instrumento contratual terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, independente do prazo de garantia, podendo ser prorrogado em conformidade com a Lei n° 8.666/93 e posterior alterações.
PREÇO: O valor global do presente contrato é de R$ 351.060,00 (Trezentos e cinquenta e um mil e sessenta reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02.42 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
02.4292 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0101.2635 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – BPSB
08.244.0101.8667 – BLOCO PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – BPSB
08.244.0101.2636 – DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.244.0101.2637 – BLOCO GESTÃO BOLSA FAMÍLIA – GBF
33.90.40.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
02.42 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
02.4210 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
08.122.0101.2560 – GERENCIAMENTO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
33.90.40.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
PAGAMENTO: O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea ‘’a’’, combinado com o art. 73, inciso II, alínea ‘’b’’, da lei n° 8.666/93 e alterações.
ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS: Os produtos, objeto deste contrato, deverá ser prestado no município de Corumbá-MS, após a sua assinatura, nas unidades administrativas vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, devidamente especificados no Termo de Referência (anexo I’’A’’), parte integrante deste edital.
GESTOR E FISCAL: Ficará designado a servidora Laura Helena Midon Fonseca, matrícula n° 6930 para exercer a função de Gestor do Contrato e o servidor Jeferson dos Santos Pimenta, matrícula n° 9229, para exercer a função de Fiscal do Contrato.
Corumbá, MS. 08 de dezembro de 2022.
Assinam: Amanda Cristiane Balancieri Iunes- Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania e Selbetti Tecnologia S.A.

Termo de Retificação de Publicação do Diário Oficial do Estado nº 10.967 de 19/10/2022, pág. 224.
Retifica-se por incorreção referente ao Aviso de Resultado/Adjudicação de Licitação do Processo nº 285/2022.
Onde se lê: (...) SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
Leia-se: (...) SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E PLANEJAMENTO

Prefeitura Municipal de Costa Rica

AVISO DA PRORROGAÇÃO DA LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2022, PROCESSO Nº 1.938/2022, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. O MUNICÍPIO DE COSTA RICA, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Pregoeira Oficial, com fulcro na Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, torna público a PRORROGAÇÃO DA LICITAÇÃO do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, objetivando o **registro de preços para aquisição de materiais de limpeza urbana e EPIs (equipamentos de proteção individuais), para atender as necessidades de todas as Secretarias Municipais, incluindo a Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal de Políticas Públicas Para Mulheres,** cujo certame ocorrerá no dia **30 de dezembro de 2022 ás 09:00 horas (horário de Brasília),** através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital e anexos poderão ser retirados diretamente através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br, ou ainda através do site do Município de Costa Rica: http://www.costarica.ms.gov.br, no campo "licitações". Os interessados poderão obter mais informações junto a Comissão Permanente de Licitação no endereço, sito a Rua Ambrosina Paes Coelho, 228, centro, em Costa Rica/MS, CEP: 79.550-000, no Departamento de Licitações, através do telefone (67) 3247-7037 ou e-mail: licitacao@costarica.ms.gov.br. Costa Rica, 19 de dezembro de 2022, Letícia Barros da Silva, Pregoeira.

Prefeitura Municipal de Coxim

Aviso de licitação

O Fundo Municipal de Saúde de Coxim, Estado de Mato Grosso do Sul, através da sua gerência de gestão e licitações, por meio do diário oficial do município, torna público, a realização da licitação abaixo: Objeto:

Contratação de empresa especializada em construção civil para a Construção do Centro de Hemodiálise, neste Município de Coxim/MS com fornecimento de mão-de-obra qualificada necessária na forma estabelecida nas planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias, Cronograma Físico, e com base principal no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, doravante denominada SINAPI e outras fonte de custos e índices confiável, caso necessário. Processo Administrativo nº 692/2022. Tomada de Preços nº 016/2022. Edital nº 124/2022.Abertura da sessão: às 08h00 do dia 06/01/2023, (horário MS). Endereço da abertura da sessão: na sala anexa a casa da cidadania, localizada na Rua João Pessoa esquina com Herculano Pena, nº 435, Centro, Coxim-MS, o edital e seus anexos, encontram-se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.coxim.ms.gov.br. Os documentos que integram o edital serão disponibilizados somente em mídia digital a serem retirados na Gerência de Gestão e Licitações, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, mediante requerimento da licitante interessada à Gerência, assinada pelo seu representante legal, devendo fornecer cd/dvd/pen drive para extração de cópias ou no site de licitações da Prefeitura, no endereço eletrônico. Coxim-MS,19 de dezembro de 2022.Claudival Conceição de Araújo. Gerência de Gestão e Licitações.

Aviso de Licitação
A PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM - MS - Estado de Mato Grosso do Sul, através da sua gerência de gestão de licitações, por meio do diário oficial do município, torna público, a realização da licitação abaixo:
Objeto: Registro de Preços para a **aquisição futura e eventual de materiais de consumo (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS)**, para atender às necessidades da Prefeitura Municipais Coxim e todas as Secretarias**,** conforme descrito no Anexo II – Termo de Referência, deste Edital.
Pregão Eletrônico nº 085/2022.
Processo Administrativo nº 598/2022.
Recebimento das propostas as 08h do dia 20/12/2022 até às 08h29min do dia 05/01/2023. Abertura e julgamento das propostas 08h30 do dia 05/01/2023.
Início da sessão de disputa de preços às 09h00 min do dia 05/01/2023 (horário Brasília). Referência de tempo: horário de Brasília (DF).
O edital e seus anexos, encontram-se disponíveis aos interessados gratuitamente no site www.coxim.ms.gov.br.
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bllcompras.com
Coxim/MS, 19 de Dezembro de 2022.
Sueli Pereira da Silva
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Itaporã

RESULTADO DE JULGAMENTO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 371/2022
CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ**, por intermédio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação designado através da Portaria n° 002, de 05 de janeiro de 2022, no uso de suas atribuições, torna público o resultado final do certame licitatório em epígrafe. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para drenagem de aguas pluviais e pavimentação asfáltica no Jardim São Bento, Jardim Girassol, João D'deus, Vila Bom Jesus e Vila Porciúncula, no Município de Itaporã-MS, Conforme Convênio 905961/2020. **EMPRESA VENCEDORA: GERA-OBRAS TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI**, CNPJ: 30.665.011/0001-51, pelo valor global de R$ 3.945.604,96 (três milhões novecentos e quarenta e cinco mil seiscentos e quatro reais e noventa e seis centavos).
Itaporã-MS, 21 de dezembro de 2022.
JORGE PESSOA DE SOUZA FILHO - Presidente C.P.L

Prefeitura Municipal de Ivinhema

AVISO DE RESULTADO.HOMOLOGAÇÃO DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº 002/2022. Com base nas informações constantes no **processo administrativo nº 243/2022**, referente a alienação de veículos, maquinário e bens móveis, de propriedade do Município**, HOMOLOGO e ADJUDICO** o procedimento licitatório em favor dos arrematantes que cumpriram com as obrigações de pagamento, observado os termos do edital de leilão, conforme tabela abaixo, ficando assim encerrado o procedimento licitatório.

LOTE	ARREMATANTE	CPF/CNPJ	INICIAL	ARREMATE
02	RAMÃO CARLOS DE CAMPOS	325.543.621-49	10.000,00	15.000,00
03	DINIVALDO MACHADO	453.430.631-87	60.000,00	105.000,00
		SUB-TOTAL (R$)		**120.000,00**

TOTAL ARRECADADO (R$)	**483.550,00**

Ivinhema/MS, 19.12.2022.
JULIANO FERRO BARROS DONATO
PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO DE LICITAÇÃO.PREGÃO PRESENCIAL: 070/2022.PROCESSO LICITATÓRIO: 247/2022.A Secretaria Municipal de Educação do Município de Ivinhema, Estado de Mato Grosso do Sul através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, **torna público**, o resultado do processo supra.**OBJETO:** Contratação de Empresa para a seleção e registro dos menores preços para a eventual aquisição de kits materiais escolares para os alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Ivinhema/MS, **para atender o Exercício 2023,** conforme especificações constantes do Edital e seus anexos e do Termo de Referência.**EMPRESA CLASSIFICADA: AMV DISTRIBUIDORA, COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA** vencedor dos Lotes: 01, 02, 03 e 04, no valor total de R$ 516.829,50 (quinhentos e dezesseis mil oitocentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).Ivinhema-MS, 20 de Dezembro de 2022.**Alexsandra Ricken**"Pregoeira"

Processo Administrativo nº 230/2022 Pregão Eletrônico 050/2022. Extrato Ata de Registro de Preço 092/2022 PARTES: O Município de Ivinhema-MS, e a empresa **ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, EQUIMED EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA, OP QUIRINO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EIRELI EPP, MC PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA ME, HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI e CLAUDEIR BINATTI**. **OBJETO**: Registro de Preços para a Eventual Contratação de Empresa para **Aquisição de equipamentos/materiais permanentes e materiais e insumos hospitalares para atender o Hospital Municipal, Centro de Especialidades Medicas e Atenção Básica, da Rede de Saúde do Município de Ivinhema/MS**, e demais especificações e condições constantes no Edital e seus Anexos**. VALOR:** Valor Total da Ata de Registro de Preço R$ 22.885,28 (vinte e dois mil oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e oito centavos). **FISCAL DE CONTRATO:** Allan Zanelato da Silva e Antônio Alves Moreira. **ASSINATURAS**: Juliano Ferro Barros Donato e Anacleto Ferrari, Edelberto Valerio Junior, Osmar Pereira Quirino, Lia dos Santos Pereira, Weverton Luiz Coelho **FORO**: da comarca de Ivinhema-MS Ivinhema-MS, 14 de dezembro de 2022. **Juliano Ferro Barros Donato Prefeito Municipal**

Prefeitura Municipal de Jardim

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO. O Município de Jardim-MS, torna público, para conhecimento dos interessados a presente retificação para realizar a seguinte correção no extrato da publicação veiculada no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Mato Grosso do Sul nº11.018, de 20 de dezembro de 2022, Página 308. ONDE SE LÊ: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 163/2022. **LEIA-SE:** PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 166/2022. Jardim-MS, 20 de dezembro de 2022. **NYELI SIMONE PORTELA DA CUNHA- DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES.**

Prefeitura Municipal de Jaraguari

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2022
Modalidade: Pregão Eletrônico nº 035/2022, Processo Licitatório de n°099/2022. Órgão Gerenciador: Município de Jaraguari. Vigência: 12 (Doze) meses. Objeto: Registro de preços para futura aquisição de combustíveis (diesel s10, diesel comum, gasolina comum, etanol) e arla 32, para atender às demandas das secretarias municipais e gabinete do prefeito do Município de Jaraguari – MS. DAHM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 24.658.296/0001-09, no valor global de R$ 3.624.840,00 (três milhões seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e quarenta reais).

EMPRESA	DAHM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA.						
CNPJ:	24.658.296/0001-09						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	8473	ARLA 32 - Agente Redutor de Líquido Automotivo, solução de uréia automotiva e água desmineralizada a 32,5% em massa, incolor, balde de 20 litros.	UN	132	CLASSIC QUIMICA	R$130,00	R$ 17.160,00
2	810	DIESEL COMUM - óleo diesel metropolitano, fase quatro do conama, com teor máximo de enxofre de 0,2% (p/p).	LITRO	201.500	VIBRA PETROBRAS	R$ 6,780	R$ 1.366.170,00
3	9198	DIESEL S10 - O Óleo Diesel S-10 possui um teor muito menor de enxofre, reduz drasticamente as emissões de SO^2 e os NOx (óxidos de nitrogênio) o Óleo Diesel S-10 é especialmente direcionado para a frota de caminhões e ônibus.	LITRO	250.000	VIBRA PETROBRAS	R$ 6,890	R$ 1.722.500,00

4	13373	ETANOL (ALCOOL COMBUSTIVEL) -Substância química com fórmula molecular C2H6O, produzida especialmente via fermentação de açúcares. É um bicombustível utilizado em motores de combustão interna com ignição por centelha (Ciclo Otto) em substituição especialmente à gasolina e em contraponto a outros combustíveis fósseis.	LITRO	5.000	V I B R A PETROBRAS	R$ 4,120	R$ 20.600,00
5	811	GASOLINA COMUM - Mistura complexa de hidrocarbonetos relativamente voláteis que podem variar de 5 a 12 carbonos. Usualmente, é formada por centenas desses compostos químicos independentemente de sua origem. É uma mistura que pode ser obtida: pela destilação fracionada do petróleo em refinaria ou via processos químicos complexos e ainda pela mistura mecânica de correntes de hidrocarbonetos líquidos, conhecida como formulação.	LITRO	98.500	V I B R A PETROBRAS	R$ 5,060	R$ 498.410,00
TOTAL DO FORNECEDOR R$ 3.624.840,00 (três milhões seiscentos e vinte e quatro mil oitocentos e quarenta reais).							

DATA DA ASSINATURA: 15/12/2022.

EDSON RODRIGUES NOGUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Laguna Carapã

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 198/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2022
AMPLA CONCORRÊNCIA
O MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ – MS, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, torna público, que realizará licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM",** que será regido, processado e julgado em conformidade com o disposto na Lei Federal n° 10.520/2002, Lei Federal n° 8.666/1993, e alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações e Decreto Municipal nº 13/2013.
OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de combustível tipo (Etanol, Gasolina Comum, Óleo Diesel S-10 e Óleo Diesel Comum), retirados na bomba do estabelecimento, para atender a frota de veículos e maquinários pertencentes à Prefeitura Municipal de Laguna Carapã/MS, para o exercício de 2023, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, edital e seus anexos.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: 04 de janeiro de 2023 às 09:00 horas (horário local).
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Prefeitura Municipal, sito à Av. Erva Mate, nº 650, Bairro Centro, Coordenadoria Geral de Licitações, Município de Laguna Carapã/MS.
O Edital e seus anexos estarão às disposições dos interessados no site www.lagunacarapa.ms.gov.br, no link (portal transparência/licitações/aviso de licitações).
Maiores Informações referentes ao certame, poderão ser obtidas junto a Coordenadoria Geral de Licitações, no horário de atendimento ao público, no endereço supracitado, ou através do telefone (67) 3438-1202 ou e-mail: licitacao@lagunacarapa.ms.gov.br
Laguna Carapã/MS, 20 de dezembro de 2022.
LUIS EDUARDO TELES MATEUS
Diretor do Departamento de Elaboração de Editais14

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2022
O MUNICÍPIO DE LAGUNA CARAPÃ - MS, por intermédio de sua Pregoeira, **torna público** o resultado do processo supra.
OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de peças automotivas para manutenção de veículos leves e médios, visando atender a frota das diversas secretarias municipais e do Fundo Municipal de Assistência

Social, do Município de Laguna Carapã/MS.
EMPRESA CLASSIFICADA: GD AUTO CENTER LTDA, lotes 01 ao 25, no valor total de R$ 343.300,00 (trezentos e quarenta e três mil e trezentos reais).

Adjudico o resultado supracitado.
Laguna Carapã/MS, 19 de dezembro de 2022.
MARIA APARECIDA DE SOUZA CINTRA
Pregoeira

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 180/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2022
Com base nas informações constantes do Processo Administrativo nº 180/2022, referente à licitação modalidade Pregão Presencial nº 046/2022, cujo objeto é o Registro de Preços para eventual e futura aquisição de peças automotivas para manutenção de veículos leves e médios, visando atender a frota das diversas secretarias municipais e do Fundo Municipal de Assistência Social, do Município de Laguna Carapã/MS, **HOMOLOGAMOS** o procedimento licitatório em favor da empresa **GD AUTO CENTER LTDA,** no valor total de R$ 343.300,00 (trezentos e quarenta e três mil e trezentos reais). Fica convocada a empresa acima citada para a assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação.

Laguna Carapã – MS, 19 de dezembro de 2022.
Edson de Oliveira – Secretário Municipal de Administração, Leandro Matozo - Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Margarete Lorenzoni – Secretária Municipal de Assistência Social (interina), Alessandra Beskow Conrad - Secretária Municipal de Educação e Marino Pezzarico - Secretário Municipal de Infraestrutura, Ordenadores de Despesas, conforme Decreto Municipal nº 184/2022.

Prefeitura Municipal de Maracaju

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N° 032/2022 - PROCESSO ADMINISTRATIVO N 3.082/2022
O MUNICIPIO DE MARACAJU, Estado de Mato Grosso do Sul, através da Supervisão de Licitação e Contrato, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta na modalidade Tomada de Preços, nos termos da legislação pertinente: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO NA ESTRADA ARVORE GRANDE/GERRARD, NO MUNICÍPIO DE MARACAJU/MS. TIPO: MENOR PREÇO. CRITÉRIO: GLOBAL. DATA DE ABERTURA: 09 de janeiro de 2023. HORA DA ABERTURA: às 08h (Horário Local). LOCAL: Sede Municipal, situada na Rua Appa, nº120, Centro. RETIRADA DO EDITAL: Supervisão de Licitação e Contrato, situado no Paço Municipal de Maracaju/MS, na Rua Appa, nº 120, Centro, CEP: 79.150.000, podendo ser adquirido mediante o pagamento de R$ 30,00 (trinta reais), nos dias úteis de Segunda a Sexta-Feira no horário de expediente das 07h00min às 11h00min das 13h00min às 17h00min, ou em formato eletrônico no sítio do Governo Municipal: http://www.maracaju.ms.gov.br/. Maracaju/MS, 20 de dezembro de 2022. **PEDRO HENRIQUE PEREIRA BARROS - Presidente da Comissão Permanente de Licitações**

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Sul

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 068/2022.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2022.
Com base nas informações constantes do Processo Administrativo nº 068/2022, referente à licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2022, HOMOLOGO o procedimento licitatório em favor da empresa: KCINO CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA, Lote 01, no valor total de R$ 388.300,00 (trezentos e oitenta e oito mil e trezentos reais), em consequência a empresa acima fica convocada para a assinatura do contrato no prazo máximo de 02 (dois) dias, nos termos do art. 64, caput, do citado diploma legal, sob as penalidades da lei. Novo Horizonte do Sul – MS, 20 de dezembro de 2022. Airton Teles de Gois, Gerente Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Prefeitura Municipal de Paraíso das Águas

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 057/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3258/2022
O **ORDENADOR DE DESPESAS** do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE** de Paraíso das Águas, Estado de Mato Grosso do Sul, Sr. **JEFFERSON DE SOUZA CORRÊA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, *homologo*** o resultado da modalidade acima especificada, objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA UNIDADES DE SAÚDE DE PARAÍSO DAS ÁGUAS – MS.**
Empresas Vencedoras: **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES**, inscrita no CNPJ sob o nº. 25.279.552/0001-01, vencedora dos itens 04, 13, 15, 18, 29, 49, 58, 71, 72, 73, 79, 80, 81, 93, 94 e 100, com valor global de R$ 28.805,87 (vinte e oito mil, oitocentos e cinco reais e oitenta e sete centavos), **INPHARMA**

HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 43.607.262/0001-21, vencedora dos itens 09, 21, 23, 35, 37, 41, 50, 77, 90, 97, 98, 99, 101 e 115, com o valor global de R$ 203.212,86 (duzentos e três mil, duzentos e doze reais e oitenta e seis centavos), **NOVA MEDICAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 41.365.113/0001-78, vencedora dos itens 25, 51, 55, 57, 109 e 113, com valor global de R$ 7.721,16 (sete mil, setecentos e vinte e um reais e dezesseis centavos), **PROGRESSO MED DISTRIBUIDORA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 46.709.597/0001-49, vencedora do item 70, com valor global de R$ 1.050,00 (mil e cinquenta reais), e **VILLAMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.861.454/0001-07, vencedora dos itens 85 e 114, com valor global de R$ 2.023,20 (dois mil e vinte e três reais e vinte centavos).

Paraíso das Águas – MS, 20 de dezembro de 2022.
Jefferson de Souza Corrêa – Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2022 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3078/2022
EXCLUSIVO PARA EMPRESAS "ME" E/OU "EPP"

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS**, Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da equipe de Apoio à Modalidade de Licitação por Pregão Eletrônico e sua Pregoeira, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Portaria Municipal de Paraíso das Águas nº 534/2022 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, torna público que se encontra a disposição dos interessados a licitação objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E FILTROS PARA AS MÁQUINAS PÁ CARREGADEIRA JCB 422, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA JCB JS 210QUE PERTENCE A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA RURAL E URBANA, CONFORME DESCRITIVO,** a data para abertura das propostas é 13 de janeiro de 2023, às 09:00 horas (horário oficial de Brasília), no Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico **www.comprasbr.com.br**. **A presente licitação destina-se para participação somente de empresas enquadradas como ME ou EPP, conforme previsto no inciso I, artigo 48 da Lei Complementar 147/2014.** Os interessados poderão obter o edital detalhado contendo as especificações e bases da licitação nos sítios eletrônicos oficiais (**www.paraisodasaguas.ms.gov.br)**, na aba Licitações e **www.comprasbr.com.br**).

Paraíso das Águas – MS, 20 de dezembro de 2022.
Ariane de Paula Sousa – Pregoeira

Prefeitura Municipal de Rio Brilhante

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 126/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura municipal de Rio Brilhante - MS, torna público o resultado de julgamento da TOMADA DE PREÇOS Nº 015/2022 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de implantação de pavimentação em revestimento primário e drenagem de aguas pluviais no Distrito de Prudêncio Thomaz, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme o Contrato de Repasse nº 909551/2020/MDR/CAIXA, firmado entre a União Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional, representado pela Caixa Econômica Federal – CEF e o Município de Rio Brilhante – MS, foi CLASSIFICADA a proposta da empresa: ANDRADE CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP - CNPJ/MF Nº 12.023.805/0001-30, em 1º (primeiro) lugar, declarada VENCEDORA do certame no valor global total de R$ 947.150,68 (novecentos e quarenta e sete mil, cento e cinquenta reais e sessenta e oito centavos). Os autos do processo licitatório encontram-se com vista franqueada aos interessados, a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente. Rio Brilhante/MS, 20 de dezembro de 2022. BRUNO ROCHA SILVA - Presidente da Comissão de Licitações.

RESULTADO DE JULGAMENTO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura municipal de Rio Brilhante - MS, torna público o resultado de julgamento da TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2022 - OBJETO: Contratação de empresa de serviços técnicos especializados de engenharia para a elaboração de projetos executivos de infraestrutura urbana e construção civil e de supervisão de obras, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Após submetidos às conferências do setor de engenharia e da comissão de licitação, foi CLASSIFICADA a proposta da empresa: ELEMENTO ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA - CNPJ 33.545.436/0001-15, em 1º (primeiro) lugar, declarada VENCEDORA do certame no valor global total de R$ 1.201.108,47 (um milhão, duzentos e um mil, cento e oito reais e quarenta e sete centavos) e pontuação final de 93 pontos. Os autos do processo licitatório encontram-se com vista franqueada aos interessados, a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente. Rio Brilhante/MS, 19 de dezembro de 2022. BRUNO ROCHA SILVA - Presidente da Comissão de Licitações.

RESULTADO DE LICITAÇÃO E CONTINUAÇÃO DA SESSÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 011/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2022

O Município de Rio Brilhante - MS, através da Comissão Permanente de Licitação avisa aos interessados que, a licitação modalidade Tomada de Preços nº 011/2022, Processo Administrativo nº 106/2022, que tem como objetivo a contratação de empresa especializada para execução de obra de extensão de rede média tensão 13,8kv com montagem de 01 subestação de transformação aérea de 112,5kva-15kv-220/127v para atender a

Prefeitura Municipal de Rio Brilhante (Paço Municipal), que após julgamento de recurso a empresa BELTRAMELOS ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA – CNPJ/MF Nº 43.757.171/0001-72, permanece INABILITADA e a(s) empresa(s) SILVA E AZAMBUJA LTDA – CNPJ/MF Nº 03.285.860/0001-07 e KELLTECH-ON ELETRICA E CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI - CNPJ/MF Nº 35.184.440/0001-20, HABILITADAS. COMUNICAMOS que o retorno da sessão para abertura e julgamento do(s) envelope(s) nº 02 (Proposta de Preços), como também o prosseguimento com as demais fases do processo, será no dia 06 de janeiro de 2023 às 08h00min.
Maiores esclarecimentos podem ser feitos no Departamento de Licitações localizado na Rua Prefeito Athayde Nogueira nº 1.033 – Centro, fone: 0**(67) 3452-7391 – ramal 217, das 07h00min às 13h00min ou no site www.riobrilhante.ms.gov.br (portal transparência). Rio Brilhante/MS, 20 de dezembro de 2.022. BRUNO ROCHA SILVA - Presidente da CPL.

Prefeitura Municipal de Selvíria

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADM N° 148/2022 – CONCORRÊNCIA N° 003/2022
O MUNICÍPIO DE SELVÍRIA faz saber a todos os interessados que encontra-se aberta LICITAÇÃO na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, pelo tipo de empreitada por preço global, com regime de execução indireta, para contratação de empresa especializada no ramo de engenharia civil, para a construção de 06 (seis) unidades habitacionais, no Município de Selvíria – MS. Referido projeto de construção está vinculado ao Convênio nº nº 31.895/2022, e Processo nº 57/009.522/2021, firmado com a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB) e o Município de Selviria – MS. Os recursos financeiros a serem alocados no Projeto serão repassados pela (concedente) no valor de R$ 268.563,86 (duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e seis centavos) e o Município de Selviria alocará à titulo de contrapartida a importância de R$ 268.563,85 (duzentos e sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos), ou seja cada partícipe arcará com o valor equivalente a 50% (cinquenta) por cento do valor total do Projeto, A obra deverá ser executada conforme Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, que integram o presente Edital. O Recebimento e abertura dos envelopes se dará as 09:00 (MS), no dia 26/01/2022, no Setor de Planejamento, da Prefeitura Municipal de Selvíria, sito à Rua Rui Barbosa, nº 1026, Loja 02, sala 01, centro, Selvíria MS. O Instrumento Convocatório e seus Anexos poderão ser retirados no Departamento de Licitações e Contratos, de 2ª a 6ª feira (dias úteis), das 7h00 às 13h00(MS) ou pelo site www.selviria.ms.gov.br. Selvíria – MS, 20 de dezembro de 2022. José Fernando Barbosa dos Santos. Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Tomada de Preços nº 11/2022. Proc. Admin. nº 7298/2022. Tipo menor preço global. Objeto: Contratação, para prestação de serviços temporários no Município, de empresa especializada para execução de serviços de engenharia para elaboração de estudos e projetos executivos de infraestrutura urbana para Implantação de pavimentação Asfáltica e Drenagem de águas pluviais com licenciamento ambiental no Bairro Altos das Figueira, de acordo com o termo de referência e demais partes integrantes do presente processo. Abertura/Entrega envelopes: 24/01/2023 às 08h, na Rua São Paulo, 964, Centro. **Tomada de Preços nº 12/2022.** Proc. Admin. **nº 7300/2022.** Tipo menor preço global. Objeto: Contratação, para prestação de serviços temporários no Município, de empresa especializada para execução de serviços de engenharia para elaboração de estudos e projetos executivos de infraestrutura urbana para Implantação de pavimentação Asfáltica e Drenagem de águas pluviais com licenciamento ambiental no Bairro Altos das Figueira, de acordo com o termo de referência e demais partes integrantes do presente processo. Abertura/Entrega envelopes: 25/01/2023 às 08h, no endereço acima. Editais no site www.sidrolandia.ms.gov.br/ no link licitações. **Marcus Vinicius R. de A. Costa** - Chefe de Divisão de Compras e Licitação

Prefeitura Municipal de Três Lagoas

TOMADA DE PREÇOS N° 012/2022
PROCESSO LICITATÓRIO N° 350/2022
RESULTADO – PROPOSTA DE PREÇOS

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o resultado da "fase de propostas" do processo supracitado, por ordem de classificação, em conformidade com o subitem 9.6.1, alínea "d", do Edital, pelo critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO (GLOBAL)**.

RAZÃO SOCIAL	TOTAL GERAL	RESULTADO
POLIGONAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	R$ 1.701.685,04	1ª Classificada

NOTA: Fica aberto o prazo legal para interposição de recursos administrativos, conforme disposto no art. 109, inciso I, alínea "b", § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, com vista franqueada aos interessados, dos autos do processo, na forma da Lei. Publique-se.

Três Lagoas-MS, 20 de dezembro de 2022.

ADELVINO FRANCISCO DE FREITAS
Diretor de Compras e Licitações

TOMADA DE PREÇOS N° 014/2022
PROCESSO LICITATÓRIO N° 373/2022
RESULTADO DA HABILITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, o resultado da "fase de habilitação" do processo supracitado, em conformidade com o subitem 9.5.1, alínea "d", do Edital.

RAZÃO SOCIAL	CNPJ/MF	BENEFÍCIOS LEI N° 123/2006 (ME/EPP/MEI)	RESULTADO
SESP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	17.250.377/0001-00	NÃO	**HABILITADA**

NOTA: Fica aberto o prazo legal para interposição de recursos administrativos, conforme disposto no art. 109, inciso I, alínea "a", § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, com vista franqueada aos interessados, dos autos do processo, na forma da Lei. Publique-se. Três Lagoas-MS, 20 de dezembro de 2022

ADELVINO FRANCISCO DE FREITAS
Diretor de Compras e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 093/2022
PROCESSO LICITATÓRIO N°. 372/2022
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Objeto trata de "Aquisição de MOBILIÁRIO DE ESCRITÓRIO para atender as Unidades pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO 01".

ADJUDICO, no menor preço por item, conforme segue abaixo:

EMPRESA	VALOR	
ZELLITEC COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI	R$ 474,00	Quatrocentos e setenta e quatro reais
TR INDUSTRIA DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA	R$ 156.480,00	Cento e cinquenta e seis mil e quatrocentos e oitenta reais
COMERCIAL K & D LTDA	R$ 2.410,00	Dois mil, quatrocentos e dez reais
FJA MASTER COMÉRCIO DE PRODUTO E EQUIPAMENTOS EIRELI	R$ 11.100,00	Onze mil e cem reais
AMV DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA	R$ 32.458,94	Trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos
VIOLA MIX MÓVEIS EIRELI	R$ 27.300,00	Vinte e sete mil e trezentos reais
ENNOVARE COMERCIAL MÓVEIS E BRINQUEDOS LTDA	R$ 320.128,40	Trezentos e vinte mil, cento e vinte oito reais e quarenta centavos
ALER COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	R$ 195.122,00	Cento e noventa e cinco mil, cento e vinte e dois reais
GELMED MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI	R$ 69.166,00	Sessenta e nove mil e cento e sessenta e seis reais
CASTOFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	R$ 70.234,00	Setenta mil e duzentos e trinta e quatro reais

AGNALDO OLIVEIRA DE JESUS
Pregoeiro

HOMOLOGO a presente Licitação
ELAINE CRISTINA FERRARI FÚRIO
Secretária de Saúde
Três Lagoas/MS, 15 de dezembro de 2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 101/2022
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 404/2022
AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS-MS**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a realização de licitação na modalidade acima qualificada, do tipo **"MENOR PREÇO (GLOBAL) "**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e, de forma complementar, da Lei Federal nº 8.666/1993, com alterações posteriores e demais normas que regem a matéria.
OBJETO: "**Aquisição de Material Escolar (Kit Escolar), para atendimento dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Três Lagoas – MS, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA**".

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/01/2023
HORÁRIO: 09:00 – Oficial de Brasília (DF).
LOCAL/AMBIENTE: Portal de Licitações **Compras BR**, no sítio eletrônico www.comprasbr.com.br.
NOTA: Os interessados poderão adquirir o presente Edital e seus anexos, gratuitamente, na forma eletrônica, por

meio digital, através de *download (via internet)*, nos sítios eletrônicos oficiais (www.comprasbr.com.br e www.treslagoas.ms.gov.br), ou ainda, diretamente no protocolo da DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES. Publique-se.Três Lagoas-MS, 20 de dezembro de 2022.

ADELVINO FRANCISCO DE FREITAS
Diretor de Compras e Licitações

Câmara Municipal de Costa Rica

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 10/2022
Processo nº 22/2022
Tomada de Preços nº 01/2022
Ordenadora: Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral
Partes: Câmara Municipal de Vereadores de Costa Rica
Casacenter Materiais para Construção e Construtora Eireli
Objeto: Constitui objeto do presente instrumento, a reprogramação da planilha orçamentária dos serviços de execução de obras para ampliação, regularização e reforma da Câmara Municipal de Vereadores de Costa Rica.
Valor: O valor global inicial de R$ 769.295,75 (setecentos e sessenta e nove mil duzentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos) será acrescido 12,91% dando o valor de R$ 99.331,93 (noventa e nove mil trezentos e trinta e um reais e noventa e três centavos)) e perfazendo o valor global de R$ 868.627,68 (oitocentos e sessenta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/1993
Data de Assinatura: 20 de dezembro de 2022.
Assinam: Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral
Diêmes José da Cunha Ferreira

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS
Processo nº 22/2022 - Tomada de Preços nº 02/2022
A Ordenadora de Despesas, Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Costa Rica, ratifico o parecer emitido pela Assessoria Jurídica desta Câmara Municipal de Vereadores de Costa Rica e autorizo a celebração do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2022, visando a reprogramação da planilha orçamentária dos serviços de execução de obras para ampliação, regularização e reforma da Câmara Municipal de Vereadores de Costa Rica, no valor de R$ 99.331,93 (noventa e nove mil trezentos e trinta e um reais e noventa e três centavos), que corresponde a 12,91% do valor do contrato, referente ao Processo nº 22/2022 Tomada de Preços nº 01/2022 conforme justificativa anexada aos autos.. Costa Rica – MS, 20 de dezembro de 2022. Manuelina Martins da Silva Arantes Cabral-Presidente. Câmara Municipal de Vereadores de Costa Rica.

PUBLICAÇÕES A PEDIDO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O **Sindicato dos Servidores de Apoio à Administração Fazendária do Estado de Mato Grosso do Sul/ SINDAFAZ-MS**, por sua presidente, no uso de suas atribuições legais e estatuárias, convoca seus filiados de todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul, para participarem da Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte pauta: 1-Apresentação do Relatório de atividades do exercício de 2022; 2-Prestação de contas do exercício de 2022. A ser realizada no dia 01 de Janeiro de 2023, às 07:30 horas, em primeira convocação, e às 07:45 horas, em segunda convocação. Local: SEDE DO SINDAFAZ/MS, sito à Rua Hélio Yoshiaki Ikeziri, Nº 34, sala 105- Royal Park, nesta capital. Campo Grande-MS, 20 de dezembro de 2022. **Jacilene Ferreira da Silva - Presidente do SINDAFAZ/MS**

EDITAL
UFV GDPAR MS1 EQUIPAMENTOS FOTOVOLTAICOS LTDA torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Prefeitura Municipal de Paranaíba-MS a Licença Ambiental Simplificada-LAS n.° 201/2022 com validade de 48 meses a contar da data de 07/11/2022 para atividade de **USINA SOLAR com área ocupada de até 15 hectares ou produção de até 5MW de energia desde que ocupe área antrópica**, localizada na Estância Ar Livre, s/n, Zona Rural, Paranaíba - MS.

EDITAL
NK CONSTRUTORA LTDA - EPP torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul – IMASUL/MS a Licença Ambiental Modalidade Licença de Instalação e Operação – Comunicado de Atividade (LIO-CA) para a atividade de **ATIVIDADES TEMPORÁRIAS DE APOIO À EXECUÇÃO DE OBRAS LINEARES.** Localizada à **RUA AMÁLIA PILOTO BENITES, BR 163 – KM 01 – PÓLO EMPRESARIAL** no município de Caarapó –MS.

EDITAL
A empresa **LUNA CLÍNICA MÉDICA S/S**, CNPJ 24.521.736/0001-61, nomeou como liquidante DARIO JOSE DE OLIVEIRA CPF 024.938.451-53, iniciando o período de liquidação nesta data, Campo Grande 20 de Dezembro de 2022.